

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MATHEUS LOBO PISMEL

PROJETO POPULAR E ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS:

Relações entre jornalismo alternativo e organizações populares a partir das experiências
de *Brasil de Fato* e *Notas – Periodismo Popular*

PONTA GROSSA
2018

MATHEUS LOBO PISMEL

PROJETO POPULAR E ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS:

Relações entre jornalismo alternativo e organizações populares a partir das experiências
de *Brasil de Fato* e *Notas – Periodismo Popular*

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Área de
concentração: Processos Jornalísticos.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Gadini

PONTA GROSSA
2018

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

P673 Pismel, Matheus Lobo
Projeto popular e estratégias jornalísticas: Relações entre jornalismo alternativo e organizações populares a partir das experiências de *Brasil de Fato e Notas – Periodismo Popular* / Matheus Lobo Pismel. Ponta Grossa, 2018.
179f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo – Área de Concentração: Processos jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa
Orientador : Prof. Dr. Sérgio Luiz Gadini

1. Jornalismo. 2. Jornalismo alternativo. 3. Movimentos populares. 4. Organização política. 5. Hegemonia. I. Gadini, Sérgio Luiz. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Jornalismo. III. T.

CDD: 070

MATHEUS LOBO PISMEL

PROJETO POPULAR E ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS:

Relações entre jornalismo alternativo e organizações populares a partir das experiências
de *Brasil de Fato* e *Notas – Periodismo Popular*

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, Área de Processos Jornalísticos.

Ponta Grossa, 22 de março de 2018.

Sérgio Luiz Gadini
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Luis Felipe Miguel
Doutor em Ciências Sociais
Universidade de Brasília

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, MATHEUS MANOEL LOBO PISMEL, CPF nº 079.307.579-35, RG nº 4953767, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **“Projeto popular e estratégias jornalísticas: Relações entre jornalismo alternativo e organizações populares a partir das experiências de Brasil de fato e notas – Periodismo”**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 22 de março de 2018.



MATHEUS MANOEL LOBO PISMEL
RA nº 3100116009018

Dedico a Júlia, repórter fonte de
inspiração, e a todas e todos que fazem de
sua profissão uma trincheira de
resistência.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Aparecida, e meu pai, João, por me incentivarem e apoiarem o caminho do estudo; a minha irmã Bruna, pelos anos de companheirismo lado a lado.

Ao professor Sérgio Luiz Gadini, que em meio à campanha pela prefeitura de Ponta Grossa e, depois, ao Pós-Doutorado em Madrid, nunca deixou de orientar.

Ao professor Felipe Pontes, pelo convite para participar da seleção do Mestrado, pelas conversas e aprendizado contínuo.

À professora Karina Janz Woitowicz, pela disposição em coordenar o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E a todos os demais professores e professoras do Programa, pelo conhecimento compartilhado e pela incansável defesa da Educação Pública.

Ao professor Luis Felipe Miguel, que, assim como Felipe e Karina, contribuiu com críticas e sugestões na banca de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essencial para a realização desta pesquisa.

Àqueles que me receberam fraternalmente em Buenos Aires. Agraço à professora Cecilia Labate, pela experiência na Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales; e a Heder e Daniella, pela enorme generosidade na hospedagem em seu apartamento.

Aos jornalistas e militantes entrevistados, pela disponibilidade, sinceridade e por fazer acontecer.

Aos amigos e amigas que fiz em Ponta Grossa, que tornaram alegre, divertida e inspiradora a passagem pela cidade.

Aos amigos e companheiros da vida, por sempre estarem presentes, mesmo à distância. Agradeço, em especial, a Daniel Giovanaz, por sua força contagiante.

A Júlia, pela paciência, pela compreensão e pelo amor. Agradeço por ler, reler e revisar cada uma destas páginas. Sem seu aconchego e sua inteligência, não seria possível.

Aos que resistem, pela esperança.

Es necesario decirlo: aquellos que no tienen nada, y que con frecuencia son quienes luchan por la justicia, sólo cuentan con su propia disciplina. Están desprovistos de propiedad, de riqueza o de armas; su fuerza es su propia disciplina.

(Alain Badiou)

RESUMO

Este trabalho trata de relações estratégicas entre organizações populares e jornalismo profissional, a partir das experiências do jornal *Brasil de Fato* e do portal argentino *Notas – Periodismo Popular*, dirigidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento político Patria Grande, respectivamente. Em ambos os casos, os projetos jornalísticos correspondem à pretensão de expansão hegemônica das organizações e à necessidade de visibilizar demandas e perspectivas dos movimentos populares. A pesquisa se assenta sobre a pergunta “quais as características e como se materializam, no cotidiano de trabalho, as relações entre grupo político e veículo noticioso dirigido por ele?” São referências conceituais as teorias do jornalismo como forma de conhecimento, dos campos sociais e de hegemonia. O percurso metodológico passa por pesquisa bibliográfica, entrevistas abertas e análise editorial. As fontes principais das entrevistas são, de um lado, repórteres e editores (profissionais) e, de outro, militantes e dirigentes (atores políticos). Seus discursos, além de expor as concepções que balizam as iniciativas, indicam as interações entre jornalismo e política na produção noticiosa. As análises editoriais são operacionalizadas a partir de critérios jornalísticos como seleção e hierarquização de pautas e temas; gêneros e formatos textuais; recursos de edição; abrangência; escolha de fontes. Os resultados quantitativos desenham características jornalísticas gerais de *Brasil de Fato* e *Notas*. A presente pesquisa considera que, ao estarem localizados nas margens do campo jornalístico, os veículos alternativos têm de formular táticas e estratégias específicas para potencializarem seu alcance e incidência, considerando eixos como público-alvo, temáticas prioritárias e produção de conhecimento. Por fim, o trabalho discute a possibilidade de as relações entre veículo noticioso e organização popular serem pautadas pela busca cotidiana de uma heteronomia que não restrinja, senão, potencialize o jornalismo como forma de conhecimento e espaço de luta por hegemonia na sociedade.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornalismo alternativo. Movimentos populares. Organização política. Hegemonia.

RESUMEN

Esta investigación trata de relaciones estratégicas entre organizaciones populares y periodismo profesional, a partir de las experiencias del periódico *Brasil de Fato* y del portal argentino *Notas – Periodismo Popular*, dirigidos por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el movimiento político Patria Grande, respectivamente. En ambos casos, los proyectos periodísticos corresponden a la pretensión de expansión hegemónica de las organizaciones y a la necesidad de visibilizar demandas y perspectivas de los movimientos populares. La investigación se asienta sobre la pregunta "¿cuáles las características y cómo se materializan, en el cotidiano de trabajo, las relaciones entre grupo político y vehículo noticioso dirigido por él?" Son referencias conceptuales las teorías del periodismo como forma de conocimiento, de los campos sociales y de hegemonía. El recorrido metodológico pasa por investigación bibliográfica, entrevistas abiertas y análisis editorial. Las fuentes principales de las entrevistas son, por un lado, reporteros y editores (profesionales) y de otro, militantes y dirigentes (actores políticos). Sus discursos, además de exponer las concepciones que balizan las iniciativas, indican las interacciones entre periodismo y política en la producción noticiosa. Los análisis editoriales son operacionalizados a partir de criterios periodísticos como selección y jerarquización de pautas y temas; géneros y formatos textuales; recursos de edición; el alcance geográfico; elección de fuentes. Los resultados cuantitativos dibujan características periodísticas generales de *Brasil de Fato* y *Notas*. La presente investigación considera que, al estar ubicados en los márgenes del campo periodístico, los vehículos alternativos tienen que formular estrategias específicas para potenciar su alcance e incidencia, considerando ejes como público-objetivo, temáticas prioritarias y producción de conocimiento. Por último, la investigación discute la posibilidad de que las relaciones entre vehículo noticioso y organización popular se guíen por la búsqueda cotidiana de una heteronomía que no restrinja, sino, potencie el periodismo como forma de conocimiento y espacio de lucha por hegemonía en la sociedad.

Palabras clave: Periodismo. Periodismo alternativo. Movimientos populares. Organización política. Hegemonía.

ABSTRACT

This work deals with strategic relations between popular organizations and professional journalism, based on the experiences of the newspaper *Brasil de Fato* and the argentinian website *Notas – Periodismo Popular*, headed by the Landless Rural Workers Movement (MST) and the political movement Patria Grande, respectively. In both cases, the journalistic projects correspond to the pretension of hegemonic expansion of the organizations and to the need to make visible the demands and perspectives of the popular movements. The research is based on the question "what are the characteristics and how do the relations between the political group and the news vehicle led by it materialize?" The theories of journalism as a social form of knowledge, of the social fields and of hegemony are conceptual references. The methodological path goes through bibliographic research, open interviews and editorial analysis. The main sources of interviews are, on the one hand, reporters and editors (professionals) and, on the other, militants and leaders (political actors). His discourses, besides exposing the conceptions that mark the initiatives, indicate the interactions between journalism and politics in the news production. The editorial analyzes are operationalized from journalistic criteria, such as selection and hierarchy of agenda and themes; genres and textual formats; editing features; escope; choice of fonts. The quantitative results draw general journalistic characteristics of *Brasil de Fato* and *Notas*. The present research considers that, in the margins of the journalistic field, alternative vehicles have to formulate specific strategies to increase their reach and incidence, considering axes as target audience, priority themes and production of knowledge. Finally, the research discusses the possibility of news vehicle and popular organization relationships being guided by the daily search for a heteronomy that does not restrict, but rather, enhance journalism as a form of knowledge and a space of struggle for hegemony in society.

Keywords: Journalism. Alternative Journalism. Popular movements. Political organization. Hegemony.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Perfil do leitor do site <i>Brasil de Fato</i> – 2015.....	85
FIGURA 2 – Exemplo de captura de tela para ‘análise ‘hierarquizada’	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores dos tabloides estaduais do <i>Brasil de Fato</i> – Novembro de 2017.....	67
TABELA 2 – Programas estaduais da Radioagência <i>Brasil de Fato</i> – Dezembro de 2017.....	78
TABELA 3.1 – Autoria de textos – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	86
TABELA 3.2 – Autoria de textos – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	86
TABELA 4.1 – Veículos com maior reprodução de conteúdo no <i>Brasil de Fato</i> – Amostra geral.....	86
TABELA 4.2 – Veículos com maior reprodução de conteúdo no <i>Brasil de Fato</i> – Amostra hierarquizada.....	87
TABELA 5.1 – Assinaturas de texto – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	87
TABELA 5.2 – Assinaturas de texto – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	87
TABELA 6.1 – Assinatura de edição – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	88
TABELA 6.2 – Assinatura de edição – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	88
TABELA 7.1 – Editorias – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	89
TABELA 7.2 – Editorias – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	89
TABELA 8.1 – Gêneros jornalísticos – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	90
TABELA 8.2 – Gêneros jornalísticos – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	90
TABELA 9.1 – Suporte midiático – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	91
TABELA 9.2 – Suporte midiático – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	91
TABELA 10.1 – Abrangência – Amostra geral <i>Brasil de Fato</i>	92
TABELA 10.2 – Abrangência – Amostra hierarquizada <i>Brasil de Fato</i>	92
TABELA 11.1 – Temas das matérias do jornal <i>Brasil de Fato</i> – 2007 a 2009.....	93
TABELA 11.2 – Temas das matérias de “Movimentos Sociais” do <i>Brasil de Fato</i> – 2007 a 2009.....	94
TABELA 12. 1 – Temas do site <i>Brasil de Fato</i> – Amostra geral.....	96
TABELA 12. 2 – Temas do site <i>Brasil de Fato</i> – Amostra hierarquizada.....	97
TABELA 13.1 – Fontes entrevistadas <i>Brasil de Fato</i>	99
TABELA 13.2 – Categorização das fontes entrevistadas <i>Brasil de Fato</i>	101
TABELA 13.3 – Categorização das fontes consultadas.....	101
TABELA 14 – Temas dos especiais do <i>Brasil de Fato</i> – Janeiro a Novembro de 2017.....	103

TABELA 15 – Abrangência geográfica das manchetes de capa dos tabloides estaduais do <i>Brasil de Fato</i> – 13/01 a 29/09.....	107
TABELA 16.1 – Gêneros jornalísticos – Amostra geral <i>Notas</i>	129
TABELA 16.2 – Gêneros jornalísticos – Amostra hierarquizada <i>Notas</i>	129
TABELA 17.1 – Abrangência geográfica – Amostra geral <i>Notas</i>	130
TABELA 17.2 – Abrangência geográfica – Amostra hierarquizada <i>Notas</i>	131
TABELA 18.1 – Temas – Amostra geral <i>Notas</i>	131
TABELA 18.2 – Temas – Amostra hierarquizada <i>Notas</i>	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	26
1.1. Imprensa alternativa.....	26
1.2. Jornalismo como forma de conhecimento.....	30
1.3. Jornalismo enquanto campo social.....	35
1.4. Estratégias de hegemonia.....	39
1.5. Jornalismo e articulação hegemônica.....	44
2. BRASIL DE FATO: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS.....	49
2.1. Contexto prévio: expansão hegemônica do MST.....	50
2.2. As pedras no caminho.....	55
2.3. Olhares da academia.....	62
2.4. A virada estratégica.....	66
2.4.1. Uma aposta em tabloides gratuitos.....	66
2.4.2. O Centro Popular de Mídias.....	73
2.4.3. A Radioagência.....	76
2.5. Análise editorial do <i>Brasil de Fato</i>	81
2.5.1. Portal digital de notícias.....	82
2.5.1.1. Análise do portal.....	84
2.5.1.2. Autoria.....	85
2.5.1.3. Editorias.....	89
2.5.1.4. Variações de gêneros jornalísticos.....	90
2.5.1.5. Suporte midiático.....	91
2.5.1.6. Abrangência.....	91
2.5.1.7. Os temas do <i>Brasil de Fato</i>	92
2.5.1.8. Fontes jornalísticas.....	98
2.5.1.9. Charges, especiais e colunistas.....	103
2.5.2. Análise dos tabloides estaduais.....	104
3. NOTAS – PERIODISMO POPULAR: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS.....	108
3.1. Contexto prévio: a crise de 2001 e o período kirchnerista.....	108
3.2. O <i>Patria Grande</i> e a esquerda popular.....	114
3.3. O lançamento do portal <i>Notas – Periodismo popular</i>	119
3.3.1. Altos e baixos.....	123
3.4. Análise editorial do <i>Notas</i>	127
3.4.1. Autoria.....	128
3.4.2. Variações de gêneros jornalísticos.....	129
3.4.3. Abrangência.....	130
3.4.4. Os temas do <i>Notas</i>	131
3.4.5. Fontes jornalísticas.....	135
4. APONTAMENTOS SOBRE ARTICULAÇÕES ESTRATÉGICAS ENTRE JORNALISMO E ORGANIZAÇÕES POPULARES.....	137
4.1. ‘Anatomia’ do jornal alternativo.....	138
4.2. Linha editorial como concepção estratégica.....	144

4.3. Autonomia, riscos e tensões.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICE – Lista de entrevistados.....	179

INTRODUÇÃO

As crises que marcam a conjuntura

Após uma década e meia de governos progressistas na América Latina¹, a vitória eleitoral de Mauricio Macri, na Argentina, em novembro de 2015, e o golpe de Estado que destituiu Dilma Rousseff e tornou Michel Temer presidente do Brasil, em agosto de 2016, são marcos da ofensiva neoliberal no continente. Em ambos os países, as crises sociais se agravam sem perspectiva de resolução no curto prazo.

Independentemente do balanço crítico que se possa fazer das experiências progressistas, a consideração que interessa é de que, neste momento, a esquerda e as organizações populares como um todo, no Brasil e na Argentina, perderam a iniciativa e se encontram na defensiva social e política. Ou seja, foram derrotadas, perderam hegemonia e agora passam por um período de resistência à agenda neoliberal de restrições democráticas e cortes de direitos sociais, que se intensificam de maneira acelerada.

As derrotas, no entanto, não significam o proclamado “fim do ciclo progressista”, ou que estejam dissolvidas as perspectivas de reconstrução de projetos hegemônicos a partir das resistências que se apresentam (GARCÍA LINERA, 2017). Principalmente porque, como defende Atilio Borón (2008), o capitalismo não pode resolver (e em sua expressão neoliberal agrava muito rapidamente) o subdesenvolvimento e os problemas estruturais crônicos da América Latina, a saber:

Grandes bolsões de pobreza, indigência e exclusão social periodicamente crescentes; extrema concentração da riqueza e da renda; vulnerabilidade externa; debilidade estatal; escandalosa regressividade tributária e ‘democracias’ mais aparentes que reais, nas quais brilham, por sua ausência, os mais elementares direitos cidadãos (BORÓN, 2008, p. 11, tradução nossa)².

¹ Guardadas as devidas particularidades nacionais, sociais e políticas de cada experiência, os governos progressistas têm em comum a crítica à ordem neoliberal, com diferentes níveis de intensidade na proposição de arranjos socioeconômicos alternativos. Tendo o período de *boom* das commodities como plano de fundo econômico, especialmente entre 2004 e 2011, os países com maior destaque nesse processo são: Venezuela, que inaugura o referido período com o primeiro governo de Hugo Chávez em 1999; Brasil, a partir do governo Lula em 2003; Argentina, com Néstor Kirchner, também a partir de 2003; Bolívia, com Evo Morales desde 2006; e Equador com o governo de Rafael Correa em 2007. O ponto alto foi a rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos em 1994 e finalmente rechaçada em 2005 pela maioria dos governos latino-americanos. Como resposta geopolítica, foi lançada paralelamente a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), impulsionada por Hugo Chávez como organismo para integração regional e autonomia latino-americana frente aos países centrais. Foi fundada em finais de 2004 por Venezuela e Cuba. Com a incorporação da Bolívia, em 2006, e do Equador, em 2009, a ALBA se consolida e é rebatizada para Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). No mesmo período, Brasil e Argentina optaram por priorizar o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e não se somaram à iniciativa de integração bolivariana.

² “Grandes bolsos de pobreza, indigência y exclusión social periódicamente crecientes; extrema concentración de la riqueza y los ingresos; vulnerabilidad externa; debilidad estatal; escandalosa regresividad tributaria y ‘democracias’ más aparentes que reales, en las que brillan por su ausencia los más elementales derechos ciudadanos” (BORÓN, 2008, p. 11).

Imersas neste contexto de resistência ao avanço neoliberal estão as organizações e movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e a jovem organização política Patria Grande, criada em 2014 a partir da confluência de agrupações da esquerda popular argentina.

O MST encabeça o campo político do chamado Projeto Popular para o Brasil, que inclui o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Levante Popular da Juventude, Consulta Popular, entre outros. Esta última surge como um movimento *político* que reuniria militantes dos demais movimentos *sociais* em torno de um projeto de país, o Projeto Popular para o Brasil. No entanto, em 2005, a Consulta Popular optou por se definir como uma *organização* política e tem seus quadros espalhados em movimentos e entidades. Atualmente o campo do Projeto Popular compõe uma articulação maior, a Frente Brasil Popular (FBP), ao lado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União dos Estudantes Nacionais (UNE), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre outras entidades.

As origens do Patria Grande remontam os movimentos populares de resistência neoliberal do começo da década passada, quando a Argentina viveu uma crise generalizada que derrubou dois presidentes da República no mesmo mês de dezembro de 2001. Seu surgimento é resultado de um processo de confluências ao longo da década, em especial de movimentos territoriais e estudantis, que absorvem as formulações das forças que chegaram ao poder na América Latina, em especial Venezuela e Bolívia. Também é fruto dos debates sobre como construir um instrumento político de esquerda “por fora” do kirchnerismo, mas sem deixar de reconhecer seus avanços. Com a ascensão de Macri, que coloca o kirchnerismo na oposição de governo, tais debates se afloraram ainda mais. Desde seu lançamento, em 2014, o Patria Grande procura incidir nas eleições com candidaturas próprias, sem ter alcançado nenhum cargo até o momento. A atuação de seus militantes está concentrada no setor de trabalhadores informais e em organizações comunitárias, além dos movimentos estudantil e feminista.

A relação entre MST (e Consulta Popular) e Patria Grande é de proximidade. Atuam conjuntamente em articulações internacionais e já realizaram intercâmbios de militantes. Além disso, são organizações que defendem reformas estruturais de seus países (agrária, urbana, das comunicações, trabalhista, tributária, política e do Estado) como caminho para a construção de nações soberanas e socialistas (CONSULTA

POPULAR, 2005; PATRIA GRANDE, 2016). Além das similaridades político-ideológicas e de projeto estratégico, MST e Patria Grande têm em comum o fato de apostarem no jornalismo profissional como ferramenta de disputa de hegemonia. O primeiro dirige o jornal *Brasil de Fato* e a segunda o portal *Notas – Periodismo Popular*.

Formulado por dirigentes da Consulta Popular e do MST, e lançado em 2003 durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o *Brasil de Fato* nasce como semanário nacional com tiragem de 100 mil exemplares, tendo como meta a circulação diária no curto prazo. A ideia era disputar as bancas. Ser um canal de expressão dos movimentos sociais, mas principalmente dialogar com toda a sociedade brasileira, que havia acabado de eleger Lula presidente. Deveria ser uma publicação plural, independente e informativa, com linguagem simples e destaque para as reportagens sobre a realidade nacional (STRAUBE, 2009). Nestes 15 anos, muitas metas não foram cumpridas, enquanto outras foram acrescentadas. A partir de um processo de avaliação interna, iniciado em dezembro de 2012, o jornal passou por uma transição que culminaria em julho de 2015, quando seria encerrado o semanário nacional impresso. Em seu lugar, foram lançados tabloides estaduais de circulação gratuita³; o portal *online* e as contas em redes sociais foram reformulados; e a produção para rádio foi impulsionada pela Radioagência Brasil de Fato.

O portal *Notas – Periodismo Popular* foi criado em março de 2014 a partir do Espaço de Comunicação do Movimento Patria Grande, com o objetivo de “construir efectivamente una herramienta de comunicación masiva”, tendo como referência, além de experiências argentinas, o próprio *Brasil de Fato*, conforme consta em documento interno de apresentação para colaboradores e jornalistas de finais de 2015⁴ (NOTAS, 2015). A proposta busca a profissionalização do trabalho, ainda que o considerem também uma iniciativa militante, e o “[...] rigor no tratamento da informação e checagem das fontes, algo absolutamente perdido nos últimos anos nos meios de comunicação de qualquer orientação política, inclusive em vários meios alternativos” (NOTAS, 2015, p.1, tradução nossa)⁵. Sua estrutura não se compara com o *Brasil de Fato*, que dispõe de

³ Em novembro de 2017 as tiragens semanais anunciadas são: Minas Gerais: 40 mil exemplares; Rio de Janeiro: 50 mil; Pernambuco: 20 mil; e Paraná: 20 mil. O *Brasil de Fato* de Minas Gerais tem circulação anunciada de 40 mil exemplares semanais. Em São Paulo, o jornal chegou a circular semanalmente em 2014, passou a ser quinzenal e está inativo desde meados de 2016. No Ceará foi lançada apenas uma edição piloto em maio de 2016. No início de 2018 foi anunciado o lançamento dos tabloides em Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte.

⁴ O referido documento foi disponibilizado para esta pesquisa, por e-mail, por um dos editores e fundadores do portal *Notas*, Santiago Mayor, em 26 de setembro de 2016.

⁵ “[...] rigurosidad en el manejo de la información y el chequeo de las fuentes, algo absolutamente bastardeado en los últimos años en los medios de comunicación de cualquier signo político, incluso en varios medios alternativos” (NOTAS, 2015, p. 1).

dezenas de pessoas empregadas no projeto em diversas cidades. O *Notas*, atualmente, remunera apenas sua editora e conta fundamentalmente com contribuições voluntárias para manter a dinâmica de atualização do portal.

É neste quadro de intersecção entre política e jornalismo em que se assenta a motivação e o problema desta pesquisa. Tomando como objetos empíricos as relações entre MST (e Consulta Popular) e *Brasil de Fato*, de um lado, e *Patria Grande* e *Notas*, de outro, a pergunta que guia esta dissertação é: quais as características e como se materializam, no cotidiano de trabalho, as relações entre grupo político e veículo noticioso dirigido por ele?

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é contribuir para atualizar os estudos sobre os cruzamentos entre jornalismo e organizações populares, na perspectiva de disputa de hegemonia. A partir daí, o caminho traçado foi de situar as trajetórias, funcionamento e características editoriais de cada veículo, apontando formulações, críticas e expectativas dos atores envolvidos, especialmente daqueles entrevistados. Ao fim, o intento foi de sistematizar alguns traços gerais que podem servir de insumo para reflexões estratégicas sobre o jornalismo alternativo dirigido por movimentos populares. A escolha por trabalhar com dois veículos de dois países diferentes sugere um olhar que vai além do próprio caso para compreendê-lo melhor a partir das diferenças e semelhanças com o outro. Além da importância regional e proximidade geográfica, a Argentina foi escolhida por viver um momento político similar ao nosso país. Entretanto, mais do que comparações entre realidades nacionais, a inclusão do *Notas* na pesquisa contribuiu para traçar problemas comuns entre experiências análogas.

Dessa forma, as questões norteadoras partem de problemas políticos, mas aterrissam e se desenvolvem em terreno jornalístico, o que requer reflexões específicas sobre o contexto de transformações em que está inserido o fazer e o campo jornalístico. Neste sentido, partimos da consideração de “centralidade da mídia” na contemporaneidade proposta por diversos autores, como Luis Felipe Miguel (2002) e Venício Lima (2007):

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada como ‘centrada na mídia’ (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela (LIMA, 2007, p. 86).

Mesmo no momento de recuo político atual, é difícil de se pensar em disputa de hegemonia⁶ sem considerar a midiaticização da sociedade e, em especial, do jogo político, que exige um amplo leque de intervenções nos meios de comunicação. As imagens dos atores sociais, que são projetadas pela mídia, estão em constante disputa pois podem ser decisivas no desenrolar de um conflito ou ação política. A busca pelo agendamento da mídia, por exemplo, mesmo que de maneira não reflexiva, tem sido uma constante dos movimentos sociais em todo o espectro ideológico. Em síntese,

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional quanto para a prática da política. Isso porque a) os atores políticos têm que disputar visibilidade na mídia; e b) os diferentes campos políticos têm que disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista. (LIMA, 2007, p. 87).

No entanto, os principais meios de comunicação de massa na América Latina são conglomerados privados, com fins lucrativos, e altamente concentrados. São empresas controladas e financiadas pelos mesmos poderes que enfrentam os movimentos populares nas mais diversas lutas sociais, como explicita o projeto “Quem controla a mídia no Brasil?”, organizado por Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2018). Mesmo que suas contradições internas possam ser aproveitadas, os espaços para visibilidade a temas e perspectivas críticas costumam ser restritos, ainda mais em tempos de instabilidade e crise política.

O reconhecimento deste cenário faz com que a pauta da democratização da comunicação esteja nas agendas de luta e nos programas políticos das principais organizações progressistas latino-americanas (incluindo MST e Patria Grande). As leis de regulação do setor (mais ou menos tímidas) em países como Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina⁷ são resultado dessa leitura. No Brasil, a denúncia dos grandes meios comerciais, especialmente nas redes sociais, tem sido praticamente diária, mas em nada foi alterado o marco regulatório brasileiro, de 1962, que preserva a estrutura de concentração econômica dos meios de comunicação – apesar das promessas de democratização dos governos petistas (2003 a 2016), conforme apontam Liedtke e Aguiar (2011).

Por outro lado, o momento atual é também marcado pelo desenvolvimento acelerado de tecnologias de informação e comunicação, que abre certas possibilidades de produções próprias dos diversos movimentos sociais, veiculadas especialmente pelas

⁶ Entendida, na chave gramsciana, como conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras (MORAES, 2010, p. 54).

⁷ Uma das principais medidas do governo de Mauricio Macri foi desmantelar a Lei de Meios argentina.

redes sociais. Ainda assim, pouco se tem avançado na construção de veículos propriamente jornalísticos, de vocação massiva, que disputem hegemonia com a mídia comercial. Parte dessa fragilidade está na referida legislação brasileira, que conserva um ambiente extremamente desigual; outra parte na falta de compreensão das organizações populares sobre o papel que exerce a mídia e o jornalismo, em específico, na sociedade (KUCINSKI, 2007). Entre as tentativas recentes, certamente o jornal *Brasil de Fato* é uma das que mais se destaca.

No entanto, do lançamento do *Brasil de Fato*, em 2003, até o presente momento, muita coisa mudou no campo jornalístico. Conforme Mick e Tavares (2017, p.3), “[...] um conjunto complexo de fatores relacionados às transformações no capitalismo contemporâneo afeta dramaticamente o jornalismo”. Trata-se de uma crise estrutural que vai além do modelo de negócio ou financiamento.

Como demonstra o português José Luís Garcia (2009), não é possível compreender a crise do jornalismo sem considerar os elementos da economia política da comunicação (ou dos *media*) em interação com as transformações atuais do capitalismo. Isso porque o fazer e as instituições jornalísticas, a nível global, estão inseridas em um complexo industrial-tecnológico de produção e circulação de bens simbólicos que é justamente um dos motores mais dinâmicos do sistema neoliberal.

Desde a década de 1980, os jornalistas encontram-se num dos âmbitos – a indústria dos *media* em sua acepção larga – que mais envolvidos têm estado na forma como o capitalismo tem tentado ultrapassar a crise do regime fordista através da formação de uma ‘economia do conhecimento’ assente na capitalização do conhecimento, do saber vivo, no potencial das tecnologias de informação e de outras tecnologias para a criação de novos produtos, necessidades e consumos. Este processo teve como grandes motores a formação de um sistema de mercado planetário único e interconectado, a transnacionalização do investimento e das empresas, a mudança tecnológica permanente, o aumento da composição imaterial das mercadorias e a tendência para a liberalização sem regulação das economias. O pressuposto da autorregulação dos mercados, que presumivelmente alcança um equilíbrio benéfico, e o modelo empresarial como padrão organizador da sociedade — ilusões que a crise deflagrada em 2008 tornou manifestas — converteram-se em factores fundamentais da força estrutural e do clima ideológico das sociedades, reverenciados como dogma em muitas áreas universitárias e no falatório mediático (GARCIA, 2009, p. 23-24).

Este cenário de globalização neoliberal (que só se agravou nos últimos anos, com sinais cada vez mais extremos⁸) tem remodelado profundamente o jornalismo e a

⁸ Podem ser citados: protestos massivos por todo o globo, aumento das tensões geopolíticas, crise dos refugiados, endividamento profundo dos Estados, crise na União Europeia e ascensão da extrema-direita em diversos países, com destaque especial para a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em novembro de 2016. Especificamente no plano político, parecem ter se consolidado em diversos países do mundo verdadeiros regimes “pós-democráticos”, nos quais a vontade eleitoral da população é sempre

imprensa tradicional a partir da crescente pressão dos conglomerados privados (GARCIA, 2009 p. 26). Resumidamente, os principais traços decorrentes dessa dinâmica, conforme Garcia (2009), são: fusão das empresas jornalísticas e midiáticas com outros ramos da indústria cultural, da telecomunicação e da informática; conglomeração econômica a nível transnacional; submissão às inovações tecnológicas, plataformas e suportes; orientação extremamente comercial em detrimento da ideia ética de interesse público; precarização do trabalho e perda de autonomia intelectual e deontológica da profissão. Dessas características decorre que, segundo Garcia (2009, p. 31), “[...] todo o conteúdo com valor de mercado — medido em audiências e vendas — tende a ser confundido com informação jornalística”, dentro de uma lógica que “relega a informação e o conhecimento propriamente ditos para um plano insignificante” (GARCIA, p. 2009, p. 28). Em síntese, no estágio atual de desenvolvimento capitalista, a lógica de negócio passa a se “revelar crescentemente ameaçadora” para o jornalismo (GARCIA, 2009, p. 26).

Ainda que mencione, Garcia (2009) não enfatiza as novas atribuições do público neste contexto de transformações tecnológicas, importantes para caracterizar a crise estrutural do jornalismo como crise de credibilidade e legitimidade. Historicamente menosprezado nas pesquisas acadêmicas (MADIANOU, 2009; RUELLAN, 2006; HARTLEY, 2009), o público passa a ser objeto de atenção e chave explicativa. Hoje, tanto audiência quanto fontes do jornalismo se tornam eles próprios “ativos comunicadores públicos” (HEINONEN; LUOSTARINEN, 2008, p. 234). Proliferam canais de mídia alternativa, blogs, comunidades virtuais (locais e globais) e se fortalecem o chamado “jornalismo das fontes” e as assessorias de imprensa. Por mais que estejam “capturadas para fins de enriquecimento de alguns e de aumento do poder”, como afirma Garcia (2009, p. 41), as novas tecnologias e as redes sociais possibilitaram novos fluxos de comunicação do público que, na imensa maioria, passam por fora do jornalismo feito na mídia tradicional. Além disso, com maior oferta informativa, o trabalho jornalístico tende a estar muito mais exposto ao escrutínio público. Por outro lado, estes mesmos

constrangida pelos poderes reais do sistema financeiro mundial. Esta situação, aliada à imensa massa de “perdedores” do processo de globalização, é combustível para os fenômenos do tipo Trump, de um lado, ou Bernie Sanders (socialista que perdeu as primárias do Partido Democrata para Hillary Clinton), de outro, para ficar em apenas um exemplo. A crise das experiências progressistas na América Latina, tratada anteriormente, também está determinada por esse contexto, especialmente quanto à: instabilidade geopolítica e aos interesses estadunidenses na região; debilidade econômica e falta de alternativas diante da desvalorização das *commodities*; e incapacidade política, especialmente no Brasil, por não ter criado, ao longo dos governos petistas, condições (com reformas estruturais) para enfrentar um período como este.

fluxos são utilizados para disseminação de notícias falsas e tendem a se conformar como bolhas ideológicas.

De qualquer forma, são mudanças que afetam produção, circulação e recepção da informação. Para Mick e Tavares (2017, p.4) vem daí a crise de credibilidade da imprensa e da forma-empresa do jornalismo:

Os públicos, com acesso aos mais variados relatos, mais versões sobre os acontecimentos, observam inconsistências e diferenças entre o que a mídia veicula e o que podem encontrar na rede. Ao notarem omissões da imprensa, ou perceberem lacunas na cobertura relativas a diferentes interpretações de um mesmo acontecimento, acabam por se sentir enganados, não ouvidos ou não reconhecidos. Isso é particularmente válido para grupos historicamente excluídos [...] A insatisfação gera reclamações que, antes limitadas, com sorte, à seção de “cartas dos leitores”, hoje podem ter até mais visibilidade do que as próprias matérias que criticam (MICK, TAVARES, 2017, p. 4).

O cenário de crise de credibilidade afeta o jornalismo de diversas regiões no mundo, mas é agravado “[...] em países em que o *establishment* jornalístico decidiu recuperar o proselitismo pré-moderno (CHALABY, 1998; 2003) como estratégia para vencer sua própria crise” (MICK, TAVARES, 2017, p. 2). Nesse sentido, vale acrescentar que, além de tentar vencer sua própria crise, a atuação aberta do jornalismo como partido político está alinhada às estratégias de superação também das crises econômica e política das elites proprietárias – como são os casos brasileiro e argentino. Para Gadini (2016), tal atuação não passa despercebida pelo público, pois ultrapassa as convenções e os códigos deontológicos que legitimam socialmente o campo jornalístico.

Na proporção em que tais veículos da mídia comercial hegemônica assumem o caráter de propaganda (política ou mesmo eleitoral, ainda que fora da agenda de disputas), a hibridização traduz uma clara “inversão funcional” da lógica convencional – que leitores, internautas, radiouvintes e telespectadores – ainda esperam, ou esperavam, de tais produções jornalísticas (GADINI, 2016, p. 9).

O delineamento do problema leva à conclusão de que a alardeada “crise de financiamento” – marcada principalmente pela mudança na lógica dos anúncios publicitários, que migram dos jornais impressos para plataformas maiores de circulação de todo tipo de conteúdo, como Google e Facebook – é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais profunda. No entanto, nada leva a crer que, por si só, as novas possibilidades tecnológicas e dos públicos apontem para a fundação de um jornalismo mais democrático.

Assim como Garcia (2009), Robert McChesney (2013) sustenta que, na medida em que as corporações globais concentram cada vez mais poder econômico, mais centralizadas está a produção e distribuição de notícias na internet. Ou seja, há um pequeno grupo de portais que concentram o tráfego e uma “longa cauda” de sites menores,

que existem mas são desconhecidos para a maiorias das pessoas. Isso também faz com que as condições de trabalho e a deontologia profissional sejam impactadas.

Dado esse quadro é possível delinear saídas para a crise. Tanto Garcia (2009) e McChesney (2013) quanto Mick e Tavares (2017) e Gadini (2016) defendem que o jornalismo não depende necessariamente dos meios de comunicação empresariais para sobreviver, já que a legitimidade responde a necessidades sociais que, pelo menos até o momento, seguem demandadas. Portanto, “[...] o cerne da questão não se encontra em como encontrar recursos para financiar o jornalismo nas empresas, mas num entendimento a ser construído, entre público e jornalistas, no entorno de um novo modelo de operação”, como sinalizam Mick e Tavares (2017, p. 10). McChesney (2013) enfatiza que, se o jornalismo pode ser considerado um bem público e o mercado não pode resolver sua crise, independentemente das tecnologias, a saída passa por robustas políticas, que incluem regulação e investimentos públicos.

Neste ponto retorna-se verticalmente aos objetos de estudo: *Brasil de Fato* e *Notas*. A caracterização da conjuntura política, de perda de terreno das organizações populares frente ao avanço neoliberal, coloca imensos desafios a projetos de transformação da sociedade. Da mesma forma, a concentração econômica e desregulação das corporações de mídia, tecnologias e telecomunicação restringem cada vez mais as possibilidades de um jornalismo alternativo ganhar espaço. Ao aliar as duas constatações, fica claro que uma retroalimenta a outra. Enfim, a crise da forma-empresa do jornalismo existe, mas sua superação no sentido de um jornalismo mais democrático depende de reconfigurações na economia política.

Isso não significa, como esta dissertação pretende mostrar, que experiências como *Brasil de Fato* e *Notas* não tenham razão de ser. Os espaços abertos pela crise estrutural do jornalismo empresarial podem ser aproveitados. E, a partir daí, podem somar esforços na construção de um jornalismo de novo tipo – que, sem fins lucrativos, busque de um lado a “[...] repactuação de um contrato entre produtores e públicos sobre o jornalismo que se deseja” (MICK, TAVARES, 2017, p. 4) e, de outro, o resgate da “independência intelectual” e da “dignidade deontológica” dos profissionais (GARCIA, 2009, p. 37).

Da mesma forma, e principalmente, os projetos cumprem o papel de visibilizar (ainda que para públicos restritos) as demandas e perspectivas dos movimentos populares. Vale lembrar que as experiências do *Brasil de Fato* e *Notas*, na intersecção entre o profissional e o militante, resgatam os debates da imprensa alternativa de resistência aos regimes militares. Naquele período, ainda que também tivessem alcance reduzido, os

jornais alternativos, em suas diferentes matizes, cumpriram papel relevante nas lutas por abertura democrática, tanto que sofreram implacáveis censuras e boicotes (KUCINSKI, 2001). Na mesma linha, o período atual não exclui a possibilidade de novas rebeliões populares, que alterem a correlação de forças; e, caso ocorram, terão no jornalismo alternativo uma retaguarda fundamental.

Em suma, o que é importante demarcar é que a atual conjuntura está marcada pelo encadeamento de crises globais. Em um primeiro plano estão as crises econômica, do neoliberalismo; geopolítica, de rearranjo mundial; e política, das democracias liberais. São fatores determinantes, em constante interação e contradição, das crises do ciclo progressista da América Latina, de um lado, e de legitimidade do jornalismo, de outro. Vale adiantar que as referidas crises não serão aprofundadas ao longo da dissertação, mas compõem o pano de fundo. Ainda assim, o problema da pesquisa – as relações estratégicas entre organizações populares e jornalismo profissional – pode ser inserido em um contexto maior de profunda instabilidade e transformação.

Quanto à divisão dos capítulos, o primeiro trata do arcabouço teórico-conceitual. Em sua abertura, traça uma retomada histórica e aborda características e definições de jornalismo alternativo, buscando suas particularidades, especialmente a partir de Kucinski (2001). Em seguida, é discutida a contribuição de Genro Filho (2012), que define o jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular, assentado sobre uma necessidade social surgida no contexto de desenvolvimento capitalista, mas com potencialidades que ultrapassam sua gênese histórica. Além da teoria em si, interessam suas consequências para a formulação de projetos de jornalismo alternativo. Também são tratadas as definições de poder simbólico e campo social de Pierre Bourdieu (2004, 2005), uma visão sociológica do jornalismo, com destaque aos processos de hierarquias e legitimação. O capítulo é finalizado com um olhar do jornalismo como aparelho privado de hegemonia e suas relações com o Estado, a sociedade civil e as estratégias de acúmulo de forças para a transformação social – formulações desenvolvidas por Antonio Gramsci (1999, 2001, 2011).

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Inicialmente, explora o surgimento e os primeiros dez anos do jornal *Brasil de Fato*, buscando contextualizar sua trajetória com a conjuntura da época e as posições do MST. São tratados os entraves que, logo após o lançamento, afetaram a publicação: dificuldades de gestão de um empreendimento jornalístico nacional (que seriam agravadas pela “crise do impresso” no fim da década); e conjuntura de descenso do movimento de massas (agravada pela

fragmentação da esquerda diante dos governos petistas), sendo esta determinante. A partir daí, o capítulo explora a “virada estratégica” do *Brasil de Fato* que significou encerrar o semanário nacional impresso, construir tabloides estaduais gratuitos, reformular e fortalecer as ferramentas digitais e transformar a Radioagência Notícias do Planalto (NP), fundada em 2004 também por iniciativa do MST, em Radioagência Brasil de Fato.

A parte final do segundo capítulo apresenta os resultados da análise editorial do *Brasil de Fato*, balizada por critérios de produção jornalística, como seleção e hierarquização de pautas e temas; gêneros e formatos textuais; recursos de edição; abrangência; escolha de fontes. A análise do site brasildefato.com.br engloba 403 matérias postadas entre os dias 08 de maio e 06 de junho de 2017. No mesmo período foram analisados os destaques na página inicial do portal, com o objetivo de verificar marcas de hierarquização jornalística. Por reunir também conteúdo dos jornais impressos e da Radioagência, o site do *Brasil de Fato* foi o meio que recebeu maior atenção da pesquisa.

A trajetória do *Notas – Periodismo Popular* é contada no terceiro capítulo. Para tal, o texto remonta a política argentina desde a crise de 2001 e a ascensão do kirchnerismo até a atualidade, sob governo de Mauricio Macri. O esforço foi necessário para localizar o Patria Grande na cena social e política do país e, assim, contextualizar o surgimento e a dinâmica atual do portal. A análise editorial do *Notas* segue as mesmas coordenadas daquela realizada sobre o site do *Brasil de Fato*. O período considerado e as categorias utilizadas são basicamente as mesmas. A amostra corresponde a 221 textos.

O quarto e último capítulo é uma tentativa de sistematizar questões que atravessam os debates de *Brasil de Fato*, *Notas* e iniciativas similares. Com suporte em Gramsci (2001), é desenhada uma “anatomia” do jornal alternativo, em sua composição interna, que mescla militância e trabalho profissional. Em seguida são discutidas estratégias e táticas, com ênfase nas características dos públicos e na escolha de temas para produção de conhecimento, considerando as limitações estruturais do jornalismo alternativo. O capítulo se encerra tratando da problemática da autonomia/heteronomia entre jornalismo e política e seus efeitos na produção noticiosa.

O trabalho transita entre conjunturas políticas gerais e detalhes da produção noticiosa dos portais. A amarração entre essas dimensões foi um desafio constante. Caso sirva de subsídio para pensar as estratégias que perpassam a produção jornalística em projetos dirigidos por organizações populares, esta dissertação terá cumprido seu objetivo.

1. DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A discussão teórico-conceitual se divide em quatro partes. A primeira faz uma retomada histórica e aborda características e definições de jornalismo alternativo, buscando suas particularidades. As outras três seções do capítulo tratam do arcabouço teórico e de ferramentas conceituais que foram trabalhadas ao longo da investigação. Busca-se a contribuição de Genro Filho, que define o jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular, assentado sobre uma necessidade social surgida com o desenvolvimento capitalista, mas com potencialidades que o ultrapassam. Em seguida são tratadas as definições de poder simbólico e campo social de Pierre Bourdieu, uma visão sociológica do jornalismo, com destaque aos processos de legitimação. A discussão é finalizada com um olhar do jornalismo como aparelho privado de hegemonia e suas relações com o Estado, a sociedade civil e as estratégias de acúmulo de forças para a transformação social – formulações desenvolvidas por Antonio Gramsci.

1.1 Imprensa alternativa

Bernardo Kucinski (2001, p.5) avalia em *Jornalistas e Revolucionários* que foi durante o regime militar que a imprensa alternativa chegou a seu auge no Brasil, quando, de 1964 a 1980, foram editados cerca de 150 periódicos no país. Este ciclo surgiu da articulação de dois fatores centrais, político e jornalístico, respectivamente: “[...] o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade” (KUCINSKI, 2001, p.5). Desse cruzamento surgiram jornais tanto da iniciativa de organizações políticas de esquerda, a maior parte clandestina, quanto de motivações propriamente jornalísticas.

Tais diferenças levaram Kucinski a estabelecer um corte em sua amostra, a partir de duas grandes tipologias de jornais alternativos: “Jornalistas” e “Revolucionários”. A categorização se vê na estrutura interna da obra, dividida em três partes: i) “Panorama da imprensa alternativa no Brasil”; ii) “Os Jornalistas”; iii) “Os revolucionários”. O autor explica na Introdução que, após o capítulo de panorama,

A segunda parte, chamada *Os jornalistas*, é dedicada às histórias de vida dos grandes jornais alternativos de motivação essencialmente jornalística, incluindo o satírico O PASQUIM, os que eu designo como existenciais (BONDINHO, EX, VERSUS) e os de reportagem (COOJORNAL e REPÓRTER). A terceira parte, chamada *Os revolucionários*, dá conta da vida dos três grandes jornais vinculados a partidos ou frentes políticas (OPINIÃO, MOVIMENTO, EM TEMPO) (KUCISNKI, 2001, p.1).

Evidentemente, as duas tradições também se entrelaçavam. Devido ao apelo de resistência à ditadura militar, por exemplo, jornais originalmente desvinculados de organizações também foram tomados pela lógica partidária (KUCINSKI, 2001, p.7).

Cale registrar também as experiências de jornais vinculados não diretamente a partidos, mas a movimentos sociais emergentes. São os casos, por exemplo, de *Nós Mulheres*, ligado a organizações feministas de base, e a seção Afro-Latino-América do *Versus*, onde seria articulada a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Apesar de operarem em lógicas distintas, tais publicações carregaram dilemas políticos e jornalísticos muito similares aos demais alternativos (KUCINSKI, 2001).

Como critérios para classificação da amostra de *Jornalistas e Revolucionários*, Bernardo Kucinski (2001, p.1) considerou: o “[...] discurso alternativo, a quantidade de trabalho jornalístico agregado e o grau de autonomia jornalística”. Não foram incluídos boletins produzidos artesanalmente por movimentos sociais e nem jornais oficiais de partidos políticos ou outras entidades, além de iniciativas com fins predominantemente lucrativos.

Para Kucinski (2001, p. 94), o fim do ciclo da imprensa alternativa está bem demarcado. “Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981.” Entre as causas, o autor cita o fim da necessidade de resistir ao regime militar e uma série de vícios das organizações políticas, como modelos de gestão e distribuição “antieconômicos”, sectarismo, aparelhamento e dificuldade em atualizar formatos e linguagens.

Em síntese, Bernardo Kucinski (2001, p. 14) acredita que o esgotamento daquela imprensa alternativa está prioritariamente relacionado a profundas mudanças nas esquerdas, marcadas pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) no início dos anos 1980 e pela implosão do paradigma vanguardista de organização.

A dispersão que se seguiu apontou para a institucionalização e a mudança de lugar social dos atores protagonistas da imprensa alternativa: tanto na abertura de espaço na mídia corporativa, quanto em sindicatos, partidos, movimentos mantidos pela igreja católica e outras entidades da sociedade civil. Kucinski (2001, p. 14) destaca que, trabalhando para estas entidades, “[...] o jornalista não é sujeito do processo e desaparece a autonomia jornalística”. Neste novo momento,

Não se reproduz a articulação que definia uma imprensa alternativa, apenas subsistem alguns de seus elementos, e numa forma mais simples: os jornais são veículos de defesa de interesses corporativos ou institucionais específicos. Nessa configuração o jornalista é essencialmente assalariado que precisa

defender posições políticas e programáticas da instituição que o emprega. O âmbito da decisão política é o da instituição e não da redação do jornal (KUCINSKI, 2001, p. 97).

Isso não quer dizer que a imprensa alternativa tenha desaparecido por completo nesse período. O jornal *Brasil Agora* circulou entre 1991 e 1996. A revista *Caros Amigos* foi lançada em 1997, a *Fórum* em 2001 e o jornal *Brasil de Fato* em 2003, experiências impulsionadas por intelectuais e organizações políticas, coordenadas por jornalistas profissionais. Em nível internacional foi marcante a experiência do Centro de Mídia Independente (CMI), fundado em 1999 e realizado tanto por jornalistas quanto ativistas, ou “jornativistas” como propõe Kelly Prudencio (2008).

As dissertações de mestrado “*Brasil de Fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo*”, de Ana Maria Straube (2009), e “*Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise*”, de Daniel Barbosa Cassol (2010), são os dois trabalhos que mais se debruçaram sobre o veículo, especificamente. Ambos os autores, como indicam os próprios títulos, definem o *Brasil de Fato* como um jornal “popular alternativo”. Alternativo por se contrapor ao modelo dominante de imprensa e aos ideais de neoliberalismo vinculados a ela; e popular por manter vinculação orgânica com movimentos sociais das classes subalternas. Referência brasileira na área, a professora Cicilia Peruzzo (2006; 2009; 2013) também qualifica o *Brasil de Fato* como um veículo alternativo de ligação estreita com movimentos populares.

Neste sentido, guardando as profundas diferenças de contexto, o *Brasil de Fato* apresenta semelhanças com os jornais alternativos de décadas anteriores (STRAUBE, 2009; CASSOL, 2010), como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. No caso do portal *Notas*, a seção “¿Por qué *Notas*?” também se remete às experiências de resistência às ditaduras argentinas, reivindicando jornais como *Noticias*, dirigido pela agrupação clandestina Montoneros, e *El Mundo*, pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), ao longo da década de 1970, além da primeira fase do diário *Página/12* nos anos 1980 e 1990 (NOTAS, 2017).

Cabe a ressalva de que os termos alternativos e popular (assim como independente, contra-hegemônico, radical etc.) não trazem definições unívocas na literatura (PERUZZO, 2006, 2009, 2013; DORNELLES, 2007; STRAUBE, 2009; CASSOL, 2010). No caso argentino, conforme o trabalho de Paula Mesa Suárez (2014) – que trata da experiência da Red Nacional de Medios Alternativos (RNMA), conformada em 2004 –, o debate em torno da definição dos termos segue problemáticas similares. Tal

discussão não será aprofundada neste trabalho. Ainda assim, considerando a reflexão dos autores mencionados, a definição do *Brasil de Fato* como jornalismo popular alternativo é perfeitamente cabível, e pode ser estendida ao argentino *Notas*.

Ao se aceitar tal definição, resultado de trabalhos prévios a esta pesquisa, assume-se que *Brasil de Fato* e *Notas* estão envolvidos por um ambiente – alternativo, popular, independente – no qual convivem com projetos similares. No caso brasileiro, especificamente, este ambiente vem crescendo nos últimos anos. São novas experiências que surgem em um cenário jornalístico de transformação, catalisado pelas novas tecnologias digitais em meio à crise estrutural do jornalismo. Entre as mais significativas podem ser destacadas duas iniciativas bastante diferentes entre si: a *Agência Pública*, especializada em reportagens e jornalismo investigativo, fundada em 2011; e a *Mídia Ninja*, criada em 2013 e projetada nacionalmente durante as “jornadas de junho” com suas transmissões ao vivo de protestos de rua.

Neste cenário coexistem experiências com distintas concepções e dinâmicas. O *Brasil de Fato* e o *Notas*, guardadas as especificidades nacionais, estão entre aquelas que se diferenciam por apostarem na profissionalização do jornalismo ao mesmo tempo em que são dirigidas por organizações e movimentos políticos – carregando com elas “projetos nacionais”, para utilizar a definição de Kucinski (2001).

No ambiente do alternativo, os objetos da pesquisa estão na intersecção entre jornalismo profissional e militância política (com projeto e organização, e não espontaneamente ativista), na qual encontram-se veículos que podem ter menor ou maior autonomia jornalística em relação às organizações políticas, têm forte adesão aos códigos éticos e técnicos da profissão, mas a motivação de fundo é primeiramente política. Os repórteres, na maioria jornalistas profissionais, podem ou não ser militantes organizados, mas os cargos de direção costumam ser ocupados por jornalistas que são também militantes ou dirigentes políticos. Em geral, o objetivo do veículo está traçado dentro de uma estratégia política maior e bem definida, o que não necessariamente compromete sua qualidade jornalística.

Tais características – traçadas a partir de critérios como autonomia, motivação, perfil dos jornalistas, traços técnicos e ética profissional – manifestam-se na rotina de produção (seleção de pautas e agendamento temático, relação entre repórter e fonte, enquadramentos noticiosos, trabalho editorial), na estrutura organizativa e nos sujeitos que ocupam cada cargo (conselhos, chefias, redação), no modo de financiamento

(doações, apoios, promoções, anúncios) e até na recepção dos conteúdos, considerando as especificidades dos públicos aos quais se dirigem.

É importante frisar que, apesar de serem iniciativas militantes, tanto *Brasil de Fato* quanto *Notas* tomam para si a necessidade de terem alcance massivo e apostam na profissionalização do jornalismo. Ainda que não se realizem totalmente, as publicações em geral não reivindicam ou se entrincheiram nos lugares do alternativo, de resistência ou de esquerda, pois sabem que posturas desse tipo não disputam hegemonia em setores amplos da sociedade. Além disso, ao reconhecer os códigos do campo jornalístico e almejar posições de maior prestígio, também podem tensionar o sentido ético ideal do jornalismo.

Dessa forma, mais do que estudar as características e definições do popular e/ou alternativo, o que interessa na pesquisa são as relações estratégicas entre organizações populares e jornalismo profissional, a partir das experiências do jornal *Brasil de Fato* e do portal argentino *Notas*, dirigidos, respectivamente, por MST e Patria Grande – organizações que têm em comum projetos de transformações estruturais em seus países a partir da distribuição de riquezas, garantia de direitos sociais, aprofundamento da democracia e soberania nacional.

1.2 Jornalismo como forma de conhecimento

A obra “O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, de Adelmo Genro Filho (2012), é fundamental para a pesquisa em jornalismo alternativo por dois motivos. Primeiro, pela própria caracterização do que é jornalismo; segundo, por ter sido também uma intervenção direcionada à militância política, propondo uma reconsideração do fazer jornalístico. Isso porque Genro Filho (2012, p. 10) entende o jornalismo como “[...] uma *forma social de conhecimento*, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção”. Segundo o autor,

[...] é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que existe a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo moderno, que não seja meramente propagandístico ou formalmente opinativo. Isto é, reconhecer a possibilidade e a necessidade de um *jornalismo informativo* com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos. Em segundo lugar, é preciso saber fazê-lo, sendo que, para tanto, antes de mais nada, é imprescindível compreendê-lo do ponto de vista teórico (GENRO FILHO, 2012, p. 150).

De acordo com Felipe Pontes (2015a), a ideia da necessidade social da informação jornalística é fundante da teoria de Adelmo Genro Filho. Essa necessidade social surge de mudanças estruturais da sociedade burguesa. O jornalismo informativo moderno é o produto mais típico da conjunção entre um “[...] novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo” e os emergentes “meios industriais de difundir informações” (GENRO FILHO, 2012, p.32). Conforme Pontes (2015b, p. 155), este processo se desenvolve com maior força a partir de 1920 no Brasil e na Argentina, enquanto nos países centrais se desenrolava desde a segunda metade do século XIX. Ou seja, os indivíduos passam a viver em condições de cada vez maior integração social – relações sociais em crescente universalização, mediadas e constrangidas por interesses e visões particulares do mundo. O jornalismo informativo se insere nessa trama, pois tem o potencial de suprir as necessidades do momento histórico e aparece como uma modalidade de conhecimento que justamente “[...] torna possível a conexão do indivíduo e do cotidiano – das relações singulares –, às condições de cidadania a partir da constituição de uma visão particular do mundo” (PONTES, 2015b, p. 155).

Dáí seguem consequências importantes. Primeiro, está descartada a tese de que o jornalismo é criação arbitrária dos poderosos, ou puro reflexo ideológico das estruturas sociais, uma necessidade social falsa. Segundo, esta necessidade real tem uma gênese histórica assentada na particularidade burguesa, mas passa a se inserir na totalidade histórica da humanidade, tornando-se a necessidade de um “volume de informações que corresponda a essa integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais” propiciada pelo desenvolvimento capitalista (GENRO FILHO, 2012, p. 142). O jornalismo, bem como as ciências modernas, tem seu surgimento no capitalismo, mas isso não quer dizer que deva desaparecer em uma sociedade de outro modo de produção.

O próximo passo é explicar qual a natureza desse conhecimento que tenta suprir a “[...] carência ontológica da complexidade e integração universal que se constitui a partir do capitalismo” (PONTES, 2015a, p. 156). Para isso, influenciado pelos trabalhos sobre estética de Lukács, Genro Filho (2012) alicerça sua teoria na tríade de categorias “singular”, “particular” e “universal”, de larga tradição filosófica, que ganharam centralidade no sistema teórico de Hegel. Uma boa síntese é oferecida por Pontes (2015b).

Essas modalidades lógicas apontam que o modo de apreender o real pelos homens ocorre a partir de formas específicas de conhecer. A singularidade remete a uma imediaticidade de reconhecimento do real e, ao mesmo tempo, de uma unicidade capaz de sintetizar elementos urgentes de determinado contexto – o que leva a um senso de contingência ligada a essa forma de conhecimento. A particularidade pressupõe um nível de abstração maior, no

qual elementos estruturais e de conjuntura são apresentados, como aspectos ideológicos, o pertencimento a um grupo ou classe ou mesmo o contexto dos acontecimentos. A universalidade, por conseguinte, seria um processo de abstração que explica - por meio de leis, normas ou aspectos filosóficos - a totalidade, a verdade, o conceito (PONTES, 2015b, p. 148-149).

Segundo Genro Filho (2012, p. 58), o conhecimento jornalístico é caracterizado pela “apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica”. O singular é o fenômeno único, irrepitível, a forma do novo. O jornalismo, assim, se diferencia da ciência e da arte, que têm como momentos dominantes as categorias da universalidade e particularidade, respectivamente.

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo tampouco elabora uma espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o típico é o eixo fundamental de contato com a realidade (GENRO FILHO, 2012, p. 65).

Ao produzir notícias, o jornalismo dota de sentido determinados fatos sociais. Genro Filho (2012, p. 61) explica que o processo de significação é determinado por duas variáveis: “1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação”. Trata-se da dialética entre o objetivo fenomênico e o trabalho subjetivo que está na essência da informação jornalística. Ainda que a notícia seja mediada por um *sujeito*, ela tende a se cristalizar na face *objetiva* do evento, a singularidade. Ao entrar em contato com o público, essa dimensão objetiva, o singular, dota a notícia de uma inerente “abertura de sentido”.

Como consequência da estrutura da notícia,

[...] O jornalista não pode fazer do processo de ressignificação que realiza o fechamento do sentido, o que não permitiria aos leitores e leitoras, ao terem com determinando “fenômeno como se estivesse acontecendo”, realizarem os seus processos de mediação – o que atende à necessidade do público pela informação jornalística (PONTES, 2015a, p. 295).

Tal afirmação pode ser percebida no fato de que, tanto militantes socialistas quanto liberais, tanto operários quanto banqueiros, servem-se do jornalismo informativo para se situarem socialmente, conhecendo os fatos do dia, ainda que certamente cheguem a interpretações e valorações bastante destoantes.

Por outro lado, da parte do profissional e/ou do militante, a abertura de sentido coloca desafios à prática que só podem ser enfrentados com esforço intelectual. Uma

notícia escrita de maneira não reflexiva tende a ter seu sentido preenchido pelas ideologias do senso comum presentes no público. Isso requer, como desenvolve Sylvia Moretzohn (2007, p. 180), “pensar contra os fatos”, o que “[...] implica a capacidade de distanciamento – isto é, alguma ‘suspensão’ – para se produzir uma informação capaz de ir além do caráter imediato dos fatos a serem noticiados”. Assim, cada material de um jornal alternativo deve ser compreendido como uma intervenção tática, mediada pelos fins estratégicos do veículo – sejam eles a promoção dos direitos humanos ou a construção de um projeto geral de país. A chave está nas particularidades que serão conectadas ao singular, que podem ser pensadas como antídotos do real contra os possíveis sentidos dominantes que emanam do acontecimento no senso comum. Por outro lado, tal possibilidade estará sempre tensionada pelas condições de trabalho e pelas pressões das rotinas produtivas.

Seguindo Pontes (2015a, p. 295), outra expressão da abertura de sentido como estruturante da notícia diz respeito aos próprios editoriais e artigos de opinião dos jornais. É que: “[...] o sentido que o relato não fecha em dado discurso (mesmo trazendo conexões com uma dada particularidade) gera a necessidade de a empresa jornalística e grupos políticos que se expressam por meio dela posicionarem-se em outros gêneros textuais jornalísticos”. Em outros termos, o jornalismo informativo é “apenas” uma das estratégias de comunicação dos atores sociais e políticos. O que o torna mais decisivo é estar legitimado por uma necessidade social e ser uma forma de conhecimento da realidade, especialmente do cotidiano.

Sendo assim, o jornalismo também difunde ideias, que podem ser incorporadas na prática para resolução de conflitos, ou seja, ideologias. É a possibilidade de junção entre o conhecer e o querer fazer. Estando na posição de artífice dos conflitos sociais e de suas possíveis soluções, o jornalismo assume papel de “mediador social das ideologias” e, por isso, é terreno de disputa entre classes (PONTES, 2016, p. 160).

Nesse sentido, Adelmo Genro Filho defende abertamente a atuação militante tanto dentro dos canais jornalísticos comerciais quanto dos alternativos e populares:

Essa batalha pode e deve ser travada dentro dos jornais e veículos sob controle da burguesia a partir do escasso, mas significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editoriais, e do espaço igualmente importante das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários”. Como pode e deve também ser travada, especialmente em momentos de transição revolucionária, mas não apenas nesses casos, em veículos de comunicação massiva sob o controle das forças operárias e populares (GENRO FILHO, 2012, p. 150).

Fica pendente a avaliação da evolução desses “espaços” nos últimos 30 anos após a publicação de *O Segredo da Pirâmide*, ainda mais nos tempos atuais de crise da forma-empresa e emergência de canais alternativos.

Genro Filho (2012) também entra em polêmica com teóricos e militantes da comunicação popular e comunitária da época, que defendiam o projeto de “devolver a palavra ao povo” com o fomento de práticas artesanais de comunicação. Seria uma proposta ingênua, pois desprezaria as mediações tecnológicas e especificamente jornalísticas capilarizadas pela sociedade. A questão fundamental, segundo Genro Filho (2012, p. 131), “[...] é a definição e o controle, pelas massas revolucionárias organizadas, da política cultural que vai se expressar pelos meios de comunicação avançados”. Mais importante que a comunicação popular artesanal, limitada tanto na produção quanto na circulação de conteúdo, “é a luta pelos espaços no sistema de comunicação de massa e a conquista de veículos tecnicamente avançados”, diz o autor. Neste caso, fica pendente outra questão, a saber, a função que pode cumprir a comunicação popular comunitária para uma organização política revolucionária ou um movimento popular. O MST e a Consulta Popular, tratados nesta pesquisa, apostam tanto no jornalismo informativo profissional (*Brasil de Fato*) quanto, por exemplo, em rádios comunitárias em acampamentos e assentamentos rurais, com produção artesanal e alcance muito reduzido. O Patria Grande, na Argentina, também tem militância atuando em rádio comunitária, a despeito do projeto jornalístico do *Notas*.

Genro Filho também busca diferenciar o jornalismo informativo moderno daqueles jornais partidários do tipo “organizador coletivo”, como formulado por Lenin. Genro Filho (2012, p. 42) considera que tais publicações são de outra natureza, tendo como funções “análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação”. Para tais fins, o autor as considera “insuperada em seus fundamentos”. Sua ênfase, no entanto, está na ideia de que “há uma tarefa mais ampla do jornalismo tipificado nos diários, que deve ser pensada em sua especificidade”.

Considerando o exposto sobre a teoria do jornalismo como forma social de conhecimento, a contribuição de Adelmo Genro Filho (2012), acrescida dos desenvolvimentos recentes de Felipe Pontes (2015a), parece basilar para a relação do jornalismo com disputa de hegemonia na sociedade. É esta compreensão teórica que o autor julgava necessária para os jornalistas de esquerda da época, que poderiam utilizá-la tanto no trabalho dentro das redações burguesas quanto alternativas, assumindo que “[...] o jornalismo, através da produção de notícias, guarda o potencial de ressignificar os fatos

sociais e de apresentar a complexidade das mediações envolvidas em cada um deles”, o que o coloca no centro das disputas sociais, como define Pontes (2016, p. 161).

1.3 Jornalismo enquanto campo social

Ainda que não tenha se detido em uma análise exaustiva do jornalismo, o ferramental teórico de Pierre Bourdieu pode ser especialmente útil para o jornalismo alternativo. Cabe uma consideração preliminar. Ao contrário dos marxistas Genro Filho, trabalhado na seção precedente, e Antonio Gramsci, que será discutido em seguida, o sociólogo francês propõe uma série de deslocamentos conceituais, de fundo, à tradição sucessora de Marx e Engels: “[...] de estrutura de classe a espaço social, de consciência de classe a *habitus*, de ideologia a violência simbólica, de classe dominante a campo de poder”, como aponta Löic Wacquant (2013, p.92). O trabalho de Bourdieu, segundo Wacquant (2013), busca uma síntese entre os desenvolvimentos de Marx, Durkheim, Weber, diferenciando-se do primeiro principalmente pela ênfase nas dimensões e mecanismos simbólicos que estruturam as relações sociais.

Isso não significa que haja incompatibilidade entre Genro Filho e Gramsci com Bourdieu para seguir nesta pesquisa sobre jornalismo, especialmente se suas ideias forem assumidas como ferramentas conceituais para compreensão dos objetos e do problema.

Em primeiro lugar, Bourdieu (2005) reconhece o papel do jornalismo de incidir nas lutas simbólicas sobre a percepção da realidade. Ele explica que, assim como a política e a ciência social, o campo jornalístico reivindica o poder de produzir e impor uma visão de mundo legítima. É nesta capacidade que estão interessadas as organizações políticas: influenciar sobre *o que* existe visivelmente e *como* é percebido.

As lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas destinadas a mostrar e a fazer valer determinadas realidades: penso, por exemplo, nas manifestações que têm como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente. [...] Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria (BOURDIEU, 2004, p. 162).

Estes sistemas de classificação são assentados no princípio de visão e divisão do mundo social. “As classificações sociais, como acontece nas sociedades arcaicas, que operam sobretudo através de oposições dualistas – masculino/feminino, alto/baixo,

forte/fraco, etc. –, organizam a percepção do mundo social e, em determinadas condições, podem realmente organizar o próprio mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 165). Dessa forma, o poder simbólico é essencialmente o de estabelecer grupos (criando ou sacralizando o existente).

A luta das classificações é uma dimensão fundamental da luta de classes. O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade (BOURDIEU, 2004, p. 167).

O exercício do poder simbólico está baseado em duas condições: o grau de correspondência do discurso à realidade e a posse de um capital simbólico, autoridade social conquistada em lutas anteriores. “O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento [...] e só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização” (BOURDIEU, 2004, p. 166).

Ainda que as concepções de classe social e luta simbólica guardem diferenças com a tradição marxista, não invalidam o que é o interesse principal das contribuições de Bourdieu para esta pesquisa específica, o processo de legitimação, a partir de conceitos como capital simbólico e reconhecimento. Assim, voltando-se aos objetos desta investigação, a pergunta inevitável é: como os canais de jornalismo alternativo conquistam capital para contribuir na luta simbólica de percepção do mundo social?

Cabe outra consideração central de toda sociologia de Bourdieu (2004, p. 163): “as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico”. Isso significa que o jornalismo alternativo, por ser desenvolvido fora dos grandes conglomerados econômicos, e por ter em geral posições críticas às ideias dominantes, tende a ser impelido à marginalidade. Para sair desta posição é preciso ‘nadar contra a corrente’.

O jornalismo deve ser entendido como um campo social – com relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros – que carrega lógicas propriamente jornalísticas, com autonomias relativas a outros campos. Um campo social é um sistema de relações objetivas que, de acordo com Miguel (2002), estabelece normas legítimas impostas “naturalmente” aos agentes que dele façam parte. Esses agentes, por sua vez, interiorizam as regras do campo também de maneira “natural” em suas práticas. Assim, os agentes são condicionados pela estrutura e pelas posições que ocupam, dependendo do volume e do tipo de seu capital acumulado. Os agentes “alternativos”, uma vez dentro do

campo, tentam lutar contra a homogeneização e a naturalização das práticas dominantes que os afeta.

No caso do campo jornalístico, Patrick Champagne (2005), baseado no trabalho de Bourdieu, afirma que há dois princípios de legitimação: o intelectual e o da economia política, que se enfrentam na definição da profissão ideal e expõe uma dualidade fundante da profissão. O primeiro está relacionado ao rigor propriamente jornalístico e à autonomia frente às forças econômicas e político-partidárias. Ainda que em outros termos, o princípio intelectual está ligado à discussão do jornalismo como forma de conhecimento, tratada anteriormente com Genro Filho (2012), ou seja, é um princípio assentado no compromisso com o singular e na adesão aos códigos deontológicos mais ou menos institucionalizados.

Champagne (2005) defende que concorre a este o princípio de legitimação da economia política, relacionado à capacidade de influência da opinião pública e de retorno financeiro à empresa, devido às grandes audiências diárias. Ao contrário do princípio intelectual, o alcance é determinante para a legitimidade. “O poder específico deles reside na influência que podem ter em um público que é praticamente coextensivo a toda população, ou seja, na contribuição decisiva que eles dão para criar opinião pública” (CHAMPAGNE, 2005, p. 29, tradução nossa)⁹. Esses princípios concorrentes fazem do campo jornalístico um campo de tensões. “[...] A maior contradição dentro da operação do campo jornalístico reside no fato de que as práticas jornalísticas que melhor se conformam aos códigos de ética do jornalista são muitas vezes simplesmente não rentáveis” (CHAMPAGNE, 2005, p. 53, tradução nossa)¹⁰.

A partir das reflexões acima, seguem-se os seguintes desdobramentos. Primeiro, parece que, carentes de capital econômico, os jornais alternativos têm de apostar na legitimação via princípio intelectual, ou seja, têm de investir seus poucos recursos na busca de capital jornalístico e cultural (o que implica as mais diversas e difíceis alternativas econômicas, como dedicação militante, por exemplo). Segundo, esse acúmulo de capital pressupõe aceitar (conscientemente ou não) certas regras do jogo institucionalizadas no campo. A contradição é que parece impossível o alternativo

⁹ “Their specific power resides in the influence they can have on a public that is practically coextensive with the entire population, that is, in the decisive contribution they make to creating public opinion” (CHAMPAGNE, 2005, p. 59).

¹⁰ “The major contradiction within the operation of the journalistic field lies in the fact that the journalistic practices that best conform to journalists’ ethical codes are very often simply not profitable” (CHAMPAGNE, 2005, p. 51).

alcançar as posições dominantes sem que se alterem as regras do jogo, a estrutura do campo – a não ser que deixe de sê-lo. Conclusão: o alternativo tem de buscar reconhecimento para aumentar sua eficácia simbólica em relação ao público, na mesma medida em que deve lutar, dentro de certas margens, para a própria alteração do campo, buscando melhores condições para se posicionar. Em outros termos, não basta fazer bom jornalismo, é preciso disputar o sentido e exigir condições para o exercício do bom jornalismo. Isso implica tanto o ataque às estruturas que concentram capitais (democratização da comunicação, por exemplo) quanto a disputa das posições epistemológicas e éticas para o jornalismo.

Também a partir da noção sociológica de campo social, o trabalho de Miguel (2002) oferece ferramentas para uma análise de menor grau de abstração sobre a relação entre mídia e política. O autor trabalha questões como conversão de capital midiático em capital político, devido à visibilidade promovida pela mídia a determinados agentes; estratégias de definição da agenda pública; sacralização e delimitação do campo político; interação entre repórter e fontes; e configurações discursivas que são modeladas pela mídia.

Por fim, não é possível discutir a relação entre campos sem tratar da questão da autonomia. Para o jornalismo alternativo impõe-se outra questão: se o princípio de legitimação intelectual do campo jornalístico pressupõe o maior grau possível de autonomia em relação às forças da economia e da política, como um veículo dirigido ou apoiado por uma organização política pode obter reconhecimento e capital?

Conceitualmente, parece se tratar de uma falsa polêmica. Autonomia significa a capacidade de reger-se segundo leis próprias. Neste caso, as “leis” jornalísticas. Por exemplo, se a Fundação Ford¹¹ não compromete a autonomia da *Agência Pública*, por que necessariamente o MST e a Consulta Popular colocariam em cheque a do *Brasil de Fato*? Quer dizer, é preciso analisar como a relação se materializa na prática para avaliar quanto da autonomia jornalística é perdida, ou não. Por outro lado, é preciso reconhecer que as fronteiras que definem o que é ‘política’ (e o que está fora) são objeto de constante disputa. Como afirma Miguel (2002, p. 174), “se a luta política é uma luta de ‘classificações’, em que os agentes buscam impor os princípios de ‘visão e divisão’ do mundo social, como diz Bourdieu, então a primeira divisão é aquela que separa um espaço

¹¹ “A Fundação é financiadora institucional da Pública, dentro do seu programa de Direito e Acesso à Mídia. É também uma das financiadoras da Casa Pública”, conforme consta no site da Agência: <http://apublica.org/quem-somos/#parcerias>

para a própria política”. No caso dos movimentos populares, “[...] quando extrapolam suas preocupações específicas, admitidas como legítimas, sempre surgem vozes para denunciar sua ‘politização’ espúria. É o que acontece cada vez que os sindicatos ultrapassam os limites da reivindicação salarial” (MIGUEL, 2002, p. 174). Não corre o mesmo risco o jornalismo alternativo? É uma linha tênue que, novamente, só pode ser alterada nas lutas por mudanças da estrutura dos campos e dos esquemas de percepção sobre eles. Fato é que essa situação muitas vezes obriga os veículos a ocultarem (ou manterem discretas) suas relações políticas, na tentativa de não perderem reconhecimento.

1.4 Estratégias de hegemonia

“O tema da estratégia é obrigatório para quem se coloca a tarefa de pensar a transformação da sociedade. Não há como avançar com consciência dos riscos e das possibilidades de vitória sem observar, prever e planejar para alcançar o fim desejado” (BOGO, 2008, p. 7). Uma organização, partido ou movimento político tem de saber alocar as forças acumuladas que têm à disposição (políticas, sociais, financeiras, simbólicas, tecnológicas, organizativas etc.) para, em melhores condições, fazer apostas fortes, com maior chance de sucesso. A construção, atuação e/ou influência em um veículo jornalístico deve ser compreendida dentro dessas possibilidades.

Tanto as reflexões históricas quanto teórico-conceituais podem ser tomadas pelos agentes do jornalismo alternativo e das organizações políticas como elementos estruturais que determinam suas atuações e possíveis estratégias. O conhecimento deve servir como subsídio para a formulação das linhas políticas. São noções da estrutura que, articulados aos movimentos de conjuntura, oferecem um panorama no qual as forças devem ser movidas.

Há consenso sobre a centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas, em particular na política. Uma organização que pretende se constituir como força hegemônica desde cedo terá colocado a sua frente o desafio da midiaticização. Fomentar e dirigir iniciativas jornalísticas, inserir militantes em canais já consolidados (comerciais ou alternativos) ou focar em uma relação de agendamento, enquanto possíveis fontes, são todas possíveis perspectivas de atuação.

Como esta pesquisa trata das relações estratégicas entre organizações populares e jornalismo profissional, marcadas por projetos de transformação social, é imprescindível buscar referências teóricas especificamente políticas. Para isso parece adequado o

ferramental do comunista italiano Antonio Gramsci, que concebe o jornalismo como parte dos aparelhos privados de hegemonia, organizações que compõem a sociedade civil (MORAES, 2010).

Para Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 140), principal difusor de Gramsci no Brasil, o conceito mais concreto da obra do italiano é o de Estado ampliado, entendido como um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil. De acordo com Gramsci (2011, p. 267), a primeira está ligada ao “[...] aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo tipo de produção e a economia de um dado momento”; e a segunda à “[...] hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)”. Isso significa que o Estado não se mantém *apenas* pela força coercitiva; a sociedade civil cumpre a função de assegurar os consensos necessários para a manutenção da ordem. Em suma, hegemonia pode ser definida como um poder adicional dos grupos dominantes para fazer coincidir seus interesses com o interesse geral. Ao mesmo tempo, a sociedade civil é concebida com relativa autonomia tanto em relação à estrutura econômica quanto à sociedade política (Estado restrito). Isso faz com que a sociedade civil seja cenário de lutas entre classes pela hegemonia, ou seja, pela “[...] conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras” (MORAES, 2010, p. 54).

Gramsci (2011, p. 297) defende que há realidades nacionais onde a sociedade civil toma forma muito complexa, a estas chama de ‘Ocidente’. Os países nos quais a sociedade civil é “primitiva e gelatinosa” são considerados ‘Oriente’, como era a Rússia de 1917, analisada por ele. Para cada realidade é preciso adequar (e combinar) as estratégias mais eficazes: guerra de posição, avançando nas ‘trincheiras’ da sociedade civil para disputa de hegemonia; guerra de movimento, ataque frontal à sociedade política. Ao dividir ‘Oriente’ e ‘Ocidente’, e pensar novas estratégias e táticas, o comunista italiano abre uma série de deslocamentos e novas possibilidades na teoria marxista de revolução.

Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente em mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2011, p. 290).

Como explica Becker (2010, p. 99-100), chegar à condição de dirigente significa passar a “[...] dar a direção tanto em termos de indicar as melhores soluções para os problemas da sociedade quanto na conquista de adesão a uma visão de mundo e a valores

que se contrapõem aos das classes até então hegemônicas”.

É importante demarcar que o conceito de sociedade civil não carrega, por parte de Gramsci, uma valoração necessariamente *positiva* no sentido de uma mudança social democrática, como faz parecer o sociólogo Manuel Castells (1999) no trecho abaixo.

Na concepção de Gramsci, a sociedade civil é constituída de uma série de “aparatos”, tais como: a(s) Igrejas(s), sindicatos, partidos, cooperativas, entidades cívicas etc. que, se por um lado prolongam a dinâmica do Estado, por outro estão profundamente arraigados entre as pessoas. É precisamente esse duplo caráter da sociedade civil que a torna um terreno privilegiado de transformações políticas, possibilitando o arrebatamento do Estado sem lançar mão de um ataque direto e violento. [...] Onde Gramsci e Tocqueville vêem democracia e civilidade, Foucault e Sennet e, antes deles, Horkheimer ou Marcuse, vêem dominação internalizada e legitimação de uma identidade imposta, padronizadora e não-diferenciada (CASTELLS, 1999, p. 25).

Ao contrário do que defende o sociólogo, a questão não está na conotação positiva ou negativa da sociedade civil, que deve ser compreendida dentro do arsenal de conceitos gramscianos que envolve, além de hegemonia, relações de força, ‘Oriente’ e ‘Ocidente’ e guerra de posições e de movimento. Em Gramsci (1991) encontra-se também um caráter fundamentalmente *negativo* da sociedade civil “ocidental” (mais bem desenvolvida), que se tornou uma “[...] estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 1991, p. 73). Ou seja, comparado com o contexto “oriental” russo, estudado pelo italiano, o desenvolvimento da sociedade civil dificultou o “assalto ao poder”.

Avançando na discussão sobre o conceito de hegemonia, o argentino Ernesto Laclau e a belga Chantal Mouffe (2015), em “Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical”, traçam a genealogia do conceito, da socialdemocracia russa, passando por Lênin e chegando até Gramsci, quando o termo “[...] adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico: hegemonia se torna conceito-chave na compreensão da própria unidade existente numa formação social concreta” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 58).

Para Laclau e Mouffe (2015), até Gramsci, o conceito de hegemonia havia sido mobilizado para preencher vazios teóricos e situações não previstas pelo desenvolvimento histórico “normal”, a saber, a fragmentação das classes sociais e a falta de unidade entre as lutas econômicas e políticas da classe operária. Os autores indicam que a virada entre os séculos XIX e XX foi marcada por uma crise teórica do marxismo e, até as duas Grandes Guerras, os debates giraram em torno de dois momentos básicos: de um lado, a “opacidade do social, das complexidades e resistências de um capitalismo crescentemente

organizado” e de outro “a fragmentação das diferentes posições dos agentes sociais que, de acordo com o paradigma clássico, deveriam ter se unido”. Daí por diante, segundo os autores, o problema central do marxismo tem sido encontrar “formas de reconstituir a unidade de elementos dispersos e heterogêneos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 70-71), ou seja, pensar a forma hegemônica da política.

Na socialdemocracia russa, o problema a ser resolvido era questão da tarefa de classe “natural” no período czarista, em outros termos, o papel que o proletariado deveria assumir diante da incapacidade da burguesia de levar a cabo reformas liberais-democráticas. “Tornou-se necessário caracterizar o novo tipo de relação entre a classe operária e as tarefas alheias que ela tinha que assumir num dado momento. Essa relação foi chamada de ‘hegemonia’” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 110).

Em Lenin, “hegemonia” foi formulada como o exercício de liderança política em uma aliança entre classes. Essa concepção, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 117), abriu uma potencialidade democrática no discurso marxista, já que ao contrário do economicismo etapista, assumiu demandas coexistentes que iam além das tarefas “naturais” da classe operária, abrindo a possibilidade para lutas sociais de “massas” e não apenas de “classes”. O problema é que nesses termos a aliança não teria sua identidade alterada, são vínculos puramente externos, devido à prioridade ontológica concedida à classe operária.

Conforme Laclau e Mouffe (2015), em Gramsci o conceito torna-se mais complexo e supera a ideia de “aliança de classes”. A diferença começa quando, dentro da construção hegemônica, o italiano passa de liderança “política” para liderança “moral e intelectual”, uma síntese superior que amalgama uma “vontade coletiva” de um determinado “bloco histórico”. Vejamos melhor como os autores veem esse “divisor de águas” gramsciano.

É neste movimento do plano “político” ao “intelectual e moral” que a transição decisiva rumo a um conceito de hegemonia além das “alianças de classes” tem lugar. Pois, enquanto a liderança política pode se fundamentar numa coincidência conjuntural de interesses na qual os setores participantes retêm sua identidade separada, a liderança moral e intelectual requer que um conjunto de “ideias” e “valores” seja compartilhado por uma série de setores – ou, para usar nossa terminologia, que certas posições de sujeito atravessem diversos segmentos de classe. A liderança intelectual e moral constituiu, de acordo com Gramsci, uma síntese superior, uma “vontade coletiva”, que através da ideologia, se torna o cimento orgânico que unifica um “bloco histórico”. [...] Para Gramsci, os sujeitos não são – estritamente falando – classes, mas “vontades coletivas” complexas; de modo semelhante, os elementos ideológicos articulados por uma classe hegemônica não têm um pertencimento de classe necessário. [...] a vontade coletiva resulta da articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas (LACLAU;

MOUFFE, 2015, p. 131-132).

Laclau e Mouffe também destacam a importância atribuída por Gramsci à ideia de “Estado Integral”, em que o setor dominante “modifica sua própria natureza e identidade pela prática da hegemonia” (2015, p. 134). Gramsci ilustra a teoria com dois exemplos, na relação entre democracia e hegemonia:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele se pode deduzir em conexão com o conceito de “hegemonia”. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. Existia no Império Romano uma democracia imperia-territorial na concessão da cidadania aos povos conquistados, etc. Não podia existir democracia no feudalismo em virtude da constituição dos grupos fechados, etc. (GRAMSCI, 1991, p. 184).

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 1991, p. 116).

Feita essa recuperação, Laclau e Mouffe (2015, p. 217) propõem um afastamento crítico de Gramsci por dois aspectos considerados ainda “essencialistas”: a ênfase em classes econômicas fundamentais e o postulado de que, via de regra, as formações sociais se estruturam em torno de um único centro hegemônico. Influenciados pelas teorias do discurso pós-estruturalista francês, a posição de Laclau e Mouffe está centrada na crítica radical ao economicismo e ao determinismo. Os autores fundam sua teoria no privilégio da “articulação política” e partem da “indecibilidade do social” como condição de emergência da hegemonia. Para eles, as relações hegemônicas são “inteiramente dependentes de articulações políticas e não de entes constituídos fora do campo políticos – tais como ‘interesses de classe’”. Seguem Laclau e Mouffe:

Se a objetividade social, através de suas leis internas, determinasse qualquer que fossem os arranjos estruturais (como numa concepção puramente sociologizante da sociedade), não haveria espaço para rearticulações hegemônicas – nem, na verdade, para a política como atividade autônoma. Para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazerem parte de um arranjo ou de outro não obstante converjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 39).

A proposta teórico-política dos autores para pensar uma construção hegemônica se assenta nas relações de equivalência entre grupos e classes sociais, na qual “[...] as diferenças mútuas são canceladas ou redefinidas devido à centralidade do que é idêntico a todas elas” (ALVES, 2010, p. 92). No entanto, essa articulação não se constitui em uma

nova identidade positiva, mas sempre como negatividade em relação a um outro campo de forças, o antagonista, o que gera universalidades possíveis mas tensas e instáveis. A partir dessa formulação, os autores [...] “defendem a necessidade de criação de uma nova hegemonia através de uma cadeia de equivalências entre as várias lutas contra as diferentes formas de subordinação” (ALVES, 2010, p. 93).

Os desdobramentos expostos acima, a partir da obra de Gramsci, não são consensuais; pelo contrário, se inserem nas disputas políticas e teóricas em torno do legado do italiano¹². De forma geral, as interpretações dos textos de Antonio Gramsci foram dificultadas às condições em que foram escritos, de maneira fragmentada, na prisão fascista de Mussolini. Conta Coutinho (2011, p. 91) que as polêmicas políticas em torno da obra estão presentes desde a primeira publicação póstuma de parte de sua obra, “As Cartas do cárcere”, na Itália, em 1947, dez anos após sua morte. No Brasil e na América Latina a “recepção” de Gramsci, traduzido pela primeira vez em 1965, em plena ditadura militar, também não é pacífica, tanto na academia quanto nos partidos políticos. Burgos (2012, p. 239) afirma que não é exagerado dizer que a obra do italiano chega à América Latina desprovida de conteúdo teórico, ainda que cheia de conteúdos éticos devido a seu martírio no cárcere, de um lado, e ao estado da esquerda à época¹³.

1.5 Jornalismo e articulação hegemônica

Os veículos jornalísticos podem ser admitidos como aparelhos que disputam estrategicamente hegemonia, dentro de um eixo tático de guerra de posição. São parte dos diversos dispositivos em disputa nas trincheiras da sociedade civil em realidades complexas. Tendo como exemplo o recente processo de golpe de Estado no Brasil é possível perceber na prática como o jornalismo foi mobilizado, pelas classes dominantes,

¹² Um exemplo significativo desses embates é oferecido pelo lukacsiano José Paulo Netto (2008, p. 136), quem encontra em Gramsci “resíduos idealistas” que favoreceriam apropriações oportunistas, especialmente de autores vinculados ao chamado “caldo de cultura pós-moderno”, uma tendência que “deseconomiza” e “desistoriciza” as análises da sociedade. Netto sugere que uma “pesquisa fecunda seria aquela que incidisse sobre a utilização contemporânea, por parte significativa das ciências sociais e disciplinas acadêmicas, da categoria *hegemonia*” (2008, p.119). Sua hipótese é de que o desprezo e/ou a ignorância dos pressupostos da crítica da economia política, que estão na raiz da formulação gramsciana, esvaziariam todo o conteúdo e a potencialidade originais da categoria “hegemonia”. Para Netto (2008, p. 139), esse “esvaziamento” já está presente “Hegemonia e Estratégia Socialista”, de Laclau e Mouffe (2015), “abrindo a via à adequação da categoria hegemonia à “sensibilidade” pós-moderna”.

¹³ Em “Los avatares de una herencia incómoda: El complicado diálogo entre Gramsci y la izquierda en América Latina”, Raúl Burgos (2012) determina quatro “figuras” de Gramsci na incorporação de suas ideias ao pensamento de esquerda no continente. São elas a matriz ética: herói político e mártir comunista; matriz filosófica: o Gramsci “filósofo da práxis”; matriz maquiavélico-jacobina; e, por fim, a autonomização de Gramsci: a teoria da hegemonia.

como instrumento central para a liderança intelectual e moral das forças golpistas, pré-condição e preparação para o rearranjo (ilegal, mas legitimado socialmente) na sociedade política. Atualmente, no contexto de pós-golpe e de um governo profundamente impopular, uma investigação possível é sobre a necessidade de cada vez maior intervenção, por parte das classes dominantes e do consórcio golpista, nos aparelhos privados de hegemonia, restringindo suas autonomias com o objetivo de estabilizar a sociedade política e fortalecer sua face autoritária.

No artigo “O jornalista Antonio Gramsci”, publicado no *Blog da Boitempo*, Dênis de Moraes (2013) aborda a atuação do comunista italiano em jornais entre 1910 e 1926. No entanto, essas publicações, nas quais se destaca *L'Ordine Nuovo*, assumiam caráter fundamentalmente organizativo, “[...] como instrumento de agitação, propaganda, esclarecimento, educação e formação da consciência revolucionária” (MORAES, 2013). Ou seja, uma modalidade distinta do jornalismo informativo moderno, conforme já discutido por Genro Filho (2012). Ainda assim, Moraes (2013) indica que, ao analisar a imprensa italiana, Gramsci aponta para uma análise mais sofisticada a partir da relação entre necessidade e ideologia presente no conceito de “jornalismo integral”, ou seja:

O jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área [de influência] (GRAMSCI, 2000a, p. 197 apud MORAES, 2013).

Segundo Moraes (2010, p. 19), “para a contraposição ao poderio midiático, todos os recursos táticos e canais contra-hegemônicos devem ser mobilizados e aproveitados”¹⁴. Assumir a possibilidade de as classes subalternas construírem hegemonia significa admitir que “[...] outros interesses que não os do Estado (em sentido restrito) e da classe dominante se movimentam na sociedade civil atrás de ressonância e aceitação” (MORAES, 2010, p. 19). São estes interesses dispersos que devem ser o fulcro da nova articulação hegemônica, pois, como defende Souza (2013):

Uma concepção de mundo não se entranha na sociedade e se torna um modo de ser e sentir se ela não é “viva” para responder às demandas de um determinado tempo. Ela não conseguirá substituir as velhas concepções se ela não se apresentar intimamente fundida com um programa político e uma concepção da história que o povo reconheça como expressão das suas necessidades vitais (SOUZA, 2013, p. 37).

¹⁴ Nesta pesquisa preferimos não assumir o conceito “contra-hegemonia”, pois, como mostram Netto (2008) e, principalmente, Souza (2013), não se trata de uma formulação de Gramsci e tem sido utilizado de forma contraditória em relação à teoria da hegemonia. Muitas vezes “contra-hegemonia” assume um sentido voluntarista e/ou culturalista, oposto à necessidade da complexa “reforma intelectual e moral” defendida pelo comunista italiano como forma de construção hegemônica das classes subalternas (SOUZA, 2013).

Neste sentido, Moraes (2010, p. 19) sustenta que as forças subalternas têm a tarefa de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas pelo capitalismo, disputando as percepções sobre o mundo social. “Trata-se de apresentar argumentações alternativas para vergar o senso comum, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento crítico da realidade para transformá-la” (MORAES, 2010, p. 19). Aí estaria o potencial e a tarefa das mídias alternativas, como focos de resistência “[...] que abrem horizontes de irradiação, sobretudo através da utilização de tecnologias digitais [...] para disseminar, pelos quatro quadrantes, informações e ideias que valorizam a consciência social, as causas comunitárias e os direitos da cidadania”, segundo Moraes (2010, p. 19). Ao mesmo tempo, ciente das limitações dessas práticas, o autor defende a democratização e regulação dos meios de comunicação para que possa ser alargada a visibilidade desses discursos alternativos à ordem e diversificada a esfera pública, o que, por sua vez, se insere dentro da democratização do Estado (MORAES, 2010, p. 73-75).

Apesar da importância de suas formulações, Moraes (2010) não avança nas formas como operam e como podem ser realmente efetivas a “disseminação de informações e ideias”, o que pode contribuir, a despeito de sua vontade, para possíveis interpretações voluntaristas do papel das mídias alternativas na articulação hegemônica. O autor também não se detém na especificidade do jornalismo informativo.

Resgatando as formulações sobre movimentos sociais e hegemonia, de Laclau, e conhecimento do jornalismo, de Genro Filho, Pontes (2015b) tenta avançar neste sentido a partir dos problemas singulares do cotidiano, que são tratados ou enfrentados tanto por jornalistas quanto movimentos. Alguns exemplos são dados a partir desta ótica: agendamento a partir de acontecimentos promovidos pelos movimentos, denúncias jornalísticas, desvelamento de ideologias de classe etc. Pontes (2015b, 160) defende que o jornalismo pode contribuir no processo de articulação hegemônica a partir da unificação e fortalecimento das demandas dos movimentos. “[...] O jornalismo pode ser a conexão entre demandas por universalidade e pautas do cotidiano, alavancando de maneira descontínua (pela produção de singularidades) o processo de ruptura e de transformação desse mesmo cotidiano” (PONTES, 2015b, p. 159).

Para não dar margens a uma compreensão excessivamente “comunicacional”, “discursiva” ou “cultural” da articulação hegemônica, é importante trazer a proposição de Burgos (2012, p. 258) sobre uma “teoria integral da hegemonia”, que compreenda, além da cultura, as dimensões da política e da economia, e oriente ação política para disputa hegemônica em todos os terrenos para construção do socialismo do século XXI.

No caso da economia, Burgos (2012) defende a atuação e fortalecimento de áreas produtivas pré-capitalistas (ricas em exemplos dos povos originários da América Latina) e pós-capitalistas (como fábricas ocupadas e cooperativismo). A dimensão política corresponde à questão democrática e sua radicalização na “absorção da sociedade civil à sociedade política” e nas necessárias regulações sociais. O nível cultural, por fim, engloba

a construção social de valores e visões de mundo associados a um projeto de sociedade vinculado às classes trabalhadoras: a batalha pela "organização geral da cultura"; a batalha pelas representações simbólicas do passado, do presente e do futuro (a luta pelos nomes das praças, ruas, pelo conteúdo da história ensinado nas escolas, etc.), a luta pela estrutura e qualidade da educação em todos seus níveis, etc.; a luta pela disposição e organização dos espaços onde ocorre a vida social (cidades, aldeias, caminhos, etc.); a luta pelo tipo de transporte público, pelo meio ambiente e as condições naturais, pela paisagem, pelos espaços públicos; a luta pelos meios massivos de informações e difusão (diários, rádios, TV, internet, etc) (BURGOS, 2012, p. 259, tradução nossa)¹⁵.

Essa caracterização, portanto, explicita a dualidade do jornalismo em termos de táticas de construção hegemônica. Por um lado, encontra-se na dimensão cultural, especificamente simbólica, e é apenas uma das diversas táticas e discursos que circulam na sociedade. Por outro, por sua característica de produção de conhecimento singular, assentado em uma necessidade social, o jornalismo, como mostram Pontes (2015a) e Genro Filho (2012), pode ser entendido como um instrumento transversal nas três dimensões, proporcionando visibilidade às lutas e disputando os sentidos do cotidiano em ligação a projetos possíveis.

O que é central, nesta análise, é que o jornalismo não disputa hegemonia por conta própria, sem a organização popular, apenas com base em seu poder de convencimento racional com o conhecimento que proporciona. Por isso a necessidade de ser pensado estrategicamente em articulação com as forças sociais. O depoimento de José Arbex, ex-editor do *Brasil de Fato*, à pesquisadora Ana Maria Straube (2009), traz essa perspectiva.

Você não vai disputar hegemonia no Brasil por meio da imprensa. A imprensa vai servir para a disputa de hegemonia. Mas quem vai disputar a hegemonia é o povo organizado. Se você não organizar o povo, você não vai disputar hegemonia com ninguém (ARBEX apud STRAUBE, 2009, p. 155-156).

¹⁵ “la construcción social de valores y visiones de mundo asociados a un proyecto de sociedad vinculado a las clases trabajadoras: la batalla por la “organización general de la cultura”; la batalla por las representaciones simbólicas del pasado, del presente y del futuro (la lucha por los nombres de las plazas, de las calles, por el contenido de la historia enseñado en las escuelas, etc.), la lucha por la estructura y calidad de la educación en todos sus niveles, etc.; la lucha por la disposición y organización de los espacios donde ocurre la vida social (ciudades, aldeas, caminos, etc.); la lucha por el tipo de transporte público, por el medio ambiente y los condicionantes naturales, por el paisaje, por los espacios públicos; la lucha por los medios masivos de información y difusión (diarios, radios, TV, internet, etc) (BURGOS, 2012, p. 259).

Por fim, as contribuições teóricas de Gramsci podem auxiliar na própria análise da relação entre a organização política (MST, Patria Grande) e a organização jornalística (*Brasil de Fato, Notas*). Ensina Gramsci (2011) que uma organização ou partido político não se resume a um determinado coletivo e muito menos legenda eleitoral. Um “partido orgânico”, dirigente, está espalhado na sociedade sob forma de outros partidos e dispositivos, incluindo aí a imprensa.

Pode-se observar que, no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou alguma razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o estado-maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se partimos do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partidos” ou funções de “determinados partidos”. Veja-se a função do *Times* na Inglaterra, a que teve o *Corriere de la Sera* na Itália, e também a função da chamada “imprensa de informação”, supostamente “apolítica”, e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica (GRAMSCI, 2011, p. 301-302).

A esta altura da revisão teórico-conceitual deve estar claro como pressuposto a formulação de Becker (2010, p. 107) de que a esfera pública não é assumida como um ponto de chegada, como na concepção liberal de democracia, mas “[...] como ponto de partida e base permanente de um processo mais amplo, visando à construção de uma sociedade democrática no seu ‘método’ e também na sua ‘substância’, ou seja, no grau de igualdade social em que se assenta”. Neste sentido, procura-se refletir, a partir do problema de pesquisa, sobre o papel que o jornalismo pode exercer nas lutas por hegemonia articuladas a um projeto nacional e popular. Isso não significa necessariamente tratar o jornalismo de forma instrumental, mas sim assumir sua dimensão estratégica, na justaposição entre necessidade universal e possibilidade de transformação social. Para dar substância a tal reflexão, as trajetórias e características editoriais dos objetos empíricos da pesquisa, *Brasil de Fato* e *Notas*, serão seu eixo condutor a partir do próximo capítulo.

2. *BRASIL DE FATO*: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS

Enfim, tivemos muitos problemas e muitas pequenas vitórias. Mas a maior delas é ter sobrevivido, por dez anos.

Editorial do *Brasil de Fato*, n. 517,
24 de janeiro de 2013.

Em 25 de janeiro de 2013 o *Brasil de Fato* completava 10 anos de existência ininterrupta como semanário impresso nacional, tendo publicado 517 edições. A comemoração do aniversário seria realizada apenas quatro meses depois, em 13 de julho. Uma festa aberta e gratuita reuniu artistas da música e do teatro, intelectuais e militantes no Vale do Anhangabaú, centro paulistano. Entre os mais conhecidos, subiram ao palco os músicos Chico César, GOG e Tião Carvalho.

Mais decisiva para a história do jornal, no entanto, havia sido uma reunião de avaliação em dezembro de 2012 com jornalistas e lideranças dos movimentos e organizações que dirigem o jornal. O balanço dos 10 anos de *Brasil de Fato* era de que o semanário nacional impresso tornava-se cada vez mais insustentável financeiramente e ineficaz politicamente, considerando os objetivos gerais de sua fundação.

Em vez de jornal de massas, desenhado no projeto inicial, o *Brasil de Fato* tornara-se jornal de militantes. A situação foi logo reconhecida pelo coletivo dirigente do jornal. Em meados 2006, um documento sem título direcionado aos conselhos editorial e político, expõe a situação.

Sonhávamos que o jornal pudesse estar colado a um processo de reascenso do movimento de massas que não vai. E tivemos que mudar sua forma. Em vez de um jornal de massas, nas bancas, com tiragem significativa, tivemos que transformá-lo num jornal de militantes (BRASIL DE FATO apud STRAUBE, 2009, p. 129).

Os gargalos não seriam resolvidos nos anos seguintes. A circulação do jornal seguia concentrada nas assinaturas, em queda e basicamente dos círculos de afinidades políticas. O corpo profissional tampouco podia aumentar.

O conteúdo do jornal se centrava na agenda dos movimentos sociais e em conflitos explícitos, em detrimento de demandas rotineiras da população. Por isso, Daniel Cassol (2010, p. 147), ao analisar o *Brasil de Fato* no período de 2007 a 2009, sustenta que havia ali “[...] um jornalismo parcial, não no sentido de possuir um lado, mas de levar em consideração apenas uma parte da vida em sociedade” (BRASIL DE FATO, 2013). Além

dos temas em si, Cassol (2010) percebe, na linguagem, pouca capacidade de diálogo com a sociedade e a opção pela análise em detrimento do relato factual. O estudo indica ainda que as abordagens estavam restritas, na maioria das vezes, às visões da esquerda, tendendo a construções binárias, de pouca complexidade frente às contradições dos fatos.

Tal avaliação é semelhante à do jornalista e professor Bernardo Kucinski, que atuou na imprensa alternativa durante a ditadura militar e depois foi assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entre 2003 e 2006, no governo Lula (PT). Ao escrever, em dezembro de 2007, um artigo sobre a dificuldade da esquerda brasileira em emplacar um meio de comunicação massivo, Kucinski usa o *Brasil de Fato* como exemplo negativo na linguagem: “[...] doutrinária, distante do cotidiano do povão”, com “muitos slogans, poucos fatos e pouca reportagem” (KUCINSKI, 2007).

Como reconhece em depoimento Vivian Fernandes (2017), atualmente uma das coordenadoras do *Brasil de Fato*, “[...] política, jornalística e financeiramente o jornal não estava cumprindo [sua função]”. Todos os entrevistados coincidem na autocrítica. Era preciso reformular o projeto.

Mas por que o *Brasil de Fato* não decolou? Na avaliação dos dirigentes e jornalistas envolvidos, a razão de fundo para seu encolhimento frente às pretensões originais está na conjuntura social e política do país. É identificada como o não ascenso do movimento de massas, que frustra as expectativas do campo popular, e gera uma série de consequências na dinâmica do jornal. Para discutir tal imbróglio, é preciso voltar ao contexto inicial de formulação de um jornal nacional pelo MST e encarar o *Brasil de Fato* como um projeto que responde à determinada conjuntura, dentro de uma estratégia política geral.

2.1 Contexto prévio: expansão hegemônica do MST

O MST é considerado o maior movimento social da América Latina, hoje presente em 24 estados brasileiros. Foi formalmente fundado no I Encontro Nacional do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, com 80 representantes de trabalhadores rurais de 13 estados. Era uma época de intensa agitação social, na qual, com as greves do novo sindicalismo brasileiro, surgiam também a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O trabalhismo de Leonel Brizola (PDT), à época governador do Rio de Janeiro, vivia um período de forte incidência política. Crescia também as campanhas por Diretas Já.

O movimento sem-terra, no entanto, já se estruturava desde o fim da década de 1970 com as lutas camponesas no Rio Grande do Sul, tendo como marco principal a ocupação Encruzilhada Natalino, a partir de 1978, no norte do estado. Ali mesmo nasceria o Boletim Sem Terra, em maio de 1981, como forma de dar visibilidade às demandas dos sem-terra e buscar solidariedade da população do entorno do acampamento (TAVARES, 2013). Após a fundação oficial do MST, o Boletim se transforma em Jornal Sem Terra em março de 1984.

No início da década de 1990 o MST chega ao Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo, e passa a ganhar maior visibilidade nacional. Nos anos seguintes, realiza uma série de ocupações com milhares de famílias. Exemplo desse momento é a representação da luta sem-terra daquela região na novela *O Rei do Gado*, da Rede Globo, veiculada entre 1996 e 1997.

O mesmo período, de outra parte, marcava o avanço do projeto neoliberal no país. Desde a vitória de Collor sobre Lula, em 1989, mas principalmente com os governos de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994. Para o MST, aquela derrota de Lula demarca o início de uma época de descenso do movimento de massas no Brasil, conforme expõe, em entrevista, o dirigente do MST Neuri Rosseto:

Temos avaliação de que, desde o início dos anos 1990, o movimento popular está em descenso. Isso não é coisa tranquila dentro da esquerda, do movimento progressista. Tem uns que acham que não. Nós achamos que está em descenso desde a derrota do Lula em 1989, a crise do Leste Europeu e a ofensiva do neoliberalismo com Fernando Henrique Cardoso, que fragilizou o movimento sindical. Aquela greve dos petroleiros em 1995, em que o Fernando Henrique usou até exército, ocupou refinarias, foi um divisor de águas. O Movimento nunca mais assumiu protagonismo, teve dificuldade. A questão do Leste Europeu dividiu a esquerda, fragilizou, colocou crise programática, organizativa (ROSSETO, 2017).

Aqui é preciso destacar que as categorias de ascenso e descenso do movimento de massas são centrais nas análises de conjuntura do MST e, em especial, da Consulta Popular. Por isso, são decisivas também para considerar o papel político do *Brasil de Fato* em determinada conjuntura.

Como se explica o auge do MST em um período de descenso geral? Pelas diferenças entre campo e cidade, de acordo com Rosseto.

Tem uma série de fatores na década de 1990 que foram de derrotas para setor popular. No meio rural, essa ofensiva do neoliberalismo veio mais tarde. A ofensiva do neoliberalismo do FHC é no meio urbano, privatizações, perda dos direitos trabalhistas, sociais, fez desmonte disso. A ofensiva neoliberal na agricultura é no final dos 1990, com o agronegócio. Por isso nós tivemos fôlego maior. O MST adquiriu uma certa importância na conjuntura nacional porque de 1997 a 2000 foi nosso auge na luta política, ou pelos massacres ou pelas atividades que nós fazíamos (ROSSETO, 2017).

A atividade que cristaliza este momento é a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, na qual cerca de 1.300 trabalhadores sem-terra, saindo de vários pontos do país, caminharam dois meses até chegar à capital federal. No dia da chegada em Brasília, em 17 de abril de 1997, a manifestação reuniu 100 mil pessoas, segundo o movimento. A data marcava um ano do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde foram assassinados 19 trabalhadores rurais. No ano anterior, 1995, já havia ocorrido outro massacre, em Corumbiara, Rondônia, com a morte de nove sem-terra e dois policiais.

Sob o efeito da marcha para Brasília, o MST aposta na construção de um movimento político mais amplo, um espaço para rearticulação da esquerda em torno de um projeto de nação, fazendo a crítica aos partidos que davam toda centralidade à atuação institucional. Assim é fundada a Consulta Popular em dezembro de 1997 em Itaici, São Paulo, com mais de 300 militantes. Surge inicialmente como movimento e, após debates internos, se converte em uma organização política em 2005¹⁶. O tripé de sustentação é o mesmo desde a fundação: formação, organização e luta. Atualmente, os militantes da Consulta Popular atuam em diversos movimentos sociais e na articulação da Frente Brasil Popular (FBP). Militante em Minas Gerais, Frederico Santana Rick explica a atuação da Consulta ao próprio jornal *Brasil de Fato*:

A Consulta Popular sempre se caracterizou por ser uma organização voltada para fora, para as lutas, a construção de movimentos populares e iniciativas de unidade na esquerda. Participamos de forma decisiva na construção dos plebiscitos populares [ALCA, 2002; Vale, 2007; constituinte do sistema político, 2014], da Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), da Assembleia Popular e, agora, da Frente Brasil Popular. Nos dedicamos à construção de iniciativas de formação que extrapolam os militantes da própria organização. Tornou-se uma marca certa discipção, priorizando nossa atuação nos movimentos populares, e buscando, assim, contribuir para a construção de unidade das lutas populares (RICK, 2017).

Nesse processo é formulado o Projeto Popular para o Brasil, que seria assumido não só pelo MST e pela Consulta, mas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros que conformam um campo político afim. O Projeto Popular se assenta sobre três pilares: “força social de massas, programa democrático-popular e a questão do poder” (CONSULTA POPULAR,

¹⁶ A II Assembleia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo decidiu converter o movimento político Consulta Popular em um “partido”, não entendido como legenda eleitoral, mas sim como organização política, promovendo uma série de mudanças de ordem organizativa (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 85-88).

2015, p. 60), tendo como ponto de partida um Projeto Nacional de Desenvolvimento e como objetivo a construção do socialismo.

O Projeto Popular Para o Brasil combina a luta pelas reformas democráticas e populares com a luta de massas e com a questão do poder. Além de dialogar com o nível de consciência das massas e apresentar soluções concretas para os problemas do povo, deve ser uma mediação política entre o nível de consciência das massas e a necessidade de construção do socialismo (CONSULTA POPULAR, 2015, p. 55).

Nos anos seguintes, o MST passa a construir ferramentas em conjunto com os demais movimentos e organizações do Projeto Popular, considerando a necessidade de se fortalecer internamente mas também de avançar na disputa de hegemonia na sociedade como um todo. A editora Expressão Popular publicaria seu primeiro livro em junho de 1999 e em 2000 começava a ser construída a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). É um período em que o MST se projetava como possível força hegemônica dentro do espectro da esquerda. Depois de uma editora de livros e uma escola de formação de militantes, o próximo passo seria o lançamento de um jornal com vocação massiva, que não seria possível com as ferramentas de comunicação institucionais dos próprios movimentos. Nesse sentido, é importante destacar a “concepção ampla da luta política” da Consulta Popular, que enquadra e tenta combinar as lutas ideológica (na qual se enquadra o *Brasil de Fato*), institucional e social.

Uma concepção ampla da luta política significa reconhecer que a arena da luta de classes se caracteriza por três dimensões: a luta social, ideológica e institucional. Um projeto político de natureza democrática e popular deve combinar as três dimensões para avançar na construção de hegemonia na sociedade. Como em última instância a política é definida pelo fator força social de massas, a luta ideológica e a luta institucional devem estar subordinadas à luta social. Ou seja, a batalha de ideias e a disputa das instituições da sociedade burguesa só fazem sentido na perspectiva do fortalecimento das lutas populares e, conseqüentemente, na construção de uma força social de massas (CONSULTA POPULAR, 2015, p. 54).

Em janeiro de 2001 acontece o 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O ano seguinte é marcado pelas lutas contra a Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), que culminaria com plebiscito popular em setembro; e, finalmente, em 27 de outubro de 2002 é eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O cenário indicava para os movimentos populares uma tendência de ascenso de massas, que seria o combustível do próprio *Brasil de Fato*, conforme explica Neuri Rosseto, da coordenação nacional do MST:

Qual era expectativa? Era de que, no processo da vitória do Lula, em 2002, essa vitória ajudaria um novo reascenso das lutas populares. E que o jornal iria se constituir em uma espécie de porta-voz desse ascenso das lutas populares. Por isso a ideia de dar unidade, criar um coletivo político que dirigisse jornal,

não criar uma marca exclusivamente das lutas do campo. Era nossa expectativa (ROSSETO, 2017).

Tal era o contexto. O MST vivia seu auge e se lançava à disputa do país, como um todo, para além das pautas do campo¹⁷. A vitória de Lula *parecia* colocar na ordem do dia o ascenso do movimento de massas, condição para se avançar com o Projeto Popular. Soma-se a isso a relação conflituosa com a mídia comercial, que já havia exigido do MST um investimento de profissionalização da assessoria de imprensa, com o objetivo de blindar-se dos ataques da grande mídia e, ao mesmo tempo, encontrar brechas para visibilizar ações positivas (STRAUBE, 2009, p. 73).

Foi essa leitura política que precipitou o lançamento do jornal e o fez em um evento grandioso, no 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2003, com várias figuras de peso da esquerda brasileira e internacional, como Eduardo Galeano, Daniel Viglietti, Hebe de Bonafini e Aleida Guevara.

O projeto já vinha sendo costurado nos anos anteriores. Em um primeiro momento, o pivô das articulações foi João Pedro Stédile, liderança de maior destaque do MST. Stédile passou a fazer uma série de consultas que desembocaram em dezenas de encontros com jornalistas, intelectuais e dirigentes políticos. Participaram representantes de diferentes forças políticas e sociais. O critério básico para participar do projeto organicamente era ter acordo com a linha editorial, definida pelo Projeto Popular para o Brasil (STRAUBE, 2009).

Sem disputas entre organizações políticas nas reuniões, Straube (2009, p. 97) afirma que a principal divergência interna foi sobre o caráter que deveria assumir o jornal. Em ata de reunião do dia 30 de agosto de 2002, estão destacadas duas concepções de jornal: "com caráter profissional, mas com um enfoque político diferente dos jornais tradicionais" ou "com caráter militante, de opinião, não-profissional". No desenho final do projeto, a concepção "profissional" foi vitoriosa, inclusive, condicionando o nome da publicação. No entanto, os aspectos militantes também foram incorporados. Editor-chefe entre 2006 e 2015, o jornalista Nilton Viana explica, em entrevista para Straube (2009) o que foi definido.

Não seria um jornal doutrinário, dogmático, massudo, seria um jornal com reportagens, que fizéssemos mesclado com profissionalismo e militância. E mais, não faríamos um jornal para nós mesmos, ou seja, para militância. O jornal nasceu especificamente para dialogar com outro público da sociedade brasileira, não com a militância, embora seja um instrumento que sirva de

¹⁷ Linha política definida desde o Congresso de 1995, sintetizada como "Reforma Agrária, luta de todos". O entendimento era de que a reforma agrária só seria realizada com apoio de outros setores da sociedade e não ficasse restrita ao movimento camponês.

subsídio para a militância, para fazer o debate político-ideológico (VIANA apud STRAUBE, 2009, p. 97).

Foi acordado que o lançamento do jornal estaria condicionado pela arrecadação de 1,2 milhões de reais, valor considerado suficiente para sustentar os primeiros seis meses do jornal, até se consolidar economicamente. No início de janeiro de 2003, poucos dias antes do lançamento, o grupo havia arrecadado apenas 400 mil reais, 20% do total determinado como necessário (STRAUBE, 2009, p. 118). Foi justamente a conjuntura favorável, e um clima de euforia, que convenceu a maioria do grupo a bancar o lançamento na data.

O *Brasil de Fato* seria lançado em 25 de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Tinha como editor-chefe o jornalista José Arbex Junior, que havia sido editor da *Folha de S. Paulo* e da revista *Caros Amigos*. Em seu Conselho Político estavam figuras e intelectuais renomados, como Sebastião Salgado, Oscar Niemeyer, Carlos Nelson Coutinho e Fernando Morais, além de dezenas de colaboradores e colunistas de referência nacional e internacional. O Conselho Editorial, mais restrito, era composto por Alípio Freire, César Benjamin, Hamilton de Souza, Kenarik Boujikian, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Bassegio, Maria Luisa Mendonça, Milton Viário, Neuri Rosseto, Plínio de Arruda Sampaio Júnior e Ricardo Gebrim (chama a atenção de presença de apenas duas mulheres). A apresentação do projeto explicava que,

Na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental. E é com essa concepção que o MST, em consonância com outros movimentos sociais, como a Via Campesina, a Consulta Popular, as pastorais sociais, criaram o jornal *Brasil de Fato* – um jornal político, de circulação nacional, para contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país (Projeto editorial do jornal *Brasil de Fato*, 2002 apud STRAUBE, 2009).

Entre as características listadas no projeto editorial estavam:

- 1) Periodicidade semanal, com perspectiva de ser diária num futuro próximo; tiragem mínima de cem mil exemplares;
 - 2) Elaborado em linguagem simples, acessível, moderno, com muitas reportagens, cobertura fotográfica, bonito, sério, informativo e analítico, com a união de profissionalismo/ militância, competência/ compromisso social, beleza/luta;
 - 3) Pautado, sobretudo pela realidade nacional, que reflita nos problemas de todo o país;
 - 4) Vendido em bancas, por distribuidores militantes, por meio de assinaturas e em cotas para movimentos sociais, sindicatos, paróquias etc.
- (Projeto editorial do jornal *Brasil de Fato*, 2002 apud STRAUBE, 2009).

2.2 As pedras no caminho

Ana Maria Straube (2009) divide em três períodos os seis anos iniciais do *Brasil de Fato*. O primeiro corresponde ao ano de 2003, em que o coletivo teve de aprender a editar o jornal na prática, em meio a previsões e análises que não se confirmaram. O segundo período compreende 2004 a 2006, considerado os “anos de crise”, no qual enfrentam dificuldades com distribuição e campanha de assinaturas, redução da tiragem e número de páginas e acúmulo de dívidas. Para Straube (2009, p. 118), “é neste período que podemos observar claramente as transformações pelas quais o projeto editorial começa a passar com o objetivo de se adequar à conjuntura imposta ao jornal”. Por fim, os anos de 2007 e 2008 são chamados de “consolidação”, quando o *Brasil de Fato* “se encontra” diante de novos objetivos e passa a definir melhor seu papel dentro de novas perspectivas. Ainda que, em alguma medida, o jornal possa ter se adaptado às condições nesta última fase, os anos que se seguiram até 2012 não foram de estabilidade. Pelo contrário, com o crescimento exponencial do jornalismo digital e das redes sociais, muitas das crises anteriores se aprofundaram.

Para Ricardo Gebrim, dirigente da Consulta Popular e membro do primeiro Conselho Editorial, havia no grupo fundador uma ingenuidade com relação à venda do jornal, que foi desvelada logo nos primeiros meses de funcionamento. A pretensão era de sustentá-lo com vendas em bancas e assinaturas. No entanto, o grosso da receita do jornalismo, historicamente, esteve sempre muito mais relacionado com venda de espaços publicitários. A título de exemplo, em 2012, a venda em bancas representava apenas 10% da receita do jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁸. Conta Gebrim, em entrevista:

Tínhamos ilusão de que os jornais vendiam nas bancas. E que as bancas eram decisivas. Logo descobrimos que não, que todos jornais já naquela época dão prejuízo nas bancas. Grandes jornais como Folha de S. Paulo, Estadão, Globo só mantêm jornal nas bancas arcando com prejuízo, porque como eles vivem dos anunciantes, eles querem que esteja nas bancas, então pagam para estar na banca. Porque o índice de venda nas bancas é muito baixo. Logo entendemos que isso não era viável. [...] Como era ingenuidade também a história de que os assinantes cobririam o jornal. Não cobrem nenhum jornal, nem a Folha de S. Paulo. Sobrevivem com os anunciantes, os grandes jornais, e mesmo assim em profunda crise. [...] E são os grandes anunciantes, não só anunciantes. Evidentemente não conseguimos avançar por questões ideológicas com grandes anunciantes, e não foi por falta de tentativa. Batemos várias portas (GEBRIM, 2017).

Em relação à publicidade, Straube (2009, p. 129) documenta que o *Brasil de Fato* recebeu em 2004 aproximadamente 104 mil reais em anúncios. Em 2005 o valor chegou a 135 mil e, em 2006, 170 mil. Entre os principais anunciantes, a autora destaca

¹⁸ Fonte: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2012/08/14/sp-perde-uma-banca-ao-dia-editoras-lamentam.html>. Acesso em 09/12/2017.

a Petrobras, o Ministério do Trabalho, a Secretaria de Comunicação do Paraná e a hidrelétrica de Furnas. Segundo números da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República compilados pelo *Blog do Fernando Rodrigues*, o *Brasil de Fato* recebeu um total de 2,3 milhões de reais de verba publicitária do governo federal entre 2004 e 2014, em valores corrigidos pelo IGP-M em 2015 (RODRIGUES F, 2015). O valor corresponde a uma média de pouco mais de 200 mil reais por ano ou 17 mil por mês. Tais repasses ficaram muito abaixo do esperado com a chegada de Lula no governo federal.

Diversos depoimentos ao trabalho de Straube (2009) também apontam boicote das distribuidoras com o *Brasil de Fato*, especialmente a empresa Transfolha, ligada aos grupos *Folha* e *Estado*. A avaliação é compartilhada por Neuri Rosseto (2007), coordenador do MST. “Na questão do envio do jornal, desde início tivemos dificuldade com empresas de distribuição nas bancas, que é um monopólio, e não queriam colocar. Depois colocavam de forma escondida. Então foi uma série de restrições”, afirma Rosseto, em entrevista. Por outro lado, Ricardo Gebrim, que chegou a participar de reuniões com empresas de distribuição, tende a relativizar a questão. Acredita que preponderante mesmo foi a incompreensão da dinâmica de venda em bancas.

Seja como for, o resultado prático era a aposta total nas assinaturas. Logo aparecia outro gargalo, também de distribuição. O tempo de chegada do jornal na casa do assinante ou da entidade. Especialmente nos estados do Norte ou Nordeste, podia demorar até quinze dias além da data de publicação. Havia ainda um problema de adesão e de renovação, que no fundo era de interesse. “Aquela ideia de ser diário, tiragem de 1 milhão ficou lá em 2005. Depois só militante mesmo que assinava”, expõe a coordenadora Vivian Fernandes (2017). Ela chega a comparar, brincando, as campanhas de assinatura do *Brasil de Fato* com campanhas de igreja por doações de alimentos. O sentido é de que muitas assinaturas eram feitas por solidariedade ao projeto, e não por interesse jornalístico. Em junho de 2004, havia um quadro de 4 mil assinantes. Dois anos depois, em torno de 6,7 mil. Em dezembro de 2009, no entanto, esse número chega a 3,1 mil, sendo 687 entidades (STRAUBE, 2009; CASSOL, 2010).

Com relação à tiragem, a pretensão inicial era de 100 mil exemplares. A primeira edição saiu com 30 mil, em 2013. No ano seguinte, no entanto, a tiragem caiu para cinco mil exemplares. Em 2010, o número girava em torno de dez mil semanais (STRAUBE, 2009; CASSOL, 2010).

As exceções, significativas, são as edições especiais, que chegaram a imprimir até um milhão de cópias de distribuição gratuitas. A ideia surgiu em 2006, após balanço que reconhecia os entraves para massificação do jornal, com o objetivo de disputar a opinião pública em temas específicos, combinando com jornadas de lutas dos movimentos sociais e procurando atingir público multiplicador, jovens, estudantes, professores, religiosos etc. (STRAUBE, 2009). As edições especiais são referenciadas pelos dirigentes como momentos de maior incidência política do jornal, como na fala de Ronaldo Pagotto (2017), da Consulta Popular: “O jornal *Brasil de Fato*, o nacional, fez luta ideológica de verdade quando publicava os especiais. Foram milhões, umas quarenta edições. Aí sim tinha um jornal de massa”, recorda. Monocultivo de cana, leilões do pré-sal, mobilizações de julho de 2013, eleições municipais de São Paulo e a “privataria Tucana” foram algumas das temáticas trabalhadas. No caso desta última, foram arrecadados 56 mil reais, em financiamento coletivo, que permitiram a impressão de 400 mil exemplares em junho de 2012.

Junto às edições temáticas, naquele cenário de buscar alternativas, em 2006, foi desenvolvida a agência de notícias *Brasil de Fato* na internet, que, conforme Straube (2009, p. 127), “[...] passou não só a absorver o material que não cabia mais na edição impressa devido à diminuição do número de páginas, como passou a contemplar um noticiário de cunho mais factual, enquanto o jornal impresso tornou-se mais analítico”. Também foi desenvolvido um boletim eletrônico (*newsletter*) semanal, na época enviado a cerca de 100 mil endereços.

Para sintetizar, em termos de gestão do jornal nos primeiros dez anos, o *Brasil de Fato* teve dificuldades, antes de tudo, administrativo-financeiras. Imprimir semanalmente um jornal de abrangência nacional exigia muitos recursos, e o encalhe, portanto, era um prejuízo significativo. O *Brasil de Fato* não vendia nas bancas, não aumentava número de assinantes e as verbas publicitárias eram insuficientes. Apesar de reduzir número de páginas, tiragem e equipe profissional, acumulava dívidas, que acabavam ficando sob responsabilidade do MST. Soma-se a isso o problema da distribuição: seja por dificuldades impostas pelas empresas, seja pela própria dimensão continental do país.

Na virada da última década, as crises seriam ainda agravadas com os avanços do jornalismo digital e, especialmente, das redes sociais. Com o aumento da velocidade das notícias na internet e os impasses de financiamento dos veículos impressos, o jornal semanal era empurrado ainda mais para um perfil analítico e militante.

As adversidades administrativo-financeiras foram cruciais para a dinâmica do *Brasil de Fato* nos primeiros dez anos de funcionamento. Entretanto, aparecem mais como consequência do que causa. O peso maior das explicações, seja nos documentos internos disponibilizados por Straube (2009), seja nas entrevistas concedidas para este trabalho, recai sobre a conjuntura política e social do país e da esquerda: o descenso do movimento de massas.

O jornal foi lançado com a expectativa de ascenso das mobilizações a partir da chegada de Lula ao governo federal. O fato de a análise de conjuntura não ter se confirmado repercutiu por anos na dinâmica do coletivo editorial. Para Ricardo Gebrim, dirigente da Consulta Popular, parte do erro de avaliação se explica justamente pelo descompasso entre os movimento camponês e sindical. Enquanto o primeiro vivia seu auge, o segundo vinha na descendente, algo que não foi devidamente estimado na época.

De fato, se for analisar pelo número de greves que é mensurado pelo DIEESE, você vai ver que [o ascenso] começa em fins de 1970 e o auge do número de greves vai ser em 1989. Em 2002 é o ponto mais baixo, no fundo do poço da capacidade mobilizadora da classe operária, se concluir – como tradicionalmente se faz – que número de greves expressa relativamente capacidade de luta sindical operária. É nítido que estávamos em momento de baixa, principalmente do movimento operário, não tanto do campo. Mas tínhamos a leitura que a eleição do Lula, que era uma meta-síntese de toda esquerda brasileira desde 1989 quando quase ganha eleições, que a consumação dessa meta-síntese ia gerar um despertar, um reascenso da capacidade de luta. Era uma análise de conjuntura muito enraizada. O que nos influenciou a esse erro era muito a localização social dos nossos movimentos. De fato, no campo a expectativa de o Lula ganhar as eleições fez com que os acampamentos do MST crescessem muito, porque muitas pessoas esperavam que houvesse reforma agrária. Não percebemos que isso não estava ocorrendo no movimento operário. [...] Um processo como esse de crescimento e mobilização social, que a gente apostava, ia fazer com que o jornal se multiplicasse e tivesse capacidade de crescimento muito grande. Não ocorreu, foi um erro de análise de conjuntura nosso (GEBRIM, 2017).

Ao analisar “a vitória eleitoral de 2002 e a correlação de forças desfavorável”, na cartilha “Saída para o Brasil”, de 2015, a Consulta Popular explica como o descenso de massas, junto da herança institucional e econômica do neoliberalismo, determinou pouca margem de manobra ao governo Lula. Isso porque o Partido dos Trabalhadores também havia se transformado nesse período, colocando no centro da estratégia a disputa eleitoral, em detrimento da organização popular de base. Sem investir na formação de uma força social de massas, o Partido ficava “[...] mais distante da questão da luta pelo poder do Estado” (CONSULTA POPULAR, 2015, p. 38). Ou seja, Lula e o PT não seriam capazes de enfrentar e reverter o legado neoliberal.

O triunfo eleitoral num momento de descenso da luta de massas no Brasil se constituiu num obstáculo para a esquerda viabilizar uma força social de massas que pressionasse as instituições da República e garantisse a hegemonia do

movimento popular no governo federal. Além disso, o descenso das lutas sociais e sua pobreza ideológica não contribuía para o debate de ideias e para a esquerda apresentar uma estratégia bem definida e dotada de um projeto político fundado na soberania nacional e mudanças estruturais na sociedade (CONSULTA POPULAR, p. 39).

O descenso é a questão de fundo, que por sua vez produz vários efeitos. Um que impactou fortemente o jornal foi a fragmentação da esquerda. O *Brasil de Fato* surge com um coletivo editorial amplo, que aos poucos ia se desfazendo conforme as organizações rompiam umas com as outras, especialmente por conta das leituras sobre os governos petistas. O exemplo mais representativo são os desligamentos do editor-chefe do *Brasil de Fato* em sua fundação, José Arbex Jr. Primeiro em 2006 e depois, definitivamente, em 2010 quando diz que “o jornal *Brasil de Fato* transformou-se num planfletão lulista, [...] reflexo de um processo de desmantelamento histórico do MST e de ruptura de uma boa parte da esquerda com sua própria história e princípios éticos” (ARBEX JR., 2010). As posições de Arbex Jr. coincidem com as críticas ao PT dos grupos que fundariam o PSOL em 2005. Outras correntes que compunham os conselhos ou apoiavam de alguma forma o *Brasil de Fato*, como o PCB e o PSTU, também se distanciaram do projeto.

Para João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, o ponto alto da crise do *Brasil de Fato* foi no fim do governo Lula, de 2008 a 2010.

O auge da crise dele é justamente esse auge da crise da esquerda de como se comportar frente a esse governo em disputa, frente a esse governo neodesenvolvimentista, com as alianças que ele tinha, e frente à consolidação desse campo do esquerdismo na época, que foi, mais do que o PSOL, a construção da Conlutas [central sindical], um campo muito crítico ao jornal, no movimento estudantil, na academia.

A crise política da esquerda com o lulismo bagunça nossa vida no jornal. Contaminou jornalista, contaminou conselho editorial. Vira jornal muito para nosso campo e, ao mesmo tempo, por ter vacilação ideológica, ele não é jornal nem confiável do esquerdismo nem do governismo. Ficou o pior dos mundos. Por isso os apoios foram todos desaparecendo. Junta a crise interna de manutenção econômica e a crise de não ter movimento de massa para sustentar um jornal como esse. Na minha opinião esse é o motivo real de ter terminado o semanário (RODRIGUES JP, 2017).

Ronaldo Pagotto, da Consulta Popular reforça a dificuldade de posicionamento do *Brasil de Fato* com relação aos governos petistas, porque tanto o campo da oposição quanto do governismo exerciam forte pressão sobre o jornal.

Não era um jornal para agradar governo, mas também não era de oposição. Portanto, na metade do jornal em que ele fazia críticas, os governistas chamavam de oposição. E na metade do jornal em que defende políticas corretas, os opositoristas chamavam de governista. Acho que essa é a melhor opinião sobre o jornal (PAGOTTO, 2017).

Na avaliação de Pagotto (2017), o jornal tinha mais facilidade para criticar do que para defender o governo. “Por exemplo, o [Programa] Um Milhão de Cisternas, [de combate à seca no Nordeste], nós tínhamos timidez para defender, porque parecia que era governo. Era mais fácil se colocar nesse campo mais de crítica e oposição. Esse desequilíbrio sempre foi coisa notória do jornal”, exemplifica o dirigente. Conforme Pagotto, essas situações chegaram a gerar fortes tensões também entre coletivo editorial e equipe jornalística (que em muitos momentos conseguia bancar suas abordagens), especialmente nos debates sobre questões socioambientais e modelos de desenvolvimento.

Em sua dissertação de mestrado, Ana Maria Straube (2009, p 143) cataloga os temas das manchetes do *Brasil de Fato* de 304 edições, publicadas entre março de 2003 e dezembro de 2008. As manchetes que fazem referência ao ex-presidente Lula tiveram a maior incidência: 39. Em segundo aparecem os temas ligados ao MST e à reforma agrária, com 18, seguidos de Guerra do Iraque/ Governo Bush e Mundo do Trabalho, cada um com 13 manchetes.

Às 39 manchetes de referência direta ao governo Lula, foram somadas outras nove, de menção indireta, totalizando 48. Destas, 27 manchetes foram consideradas críticas ao governo; 12 elogiosas; 5 reivindicativas; e 4 propositivas. O quadro de Straube (2009, p. 148), portanto, confirma a análise de Pagotto.

Chama atenção que, nos anos de 2007 e 2008, todas as 13 manchetes são críticas ao governo Lula. Se considerarmos que as tensões com as administrações petistas se agravariam nos anos seguintes, é possível visualizar essa tendência se desenvolvendo. De fato, como relata, em entrevista, Ronaldo Pagotto (2017), a relação entre conselho editorial e jornalistas tornou-se um “[...] problema muito complexo no fim do *Brasil de Fato* nacional”, quando o jornal “[...] entra em uma espiral de muita crítica no meio das organizações”.

As conclusões do coletivo dirigente do *Brasil de Fato* e dos movimentos estão centradas, portanto, em dois eixos: dificuldades de gestão de um empreendimento jornalístico nacional (que seriam agravadas pela “crise do impresso” no fim da década); e conjuntura de descenso do movimento de massas (agravada pela fragmentação da esquerda diante dos governos petistas), sendo esta determinante. Tais fatores impactaram a forma e conteúdo do jornal. Ao ter frustrados os planos de alcance massivo e de diálogo com diferentes setores da sociedade, o jornal se volta ao público consumidor (assinantes, de perfil militante) e às organizações políticas e sociais que os sustentam, aquelas do

Projeto Popular para o Brasil, lideradas por MST e Consulta Popular. As abordagens densas e, ao mesmo tempo, limitadas às visões da esquerda seriam consequência lógica – ainda que muitas vezes fosse perceptível o esforço de falar para outras parcelas da sociedade, conforme ressalva Cassol (2010).

2.3 Olhares da academia

A pesquisadora Ana Maria Straube (2009) e o pesquisador Daniel Cassol (2010), aqueles que mais se debruçaram sobre a história do *Brasil de Fato* em suas dissertações de mestrado, propõem outros elementos para compreender os obstáculos do jornal em seus primeiros anos. Importante reforçar que suas análises não puderem abarcar a virada estratégica do jornal, de 2013 em diante, quando o semanário impresso nacional é encerrado e começam a circular os tabloides regionais. Parte das reflexões deste capítulo, portanto, serão retomadas e aprofundadas ao tratar da segunda fase do jornal.

A conclusão de Straube (2009, p. 166) é de que, como, desde o início, a propaganda do Projeto Popular para o Brasil era um dos objetivos do *Brasil de Fato*, sempre esteve restringida “[...] sua possibilidade de crescimento entre as camadas da sociedade não identificadas com esse documento”.

Concluimos que é muito difícil pretender que um meio de comunicação gestado no âmbito de um movimento social que faz a disputa de poder na sociedade, consiga ser independente ao ponto de não se vincular aos posicionamentos políticos defendidos por este movimento. Ao se vincular, o jornal perde a condição de agregar visões diferentes no apoio e sustentação a seu projeto, comprometendo a busca pela pluralidade (STRAUBE, 2009, p. 167).

A assertiva da pesquisadora é polêmica e, por isso, rica para o debate. A tensão pode ser interpretada da seguinte maneira. O Projeto Popular para o Brasil representa uma particularidade, enquanto o bom jornalismo tem de aspirar ao universal, ou seja, ser “independente” para atender ao “interesse público”. A questão atravessa as discussões não só sobre o *Brasil de Fato*, mas sobre o jornalismo alternativo em geral, que historicamente tem relações com organizações políticas (KUCINSKI, 2001).

A chave está na possibilidade de o Projeto Popular para o Brasil se constituir como força hegemônica: um particular que encarna uma universalidade tensa, instável, mas possível. É curioso, pois o próprio nome e o *slogan* da publicação demonstram preocupação com a hegemonia nesses termos. *Brasil de Fato – Uma visão popular do Brasil e do Mundo*: aí está a luta hegemônica pelo sentido geral da nação e do povo (o Brasil “de fato”, que realmente é, a verdade política), a partir de uma particularidade (uma

perspectiva, “visão” popular), que é transcendente. A visão popular do Brasil (particular) é a que pode expressar um Brasil de fato (universal). Daniel Cassol (2010) percebe bem a questão, que se apresenta inicialmente como paradoxo, mas é a própria lógica da hegemonia.

À primeira vista, soa contraditório que o nome e o lema tragam, juntos, o vício da objetividade do jornalismo (a promessa de um Brasil “de fato”) e a declaração da parcialidade do jornal (“uma visão popular”).

[...] No entanto, parece-nos que há uma outra ideia subjacente ao nome do jornal e seu slogan.

[...] A frase “uma visão popular do Brasil e do mundo” revela, logicamente, a postura política e ideológica à qual o jornal se alinha. As ideias, juntas, nos permitem concluir que, para o jornal, o Brasil “de fato” só é possível com a “visão popular” (CASSOL, 2010, p. 100-101).

Voltando para a análise de Straube (2009) sobre ser “muito difícil” uma iniciativa jornalística obter sucesso massivo estando vinculada a um projeto de país. Realmente, a dificuldade existe e é estrutural. Por outro lado, é possível afirmar que sua capacidade de expansão massiva está diretamente relacionada à vocação hegemônica do projeto nacional, na medida em que posições políticas particulares possam se universalizar.

Em outras palavras, um jornal que pauta a reforma agrária frequentemente pode ser taxado de enviesado, particularista. Outro que agende diariamente as flutuações do “mercado” não causa estranhamento. Em conjunturas distintas isso pode mudar e a reforma agrária ser tão normal quanto a luta contra a corrupção. São valores gerais e jornalísticos que não são imutáveis, são objetos das disputas de hegemonia e sentido.

Ao mesmo tempo, o exercício da hegemonia também exige incorporar, sistematicamente, posições do adversário para legitimar sua liderança cultural e moral, e manter sua universalidade possível. Talvez um bom exemplo, específico da relação do movimento camponês com *establishment* midiático, seja a própria novela O Rei do Gado, da Rede Globo. O movimento avança posições e o adversário recua, na mesma medida em que tem de ter incorporá-lo de alguma forma para disputar (e tentar reorientar) seus sentidos, neste caso no plano da representação midiática.

Transpondo para o *Brasil de Fato*, qual o esforço do jornal para negociar com os sentidos comuns da população – não só aqueles resultantes de vitórias das mobilizações sociais, como no exemplo anterior, mas também os enraizados sob *forma* conservadora?

Ao mesmo tempo, como diz Cassol (2010, p. 151), qual a capacidade de “travar a luta no terreno do moderno jornalismo”, esse terreno de pretensão universal, com todos os códigos que isso implica? O conflito está entre autoafirmação e superação da identidade alternativa, de resistência ou de esquerda.

Na tensão entre sua vocação massiva e o recuo para uma postura de resistência, o jornal parece não definir exatamente o tipo de público para o qual se dirige. Assim, acaba adotando uma linguagem ambígua, ora parecendo voltar-se para públicos iniciados nas questões da esquerda, ora buscando “convencer” outros setores e até mesmo reafirmando determinadas posições diante de seus opositores (CASSOL, 2010, p. 146).

Como veremos adiante, a partir das autocríticas e balanços de avaliação, os tabloides regionais gratuitos e os novos programas de rádio tentam alterar esse pêndulo interno e cotidiano no *Brasil de Fato*.

No caso do trabalho de Straube (2009), a chave interpretativa para enfrentar o problema está na diferenciação entre jornais de molde leninista e gramsciano.

A formulação do projeto editorial do *Brasil de Fato* pode ser enxergada como um processo dialético, em que duas concepções diferentes de jornal lutam para sobressair e se relacionam com as condições objetivas colocadas pela conjuntura. De um lado, a concepção *gramsciana* que dizia que o jornal deveria disputar hegemonia na sociedade pelo fato de existir e cobrir temas pelos quais os jornais comerciais não se interessam. Essa concepção previa que a disputa seria feita ao promover uma elevação do nível de consciência do povo ao mostrar a realidade brasileira que não está presente na mídia comercial. Do outro, a concepção *leninista*, que vincula o jornal a um programa político determinado e pretendia organizar comitês de redação que aglutinariam e organizariam pessoas em torno da proposta. A linha *gramsciana* ganhou a disputa pelo nome do jornal, rebatendo propostas ligadas à tradição socialista e militante, que poderiam restringir o público. Mas, os aspectos *leninistas* presentes desde o início, ganharam força na medida em que o jornal encontra dificuldades de sustentação e se volta para os movimentos como forma de sobrevivência (STRAUBE, 2009, p. 166).

Nesse processo de definição de identidade, Ana Maria Straube (2009) argumenta que o descenso das lutas de massas e a fragmentação da esquerda intensificaram os traços de jornal partidário leninista. Para além das dificuldades de comparação entre o pensamento (e os contextos) de Vladimir Lênin e Antonio Gramsci sobre o jornalismo, a ressalva aqui é a seguinte: um jornal de inspiração gramsciana não pode estar vinculado a um “programa político determinado” (no caso, o Projeto Popular para o Brasil)? Pensando em termos de teoria da hegemonia, não só pode como deve. Mesmo a organização dos comitês de redação não parece um empecilho para uma proposta jornalística desse tipo.

Para finalizar, Straube (2009, p. 167) aponta cinco sugestões para o jornal, pois acredita que “[...] por mais que o *Brasil de Fato* tenha abandonado a perspectiva de se tornar um jornal massivo enquanto não houver uma transformação conjuntural favorável às idéias da esquerda, isso não significa que ele não possa ampliar suas bases leitoras de forma lenta, indo um pouco além do público formado pelos movimentos”. São elas: 1) Diversificar as pautas, para além da agenda dos movimentos; 2) Ampliar rede de

colaboradores, com foco em estudantes de jornalismo e assessores da imprensa sindical; 3) Evitar linguagem militante e abrir espaço para manifestações da cultura; 4) Abrir espaço para o contraditório, incluindo as posições da direita política; 5) Ampliar capilaridade na distribuição buscando entidades de bairro ou igrejas. Veremos adiante como o coletivo dirigente do jornal lidou com esses pontos a partir da autocrítica de dez anos.

Daniel Cassol (2010) concorda na forte influência da tradição de esquerda do jornal partidário sobre o *Brasil de Fato*:

O Brasil de Fato é um herdeiro legítimo da tradição pela qual a esquerda historicamente lidou com a imprensa. Nesta tradição, o jornal é tomado como um instrumento por meio do qual as lideranças políticas fazem as denúncias e interpretam os acontecimentos do mundo no sentido de elevar o nível de consciência da população. E os textos do *Brasil de Fato* parecem ser muitas vezes destinados a equalizar os argumentos da esquerda sobre a conjuntura política, repetindo o que já é de conhecimento da vanguarda e recorrendo a uma linguagem que flerta com o autoritarismo no sentido de que impõe a sua verdade sobre os acontecimentos. E se a própria esquerda se diz em crise, deveria dar-se conta de que a mesma crise também afeta este modo tradicional de se fazer jornalismo (CASSOL, 2010, p. 146).

O trabalho do autor toma como centralidade ao que chama de “tempos de crise”, financeira, do jornalismo, mas especialmente da própria esquerda.

O contexto que circunda o jornal *Brasil de Fato* é de crise. Uma crise particular das organizações de esquerda, que viram desmoronar o bloco socialista e sofreram derrotas atrás de derrotas com o avanço do pensamento neoliberal em todo o mundo. Mas também uma crise mais profunda, imposta por um pensamento único que buscou provar, pelo menos nos últimos 20 anos, que não havia saída fora do mercado (CASSOL, 2010, p. 65).

Tal cenário, segundo o autor, não resulta apenas em entraves financeiros e organizativos para o jornal. “Mais do que isso, eles se refletem nas dificuldades em se encontrar um modo próprio de falar”, afirma Cassol (2010, p. 144). Ele acredita ainda que o jornalismo alternativo não tenha encontrado a linguagem necessária para os novos desafios que são impostos pelas transformações sociais do neoliberalismo e que parte das dificuldades pode ser fruto da “[...] incapacidade da própria esquerda em dialogar com as parcelas marginalizadas da sociedade” (CASSOL, p. 147).

O olhar dos pesquisadores, de certa forma, se contrapõe às avaliações dos dirigentes do jornal, não propriamente quanto as características, mas sim quanto as determinações. Enquanto a ênfase dos primeiros está em limitações da esquerda e dos movimentos no trato jornalístico, no segundo caso é priorizada a conjuntura de descenso da luta de massas.

2.4 A virada estratégica

Apesar das autocríticas do *Brasil de Fato*, sua circulação ininterrupta, com 517 edições semanais, indicavam que o projeto não estava perdido. Pelo contrário, deveria ser fortalecido. Em reunião de avaliação dos dez anos do jornal, em dezembro de 2012, com jornalistas e dirigentes dos movimentos sociais apoiadores, foram definidos três encaminhamentos principais:

- 1) Construir tabloides estaduais gratuitos a partir de articulações com entidades locais.
- 2) Reformular e fortalecer as ferramentas digitais.
- 3) Transformar a Radioagência Notícias do Planalto (NP), fundada em 2004 também por iniciativa do MST, em Radioagência *Brasil de Fato*.

O semanário nacional impresso acabou sendo mantido (segundo alguns relatos, por questões afetivas), passando por uma pequena reformulação gráfica. Havia também uma avaliação de que as três ações poderiam dar viabilidade econômica ao jornal. Parte da renda com publicidade nos tabloides estaduais seria revertida para a publicação nacional, o que acabou não ocorrendo.

Os resultados daquele momento de inflexão seriam graduais, mas duradouros. O semanário nacional impresso deixou de ser produzido em julho de 2015, com a edição 646, que estampava a manchete “Os desafios do país”, chamando para uma entrevista com o economista João Sicsú. Em novembro do ano anterior, o *Brasil de Fato* tentou uma última cartada para seguir com a edição nacional com a promoção “Assine o *Brasil de Fato* e ganhe um livro da editora Expressão Popular”.

Ainda que o editorial dos dez anos (BRASIL DE FATO, 2013) indicasse a intenção de [...] “articular mais as nossas energias entre o jornal impresso semanal”, ao longo de 2013 e 2014, a edição nacional impressa foi perdendo espaço conforme as outras táticas iam se desenvolvendo. As próprias redes sociais do *Brasil de Fato* foram diminuindo a repercussão do semanário nacional e o encerramento sequer foi anunciado. Apesar da transição ser processual, hoje os próprios dirigentes do *Brasil de Fato* dividem a história do jornal em duas: de 2003 a 2012, centrada no jornal nacional impresso, e a partir de 2013, marcado pela estratégia dos tabloides estaduais gratuitos.

2.4.1 Uma aposta em tabloides gratuitos

Em maio de 2013, foram lançados os jornais gratuitos de Minas Gerais e Rio de Janeiro; em setembro foi a vez de São Paulo. A edição mineira circula de maneira

ininterrupta desde então. O jornal carioca, que chegou a rodar duas vezes por semana, teve edição interrompida de novembro de 2016 a abril de 2017, quando retornou. O tabloide de São Paulo foi fechado um ano depois do lançamento, na edição 50 por falta de uma articulação político-financeira consistente, conforme relatam, em entrevistas, Vivian Fernandes (2017), então editora, e Ronaldo Pagotto (2017), do Conselho Editorial do tabloide. Nos anos seguintes, houve mais uma tentativa frustrada, além de algumas edições temáticas pontuais.

Os jornais paranaense e pernambucano foram lançados no início de 2016. No caso de Pernambuco, o primeiro ano foi de circulação quinzenal, aumentando posteriormente para semanal. No Ceará, chegou a ser anunciada uma edição zero, mas ficou por ali.

Na virada de 2017 para 2018, as tiragens semanais anunciadas são as seguintes. Minas Gerais: 40 mil exemplares; Rio de Janeiro: 50 mil; Pernambuco: 20 mil; e Paraná: 20 mil. As edições mineira e pernambucana possuem 16 páginas, as demais são editadas em 12.

TABELA 1 – Indicadores dos tabloides estaduais do *Brasil de Fato* – novembro de 2017

ESTADO	LANÇAMENTO	EDIÇÕES PUBLICADAS	TIRAGEM SEMANAL	PÁGINAS
Minas Gerais	Maior de 2013	212	40 mil	16
Rio de Janeiro	Maior de 2013	245	50 mil	12
Paraná	Fevereiro de 2016	63	20 mil	12
Pernambuco	Abril de 2016	43	20 mil	16

Fonte: O autor.

Por que continuar apostando no jornal impresso? Fundamentalmente para chegar a setores populares que as ferramentas digitais do *Brasil de Fato* não conseguem alcançar, aproveitando uma tendência de mercado. Considerando as dificuldades distribuição e venda do jornal nacional (seja nas bancas ou por assinaturas), foi escolhido o modelo de tabloides estaduais e distribuição gratuita, inspirado em publicações como *Destak*¹⁹ e *Metro*²⁰, lançadas no Brasil em 2006 e 2007, respectivamente.

¹⁹ Jornal de origem portuguesa, com presença em 38 países, que chegou ao Brasil em julho de 2006 (FUSER, 2010). Circula com edições diárias em São Paulo (153 mil exemplares), Rio de Janeiro (100 mil), Brasília (40 mil), Campinas (30 mil), ABC (30 mil) e Recife (30 mil), segundo o site institucional <http://www.destakjornal.com.br/o-destak/>.

²⁰ De origem sueca, o *Metro* está presente em 21 países. Circula no Brasil desde maio de 2007, a partir de parceria comercial com o Grupo Bandeirantes. O jornal é distribuído diariamente em São Paulo, na região do ABC Paulista, Santos, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Vitória e Maringá.

Conforme o jornalista e pesquisador Igor Fuser (2010),

O surgimento de *Destak*, seguido em poucos meses pelo *Metro*, deu-se no contexto de um fenômeno internacional associado à “revolução digital” dos últimos anos, que, ao facilitar o acesso à informação, barateia os custos da apuração jornalística. Com um reduzido número de repórteres, e mais a assinatura de uma agência de notícias e de fotos, torna-se possível publicar um jornal capaz de oferecer um “pacote” básico de informações suficiente para meia hora de leitura – significativamente, um dos jornais europeus editado nesse modelo em cidades como Paris e Barcelona tem como título a expressão “20 minutos”, traduzida nos respectivos idiomas (FUSER, 2010, p. 35).

A publicação gratuita altera consideravelmente as relações do jornal com leitores e anunciantes, o que pode impactar no conteúdo editorial. “Em primeiro lugar, [está] o caráter mais tênue do compromisso que os jornais gratuitos têm com o seu público leitor. Esses veículos, como já foi assinalado, dirigem-se a um público eventual, que varia ao sabor das circunstâncias de local e o horário”, aponta Fuser (2010, p. 42). O segundo ponto é a “dependência absoluta perante os anunciantes” (FUSER, 2010, p. 43), que pode afetar limites éticos do jornalismo e levar ao “aprofundamento do discurso publijornalístico” (MACHADO, 2011). Por isso, Igor Fuser considera que o sucesso dos jornais gratuitos pode ser observado sob dois pontos de vista.

Numa visão entusiasta, a vitalidade dos novos veículos representa uma reação à crise do jornalismo impresso, na medida em que realça o apelo e eficácia desse meio tradicional diante da concorrência com as mídias eletrônicas. Já um enfoque mais crítico salienta a tênue distância que separa os jornais gratuitos da comunicação publicitária, uma vez que eles eliminam o derradeiro vínculo entre a sobrevivência econômica e a preferência consciente dos leitores – a venda, seja direta ou por meio de assinaturas (FUSER, 2010, p. 33).

Quais os impactos desse cenário no *Brasil de Fato*? De um lado, o jornal consegue ampliar (e, de certa forma, escolher) seu público, antes restrito aos assinantes. De outro, torna-se mais dependente dos anúncios e apoios de entidades sindicais.

Para Pedro Carrano, coordenador político do jornal no Paraná, a mudança para os tabloides gratuitos deu viabilidade ao projeto.

A gente tem aproveitado um nicho de mercado que, para o impresso, parece ser o que está colocado. As próprias outras experiências [*Metro*, *Destak*] criaram público para nós. Lembro em 2008, 2007, 2006, no auge do descenso, ninguém recebia panfleto na rua. Hoje já é automático. ‘Vou levar para leitura, para consumo’. Há uma cultura. E temos visto, por outro lado, a mídia empresarial passando por uma crise estrutural: curva de demissões, de enxugamento do capital variável (os trabalhadores) muito grande... Então qual outro espaço tem? Não é assinatura, não é banca... Qual é o espaço para o impresso? Acho que se ajustou no momento certo (CARRANO, 2017).

A distribuição é decisiva. Enquanto no modelo anterior, do semanário nacional, o leitor tinha de ir até o jornal (assinar ou compra-lo individualmente), agora o *Brasil de*

Fato vai até seu público-alvo e entrega a edição da semana em mãos. A jornalista Joana Tavares, editora do tabloide mineiro, destaca o público prioritário do jornal.

A gente distribui em prédios, por exemplo, e quem gosta do jornal e leva pra casa são porteiros, faxineiras, trabalhadores de serviços gerais... Isso é um termômetro de que estamos perto do público que a gente quer chegar. Tem muitos desafios, principalmente de linguagem, de recepção, mas o público que nos dá mais retorno é esse que a gente queria atingir. No *Brasil de Fato* nacional sempre tivemos dificuldade de chegar nesse povo. Sempre foi nosso objetivo, também não podemos ser injustos com nossa própria história, mas agora a gente está furando esse bloqueio (TAVARES, 2017).

Os coletivos estaduais do *Brasil de Fato* contam com equipes de distribuição militante (voluntárias ou remuneradas) que, semanalmente, entrega os jornais no fluxo de trabalhadores e trabalhadoras que passam pelo transporte público e principais ruas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba. No caso da edição mineira, além da capital e região metropolitana, são distribuídos jornais com equipe própria também em Uberlândia. Para chegar ao interior, é usual o envio de jornais por malotes de sindicatos, que podem redistribuir a partir de suas sedes. Em Minas Gerais, por exemplo, o tabloide chega a um total de 60 municípios.

Um diferencial da distribuição é a postura militante, pois, como diz Neuri Rosseto (2017), da direção nacional do MST, “[...] não é só para entregar o jornal, é para conversar com quem recebe”. Em geral, os distribuidores são do Levante Popular pela Juventude (LPJ), a “juventude do Projeto Popular”, que foi fundada em 2012 e se notabilizou pelos escrachos contra torturadores da ditadura militar. Na falta de pesquisas de recepção, a postura ativa na distribuição forneceria consideráveis indicadores de consumo do jornal.

Outra mudança crucial foi no modelo de organização e financiamento. Um jornal estadual do *Brasil de Fato* só é lançado caso seja viabilizada uma coordenação política e sustentação econômica dentro do próprio estado.

Inicialmente a ideia era angariar recursos e apoios publicitários não apenas de instituições públicas e sindicais, mas também de empresas privadas. Em entrevista, o dirigente nacional do MST João Paulo Rodrigues (2017) relata que teve conversas avançadas com grupos como Pão de Açúcar e Magazine Luiza para anunciarem nos tabloides. Em sua opinião, não houve acordo por conta da marca do jornal – e o coletivo editorial não cogitou alterá-la. Em termos de publicidade oficial, a edição mineira veicula anúncios do governo do estado (gestão 2015-2018), enquanto a versão carioca recebe propaganda da prefeitura de Maricá, sob administração petista. A edição paulista, desativada, também chegou a fechar anúncios com a gestão municipal, na época sob comando de Fernando Haddad (PT).

A sustentação financeira que realmente se consolidou foi via anúncios de entidades sindicais, em geral filiadas à CUT. O número de anunciantes costuma oscilar conforme a conjuntura e as relações políticas com as entidades. No Paraná e no Recife, ao longo de 2017, a média girou entre oito e dez entidades anunciantes. Em Minas Gerais, o número chega a 20 sindicatos. No Rio de Janeiro, por outro lado, os repasses estão concentrados nos sindicatos dos petroleiros e dos engenheiros. Por outro lado, em São Paulo, um dos motivos da não continuidade do jornal foi justamente o investimento prioritário de grandes sindicatos cutistas, como bancários e metalúrgicos, em outra experiência de comunicação, a *Rede Brasil Atual (RBA)*, que inclui site, rádio, revista e um canal aberto de televisão, a TVT.

A estrutura organizativa dos coletivos estaduais é formada por três eixos: redação, administração e distribuição. Além disso, há um coordenador responsável por acompanhar as diferentes tarefas internas e realizar as articulações políticas externas que dão sustentação ao jornal. Em geral, tanto a coordenação quanto a edição do jornal são ocupadas por militantes da Consulta Popular e/ou do MST. O perfil e a quantidade dos demais cargos variam conforme o caso. Em média, a redação é composta por cinco jornalistas, que produzem conteúdo para o tabloide impresso, site e Radioagência. Há ainda os conselhos editorial e político, o primeiro mais restrito à organização do Projeto Popular, de acompanhamento mais próximo, e o segundo de maior abertura a outras entidades parceiras.

A boa relação com os sindicatos é fundamental pela capacidade de investimento incomparável com os movimentos sociais, mesmo o MST. Indo além, reflete a vontade política das organizações do Projeto Popular de buscarem unidade com outros setores sociais, inclusive para que as pautas sindicais passassem a ter maior destaque nos jornais. Para Ronaldo Pagotto, da Consulta Popular, o setor era sub-representado no semanário nacional.

As pautas, por exemplo, sindicais e operárias no *Brasil de Fato* sempre tiveram certo estrangulamento. [...] Você tinha muita preponderância nas pautas camponesas, indígenas e quilombolas. [...] Não é que sou contra [essa cobertura], mas esse campo representa no Brasil 15% da população. Não pode ter jornal nacional que predominantemente seja esse tema. E o movimento sindical e operário onde é que entra? Entrava pela porta dos fundos, tinha presença muito diminuta. [...] Uma coisa é reconhecer que o movimento sindical tem problema, outra coisa é deixar ele de lado. O jornal acabava não expressando esse quadro da luta sindical e operária (PAGOTTO, 2017).

Editora do *Brasil de Fato* Pernambuco e militante da Consulta Popular, Monyse Ravena conta, em entrevista, que a equipe do jornal passou quase um ano na tarefa de

articular apoios ao jornal junto aos sindicatos, após o lançamento da edição zero. Para ela, a configuração estadual dos tabloides favoreceu a aproximação entre as organizações do Projeto Popular e do sindicalismo da CUT, que mantém boas relações.

De fato, essa característica [relação com sindicalismo] fica bem evidente quando muda para a estratégia dos tabloides, mas acho que também é uma necessidade que a realidade impõe. Como o jornal, os programas de rádio e toda nossa estratégia é uma estratégia estadual, a gente tem necessidade de dialogar com atores sociais que estão no estado.

E aqui pelo menos a gente nunca teve dificuldade. É um campo próximo, na verdade. Não é mais distante, não tem muita diferença na forma de lidar. Tem uma configuração do sindicalismo cutista que é próximo das organizações do campo popular.

Agora, maior dificuldade desse campo é entender por que é importante fazer jornal mais amplo que jornal da categoria. E que não é estratégia concorrente, mas complementar. Acho que esse período de convencimento foi o mais difícil, mas não no lidar do dia a dia, na política.

[...] A gente fez um longo processo de articulação, que reunia quase que mensalmente as organizações para apresentação da experiência [do jornal] e convencimento de que era possível, porque *a priori* parece muito impossível quando você apresenta (RAVENA, 2017).

Para Pedro Carrano, coordenador do *Brasil de Fato* Paraná, esse tipo de costura política foi facilitada no processo de surgimento e consolidação da Frente Brasil Popular (FBP), em setembro de 2015. Além do MST e demais movimentos do Projeto Popular, a Frente reúne entidades como CUT e UNE, e outras organizações e figuras ligadas ao PT e ao PCdoB.

Em 2014 houve uma experiência que pouca gente lembra mas foi interessante, o plebiscito por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. Conseguiu solidificar uma unidade entre os movimentos sociais, entre CUT, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, uma gama grande de organizações, que depois passaram a compor a Frente Brasil Popular, não de uma maneira pontual, mas articulação mais forte. Esse campo, como um todo, apesar das diferenças, vê o *Brasil de Fato* como referência, aposta no jornal. Em Minas Gerais vejo isso, com a CUT e a presidenta Beatriz Cerqueira, uma CUT muito combativa. Aqui também temos a Regina Cruz, presidenta da CUT, que aposta muito no jornal (CARRANO, 2017).

No caso mineiro, a articulação política foi facilitada pela própria conjuntura local a partir da greve dos professores da rede estadual em 2011, sob governo do PSDB. A editora do *Brasil de Fato* Joana Tavares relata, em entrevista, que a crítica em relação à cobertura da imprensa comercial sobre a greve favoreceu a construção do tabloide gratuito no estado.

Em 2013, quando teve aquela reunião que decidiu criar os tabloides, a gente tinha um contexto muito interessante de tentativa de unidade da esquerda, que favoreceu demais a ideia. Em 2011, quando teve a greve dos professores da rede pública estadual, que durou 112 dias, uma greve histórica, foi criado um coletivo, com várias organizações políticas, sindicatos e movimentos populares, que se chama “Quem Luta Educa” e já discutia como a imprensa comercial atuava aqui. Porque além da realidade comum ao Brasil inteiro, do

monopólio, da manipulação de informação, aqui tinha um agravante que era a censura que os governos do PSDB efetivamente faziam, especialmente em relação às pautas populares.

Essa greve foi paradigmática tanto no lado positivo, que gerou essa unidade impressionante entre os movimentos do campo popular, quanto da análise do inimigo, de como as pautas eram desrespeitadas. A cobertura da imprensa estadual foi um fiasco. Era uma greve para pedir pagamento do piso salarial, coisa muito básica, que em 12 anos de governo o PSDB não pagou. Aí quando a gente veio com a proposta de lançar, fazer edição estadual, encontrou esse terreno fértil, com a percepção do papel da imprensa, da necessidade de se ter uma mídia popular. Foi muito bem aceita a ideia (TAVARES, 2017).

Outro facilitador prático (na articulação política e financeira) é o fato de alguns jornalistas do *Brasil de Fato* trabalharem também para sindicatos, como no caso de Monyse Ravena, assessora da CUT em Pernambuco. Em Curitiba, Pedro Carrano é assessor do sindicato dos municipais em Curitiba (Sismuc) e a editora Ednubia Ghisi é assessora do sindicato dos engenheiros (Senge).

Por outro lado, o trabalho em dois empregos explicita certo de grau de precarização nas equipes estaduais, que inevitavelmente impacta na produção jornalística cotidiana. Indo além, tal situação coloca o problema da sobreposição entre assessoria de imprensa e jornalismo, na medida em que determinada entidade anunciante do jornal também emprega a editora da publicação em sua assessoria.

Da perspectiva da política, a articulação estadual consegue envolver entidades que antes estavam distantes (inclusive geograficamente) do semanário nacional impresso e aproveita aproximações locais que não necessariamente se dão em nível nacional. O principal exemplo, nesse sentido, são os sindicatos municipais ou estaduais, que passaram a apoiar o *Brasil de Fato* devido ao caráter local dos tabloides. Além disso, as relações editoriais favorecem o trabalho da militância em torno da Frente Brasil Popular.

Do ponto de vista jornalístico, a estadualização possibilita a cobertura de pautas locais que não apareceriam ou estariam dissolvidas em um jornal impresso de pretensões nacionais, facilitando tanto o diálogo com o público quanto as próprias chances de incidência em um tema determinado. Mais que isso, a forma e a dinâmica dos tabloides, inspirada nos gratuitos comerciais, determinou mudanças editoriais consideráveis: desde textos mais curtos e linguagem mais simples até a presença de notícias esportivas, receitas culinárias e, inclusive, horóscopo em suas páginas. Em grande medida, deixa de ser um jornal denso (às vezes doutrinário) voltado à militância. Por outro lado, o tabloide gratuito torna-se quase totalmente dependente dos anunciantes, principalmente entidades sindicais.

Por fim, é significativo que a tiragem do jornal, somadas as quatro edições estaduais, tenha aumentado cerca de 40 vezes em relação à publicação nacional anterior.

Se a gente entender como grupo Brasil de Fato, e somar as tiragens dos regionais, a gente tem no mínimo 500 mil jornais circulando mensalmente. É muito pouco para conjuntura brasileira, razoável para o que a esquerda tem hoje e muito se comparado com aquelas 3 mil edições semanais (12 mil mensais) que nós tínhamos. A gente equiparou com a experiência dos especiais, lá atrás, em que a gente conseguia edições massivas em épocas de campanha e de lutas (CARRANO, 2017).

A avaliação dos demais entrevistados sobre a experiência dos tabloides estaduais segue na mesma linha: é positiva, especialmente se comparada ao jornal nacional que os precedeu. Entre os desafios apontados estão aumentar circulação (tiragem e periodicidade) e realizar pesquisas de recepção do jornal. “A gente quer saber qual é o alcance de fato, como o povo está pegando esse impresso na mão, porque quer aumentar tiragem e circulação, mas não tem certeza de como está sendo recebido”, resume a editora do *Brasil de Fato* Paraná, Ednubia Ghisi (2017). Outro objetivo é a formalização das relações de trabalho em alguns estados, como no Paraná e em Pernambuco, nos quais os profissionais contratados não têm ‘carteira assinada’. O avanço em tais metas está condicionado à capacidade financeira do jornal, vista como gargalo quase permanente.

2.4.2 O Centro Popular de Mídias

A segunda resolução dos balanços de dez anos do *Brasil de Fato* foi o investimento em ferramentais digitais. Em 2015, fruto da relação do MST com ativistas da área de tecnologia da informação, foi criado o Centro Popular de Mídias (CPMídias), que vinha sendo concebido desde 2013 e foi potencializada pelos acontecimentos das Jornadas de Junho. O novo espaço, que passaria a englobar o *Brasil de Fato*, foi pensado tanto para oferecer suporte aos movimentos sociais quanto para formação de militantes do Projeto Popular na área da comunicação. Tal iniciativa é entendida como a junção de dois blocos de conhecimento e trabalho: jornalismo/comunicação e tecnologia da informação.

No caso do *Brasil de Fato*, o site e as páginas em redes sociais foram reformuladas. Também passaram a ser produzidos cotidianamente conteúdos gráficos e multimídia tanto para acompanhar matérias jornalísticas quanto para serem postadas diretamente nas redes sociais. Vivian Fernandes, uma das coordenadoras do *Brasil de Fato* nacional, relata o surgimento do Centro.

Lá por 2014, 2015 começou aproximação de solidariedade internacional do MST com ativistas de software livre a nível mundial. Muitos nem eram do Brasil. Conseguimos formas de colaboração mútua entre essas experiências. [...] Criou-se o CPMídias com esse intuito: ser um ponto de discussão e

formulação tecnológica, de trabalho com redes sociais, novas tecnologias, tecnologias populares. Tanto para aprender ali dentro, quanto fazer oficinas externas, de texto, rádio, design, vídeo, fotografia. Tem como princípio ser essa escola popular dos movimentos pra dentro e pra fora. Fez crescer bastante o alcance nas redes e uma indexação muito melhor no Google, por exemplo (FERNANDES, 2017).

O CPMídias produz conteúdos e desenvolve ferramentas digitais, conforme necessidade, tanto para movimentos quanto outras entidades do Projeto Popular como a Escola Nacional Florestan Fernandes e a editora Expressão Popular. Coordenador-geral do CPMídias, Luiz Felipe Albuquerque conta que a iniciativa também procura se especializar na atuação em redes sociais, para além do *Brasil de Fato*, com ações de agitação política.

Já tinha esse conhecimento de jornalismo e não há pretensão de deixa-lo de lado, pelo contrário, é algo que a gente até enfatizou, reforçou, foi mais criterioso na questão da objetividade jornalística. [...] [Mas a ideia era] trabalhar, além de texto, com imagens, memes, infográficos, agregando pessoas de artes gráficas também, que ajudavam em outros tipos de linguagem. A gente faz memes que nem sempre solta com nosso nome. Às vezes só solta nas redes, que é a questão da guerrilha. [...] ‘Viu isso aqui? Faz um meme besta e joga nas redes, dispara. Vamos criar uma página na internet a partir desse fato no facebook?’ Não como *Brasil de Fato* mas como página de zoeira, ganha projeção e vamos colocando conteúdo. [...] Difícil de tocar no dia a dia, pelas demandas. A gente cria, faz sucesso, mas vai minguando, fica de lado. É um desafio ainda (ALBUQUERQUE, 2017).

Como os movimentos sociais também têm suas equipes de comunicação, em especial o MST, existe um trabalho permanente de combinação entre as diferentes ferramentas, inclusive o *Brasil de Fato*. Dirigente do MST, João Paulo Rodrigues, comenta um pouco dessa relação, nem sempre fácil de harmonizar.

Por exemplo, não tem porque o MST fazer cobertura da caravana do Lula. Agora, é importante que o MST tenha protagonismo na feira do MST, porque é um evento grande que tem dinâmica. Mesmo na cobertura da jornada de luta do MST, por mais que o *Brasil de Fato* ajude, tem que ter clareza que ali o MST que tem que estar acompanhando. Mas isso é tão próximo que, pra você errar a mão e criar problemas com equipes, é dois minutos (RODRIGUES JP, 2017).

As falas dos entrevistados deixam claro que, com o CPMídias, o jornalismo do *Brasil de Fato* convive cotidianamente com outras táticas de comunicação, em especial a institucional dos movimentos e a agitação. A coordenadora do *Brasil de Fato* Vivian Fernandes dá outro exemplo.

Tem uma cobertura ao vivo, a gente vai fazer pelo CPMídias mas pode ser que a gente use o facebook do *Brasil de Fato* ou da Frente Brasil Popular. Porque a gente tenta pensar essa disputa em grupo. Não é só crescer o nome do *Brasil de Fato*, é crescer o nosso campo na disputa da comunicação com a mensagem que a gente quer passar (FERNANDES, 2017).

A sede do CPMídias, além da redação, contempla um pequeno estúdio para vídeo e outro para rádio, ambos disponíveis não só para o *Brasil de Fato* mas para os movimentos em geral. Na passagem de 2017 para 2018, o CPMídias conta com uma equipe de cerca de trinta pessoas, sob regime formal de trabalho, em São Paulo. São responsáveis por coordenar e editar o conteúdo do site nacional, incluindo articulação com equipes regionais e colaboradores. Em termos de matérias jornalísticas, concentra a produção de pautas nacionais, muitas vezes a partir de material clipado de outros meios ou agências. Por não ter tabloide impresso, a apuração de notícias locais acaba secundarizada. O CPMídias também é responsável pelo programa semanal de rádio em São Paulo e assessora tecnicamente as produções de alguns estados. A sustentação econômica é basicamente resultado de esforços do MST, a partir de articulações com apoiadores internacionais, além de editais e uma incipiente prestação de serviços de comunicação.

No fundo, a criação do CPMídias correspondeu à necessidade de colocar o *Brasil de Fato* na era das redes sociais, a partir da articulação entre jornalismo, design e tecnologia da informação. De quebra, a equipe consegue atender demandas por conteúdo e tecnologia dos movimentos do Projeto Popular, incluindo formação de militantes.

De acordo com apresentação interna disponibilizada para a presente pesquisa (BRASIL DE FATO, 2017), de março de 2015 a dezembro de 2017, a página no Facebook do *Brasil de Fato* passou de 330 mil a 604 mil curtidas. As páginas estaduais no Facebook dispõem de números mais modestos: Minas Gerais, 12 mil curtidas; Paraná, 9,2 mil; Rio de Janeiro, 8,2 mil; e Pernambuco, 3,6 mil. A conta nacional do Twitter apresenta 94,7 mil seguidores. O aplicativo WhatsApp também é utilizado para divulgação de conteúdo e conta com uma lista de transmissão de 3 mil contatos

Com relação ao site, a média mensal de acessos ao longo de 2017 foi de 777,3 mil (9,3 milhões no total). O maior pico de acessos foi no mês de maio (1,3 milhões), sendo 135 mil apenas no dia 18, quando o Michel Temer diz que não renuncia à presidência. Os números de 2017 correspondem a um aumento de 120% em relação ao ano anterior (média mensal de 351,7 mil acessos).

As três matérias mais lidas em 2017 foram:

a) “PSDB pode estar preparando o golpe dos golpes”, coluna de opinião do cantor Tico Santa Cruz, publicada ainda em 1º de julho de 2016, com 119,3 mil visualizações;

b) “Prisão do mais importante cientista nuclear brasileiro é questionada por políticos”, sobre a condenação do almirante Othon pela Operação Lava Jato, publicada em 5 de abril de 2017, com 110,1 mil visualizações;

c) “Mais de um milhão de professores preparam greve contra a reforma da Previdência”, de 10 de março de 2017, com 105, 1 mil visualizações.

Na avaliação do dirigente do MST João Paulo Rodrigues (2017), com o CPMídias, “[...] o *Brasil de Fato* sai de um jornalzinho que está lá no canto” para figurar entre os principais veículos da esquerda nas redes. Entre os limites, ele aponta a baixa idade média do quadro profissional, problema de coesão na linha editorial, de *timing* na notícia, mas principalmente das características do campo do Projeto Popular.

Estamos num campo de posições médias. É muito morna, é ponderada. Não é aquele ‘Lula nós te amamos’, não vai ter isso, então é mais difícil ter audiência. Ou personalismos: ‘João Pedro [Stédile], você é nosso rei’. Não existe isso. Então a posição política do campo que representamos, de modo geral, dificulta posição mais ofensiva. É uma posição ponderada em vários aspectos. Temos cuidado em avançar em áreas como cultura, temas mais profundos como internacionais, ambientais, da agroecologia, como alimento saudável, em dialogar com as pautas que estão andando por aí na sociedade. Mas tem que ser canal dos movimentos populares e, como a crise também é dos movimentos, dificulta (RODRIGUES JP, 2017).

Para Vivian Fernandes (2017), uma das coordenadora do *Brasil de Fato*, o ponto negativo da produção atual é o audiovisual. Em geral são produzidos vídeos para matérias especiais multimídia ou em cobertura de manifestações de rua. No YouTube, o canal do *Brasil de Fato* conta com apenas 3,5 mil inscritos, em fins de 2017.

Ainda assim, é provável que a produção audiovisual leve algum tempo para ser alavancada. Isso porque a prioridade para 2018 (assim como foi desde meados de 2017) é a produção em áudio.

2.4. 3 A Radioagência

Paralela à história do *Brasil de Fato*, a Agência Notícias do Planalto foi fundada em abril 2004 pelo MST com o objetivo de produzir material jornalístico em áudio para ser utilizado por rádios comerciais e comunitárias. A ideia surgiu no ano anterior, dentro da equipe de comunicação do MST, em Brasília, e inicialmente funcionou como uma extensão do trabalho de assessoria de imprensa do movimento e foi inspirada no formato de “rádio release” utilizado pelo Banco do Brasil. Todo o conteúdo era disponibilizado gratuitamente para download na página da agência. Também eram transmitidos para rádios via geração por telefone, com entradas ao vivo na programação ou gravação para posterior veiculação (FERNANDES, 2014).

O contexto da criação é o mesmo do lançamento do *Brasil de Fato*, no início de 2003, de expectativa de crescimento dos movimentos sociais. Da mesma forma que o jornal, a agência conseguiu apoios de outras entidades, como CUT, MPA, Via Campesina e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A linha editorial e política seguiam as mesmas definições do Projeto Popular.

A principal diferença com o jornal talvez tenha sido o perfil discreto da agência, que não chegou a fazer um lançamento público. Havia o cuidado de não identifica-la com os movimentos sociais, para não restringir relações com as rádios. O próprio nome, Notícias do Planalto, em referência à capital federal, reflete essa tentativa. É relevante notar que a agência surge antes mesmo da Radioagência Nacional, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), lançada em outubro de 2004, o que indica certo pioneirismo à iniciativa do MST de aliar internet e rádio. Em entrevista para a dissertação de mestrado de Vivian Fernandes (2014), João Paulo Rodrigues, responsável do MST por acompanhar a Radioagência, relata o desenvolvimento da experiência.

Eu acho que a agência de rádio é a grande novidade nossa, porque ninguém ouvia falar nesse negócio, nem tinha experiência. Todo mundo sabe um pouco do impresso, sabe de revista e jornal. E a agência de rádio foi uma novidade em vários aspectos. Primeiro, que nós não sabíamos que tinha essa possibilidade das rádios do interior veicular esse tipo de notícias. Segunda questão é que ela nos permitiu entrar em várias rádios comerciais grandes, pequenas, do interior, do Brasil inteiro. E, terceiro, é que nos obrigou a ter que fazer um tipo de matéria que é menos “eu me amo”, uma matéria que possa ser progressista no conteúdo, que possa levar em consideração as nossas bandeiras, sem ter que ser panfletária. Acho que isso foi bem bacana, nos obrigou a se adequar a esse tipo de noticiário, também com matérias curtas (RODRIGUES apud FERNANDES, 2014, p. 99).

Em 2006, a agência se muda do escritório do MST, em Brasília, para a sede do *Brasil de Fato*, em São Paulo, cidade em que estavam concentradas as principais experiências de comunicação do movimento. O objetivo era crescer o projeto e articulá-lo às outras iniciativas, inclusive ofertando capacitação e assessoria às rádios comunitárias do MST. No início de 2007, a Agência Notícias do Planalto teria seu nome alterado para Radioagência Notícias do Planalto, ou simplesmente Radioagência NP. Conforme relata Vivian Fernandes (2014, p. 100), em sua dissertação de mestrado, a intenção era tanto “[...] imprimir uma identidade maior com seu público-alvo de rádios”, quanto “[...] descolar da ideia de ser uma rádio sediada em Brasília”.

Apesar de correr paralelamente, a Radioagência NP não escapou dos balanços de dez anos do *Brasil de Fato*. Como forma de fortalecer o projeto *Brasil de Fato* como grupo editorial, em março de 2014, a Radioagência NP transforma-se definitivamente em

Radioagência *Brasil de Fato* e passa a ser hospedada no portal do jornal. Atravessa um período de adequação e volta a funcionar em meados de 2015, a partir da estrutura do CPMídias.

Ao longo de 2017, a produção em rádio retoma fôlego e se expande. Foram lançados programas semanais de notícias em São Paulo (capital e Sorocaba), Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Todos os programas rodam aos sábados (alguns com reprise no domingo) em rádios comerciais, educativas ou comunitárias e também são disponibilizados para download e reprodução gratuitos, na íntegra, no site do *Brasil de Fato*.

TABELA 2 – Programas estaduais da Radioagência *Brasil de Fato* – Dezembro de 2017

ESTADO	ESTREIA	DURAÇÃO (MINUTOS)	EMISSORAS
São Paulo	Março de 2017 (São Paulo capital) Outubro de 2017 (Sorocaba)	40 (produção nacional) 60 (produção nacional)	São Paulo (capital) Rádio 9 de Julho (1600 AM, comercial) Sorocaba: Rádio Super (87,5 FM, comercial)
Pernambuco	Março de 2017	60 (produção local)	Recife: Rádio Clube (720 AM, comercial)
Minas Gerais	Mai de 2017	60 (30 produção local + 30 produção nacional)	Belo Horizonte: Rádio Autêntica Favela (106,7 FM, educativa)
Rio de Janeiro	Novembro de 2017	60 (30 produção local + 30 produção nacional)	Rio de Janeiro (capital): Rádio Fluminense (540 AM, comercial)
Paraná	Novembro de 2017	30 (produção local)	Paçandu: Rádio Pioneira (91,3 FM, comunitária) Ponta Grossa: Rádio Princesa (87,9 FM, comunitária) Francisco Beltrão: Rádio Anawin (106, 3 FM, comunitária)

Fonte: O autor.

O rádio voltou a ser priorizado a partir de uma diretriz política nacional dos movimentos sociais que sustentam o *Brasil de Fato*, como relata Neuri Rosseto, do MST.

Tempos atrás o movimento já teve discussão mais forte disso [rádio]. Depois refluíu. Estamos querendo recuperar. [...] O CPMídias nasceu principalmente com foco redes sociais e internet, para além do *Brasil de Fato*. Depois acoplamos a questão da rádio e nos últimos meses ganhou importância maior. Em termos de custo financeiro, é relativamente mais baixo e atinge um público popular. Por isso acabou ganhando mais destaque no CPMídias do que estava até pouco tempo. A rádio se impôs dentro do CPMídias (ROSSETO, 2017).

Qual a justificativa para tal aposta? Apesar do avanço da internet, o rádio segue tendo peso importante como meio de consumo de notícias. Com base na Pesquisa Brasileira de Mídia²¹ (SECOM, 2016, p. 30), estima-se que 30% da população nacional tem o rádio, em primeiro ou segundo lugar, como “meio de maior utilização para se informar sobre o Brasil”. Dois em cada três entrevistados pela Pesquisa declararam ouvir rádio pelo menos um dia da semana e um a cada três afirmou escuta-lo todos os dias da semana. Os números aumentam conforme a idade dos entrevistados e diminuem de acordo com escolaridade e renda.

Soma-se ao cenário geral o peso maior do rádio em áreas rurais, onde está a base social do MST. Nessa perspectiva, a aposta na Radioagência Brasil de Fato está ligada tanto à capacidade de levar conteúdo até a população do campo quanto fortalecer as rádios livres e comunitárias já existentes em territórios do movimento.

Em termos de circulação, a Radioagência considera um público duplo, aquele que será atingido na transmissão das emissoras radiofônicas e aquele que acessa o conteúdo pela internet. O foco principal do *Brasil de Fato* está nas emissoras, por isso todos os estados procuram espaços (gratuitos e pagos) para veicularem seus programas. As inserções são facilitadas pela estrutura deficitária do radiojornalismo brasileiro, que o torna permeável à veiculação de conteúdos noticiosos gratuitos. Em sua dissertação de mestrado, Vivian Fernandes (2014) cita o pesquisador Francisco Sant’Anna para contextualizar tal cenário, que, apesar de grave para as rádios comunitárias, favorece a circulação do conteúdo da Radioagência.

A falta de jornalistas próprios resulta numa ampla possibilidade de inserção gratuita de notícias nas emissoras. Este fenômeno, sob o qual desejamos nos concentrar, propicia a proliferação de um gênero de serviço de comunicação institucional, denominado agência radiofônica de notícias ou, como preferimos, radioagência das fontes: estruturas para a produção e difusão de rádio releases. Cientes das carências das emissoras, as fontes fornecem textos e rádioreportagens prontas para a divulgação. Para o rádio, isso elimina a necessidade de um jornalista para redigir, narrar ou editar. As emissoras recebem as reportagens, entrevistas com personalidades, boletins radiofônicos ou mesmo cobertura completa de um determinado evento. Tudo, a partir do ponto de vista de um determinado ator social, de uma fonte, neste caso, visto pela agência enquanto um cliente (SANT’ANNA, 2008, p. 80 apud FERNANDES, 2014, p. 66).

Coordenadora de radiojornalismo no CPMídias, e tendo trabalhado e estudado a Radioagência NP, Vivian Fernandes (2017) aponta, em depoimento, que “dificilmente uma rádio nega receber conteúdo de graça, [...] porque elas precisam, querem passar uns

²¹ Realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), com participação de 15.050 pessoas entrevistadas.

drops de notícias no meio das músicas, das falas dos locutores”. Por isso, o potencial do rádio no *Brasil de Fato* está diretamente relacionado à capacidade de inserção nas emissoras. Neuri Rosseto (2017), do MST, explica um pouco dessa dinâmica. Para ele, a limitação está na equipe de articulação com emissoras.

É um método que exige, pra crescer, estrutura grande de pessoas. Tem que ligar, conversar. Uma pessoa vai fazer quantas ligações? Ainda tem questão dos horários, mais ou menos parecidos, dos programas. Mas vão criando espaços, [...] construindo rede onde a gente possa ter acesso. Isso é tarefa do CPMídias. [...] O movimento está fazendo discussão de aumentar. Uma intencionalidade política, que todos os estados vão atrás de espaço. Às vezes é sindicato que já tem programa, igreja que é aberta, ou é o movimento que já tem certa estrutura e pode comprar programa semanal de meia hora (ROSSETO, 2017).

Consequência do investimento em rádio é a diretriz para que cada notícia escrita pelos repórteres do *Brasil de Fato* tenha também uma versão em áudio, que será disponibilizada na internet, junto do texto, e poderá também ser utilizada nos programas semanais estaduais. Esse “aproveitamento” é outro fator que torna barata a produção voltada à rádio, comparada a outras mídias.

João Paulo Rodrigues (2017), dirigente do MST que acompanha há anos as produções em áudio, conta que “o sonho é criar uma cultura interna de que rádio é importante”. E, para isso, é preciso enfrentar as diferenças geracionais e regionais:

Estamos nessa etapa agora de construção, consolidação, formar uma geração que domina isso, porque ninguém mais domina rádio. Você não tem mais locutor de rádio. Conseguir fazer programa, com entrevista, de dois minutos, não acha ninguém. E no rádio você tem que ter carisma. Não tem jeito, ninguém dá bola pra programa chato. E maior problema no rádio é música, porque nossa turma foi sendo capturada nos últimos 30 anos pela indústria da música. Então se eu não toco sertanejo em determinadas regiões do país... ‘Ah, vou colocar Chico Buarque’, coloca pra tu ver em um assentamento no interior de São Paulo, nem eu vou ouvir. Como se faz programa se não tem música? Como colocar música e ter audiência? São temas que estamos elaborando (RODRIGUES JP, 2017).

Ao longo deste capítulo, ao contar a trajetória recente do *Brasil de Fato*, foram privilegiadas as falas dos sujeitos envolvidos em sua construção, especialmente da direção do MST e da Consulta Popular: suas visões, justificativas e estratégias para o projeto jornalístico que ajudam a sustentar. O eixo condutor foi principalmente as rupturas e continuidades com a experiência do semanário nacional impresso, que deixou de circular e deu lugar às novas ferramentas.

O *Brasil de Fato* deixou de ser um jornal nacional impresso, com 3 mil assinantes, para se consolidar como um grupo editorial que produz jornalismo impresso, digital e radiofônico. A produção para impresso segue tendência do ramo, de

segmentação/regionalização e distribuição gratuita, e tem sustentação via anúncios e apoios de entidades sindicais. A principal dificuldade (por motivos financeiros) está no alcance, com circulação semanal e tiragens modestas (de 20 a 50 mil).

A frente digital aposta na conjugação entre as áreas de comunicação/jornalismo e tecnologia da informação, desde a criação do Centro Popular de Mídias (CPMídias), que passou a coordenar o portal de notícias do *Brasil de Fato*. A ideia do CPMídias é otimizar a estrutura e as equipes de trabalho, que podem tanto produzir conteúdo jornalístico para o portal quanto atender demandas dos movimentos sociais.

Por fim, o trabalho para rádio, em formato de agência, está fundamentalmente ligado à capacidade de inserção dos conteúdos do *Brasil de Fato* em emissoras radiofônicas, sejam elas comerciais, comunitárias ou livres. Sua operacionalização depende tanto das equipes de reportagem dos tabloides locais quanto da assessoria técnica nacional do CPMídias.

Na próxima seção, trata-se de buscar entender como as definições estratégicas se materializam na produção editorial cotidiana. Para isso serão expostas e analisadas as principais características jornalísticas do *Brasil de Fato*.

2.5 Análise editorial do *Brasil de Fato*

O *Brasil de Fato* existe porque os movimentos populares que o sustentam veem no jornalismo informativo uma ferramenta de disputa de hegemonia na sociedade. E, por o sustentarem, as grandes decisões serão tomadas pelos movimentos. No entanto, o jornalismo é também uma profissão (relativamente institucionalizada), com suas técnicas, conhecimentos e códigos éticos próprios. Apesar de ser um canal alternativo e de ligação estreita com um projeto político, o *Brasil de Fato* carrega traços gerais da profissão que o faz ser reconhecido como jornalismo e lhe confere credibilidade.

A relação é entre duas lógicas relativamente distintas, dos campos sociais do jornalismo e da política, que têm de ser equalizadas para ter os objetivos alcançados.

Ou seja, não se pode reduzir essa relação ao predomínio da lógica política sobre a jornalística ou vice-versa. Trata-se de uma interação muito mais complexa. Os dois agentes permanecem vinculados a seus próprios campos e buscam a ampliação de seus capitais simbólicos específicos. No entanto, suas ações repercutem mutuamente, o que os obriga a, de alguma maneira, incorporar a lógica do outro em seu cálculo. São necessários ajustes delicados para garantir o máximo de proveito na relação, embora nunca ao ponto de alienar o parceiro (MIGUEL, 2002, p. 177).

A fala de Ronaldo Pagotto, dirigente da Consulta Popular que acompanha o *Brasil de Fato* desde 2003, ilustra bem a questão.

Da parte das organizações políticas, há a tentativa de pautar as suas questões e, muitas vezes, isso rompe com a fronteira do jornalismo, que é apurar, que quer opinião mais isenta, que quer construir pauta de verdade, seguindo princípios históricos do jornalismo. Aí vem o problema da organização tentar passar pautas que são frias ou são só de opinião. No outro extremo tem a autonomia do grupo de jornalistas. A autonomia do coletivo que produz, a despeito de ter uma série de questões técnicas, ela tem que ter um limite. Porque não é só um jornal que tem que ter lado, é um jornal que tem que ter opinião mais fina na conjuntura (PAGOTTO, 2017).

Como se notam as relações que atravessam o *Brasil de Fato*, no conteúdo e na forma? Quais as principais características do jornalismo produzido? Após ter apresentado a trajetória do *Brasil de Fato* sob o ponto de vista do grupo dirigente, ou seja, dos movimentos populares e da política, o presente capítulo tem o objetivo de responder tais questões.

A análise empírica realizada neste trabalho segue parte dos passos metodológicos da tese “Interesses Cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro”, de Sérgio Luiz Gadini (2009). Ainda que os objetivos de pesquisa, a realidade social escolhida e o tamanho da amostra sejam diferenças marcantes, a proposta se aproxima na medida em que ambos trabalhos buscam “identificar estratégias, relações e modos de intervenção” (GADINI, 2009, p. 25) de atores sociais de outros campos em contato com o campo jornalístico.

Buscou-se uma análise balizada por critérios de produção do jornalismo brasileiro, tais como: seleção e hierarquização de pautas e temas; gêneros e formatos textuais; recursos de edição; abrangência; escolha de fontes. Por reunir também conteúdo dos jornais impressos e da Radioagência, o site do *Brasil de Fato* foi o meio que recebeu maior atenção da pesquisa.

2.5.1 Portal digital de notícias

O portal www.brasildefato.com.br tem como traços gerais um jornalismo informativo, político, nacional e centrado no texto escrito. Informativo porque, em termos de gênero jornalístico, prevalecem as notícias e reportagens sobre as análises, colunas e editoriais. Político e nacional porque o *Brasil de Fato* prioriza cobrir os grandes temas e acontecimentos da vida institucional do país, aqueles que ganham projeção nacional. Sua abrangência regional depende dos estados onde são produzidos os tabloides (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco) ou há correspondentes fixos (Brasília e Pará). A cobertura de movimentos sociais, em suas especificidades (e não em mobilizações nacionais), também está condicionada à produção das equipes dos tabloides

impressos. Por fim, o jornalismo do site do *Brasil de Fato* é centrado no texto escrito, pois a produção em áudio (ainda) não cobre a maior parte do conteúdo²². As áreas de infografia, vídeo e fotojornalismo são incipientes.

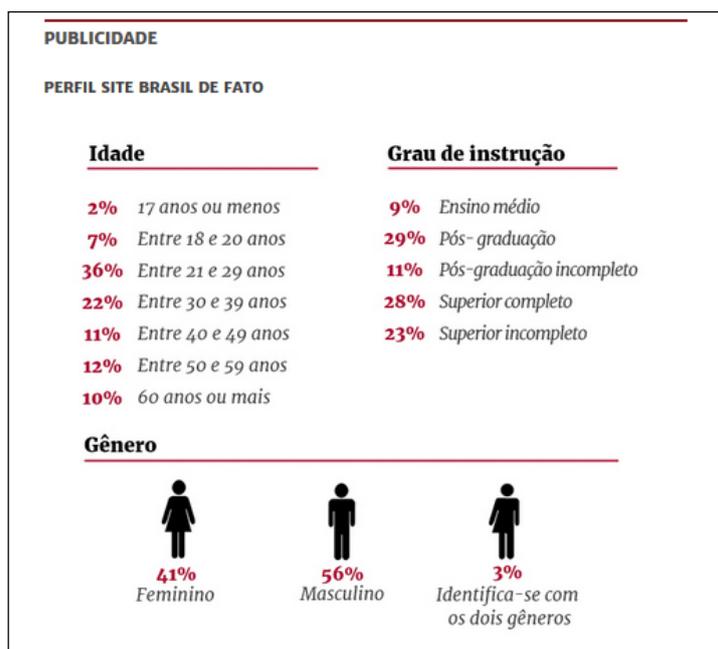
A interface do site está dividida em três terços horizontais e cinco colunas. O primeiro terço apresenta o cabeçalho seguido de menu com acesso às editorias, anúncio publicitário e uma barra dinâmica com as “últimas notícias”. Logo abaixo, da esquerda para a direita, são destacadas três matérias com fotos e um *banner* que indica conteúdo especial na última coluna. Em seguida aparecem mais sete matérias em bloco, quatro delas com fotos, separadas por mais um anúncio. À direita, está a seção “colunistas” com três últimos textos publicados.

Rolando a barra da página principal, o segundo terço do portal começa com um vídeo incorporado do canal do YouTube “TV Brasil de Fato”, ocupando duas colunas. Ao lado, está a seção de fotos, que leva o internauta para o Flickr do jornal. Na última coluna aparece a seção “edições impressas”, com botões para acesso a matérias de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ainda no segundo terço, são destacadas duas matérias com foto, ao lado da seção “Artes”, em geral com alguma charge. Fechando o bloco estão as ferramentas para assinatura do “Boletim BdF” e para acesso à página do Facebook.

O último terço do site corresponde a um bloco com as oito últimas notícias publicadas e a lista das últimas cinco mais lidas. No rodapé, estão dispostos botões institucionais, como “Quem Somos”, “Parceiros” e “Contato”.

Na seção “Publicidade” do site, o *Brasil de Fato* disponibiliza seu perfil leitor, com pesquisa realizada entre os dias primeiro e oito de junho de 2015 (sem informar amostragem). Trata-se de um público jovem, em maioria homens e com alto grau de escolaridade.

²² Após o período de análise, as produções em rádio se intensificaram. A orientação editorial é de que todo texto escrito receba versão também em áudio.

FIGURA 1 – Perfil do leitor do site *Brasil de Fato* – 2015

Fonte: www.brasildefato.com.br/publicidade. Acesso em 28/11/2017.

A mesma pesquisa aponta cinco motivos pelos quais os internautas acessam o *Brasil de Fato*: “visão e abordagem diferente da grande mídia”, “imparcialidade e credibilidade”, “confiança”, “bom conteúdo e qualidade das matérias”, “por apresentar um ponto de vista dos movimentos populares” (BRASIL DE FATO, 2018).

Conforme documento interno disponibilizado para a presente pesquisa (BRASIL DE FATO, 2017), ao longo de 2017 a soma de todos acessos ao site chegou a 9,3 milhões (média mensal de 777, 3 mil), tendo o maior pico de acessos no mês de maio (1,3 milhões). Para ter um parâmetro de comparação, em julho de 2017 o portal *globo.com* recebeu 8 milhões de visitas; o UOL registrou 5,6 milhões (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2018).

2.5.1.1 Análise do portal

A análise do site *brasildefato.com.br* englobou 403 matérias postadas entre os dias 08 de maio e 06 de junho de 2017 nas seguintes editorias: Opinião, Política, Direitos Humanos, Cultura, Geral e Internacional. Ficaram de fora Radioagência, Especiais, Colunistas²³, apreciadas separadamente.

²³ A exceção são 12 matérias (seis de Radioagência; duas coluna e dois especiais) que apareceriam na análise do conteúdo destacado na página inicial do site e foram incorporadas, com ressalvas, à amostra geral.

No mesmo período²⁴ foram analisados os destaques na página inicial do portal, com o objetivo de verificar marcas de hierarquização jornalística. A cada dia foram realizadas duas capturas de tela, uma pela manhã (entre 8h30 e 10h) e outra pela tarde (entre 16h30 e 18h), catalogando as três matérias de maior destaque no site (aquelas acompanhadas de foto na parte superior da tela), totalizando 129 matérias²⁵.

FIGURA 2 – Exemplo de captura de tela para ‘análise hierarquizada’



Fonte: www.brasildefato.com.br. Acesso em 19 de maio de 2017.

As análises foram realizadas com base nas seguintes categorias: autoria de texto e edição, editoria, suporte de mídia, gênero jornalístico, tema e abrangência. A amostra das 129 matérias destacadas inclui ainda análise de fontes jornalísticas.

Segue-se a exposição dos principais indicadores, por categoria.

2.5.1.2 Autoria

A catalogação da autoria dos textos e da edição permite inferir: a) percentual de matérias originais e clipadas; b) quais principais veículos replicados; c) percentual de matérias não assinadas (aquelas em geral ‘requeitadas’ na redação); d) localização geográfica e gênero dos repórteres e editores.

²⁴ Por problemas técnicos, não foi realizada captura na tarde do dia 22 de maio.

²⁵ Destas, três datam de dias anteriores ao início da período de análise (6 e 7 de maio). Foram analisadas entre as 129 mas não entraram na amostra principal para não desequilibrar a amostra geral.

Das 403 matérias catalogadas, 77,2% foram produzidas pelo próprio *Brasil de Fato* e 22,8% por outros veículos de comunicação. Entre as 129 da análise hierarquizada, o índice de produção própria aumenta para 80,6%.

TABELA 3.1 – Autoria de textos – Amostra geral *Brasil de Fato*

AUTORIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Própria	311	77,2%
Outros veículos	92	22,8%

Fonte: O autor.

TABELA 3.2 – Autoria de textos – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

AUTORIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Própria	104	80,6%
Outros veículos	25	19,4%

Fonte: O autor.

Como principal veículo replicado destaca-se a *Rede Brasil Atual (RBA)*, grupo de comunicação sustentado por sindicatos cutistas da grande São Paulo, com 27,2% na amostra geral e 36% na amostra hierarquizada.

Vale mencionar que o portal do *Brasil de Fato* mantém uma página “Parceiros”, na qual estão destacadas as seguintes iniciativas: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, *Adital – Notícias da América Latina e Caribe*, *Voces del Alba*, *Caros Amigos*, *Carta Maior*, *Conversa Afiada*, *Escrevinhador*, *Jornalistas Livres*, *Barão de Itararé*, *Ninja*, *Opera Mundi*, *Rede Brasil Atual*, *Fórum*, *Saúde Popular*, *TV Drone*, *TVT* e *Viomundo*.

Entre esses, o coordenador do MST João Paulo Rodrigues (2017) dá a entender que a proximidade maior é com RBA e TVT, que são do mesmo grupo editorial. Há a intenção, inclusive, de criar um conselho editorial ampliado entre as iniciativas. “Tem um namoro sendo consolidado pra ter um campo de atuação conjunto”, afirma. Caso se consolide a aproximação, a RBA teria peso maior em televisão e rádio, e o *Brasil de Fato* em internet e jornal impresso.

TABELA 4.1 – Veículos com maior reprodução de conteúdo no *Brasil de Fato* – Amostra geral

VEÍCULO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
<i>Rede Brasil Atual</i>	25	27,2%

<i>Agência Brasil</i>	10	10,9%
<i>Opera Mundi</i>	10	10,9%
<i>Sul 21</i>	6	6,5%
<i>Jornal GGN</i>	5	5,4%

Fonte: O autor.

TABELA 4.2 – Veículos com maior reprodução de conteúdo no *Brasil de Fato* – Amostra hierarquizada

VEÍCULO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
<i>Rede Brasil Atual</i>	9	36,0%
<i>Agência Brasil</i>	4	16,0%
<i>Opera Mundi</i>	3	12,0%
<i>Portal Vermelho</i>	2	8,0%

Fonte: O autor.

Entre as matérias originais do portal, 22,5% não são assinadas (ou são identificadas como “Redação” ou “*Brasil de Fato*”). Na amostra hierarquizada o número cai para 16,3%.

No caso da amostra geral, as principais assinaturas são de repórteres locais: Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná e Pará. O panorama muda na análise hierarquizada, com maior presença de jornalistas de São Paulo.

TABELA 5.1 – Assinaturas de texto – Amostra geral *Brasil de Fato*

AUTORIA	OCORRÊNCIA
Cristiane Sampaio (DF)	17
Mariana Pitasse (RJ)	16
Daniel Giovanaz (PR)	14
Lilian Campelo (PA)	13
Rafael Tatamoto (SP)	13
Jônatas Campos (Venezuela)	12
Fania Rodrigues (RJ)	10

Fonte: O autor.

TABELA 5.2 – Assinaturas de texto – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

AUTORIA	OCORRÊNCIA
Cristiane Sampaio (DF)	10
Rafael Tatamoto (SP)	9
Rute Pina (SP)	9
Daniel Giovanaz (PR)	8
Jônatas Campos (Venezuela)	8
Norma Odara Fes (SP)	8
Lilian Campelo (PA)	7

Fonte: O autor.

Além da assinatura de reportagem, o *Brasil de Fato* identifica ao fim das matérias o responsável pela edição. Segundo o coordenador do CPMídias, Luiz Felipe Albuquerque (2017), em entrevista, a prática busca garantir transparência e angariar credibilidade do leitor. Quanto às assinaturas de edição, a maioria se concentra em São Paulo, especialmente na amostra hierarquizada.

Nota-se também a total predominância de mulheres em tal tarefa. Os quatro tabloides estaduais (MG, RJ, PR e PE) são editados por mulheres: Joana Tavares, Vivian Virissimo, Ednubia Ghisi e Monyse Ravena, respectivamente. A coordenação política, no entanto, tem predominância masculina.

TABELA 6.1 – Assinatura de edição – Amostra geral *Brasil de Fato*

EDITORAS	OCORRÊNCIA
Vanessa Martins (SP)	53
Camila Rodrigues da Silva (SP)	50
Ednubia Ghisi (PR)	31
Vivian Virissimo (RJ)	28
Monyse Ravena (PE)	27
Joana Tavares (MG)	26
Vivian Fernandes (SP)	26

Fonte: O autor.

TABELA 6.2 – Assinatura de edição – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

EDITORAS	OCORRÊNCIA
Vanessa Martins (SP)	33
Camila Rodrigues da Silva (SP)	21
Vivian Fernandes (SP)	7

Fonte: O autor.

A análise de autoria dos textos e da edição no *Brasil de Fato* indica uma produção própria consistente (77%), proximidade editorial com a *Rede Brasil Atual*, peso significativo dos repórteres dos tabloides estaduais e tendência de feminização da redação.

2.5.1.3 Editorias

A análise das editorias do *Brasil de Fato* indica o peso da política nacional em sua produção jornalística. As editoriais Política e Geral aparecem no topo, com cerca de 30% de frequência cada. Em seguida estão Opinião (12%), Direitos Humanos (9,7%), Cultura (8,2%) e Internacional (7,2%). Ao contrário dos tabloide estaduais, o portal nacional não destina editoria específica para esporte.

TABELA 7.1 – Editorias – Amostra geral *Brasil de Fato*

EDITORIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Política	125	32%
Geral	121	30,9%
Opinião	47	12%
Direitos Humanos	38	9,7%
Cultura	32	8,2%
Internacional	28	7,2%

Fonte: O autor.

Ao cruzar os dados de editoria com abrangência, percebe-se o predomínio de pautas nacionais em Política (87,2%). Em Geral, o número cai para 42,3%. Em Cultura, por outro lado, as pautas nacionais representam apenas 9,4%, sendo as demais municipais, estaduais ou regionais.

Considerando apenas as matérias destacadas, a frequência da editoria Política aumenta para 42,6%, enquanto diminui a incidência de matérias de Opinião e Cultura.

TABELA 7.2 – Editorias – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

EDITORIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Política	55	42,6%
Geral	31	24%
Internacional	28	7,2%
Direitos Humanos	10	7,8%
Radioagência	7	5,4%
Colunistas	4	3,1%
Cultura	4	3,1%
Opinião	3	2,3%
Especial	2	1,6%

Fonte: O autor.

Além de apontar o predomínio da política nacional, a análise indica o caráter informativo do *Brasil de Fato*, com os baixos números da editoria Opinião. Tal característica pode ser melhor apreciada na análise sobre gêneros.

2.5.1.4 Variações de gêneros jornalísticos

A análise de gênero jornalísticos atesta o caráter predominantemente informativo e factual do portal *Brasil de Fato*. As notícias representam mais de 60% em ambas amostras. As reportagens ocupam o segundo posto com uma média de 15%. Foram consideradas reportagens aqueles textos que, conforme Pontes (2015a, p. 80), têm a apuração jornalística como principal elemento, em detrimento da factualidade da notícia. Suas características são de maior profundidade na análise, com maior interferência subjetiva do repórter do que nos relatos noticiosos.

Os artigos de opinião correspondem a apenas 11,2% da amostra geral e 7% da hierarquizada. Por sua vez, o gênero editorial aparece com apenas 2,7% na amostra geral e é inexistente na análise hierarquizada. Em sua maioria, são editoriais produzidos pelas redações estaduais.

TABELA 8.1 – Gêneros jornalísticos – Amostra geral *Brasil de Fato*

GÊNERO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Notícia	250	62%
Reportagem	57	14,1%
Artigo de opinião	45	11,2%
Entrevista direta	21	5,2%
Editorial	11	2,7%
Outros	16	4%

Fonte: O autor.

TABELA 8.2 – Gêneros jornalísticos – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

GÊNERO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Notícia	84	65,1%
Reportagem	21	16,3%
Entrevista	11	8,5%
Artigo de opinião	9	7%
Outros	4	3,1%

Fonte: O autor.

2.5.1.5 Suporte midiático

Apesar dos investimentos em meios digitais, a principal linguagem do *Brasil de Fato* segue sendo texto escrito. Da amostra geral, 78,7% do conteúdo não acompanha áudio ou vídeo. O áudio aparece em 17,4%, enquanto vídeo apenas 5%. O índice de áudio, porém, praticamente dobra quando se trata de matérias destacadas: 32,6%.

Cabe ressaltar que houve maior investimento em produção para rádio desde o término do período de análise (08/05 a 06/06/2017), inclusive com orientação nacional para que, sempre que possível, cada texto escrito pelos repórteres tenha uma versão em áudio.

TABELA 9.1 – Suporte midiático – Amostra geral *Brasil de Fato*

SUPORTE	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Texto e imagem	317	78,7%
Texto, imagem e áudio	64	15,8%
Texto, imagem e vídeo	14	3,5%
Texto, imagem, áudio e vídeo	6	1,5%
Especial infográfico	2	0,5%

Fonte: O autor.

TABELA 9.2 – Suporte midiático – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

SUPORTE	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Texto e imagem	77	59,7%
Texto, imagem e áudio	37	28,7%
Texto, imagem e vídeo	9	7%
Texto, imagem, áudio e vídeo	5	3,9%
Especial infográfico	1	0,8%

Fonte: O autor.

2.5.1.6 Abrangência

A análise de abrangência geográfica reforça o caráter de site nacional, ao mesmo tempo em que indica a importância dos repórteres dos tabloides impressos, que garantem maior diversidade geográfica ao portal. Das 137 matérias municipais, estaduais ou regionais, apenas três são de regiões onde não há jornais estaduais do *Brasil de Fato* nem

correspondes fixos (neste caso, Brasília e Pará). São textos sobre realidades do Rio Grande do Sul, clippado do portal do *Sul 21*, de Rondônia e da Bahia.

Tal constatação permite indicar a potencialidade de serem criados portais estaduais dentro do portal nacional, como fazem sites como *G1* ou *Brasil 247*. Atualmente, o acesso ao conteúdo estadual se resume às últimas matérias publicadas e ao tabloide digitalizado.

Entre as matérias destacadas, aquelas de caráter nacional aumentam de 56,7% para 74,4%. Os textos de abrangência internacional registram leve aumento, enquanto as demais caem quase 20%.

TABELA 10.1 – Abrangência – Amostra geral *Brasil de Fato*

ABRANGÊNCIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Nacional	228	56,7%
Estadual e Regional	69	17,1%
Municipal	68	16,9%
Internacional	38	9,4%

Fonte: O autor.

TABELA 10.2 – Abrangência – Amostra hierarquizada *Brasil de Fato*

ABRANGÊNCIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Nacional	96	74,4%
Internacional	14	10,9%
Estadual e Regional	11	8,5%
Municipal	8	6,2%

Fonte: O autor.

2.5.1.7 Os temas do *Brasil de Fato*

Toda classificação temática traz em si algum grau de arbitrariedade e está determinada pelos objetivos da pesquisa. Laurence Bardin (2002), em seu clássico “Análise de Conteúdo”, utiliza como metáfora caixas de sapatos para explicar o processo de categorização. Apesar de a pesquisa não seguir os protocolos metodológicos da Análise de Conteúdo, as formulações da autora contribuem com o sentido geral da análise editorial aqui realizada. Bardin (2002) explica que a classificação depende do que há em comum entre os elementos, mas o resultado pode variar conforme os critérios escolhidos.

Imagine-se um certo número de caixas, tipo caixas de sapatos, dentro das quais são distribuídos objectos, como por exemplo aqueles, aparentemente

heteróclitos, que seriam obtidos se se pedisse aos passageiros de uma composição de metro, que esvaziassem as malas de mão. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos *critérios* de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar (BARDIN, 2002, p. 37).

Em sua dissertação sobre o *Brasil de Fato*, Daniel Cassol (2010) analisou temas de matérias²⁶ em 134 edições do jornal entre 2007 e 2009, época em que circulava o semanário nacional impresso. Nota-se amplo predomínio de temáticas sobre a América Latina.

TABELA 11.1 – Temas das matérias do jornal *Brasil de Fato* – 2007 a 2009

TEMA	OCORRÊNCIA
América Latina	281
Movimentos Sociais	153
Cultura	135
África	83
Empresas/Transnacionais	61
Energia	55
Reforma Agrária	47
Agronegócio	43
Política Econômica Gov. Lula	40
Democratização da Comunicação	39

Fonte: CASSOL, 2010, p. 122.

Os quatro temas de maior ocorrência (América Latina, Movimentos sociais, Cultura e África) eram também subeditoriais do jornal, por isso, segundo Cassol (2010, p 115), aparecem mais vezes na pesquisa. Os dois primeiros foram ‘destrinchados’ em subtemas. Em “América Latina”, as cinco maiores ocorrências foram: Bolívia (59), Conjuntura geral (32), Venezuela (30), Paraguai (24) e México (19). Em “Movimentos sociais”, a tabela a seguir apresenta os dez temas mais frequentes, com destaque para pautas de luta camponesa.

²⁶ “O levantamento, nas 134 edições analisadas, procurou assinalar as matérias de acordo com os temas, para identificar quais assuntos são mais abordados pelo jornal. À exceção dos editoriais, das colunas de opinião e das seções ‘Saiu na Agência’ e ‘Fatos em Foco’, o levantamento abrange todas as matérias no período analisado” (CASSOL, 2010, p. 115).

TABELA 11.2 –Temas das matérias de “Movimentos Sociais” do *Brasil de Fato* – 2007 a 2009

TEMA	OCORRÊNCIA
MST/Luta pela Terra	24
Sindicatos/Centrais Sindicais	12
Movimento Estudantil	10
Plebiscito Vale do Rio Doce	9
Fórum Social Mundial	9
Movimento dos Atingidos por Barragens	9
Mobilizações conjuntas da esquerda	8
Sem teto/Moradia	4
Campanha do Petróleo	4
Professores	4

Fonte: CASSOL, 2010, p. 120.

Para possibilitar aproximações com o trabalho de Cassol (2010), que retrata outro período do *Brasil de Fato* (2007 a 2009), tentamos nos basear, com adaptações, no levantamento já realizado. Nesse sentido, o que mais chama a atenção é, realmente, a mudança de um jornal de cobertura intensiva internacional para nacional.

É preciso ressaltar que a amostra de Cassol (2010) tem período de dois anos, enquanto a deste trabalho apenas um mês, no caso do portal de notícias. A análise temática das capas dos impressos estaduais, exposta adiante, abrange edições publicadas ao longo oito meses, em média.

Outra diferença está na categoria “Movimentos Sociais”. Como o site do *Brasil de Fato* não demarca uma subeditoria para tal, optamos por não utilizá-la como “guarda-chuva”, como fez Cassol (2010). Além disso, pela conjuntura brasileira estar centralizada por acontecimentos nacionais no período da análise (08/05 a 06/06/2017), os próprios movimentos populares priorizaram pautas e mobilizações gerais.

As coberturas de maior destaque no portal *Brasil de Fato*, portanto, são aquelas da conjuntura nacional. Nota-se que há um encadeamento entre os temas. O acontecimento mais saliente foi a divulgação, em 17 de maio, da gravação que o empresário Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, fez com Michel Temer. Outro evento de repercussão foi o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, no dia 10 de maio. Ambos, apesar de não terem relação direta, estão circunscritos às atividades da Operação Lava Jato. O terceiro destaque é a manifestação contra o governo

Temer que ficou conhecida por ‘Ocupa Brasília’, em 24 de maio. É também neste período, especialmente após o vazamento da gravação da JBS, em que crescem as manifestações e o debate sobre as ‘Diretas Já’ no Brasil. A própria manifestação ‘Ocupa Brasília’ foi potencializada pelas delações da JBS e pela pauta das eleições diretas.

Com o objetivo de não diluir os resultados, optamos por separar as delações da JBS e o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro da categoria “Lava Jato e Judiciário”, que engloba os demais temas relativos à operação e ao judiciário, em geral. Da mesma forma, devido ao peso relativo, as ocorrências sobre a Venezuela foram separadas de “América Latina” e as notícias da Ocupa Brasília ficaram à parte de “Diretas Já”.

O tema “Governo Temer: agenda regressiva”, com o maior número de ocorrências (43), engloba ações e projetos como Reforma Trabalhista (11), da Previdência (8) e Medida Provisória da regularização de terras (6). A categoria “Diretas Já” (38) compreende tanto manifestações de rua quanto atuação e perspectivas institucionais.

Em “Governos estaduais e municipais” (38), a maior ocorrência fica por conta da gestão de João Dória (PSDB), em São Paulo, com 14 textos, sendo a metade deles sobre a violência policial contra dependentes químicos na chamada ‘cracolândia’. Há matérias sobre os governos estaduais e das capitais de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, mas também de gestões municipais do interior, como Uberlândia, Betim e Santa Luzia, em Minas Gerais; e Maricá, no Rio de Janeiro, da qual a prefeitura é anunciante do *Brasil de Fato*.

Na categoria “Questão agrária”, encontram-se matérias sobre violência no campo, em especial no Pará, com 10 ocorrências, lutas camponesas (6), mineração (6), agrotóxicos (5) e bancada ruralista/agronegócio (5).

Vale ressaltar que as ocorrências de “Cultura” (13) restringem-se, neste caso, a produções culturais (música, literatura, cinema, teatro). Alguns textos da editoria de Cultura, por exemplo, foram categorizados como “Diretas Já”, pois tratavam-se de shows pela queda de Temer, ou como “Questão racial” quando a abordagem centrava-se em aspectos gerais da cultura afro-brasileira. Por fim, a categoria “Esporte”, apesar de ser editoria nos tabloides estaduais, aparece com apenas 13 ocorrências.

Nas tabelas a seguir, além de ser possível observar os temas de maior ocorrência, são discriminados os textos originais do *Brasil de Fato*, textos informativos (notícia, reportagem, entrevista direta) e a combinação dos dois anteriores. Fazem parte da amostra geral 403 matérias e, da amostra hierarquizada, 129. Aquelas ocorrências com registro

menor que duas, na amostra geral, foram agrupadas em “Outros”. A comparação entre tabelas reforça, novamente, o peso da conjuntura nacional nos critérios de hierarquização do *Brasil de Fato*.

TABELA 12. 1 – Temas do site *Brasil de Fato* – Amostra geral

TEMA	OCORRÊNCIA	%	TEXTO PRÓPRIO	%	INFORMATIVO	%	INFORMATIVO PRÓPRIO	%
Governo Temer: agenda regressiva	43	10,6%	32	10,2%	39	10,8%	28	10,4%
Diretas Já	38	9,4%	31	9,9%	29	8,0%	22	8,1%
Governos estaduais e municipais	38	9,4%	30	9,6%	36	10,0%	28	10,4%
Questão agrária	33	8,2%	24	7,7%	31	8,6%	22	8,1%
Delações JBS	24	6,0%	16	5,1%	22	6,1%	14	5,2%
Depoimento de Lula a Moro	22	5,5%	19	6,1%	20	5,5%	17	6,3%
Lava Jato e Judiciário (geral)	18	4,4%	11	3,5%	18	5%	11	4,1%
Questão racial	16	4,0%	16	5,1%	14	3,9%	14	5,2%
Debate de conjuntura	15	3,7%	12	3,8%	9	2,5%	6	2,2%
Questão de gênero	14	3,5%	12	3,8%	14	3,9%	12	4,4%
Cultura	13	3,2%	8	5,1%	12	3,3%	7	2,6%
Venezuela	13	3,2%	12	3,8%	13	3,6%	12	4,4%
Ocupa Brasília	12	3,0%	9	2,9%	10	2,8%	7	2,6%
América Latina (outros)	9	2,2%	1	0,3%	9	2,5%	1	0,4%
Comunicação e internet	9	2,2%	9	2,9%	6	1,7%	6	2,2%
Esporte	8	2,0%	8	2,6%	8	2,2%	8	3,0%
Mortes	7	1,7%	5	1,6%	6	1,7%	4	1,5%
Movimento Antimanicomial	5	1,2%	5	1,6%	5	1,4%	5	1,9%
Julgamento TSE Chapa Dilma-Temer	4	1,0%	2	0,6%	4	1,1%	2	0,7%
Suspensão do Instituto Lula	4	1,0%	4	1,3%	4	1,1%	4	1,5%
Frente Brasil Popular: Plano de Emergência	4	1,0%	2	0,6%	4	1,1%	2	0,7%
Educação	4	1,0%	4	1,3%	4	1,1%	4	1,5%
Migração	4	1,0%	4	1,3%	4	1,1%	4	1,5%
Movimento por moradia	3	0,7%	2	0,6%	3	0,8%	2	0,7%
Projetos sociais	3	0,7%	3	1,0%	3	0,8%	3	1,1%
Saúde	3	0,7%	3	1,0%	1	0,3%	1	0,4%

Trabalho escravo	3	0,7%	2	0,6%	3	0,8%	2	0,7%
Ásia/África	3	0,7%	2	0,6%	2	0,6%	1	0,4%
Europa/EUA	3	0,7%	1	0,3%	2	0,6%	0	0,0%
Economia	3	0,7%	2	0,6%	2	0,6%	1	0,4%
Chuvas PE	2	0,5%	2	0,6%	2	0,6%	2	0,7%
Congresso do PT	2	0,5%	2	0,6%	2	0,6%	2	0,7%
Moradores de rua	2	0,5%	1	0,3%	2	0,6%	1	0,4%
Movimento cultural	2	0,5%	2	0,6%	1	0,3%	1	0,4%
Movimento sindical específico	2	0,5%	2	0,6%	2	0,6%	2	0,7%
Violência policial	2	0,5%	1	0,3%	2	0,6%	1	0,4%
Nova direita	2	0,5%	1	0,3%	2	0,6%	1	0,4%
Greve Geral	2	0,5%	2	0,6%	2	0,6%	2	0,7%
Outros	9	1,8%	8	2,1%	9	2,7%	8	3,2%
TOTAL	403	100%	312	100%	361	100%	270	100%

Fonte: O autor.

TABELA 12. 2 – Temas do site *Brasil de Fato* – Amostra hierarquizada

TEMA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Governo Temer: agenda regressiva	22	17,1%
Diretas Já	16	12,4%
Depoimento de Lula a Moro em Curitiba	11	8,5%
Debate de Conjuntura	9	7,0%
Venezuela	9	7,0%
Questão agrária	9	7,0%
Delações JBS	8	6,2%
Lava Jato e Judiciário (geral)	8	6,2%
Governos estaduais/municipais	8	6,2%
Ocupa Brasília	6	4,7%
América Latina (outros)	4	3,1%
Frente Brasil Popular: Plano de Emergência	4	3,1%
Questão de gênero	3	2,3%
Congresso do PT	2	1,6%
Mortes	2	1,6%
Ataque à sede do PT	1	0,8%
Julgamento TSE Chapa Dilma-Temer	1	0,8%
Comunicação e internet	1	0,8%
Questão racial	1	0,8%
Educação	1	0,8%
Movimento Antimanicomial	1	0,8%

Movimento sindical (específico)	1	0,8%
Outro	1	0,8%
TOTAL	129	100%

Fonte: O autor.

A análise permite concluir que, mais do que visibilizar temas pouco representados pela mídia comercial, o portal de notícias do *Brasil de Fato* busca incidir nas disputas de sentido de temas de conhecimento geral: governo Temer, Lava Jato e, inclusive, Venezuela. Nesse sentido, um possível desdobramento é a realização de pesquisas comparadas com jornais tradicionais para inferir qual o nível de adesão do *Brasil de Fato* à agenda midiática, que pode ser elevada. Isso não significa, evidentemente, subordinação. A disputa é pela ressignificação dos fatos sociais, a partir das perspectivas dos movimentos. Com esse objetivo são mobilizadas fontes jornalísticas que possam representar a “visão popular do Brasil e do mundo” nos textos.

2.5.1.8 Fontes jornalísticas

Para Dennis Ruellan (2006), as fontes (e os públicos) não estão fora do que se compreende por jornalismo, mas são constitutivas. Por isso, o autor propõe a metáfora de *corte e costura* para compreender a relação entre jornalistas (pares), fontes e públicos.

O jornalismo não deve ser observado apenas pelo prisma da categoria profissional, pois joga com três tipos de atores: os pares, as fontes e os públicos. Cada uma dessas instâncias obedece à sua lógica, mas é a relação entre as três que contribui para a construção do discurso midiático sobre a atualidade. A pesquisa em jornalismo deve levar em conta o seguinte desafio: pensar, ao mesmo tempo, o *corte* entre essas instâncias (pares, fontes, público), intrinsecamente autônomas, e a *costura* de suas relações, que as liga constantemente e de forma crescente (RUELLAN, 2006, p. 31).

Nesse sentido, pode-se dizer que a relação entre profissionais e fontes, no caso do *Brasil de Fato*, é *bem costurada*. Isso porque a rede de relacionamentos que permite aos jornalistas entrar em contato com o discursos dos atores sociais (RUELLAN, 2006, p. 33) opera em frequente interação com a rede de contatos dos próprios movimentos populares que sustentam o veículo.

De acordo com Ruellan (2006, p. 33), “para se informar, o jornalista mobiliza redes de relacionamentos que lhe permitem entrar em contato, diretamente ou via agências, com o discurso que os atores sociais produzem sobre a realidade. Esse relacionamento, sem o qual o trabalho de apuração de informações não existiria, induz a uma interdependência complexa”. Assim, é muito clara a “convergência de interesses”

entre repórteres e fontes ligadas aos movimentos sociais no caso do *Brasil de Fato*. Os primeiros necessitam da informação ou posicionamento que os outros têm a ambição de ver veiculado por meio de um discurso externo, que o legitima ao ser incorporado no discurso jornalístico (RUELLAN, 2006).

O estudo das fontes exige ainda considerar o peso das assessorias de imprensa na produção noticiosa. Ruellan (2006, p. 34) destaca duas consequências da “profissionalização das fontes”, que também se aplicam ao *Brasil de Fato*: “[...] a externalização parcial da fase de busca de informação, em que os dados iniciais são selecionados e propostos pelas fontes” e “[...] uma modificação da morfologia interna do grupo profissional, que admite cada vez mais jornalistas cuja função de interface com as fontes seja parte de sua atividade”, como “jornais municipais editados com apoio das prefeituras, de revistas de consumo, de veículos informativos técnico-profissionais”. Convém lembrar que os movimentos do Projeto Popular, em especial o MST, dispõem de dezenas de jornalistas em função de assessoria de imprensa, que naturalmente interagem com os repórteres do *Brasil de Fato*, subsidiando-os com material informativo. No entanto, a segunda consequência apontada por Ruellan parece ser ainda mais decisiva, já que o *Brasil de Fato* também opera em uma lógica de contínua interface com as fontes.

A análise que segue está restrita às matérias destacadas (amostra hierarquizada), originais do *Brasil de Fato* e de gêneros notícia e reportagem, o que corresponde a 85 textos. Destes, 40% não apresentam fontes entrevistadas, apenas consultadas e referenciadas (notas, declarações etc.).

TABELA 13.1 – Fontes entrevistadas *Brasil de Fato*

FONTES ENTREVISTADAS	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Nenhuma	34	40%
1 fonte	12	14,1%
2 fontes	19	22,4%
3 fontes	12	14,1%
4 fontes ou mais	8	9,4%

Fonte: O autor.

Com base em Schmitz (2011), as fontes entrevistadas receberam a seguinte categorização: militante de movimento social, popular, oficial, notável (famosos), especialista e empresarial. Somando todas as fontes entrevistadas nos 51 textos restantes,

chegamos ao número de 133. Destas, 52 são de militantes de movimentos sociais. É preciso ressaltar, no entanto, que a reportagem “Por ‘Diretas Já’, manifestações pelo país ocorrem em preparação ao ‘Ocupa Brasília’”, de 21 de maio, entrevistou 14 fontes, sendo 11 militantes, um número ‘fora da curva’.

Na categoria “Especialista”, a matéria mais representativa é “Mesmo com alterações, reforma da Previdência permanece austera, dizem especialistas”, publicada em 8 de maio, na qual foram entrevistadas duas professoras universitárias e um pesquisador do DIEESE. A estratégia de editar títulos com assertivas das fontes (relacionadas ao posicionamento editorial) é recorrente nos textos do *Brasil de Fato*. Da amostra de 85 textos da análise de fontes, 14 apresentam tal expediente. Podem ser destacados mais dois exemplos: “‘Acusação contra Lula é frágil’, afirmam juristas”, de 11 de maio; e “‘Processo constituinte popular vai unir venezuelanos’, diz estudante”, de 23 de maio.

O coordenador do CPMídias Luiz Felipe Albuquerque (2017) justifica a recorrência dessa prática pela lógica da ‘evasão de responsabilidade’ do veículo. “[Você] coloca a sua ideia central, mas tira de si. Não somos nós que estamos falando. Tira a responsabilidade da gente e põe na voz do outro. Mas é lógico que a gente escolheu o cara que falou”, expõe.

Tal posição se enquadra na noção de “objetividade como ritual estratégico”, cunhada pela socióloga Gaye Tuchman (1999) para se referir aos expedientes utilizados pelos jornalistas para se defenderem ou prevenirem erros e críticas. Como indica Tuchman (1999, p. 88), “os editores e a administração do jornal sentem que têm de ser capazes de afirmar que o conteúdo do jornal é ‘objectivo’ e que a política informativa e a política editorial são distintas uma da outra”. Nesse sentido, as aspas são utilizadas como artifício para que o repórter e/ou editor terceirize sua opinião a uma fonte, tentando manter o caráter informativo do título.

Há outro aspecto do problema que é o o risco do chamado jornalismo declaratório. Ao destacar os discursos das fontes nos títulos, muitas vezes, o editor superdimensiona uma opinião específica em detrimento do aspecto singular de determinado acontecimento ou problemática, que poderia inclusive ter maior correspondência com a matéria.

Por fim, voltando aos dados da análise, deve ser registrado que a entrevista de cinco fontes notáveis ocorreu em uma só matéria, sobre show por Diretas Já em São Paulo. De outra parte, a fonte empresarial é a petroleira australiana Karoon, que respondeu o *Brasil*

de Fato por e-mail na matéria “Petroleiros pedem afastamento de Pedro Parente da presidência da Petrobras”.

TABELA 13.2 – Categorização das fontes entrevistadas *Brasil de Fato*

TIPO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Militante de movimento social	52	39,1%
Especialista	30	22,6%
Oficial	23	17,3%
Popular	22	16,5%
Notável	5	3,8%
Empresarial	1	0,8%

Fonte: O autor.

Agora, considerando apenas as fontes consultadas ou citadas nos 85 textos da amostra, a tabela se altera, com predomínio da categoria “oficial”.

TABELA 13.3 – Categorização das fontes consultadas

TIPO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Oficial	57	50,4%
Movimentos sociais	23	20,4%
Especialista	13	11,5%
Notável	11	9,7%
Publicações	6	5,3%
Empresarial	2	1,8%

Fonte: O autor.

Ao cruzar as análises anteriores com os indicadores das fontes, visualiza-se que a produção noticiosa do *Brasil de Fato* está centrada na conjuntura política nacional, mas a partir das vozes dos movimentos sociais, especialmente daqueles que compõem o campo político do Projeto Popular para o Brasil e da Frente Brasil Popular (FBP). Assim, os textos não apenas exprimem a linha editorial definida pelas organizações, mas dão visibilidade a seus militantes que são incorporados como fontes. A tática fica especialmente nítida em materiais como “Operação que denunciou Temer e Aécio expõe racha entre mentores do impeachment”, uma entrevista direta com Ronaldo Pagotto, dirigente da Consulta Popular, publicada em 18 de maio.

Por outro lado, os altos índices de fontes oficiais (fundamentalmente referenciadas) e especialistas podem indicar um esforço por produzir reportagens bem apuradas, como defende o coordenador político do *Brasil de Fato* Paraná, Pedro Carrano. Curiosamente, sua fala tenta fugir da ideia de “objetividade como ritual estratégico” (TUCHMAN, 1999), que está presente no discurso de Albuquerque (2017), discutido anteriormente.

O interessante de você ouvir uma voz oficial, uma fonte do Estado, ou mesmo daquele antagonista contra os movimentos, contra os trabalhadores, é a questão do rigor, do fato e da pesquisa. Não é tanto 'demos ali no último parágrafo que não quiseram atender a gente', por desencargo de consciência. Mas como conseguir extrair o maior número de dados, questões, que querendo ou não esses entes têm acesso (CARRANO, 2017).

De outro lado, tais índices ainda ilustram as relações estruturais entre campos jornalístico, das ciências sociais e da política, como apontado por Bourdieu (2004). O jornalista depende da legitimidade de fala conferida a um especialista (em geral do campo acadêmico), que é incorporado como fonte, para exprimir determinada perspectiva em seu texto sem deixar de ser “objetivo”. Nessa interação específica, o campo jornalístico se encontra, de certa forma, subordinado ao campo científico.

[...] a objetividade estatutária que é concedida ao historiador não está ligada a qualquer propriedade intrínseca da pessoa mas ao campo da qual ele ou ela é parte, o que é uma relação objetiva de dominação simbólica, em certo sentido, sobre o campo jornalístico (enquanto o último pode também exercer uma dominação simbólica sobre o campo das ciências sociais em um outro aspecto, por exemplo o domínio do acesso ao público) (BOURDIEU, 2004, p. 31, tradução nossa).²⁷

Por fim, é preciso ressaltar que, apesar de os repórteres do *Brasil de Fato* terem boa parte de suas fontes prioritárias nas organizações apoiadoras do jornal, a relação não deixa de ser complexa. Conforme Miguel (2002), a dinâmica de interação exige que, em alguma medida, ambas as partes tenham que incorporar a lógica do outro.

Sob pena de perder a fonte, o jornalista deve ponderar aquilo que publica, calculando seus efeitos no campo político; e fazer concessões aos interesses do outro, divulgando informações que julga pouco relevantes ou ainda minimizando o destaque de certas notícias (mas nunca ao ponto de comprometer a própria credibilidade). Já a fonte, para manter seu acesso privilegiado à imprensa, deve reconhecer o material que é útil ao jornalista e, sobretudo, manter a própria confiabilidade diante dele, não transmitindo informações equivocadas em busca de benefícios de curto prazo (MIGUEL, 2002, p. 177).

²⁷ “[...] for example, the statutory objectivity that is granted to the historian is not linked to any intrinsic properties of the person but to the field of which he or she is a part, which is an objective relationship of symbolic domination, in a particular respect, over the journalistic field (while the latter may also exert a symbolic domination over the social Science field in another respect, for example that of mastery of access to the public)” (BOURDIEU, 2004, p. 31).

Evidentemente, a análise de fontes realizada neste trabalho tem um caráter complementar, e não central. Possíveis desdobramentos, em pesquisas futuras, podem ser feitos na direção de identificar as instituições as quais as fontes representam e de perceber como são mobilizadas, no texto, para representar os conflitos sociais.

2.5.1.9 Charges, especiais e columnistas

O último tópico da análise sobre o portal de notícias *Brasil de Fato* pretende abarcar rapidamente produções que não foram contempladas nas amostras gerais: especiais, charges e colunas de opinião.

Entre 08/05 e 06/06/2017, foram publicadas oito charges, sendo seis delas assinados por Carlos Latuff. Nenhuma foi encomendada pelo *Brasil de Fato*, sendo reproduzidas de outros canais. Em 17 de outubro, no entanto, a cartunista Laerte Coutinho foi anunciada como nova columnista do *Brasil de Fato*, estreando com uma tirinha sobre a Revolução Russa.

Quanto aos materiais especiais, agrupados assim em editoria específica, foram produzidos 35 entre janeiro e novembro de 2017, com os seguintes formatos: cobertura minuto a minuto (11); série de reportagem (10); compilado temático (9); jogo noticioso (*newsgame*) (2); reportagem em infografia (2) e webdocumentário (1). Os compilados compreendem diversos formatos e gêneros jornalísticos reunidos em uma página especial, sem linearidade, ao contrário das séries de reportagem. Os temas estão dispostos na tabela a seguir:

TABELA 14 – Temas dos especiais do *Brasil de Fato* – Janeiro a Novembro de 2017

TEMA	OCORRÊNCIA
Mobilizações nacionais	4
MST	4
Mulheres	4
Reforma da Previdência	3
Lula: Caravanas pelo país	2
Greve Geral	2
Venezuela	2
Cuba	1
Dia da Consciência Negra	1
Golpe militar de 1964	1

Lava Jato	1
Lula: Depoimento a Moro em Curitiba	1
Massacre do Carandiru: 25 anos	1
Mineração em Minas Gerais	1
Palestina	1
Frente Brasil Popular: Plano de Emergência	1
Raio-x da desigualdade no Brasil	1
Revolução Russa: 100 anos	1
Rio São Francisco	1
Rodovia Transamazônica: 45 anos	1
Violência no campo no Pará	1
Votação de denúncia contra Temer	1

Fonte: O autor.

Além de produzir conhecimento de forma aprofundada, as reportagens especiais podem cumprir o papel de legitimação do *Brasil de Fato* dentro do campo jornalístico, na relação de reconhecimento entre pares. Isso, pois, conforme Bergamo (2011) e Pontes (2015a), a reportagem é identificada pelos jornalistas como a ‘essência’ do jornalismo e confere prestígio tanto ao sujeito quanto ao jornal. Entre os materiais especiais que mais se enquadram nessa linha estão “Margens do Velho Chico”, “Terrena das Chacinas: 25 anos do Massacre do Carandiru” e “Rodovia Transamazônica: 45 anos”. Por fim, destaca-se que ao longo de 2017 o *Brasil de Fato* teve um repórter destacado para cobertura especial da Operação Lava Jato.

A seção “Colunistas”, curiosamente, não apresenta sua nominata no site, apenas os 20 últimos textos corridos. O colunista mais ativo é o jornalista Mário Augusto Jakobskind, que participa do conselho editorial do *Brasil de Fato* Rio de Janeiro e atuou na imprensa alternativa do período de resistência à ditadura. Destacam-se ainda o jornalista João Paulo Cunha, ex-editor de Cultura no jornal *Estado de Minas*, e o escritor “contador de causos” Mouzar Benedito.

2.5.2 Análise dos tabloides estaduais

A amostra geral dos jornais gratuitos de cada estado abarca desde a primeira edição de 2017 (varia conforme estado) até 29 de setembro do mesmo ano. Tal escolha se deve à intenção de alargar o período de análise, em comparação à amostra estudada do site do *Brasil de Fato*. No caso de Minas Gerais, o período se inicia em 13 de janeiro e

corresponde a 37 edições; em Pernambuco, 20 de janeiro, 23 edições; no Paraná, 9 fevereiro, 33; no Rio de Janeiro, 11 de abril, 24 edições.

Devido às limitações de tempo e espaço deste trabalho, a análise centrou-se na abrangência geográfica e nos temas das manchetes de capa, com objetivo de inferir o peso da localidade na primeira página dos jornais.

Antes de apresentar os resultados, no entanto, faz-se necessário expor rapidamente características gerais dos jornais, que, apesar de variarem conforme a edição, mantém certos traços comuns.

As versões de Minas Gerais e Pernambuco são editadas em 16 páginas, enquanto as do Paraná e Rio de Janeiro em 12²⁸. As capas dos jornais, além de uma manchete principal, costumam ter outras chamadas (duas a cinco), mesclando editoriais. A jornalista Joana Tavares (2017), editora do *Brasil de Fato* mineiro, explica que o processo de definição das capas busca um equilíbrio entre matérias pesadas e de denúncia com assuntos mais leves e positivos.

O que a gente procura é sempre ter notícia positiva, senão vamos entrar numa depressão coletiva, porque não está fácil para ninguém. Sempre busca experiência positiva de movimentos sociais, do povo, perfil, esporte, cultura. A manchete, claro, tem a coisa básica de ser conteúdo principal do jornal, mas que gere indignação e alguma reflexão junto. E tem que ser bonita [...], agradável e popular – não queremos jornal bonito para classe média, mas para o povo. [...] Tem várias capas que lembro que a gente teve debates. Por exemplo, sobre conta de luz mais cara do Brasil, coçou o dedo e a gente pensou ‘preço da luz é um roubo’, mas não colocamos por que ia afastar quem ia achar que era panfleto. Então botamos ‘tarifa de energia é mais cara do Brasil’. Essa última capa que a gente falou do orçamento de 2018, decidimos pegar mais na tinta mesmo: ‘orçamento da maldade’. Mas em vez de colocar ‘quem ganha e quem perde’, a gente colocou números. Em linhas gerais é isso: ser bonita, agradável, ter coisa positiva e algo que gere indignação e reflexão. E quando a gente tenta apontar saída, que é outra ideia fixa nossa, que ela seja coletiva e via mobilização, e não individual. Sempre tenta dar esse sentido. Por isso que toda vitória popular a gente tenta dar, por menor que seja, para provar que mobilização e luta coletiva que podem ser saída (TAVARES, 2017).

A diagramação dos jornais estaduais não segue um padrão rígido nacionalmente. Cada coletivo estadual tem sua autonomia. Ainda assim, seguem uma certa tendência na organização do material. Nas páginas iniciais, estão dispostos um editorial, notas curtas e seções como “Frase da semana” e “Mandou bem / Mandou mal”. Entre as colunas do jornal, além dos artigos de opinião, há textos de serviço como o espaço “Nossos direitos” e o “Amiga da saúde”. Toda edição tem reservada uma página de Esporte e, em geral, duas de Cultura, com reportagem e agenda da semana. O leitor também pode encontrar passatempos, receitas e até horóscopo. O dirigente da Consulta Popular Ronaldo Pagotto

²⁸ Para mais informações, ver Tabela 1.

(2017), que participava do conselho editorial da edição paulista, justifica essas opções como tentativas de dar sobrevida ao jornal.

Por isso o jornal tem serviços. Jornal tem que ir pra casa. Não pode ler e jogar no lixo. Não pode ser só notícia factual. Em São Paulo tínhamos coluna sobre direito do trabalho. O que queríamos? Que [o leitor] pegasse esse texto e [pensasse] ‘vou levar pra casa, mostrar para minha mulher, minha mãe, meu marido, meu filho, mostrar para alguém’. E aí apareceram partes como culinária, chegou a ter até horóscopo. Para quê? Para não ler rapidinho e jogar fora. A gente queria criar sobrevida para ele. Até porque nasce meio frio, né. Nascia na semana com pautas apuradas na segunda, publicadas na quinta. Outro jornais já deram. Tem coisas que até já se resolveram (PAGOTTO, 2017).

Por fim, as reportagens e notícias estão divididas nas editorias Geral, Cidades, Brasil e Mundo (dependendo da versão estadual, podem haver variações de nomenclatura).

Voltando às manchetes de capa, a tabela abaixo aponta para um equilíbrio entre temas nacionais e locais (somando estaduais e municipais). O caso do Paraná, com 21 ocorrências para assuntos nacionais pode ser explicado pelas ações da Operação Lava Jato (sediada em Curitiba), especialmente com o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, em maio.

Apesar da diferença de amostragem, os principais temas nacionais se alinham aos resultados da análise do portal de notícias: são as medidas do governo Temer, como as reformas trabalhista e previdenciária, e as mobilizações nacionais por ‘Diretas Já’.

Entre as manchetes de caráter local, destacam-se alguns exemplos, por estado.

- 1) Minas Gerais: “Camelôs reagem: ‘não queremos shopping popular’” e “O recado dos camelôs”, sobre conflitos entre vendedores ambulantes e prefeitura de Belo Horizonte.
- 2) Paraná: “Famílias tradicionais do Paraná comandam a Lava Jato” e “Aos 324 anos, Curitiba tem a marca da desigualdade”.
- 3) Rio de Janeiro: “Maricá volta a ter ônibus gratuito” e “Pezão atrasa salários e deixa servidores públicos na penúria”.
- 4) Pernambuco: “Em Pernambuco, obras para ciclistas não saem do papel” e “Pernambuco tem mais de 50 mil pessoas desalojadas após chuvas”.

Cabe destacar o fato de Maricá, cidade de apenas 150 mil habitantes, ter sido capa do jornal carioca em uma pauta sobre transporte público, o que revela influência direta da prefeitura, anunciante do tabloide. É o único município de interior que aparece como destaque de capa na amostra, como pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 15 – Abrangência geográfica das manchetes de capa dos tabloides estaduais do *Brasil de Fato* – 13/01 a 29/09

ABRANGÊNCIA	OCORRÊNCIA
Minas Gerais	
Nacional	8
Belo Horizonte	8
Estadual	7
Paraná	
Nacional-	21
Curitiba	8
Estadual	4
Rio de Janeiro	
Nacional	11
Rio de Janeiro (capital)	7
Estadual	5
Maricá	1
Pernambuco	
Nacional	12
Recife	4
Estadual	7
Subtotal	
Nacional	52
Capitais	27
Estadual	23
Interior	1

Fonte: O autor.

A análise dos tabloides gratuitos do *Brasil de Fato* aponta para jornais que realmente tratam de questões locais, ainda que, naturalmente, dividam espaço com os temas da conjuntura nacional. Em relação às capas de caráter nacional, especialmente, é possível verificar nuances de “agitação e propaganda” em algumas delas, com manchetes como “7 motivos para aderir à greve geral” e “3 de outubro é dia de defender a soberania nacional”, nas edições 217 e 237 do tabloide carioca.

Considerando a importância dos tabloides na ‘virada estratégica’ após encerramento do semanário nacional, um dos caminhos para aprofundar a investigação da experiência seria a análise das pautas locais nas páginas internas e comparações com outras publicações similares como *Destak* e *Metro*.

3. NOTAS – PERIODISMO POPULAR: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS

O portal *Notas – Periodismo Popular* foi criado em março de 2014, em Buenos Aires, Argentina, pela iniciativa de militantes e comunicadores do Movimento Patria Grande. Com o objetivo de construir uma “ferramenta de comunicação massiva”, tinha como referência, além de experiências argentinas, o próprio *Brasil de Fato*, conforme consta em documento interno de 2015²⁹ (NOTAS, 2015). O portal é conduzido pelo Espaço de Comunicação do Patria Grande, mas busca se aproximar de valores clássicos do profissionalismo jornalístico, quando afirmam prezar pelo “[...] rigor no tratamento da informação e checagem das fontes, algo absolutamente perdido nos últimos anos nos meios de comunicação de qualquer orientação política, inclusive em vários meios alternativos” (NOTAS, 2015, p.1, tradução nossa)³⁰. Segundo o mesmo documento, em cerca de um ano e meio de portal, foram contabilizados 1,8 milhões de visitantes únicos. Os textos mais lidos chegaram a picos de mais de 120 mil leituras e havia, na época, cerca de 30 notícias com mais de 10 mil leituras únicas.

A inclusão do *Notas* na pesquisa, mais do que oferecer comparações entre realidades nacionais, teve o objetivo de procurar traços comuns em experiências análogas. Em termos de estrutura de trabalho, as diferenças com o *Brasil de Fato* são marcantes, mas, no que se refere a lógica de funcionamento e concepção estratégica, as duas iniciativas guardam muitas semelhanças, a começar pela própria aposta no jornalismo profissional. Surgem da mesma necessidade de contrapor a produção de informações dominantes com perspectivas de setores populares e operam na intersecção entre profissionalismo e militância, com todas contradições que isso acarreta.

3.1 Contexto prévio: a crise de 2001 e o período kirchnerista

O Patria Grande foi fundado em 26 de julho de 2014, em um ato político com cerca de 3 mil pessoas, a partir da confluência de agrupações do movimento popular argentino. Destacam-se duas em especial: Marea Popular, criada oficialmente em 2012, mas fruto do acúmulo da Corrente Universitária La Mella, de 2006; e um setor importante

²⁹ O referido documento foi disponibilizado para esta pesquisa, por e-mail, por um dos editores e fundadores do portal *Notas*, Santiago Mayor, em 26 de setembro de 2016.

³⁰ “[...] rigurosidad en el manejo de la información y el chequeo de las fuentes, algo absolutamente bastardeado en los últimos años en los medios de comunicación de cualquier signo político, incluso en varios medios alternativos” (NOTAS, 2015, p. 1).

da Frente Popular Darío Santillán (FPDS), fundada em 2004, por diversos coletivos de militância territorial. São todas trajetórias que, de alguma forma, remontam a crise e a rebelião popular de 2001. Por isso, para contextualizar o surgimento do Patria Grande e do *Notas*, é preciso considerar os antecedentes e as consequências dos eventos que balançaram a Argentina há mais de 15 anos.

Assim como no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos, africanos e do ‘sul’ da Europa), as décadas de 1960, 1970 e 1980 na Argentina foram de ditadura civil-militar – no caso argentino, de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983, com um saldo de 30 mil pessoas ‘desaparecidas’. Na área econômica, a ditadura deixou um legado de “desregulação do sistema financeiro, dos investimentos estrangeiros, de abertura econômica e estatização da dívida privada dos grandes capitais nacionais e internacionais” (HAGMAN, 2014, p. 16, tradução nossa)³¹.

A transição ao regime democrático também se assemelha a outras nações subdesenvolvidas: ocorreu em paralelo à adesão ao receituário neoliberal plasmado pelo Consenso de Washington em 1989, que legitimava e aprofundava a política econômica do período ditatorial (HAGMAN, 2014). Com o pretexto de combater a hiperinflação do início da década, a Argentina viveu nos anos 1990 um período de privatizações de empresas públicas e ajuste fiscal, cujo símbolo maior foi a dolarização da economia, com a paridade entre a moeda estadunidense e o peso argentino. Conforme Atilio Borón (2000, p. 135, tradução nossa), “os inflexíveis e sangrentos programas ortodoxos de ajustes e estabilização [...] detiveram a espiral inflacionária mas acentuaram ainda mais as tendências excludentes e empobrecedoras do modelo neoliberal”³².

Borón (2000) sinaliza algumas características do período de “hegemonia neoliberal” na Argentina, tendo como eixos centrais, de um lado, desindustrialização e intensificação da taxa de exploração do trabalho e, de outro, aumento vertiginoso da pobreza e desestruturação social. Entre as medidas que levaram a tal situação, Borón (2000, p. 132, tradução nossa) destaca: “(a) a violenta e indiscriminada abertura externa da economia, seguida pela falência de numerosas empresas vinculadas à indústria de transformação; e (b), a privatização de quase todas as empresas públicas, com suas

³¹ “desregulación del sistema financiero, de las inversiones extranjeras, la apertura económica y la estatización de la deuda privada de los grandes capitales nacionales e internacionales” (HAGMAN, 2014, p. 16).

³² “Los inflexibles y cruentos programas ortodoxos de ajuste y estabilización [...] detuvieron la espiral inflacionaria pero acentuaron aún más las tendencias excluyentes y pauperizadoras del modelo neoliberal” (BORÓN, 2000, p. 135).

consequências de ‘redimensionamentos’ e ‘reestruturações’, cujo denominador comum foram as demissões massivas”³³.

Tal cenário acumulou uma tensão social que desembocaria nos protestos de dezembro de 2001, que derrubaram dois presidentes em seguida. Para Julio Gambina (2008), professor e investigador da Universidad de Rosario e do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clacso), a “pueblada” de 2001 é a condensação do acúmulo de força popular na resistência ao neoliberalismo desde 1997, especialmente pelo chamado movimento piquetero. Astor Massetti (2010) caracteriza as mobilizações do período como “movimentos de pobres urbanos”, que se organizaram à margem do sindicalismo e das organizações partidárias oficiais, com a concepção de que “o bairro é a nova fábrica”.

O economista Itai Hagman (2014), maior liderança pública do movimento Patria Grande, destaca a importância da crise de 2001 em suas dimensões econômica, social e política.

A profundidade da crise de 2001 deve ser enfatizada. Tratou-se de uma recessão econômica de quase quatro anos consecutivos e com um modelo de 'convertibilidade' esgotado por uma crise da dívida externa, que terminou com a declaração de cessação de pagamentos (moratória) e com uma brutal desvalorização, ambas medidas tomadas quase simultaneamente. Tratou-se também de uma forte crise social com uma Argentina com mais da metade da população abaixo da linha da pobreza e com uma taxa de desemprego superior a 20%, que explica o surgimento de fortes movimentos de resistência durante a segunda metade da década de 1990 e o protagonismo particular destes movimentos durante a rebelião de 2001. E se tratou sem dúvidas também de uma crise política, já que o quadro econômico e social gerou um enérgico questionamento do regime político em seu conjunto e em particular dos partidos majoritários (PJ [Partido Justicialista] e UCR [União Cívica Radical]) que vinham se alternando no poder desde 1983. Esta crise se concentrava nos políticos tradicionais tanto no governo como no Congresso, mas também alcançava o Poder Judiciário e em particular a Corte Suprema de Justiça, os meios de comunicação e outros instrumentos de poder que se identificavam com o modelo hegemônico de então (HAGMAN, 2014, p. 17, tradução nossa)³⁴.

³³ “(a) la violenta e indiscriminada apertura externa de la economía, seguida por la bancarrota de numerosas empresas vinculadas a la industria manufacturera; y (b), la privatización de casi todas las empresas públicas, con sus secuelas de "redimensionamientos" y "reestructuraciones" cuyo común denominador fueron los despidos masivos” (BORÓN, 2000, p. 132).

³⁴ “La profundidad de la crisis de 2001 debe ser enfatizada. Se trató de una recesión económica de casi cuatro años consecutivos y con un modelo de “convertibilidad” agotado por una crisis de deuda externa, que terminó con la declaración de cesación de pagos (default) y con una brutal devaluación, ambas medidas tomadas casi en simultáneo. Se trató a su vez de una fuerte crisis social con una Argentina con más de la mitad de su población bajo la línea de pobreza y con una tasa de desocupación superior al 20%, que explica el surgimiento de fuertes movimientos de resistencia durante la segunda mitad de la década de los noventa y el protagonismo particular de estos movimientos durante la rebelión de 2001. Y se trató sin dudas también de una crisis política, ya que el cuadro económico y social generó un enérgico cuestionamiento al régimen político en su conjunto y en particular a los dos partidos mayoritarios (PJ y UCR) que se venían alternando en el poder desde 1983. Esta crisis se concentraba en los políticos tradicionales tanto en el gobierno de turno como en el Congreso, pero también alcanzaba al Poder Judicial y en particular a la Corte Suprema de

O auge dos protestos foi nas chamadas jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, que leva à renúncia o presidente Fernando de la Rúa no dia seguinte. Em 23 de dezembro, Rodríguez Saá é nomeado presidente pelo Congresso, declara moratória da dívida externa e deixa o governo uma semana depois, sob os gritos nas ruas de “¡Que se vayan todos!”. Quem o substitui é Eduardo Duhalde, que ficaria no poder de 2 de janeiro de 2002 até 25 de maio de 2003, quando assumiria Néstor Kirchner, aí sim, em eleições diretas.

O período Duhalde foi marcado por mais um profundo ajuste e pela repressão aos protestos sociais (HAGMAN, 2014). Foi neste governo que ocorreu o “Massacre de Avellaneda”, no qual morreram dois jovens ativistas do Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD): Darío Santillán e Maximiliano Kosteki, em 26 de junho de 2002, em manifestação na grande Buenos Aires. Em 2004, o MTD se juntaria a outros coletivos para fundar a Frente Popular Darío Santillán, em homenagem ao militante assassinado.

Conforme Massetti (2010), a força dos movimentos sociais argentinos nos início dos anos 2000 carregava potencial para se tornar alternativa de poder institucional.

Dada a extensão de sua base social e os fortes laços cotidianos de suas estruturas organizativas com essa, parecia, a princípios dos anos 2000, que o movimento urbano de pobres poderia ter uma trajetória de crescente protagonismo na vida política nacional; tendo a capacidade potencial não só de contribuir na conformação da agenda nacional, mas também a capacidade de constituir-se como polo de poder via dinâmicas de representação institucional. Nenhuma das duas coisas aconteceu (MASSETTI, 2010, p. 89, tradução nossa)³⁵.

O período de efervescência dos movimentos populares argentino compreende 1999 a 2002. A partir de 2003, inicia-se um período de refluxo que se confirma em 2005 (MASSETTI, 2010, p. 89). Por que tais mobilizações sociais, de luta contra o neoliberalismo, não colocaram os movimentos sociais como protagonistas da mudança político-eleitoral, como aconteceu em países como Bolívia, Venezuela, Equador e Brasil³⁶?

Era de se esperar que a Argentina seguisse um rumo parecido? Se levarmos em conta a capacidade de mobilização e instalação de temáticas que alcançaram os movimentos sociais na Argentina durante a década de 1990, podemos

Justicia, a los medios de comunicación y otros instrumentos de poder a los que se identificaba con el modelo hegemónico de entonces” (HAGMAN, 2014, p. 17).

³⁵ “Dado lo extenso de su base social y los fuertes lazos cotidianos de sus estructuras organizativas con ésta, parecía a principios del 2000 que el movimiento urbano de pobres podría trazar una trayectoria de creciente protagonismo en la vida política nacional; teniendo la capacidad potencial no solo de contribuir a conformar la agenda nacional, sino también la capacidad de constituirse como polo de poder vía la asunción de dinámicas de representación institucional. Ninguna de las dos cosas ocurrió, sino todo lo contrario” (MASSETTI, 2010, p. 89).

³⁶ Para além dos rumos que cada governo possa ter tornado, os governos eleitos são expressão dos movimentos popular e sindical em seus países, tendo Morales, Chávez, Correa e Lula como seus candidatos.

pensar que sim. A imensa pressão e o crescente rechaço aos pacotes de medidas de receita neoliberal foi sem dúvidas um dos componentes que explicam a conjuntura atual. E, no entanto, os movimentos sociais não conseguiram consolidar essa capacidade de mobilização para protagonizar o processo de mudanças políticas na Argentina. Por que? No meu entender, são duas causas centrais que explicam este ponto particular: (a.1) Não houve um consenso programático mínimo que consolidasse seu caráter de representação dos pobres e/ou lutas contra a desigualdade social. E (a.2) não conseguiu adaptar suas estruturas e práticas organizativas para acumular um capital político próprio capaz de trasladar o cenário de disputa ao terreno da representação política institucional³⁷ (MASSETTI, 2010, p. 90, tradução nossa).

Aqui é preciso demarcar que, ao contrário dos processos nos países mencionados, Néstor Kirchner não tinha relações orgânicas com os movimentos sociais de contestação. Fazia parte do mesmo partido (Justicialista) de seus antecessores neoliberais Menem e Duhalde. Para Itai Hagman (2014), como a rebelião popular não conseguiu se transformar em opção de poder, o vazio político foi preenchido por opções da política tradicional. Assim, o “kirchnerismo” surge como continuidade dos governos anteriores, mas com uma forma particular de sair da crise de 2001, com clara intenção de disputar as organizações do campo popular e integra-las em seu projeto, definido por Hagman (2014) como o “consenso neodesenvolvimentista”.

De acordo com Massetti (2010), Néstor Kirchner partiu para as críticas ao neoliberalismo e sinalizou alinhamento com o processo de integração latino-americana, gerando surpresa na opinião pública. “O kirchnerismo, longe de tomar os setores organizados como antagonistas, produziu diálogo e reivindicou demandas e atores (não só aquelas próprias dos anos 1990, mas também das herdadas da última ditadura militar)”³⁸ (MASSETTI, 2010, p. 95). Tal postura incidiu no refluxo dos movimentos populares, tendo boa parte deles aderido ao governo, com a leitura de fazer a ‘disputa por dentro’. Para Hagman (2014), esse processo consolidou o kirchnerismo como força hegemônica na Argentina, ao incorporar tanto setores das classes dominantes quanto de setores populares no “consenso neodesenvolvimentista”. Para ilustrar a composição,

³⁷ “¿Era de esperarse que la Argentina siguiera un rumbo parecido? Si tenemos en cuenta la capacidad de movilización e instalación de temáticas que lograron los movimientos sociales en Argentina durante la década del '90, podemos pensar que sí. La inmensa presión y creciente rechazo a los paquetes de medidas de receta neoliberal fue sin lugar a dudas uno de los componentes que explican la coyuntura actual. Y sin embargo, los movimientos sociales no lograron consolidar esa capacidad de movilización para protagonizar el proceso de cambios políticos en Argentina. ¿Por qué? A mi entender son dos causas centrales las que explican este punto particular: (a.1) No logró un consenso programático mínimo que consolidara su carácter de representación de los pobres y/o lucha contra la desigualdad social. Y (a.2) no logró adaptar sus estructuras y prácticas organizativas para acumular un capital político propio capaz de trasladar el escenario de disputa al terreno de la representación política institucional” (MASSETTI, 2010, p. 90).

³⁸ “El kirchnerismo lejos de tomar a los sectores movilizadas como antagonistas generó diálogo y reivindicó demandas y actores (no solo aquellas propias de los noventa, sino también las heredadas de la última dictadura militar)” (MASSETTI, 2010, p. 95).

basta levar em conta que, tanto o grupo Clarín quanto agrupações piqueteras protagonistas, como a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV) formaram a base de sustentação social do primeiro governo Kirchner. Para Itai Hagman (2014), do movimento Patria Grande, a síntese é a seguinte:

Para o empresariado era o governo que restituía legitimidade ao Estado e ao sistema político e permitia a acumulação de lucros extraordinários a partir da superexploração da força de trabalho, assim como o aproveitamento da nova conjuntura internacional. Para a classe trabalhadora, era o governo que instaurou um modelo que gerou emprego e melhorou os rendimentos e as condições de vida das maiorias, justo depois da maior crise da história recente (HAGMAN, 2014, 31, tradução nossa)³⁹.

No entanto, o consenso em torno do governo iria por água abaixo em 2008, logo após vitória de Cristina Fernández de Kirchner, com o chamado ‘conflito do campo’, a partir de uma resolução do Ministério da Economia que aumentava a tributação nas exportações de grãos, em especial a soja, com o objetivo de proteger o mercado interno. Tal conflito foi um divisor de águas, deslocando setores do agronegócio, do empresariado e dos meios de comunicação para a oposição ao governo e instalando um clima de polarização política e social no país. Para Hagman (2014), a reação dos produtores rurais foi a primeira tentativa coordenada da classe dominante de fechar o ciclo aberto pela crise de 2001.

Acuado, o governo argentino surpreendeu ao responder sua própria crise com uma agenda progressista. Apenas no segundo semestre de 2008 foram sancionadas as leis de estatização das Aerolíneas Argentinas e dos sistemas previdenciários, ambos privatizados pelo governo Menem nos anos 1990. Em seguida, entre outras medidas, o governo passou a controlar a transmissão de jogos de futebol, pela televisão pública, com o programa “Fútbol para Todos”; promulgou a chamada “Ley de Medios”, que busca regular e democratizar os meios de comunicação; criou um programa social que garante renda para famílias pobres e desempregadas (Asignación Universal por Hijo); e, em 2010, passa a permitir o matrimônio homoafetivo. Neste período, segundo Hagman (2014), o kirchnerismo conseguiu expandir sua inserção no movimento social, em especial na juventude. Na disputa presidencial de 2011, Cristina Fernández de Kirchner é reeleita com votação recorde. A expectativa da base social progressista era de avançar rumo às

³⁹ “Para el empresariado era el gobierno que restituía legitimidad al Estado y al sistema político y permitía la acumulación de ganancias extraordinarias a partir de la superexplotación de la fuerza de trabajo, así como el aprovechamiento de la nueva coyuntura internacional. Para la clase trabajadora, era el gobierno que instauró un modelo que generó empleo y mejoró los ingresos y las condiciones de vida de la mayoría luego de la peor crisis de la historia reciente.

transformações estruturais que, apesar de prometidas, não haviam chegado (HAGMAN, 2014; KATZ, 2013).

Ocorre que, apesar da vitória, em meados de 2012 a hegemonia kirchnerista já começaria a ruir. Com queda nas reservas internacionais (devido tanto a fatores do próprio modelo de desenvolvimento, quanto da crise mundial), a economia ficou fragilizada, especialmente no comércio exterior. O governo respondeu com controle cambial e restrição de compra de dólares, que logo passaria a acontecer no mercado paralelo, desagradando setores de classe média e do empresariado (HAGMAN, 2014). Como forma de resolver o déficit energético provocado pela crise de reservas, a nacionalização parcial da petroleira argentina YPF (que havia sido privatizada pelo governo Menem) foi, segundo Hagman (2014), a última grande medida progressista do kirchnerismo. No período seguinte, o governo voltou à defensiva e optou pela busca de “um pacto de governabilidade”, atendendo à parte das pressões do poder econômico e da oposição política. Finalmente, nas últimas eleições presidenciais, em 2015, o candidato a sucessor de Cristina Fernández de Kirchner, Daniel Scioli (nome que desagradou a base social do kirchnerismo), foi derrotado pelo empresário Mauricio Macri.

Com Macri, a agenda neoliberal volta a ganhar corpo na Argentina, com benefícios ao sistema financeiro, abertura às importações e perda do poder de compra da população, em especial com o chamado ‘tarifazo’, aumento de preços das contas de luz, gás, água e transportes logo nos primeiros meses de mandato (KATZ, 2016a; KATZ, 2016b). Os próximos passos anunciados são as reformas trabalhistas e previdenciárias, as quais enfrentam resistência dos movimentos sindicais e populares nas ruas. Com as eleições legislativas de outubro de 2017, na qual as forças de sustentação de Macri saíram vitoriosas nacionalmente, o debate que se abriu é sobre a extensão da força do governo: se o “macrismo” pode ser considerado uma força hegemônica, com perspectiva de longa duração social e política (BORÓN, 2017; KATZ, 2017).

3.2 O Patria Grande e a esquerda popular

Feita a recuperação histórica, a trajetória do Patria Grande e da esquerda popular⁴⁰ pode ser melhor compreendida. Suas raízes podem ser localizadas em três eixos: a) desdobramentos da crise 2001; b) influência dos processos de transformação política na

⁴⁰ Este campo político não está restrito ao Patria Grande, compreende também o Movimiento Popular La Dignidad, Frente Popular Darío Santillán, Seamos Libres, entre outros, inclusive aqueles que foram as origens, em processos de fusão, das organizações atuais.

América Latina, em especial Venezuela e Bolívia; c) debates sobre como construir uma organização política de esquerda ‘por fora’ do kirchnerismo sem deixar de reconhecer seus avanços. Em seu manifesto de fundação, o Patria Grande (2016) afirma que:

Somos uma organização jovem mas não caímos do céu. Somos expressão de um acumulado de lutas populares que se fortaleceu na resistência ao neoliberalismo e nos levantes de 2001, e que percorreu um longo e trabalhoso caminho para chegar à fundação de uma nova organização política (PATRIA GRANDE, 2016, p. 2, tradução nossa)⁴¹.

Para Itai Hagman (2014), o ciclo de lutas aberto em 2001 deixou um saldo positivo no movimento popular, mas foi fechado com a hegemonia do kirchnerismo e a relegitimação da ordem dominante.

Os saldos foram efetivamente positivos e se constatavam em maiores níveis de organização e consciência. Sem dúvidas a correlação de forças na Argentina foi modificada e nos colocava desafios de ofensiva. Mas em uma situação que havia mudado e onde as tarefas eram distintas das do momento de rebelião popular (HAGMAN, 2014, p. 53, tradução nossa)⁴².

Conforme lembra Ulises Bosia (2015), também do Patria Grande, com a vitória de Néstor Kirchner, em 2003, muitas organizações e militantes populares rapidamente se incorporaram à gestão estatal. Aqueles que ficaram de fora “[...] acabaram desorientados por vários anos, alguns em atitude de franca resistência em suas posições dogmáticas, outros buscando os caminhos de uma continuidade do processo de 2001, sem conseguir interpretar a nova etapa nem adaptar-se às suas exigências”⁴³ (BOSIA, 2015, p. 3). Neste processo de busca de redefinições, o impacto dos processos latino-americanos foram fundamentais. Para Bosia, os movimentos populares de 2001, atuavam sob forte influência do levante zapatista, de 1994, no México, uma das principais resistências ao neoliberalismo com projeção global, que ganhou especial relevância por acontecer poucos anos após a queda do “socialismo real”.

A partir desta experiência – ainda que considerando certos aspectos dela e relativizando outros –, e com o aporte determinante de distintos intelectuais, surgiu um conjunto de ideias de contornos pouco definidos que pode se unir à ideia de ‘mudar o mundo sem tomar o poder’, como popularizou o livro de John Holloway. Foi uma corrente de ideias que pareceu se alinhar às características antipolíticas de jornadas como as de 2001 na Argentina, sendo rapidamente

⁴¹ “Somos una organización joven pero no caímos del cielo. Somos expresión de un acumulado de luchas populares que se fortaleció en la resistencia al neoliberalismo y en los levantamientos del 2001, y que recorrió un largo y trabajoso camino para llegar a la fundación de una nueva organización política” (PATRIA GRANDE, 2016, p. 2).

⁴² “Los saldos efectivamente fueron positivos y se constataban en mayores niveles de organización y conciencia. Sin dudas la correlación de fuerzas en la Argentina se había modificado y nos planteaba desafíos de ofensiva. Pero en una situación que había cambiado y donde las tareas eran distintas de las del momento de rebelión popular” (HAGMAN, 2014, p. 53).

⁴³ “[...] terminaron desorientados por varios años, algunos en actitud de franca resistencia en sus posiciones dogmáticas, otros buscando los caminos de una continuidad con el proceso de 2001, sin lograr interpretar la nueva etapa ni adaptarse a sus exigencias (BOSIA, 2015, p. 3).

difundida com êxito significativo na militância popular (BOSIA, 2015, p. 2, tradução nossa)⁴⁴.

Este seria um dos fatores, no âmbito das organizações populares, que teriam dificultado a emergência de um governo ligado aos movimentos. A partir desta autocrítica, parte dos coletivos passam a acompanhar com maior atenção os governos de Hugo Chávez, que havia chegado ao poder na Venezuela em 1999, e de Evo Morales, a partir de 2006. Tais processos que, ao contrário de Brasil e Argentina, envolveram novas constituintes e reformas estruturais, segundo Bosia (2015), resolveram o debate sobre a relação entre poder de Estado e poder popular, indicando complementariedade e não exclusão. A conclusão das organizações da esquerda popular foi de que "[...] o poder popular deve se expressar também no Estado, como parte fundamental da construção de uma hegemonia social das classes subalternas que pretendem dirigir a vida do conjunto da sociedade" (BOSIA, 2015, p. 6, tradução nossa)⁴⁵.

Tal influência está no nome: “Patria Grande”, projeto de integração latino-americana defendido por Simón Bolívar e reimpulsionado por Chávez. Também está registrada no manifesto do Patria Grande (2016, p. 3, tradução nossa), quando afirma que “a Revolução Bolivariana, particularmente, é para o Patria Grande não só bandeira, é ensinamento, laboratório político, reabertura do debate sobre o socialismo e a revolução”⁴⁶ e também quando destaca a importância dos processos eleitorais para a transformação política.

Em função das experiências recentes e das características de nosso país, nossa hipótese é de que o momento de acumulação eleitoral será central para uma modificação substancial da correlação de forças, e imprescindível para o acesso ao governo do Estado de uma força popular e transformadora, como aconteceu na Bolívia, na Venezuela [...] É claro que isso significa um episódio em um longo processo de transformações e disputa por hegemonia que certamente não se definirá nem exclusiva nem principalmente no terreno eleitoral. [...] No entanto, nossa hipótese aponta que a via eleitoral de agudização das contradições sociais têm maior probabilidade de se desenvolver na Argentina atual do que outras estratégias de poder, postas em jogo em outros momentos históricos. Por isso, o Patria Grande inscreve em seus objetivos a luta por uma força eleitoral de caráter nacional capaz de

⁴⁴ “A partir de esa experiencia –aunque tomando ciertos aspectos de ella y relativizando otros-, y con el aporte determinante de distintos intelectuales, surgió un conjunto de ideas de contornos poco definidos que puede unirse por la idea de “cambiar el mundo sin tomar el poder”, como popularizó el libro de John Holloway. Fue una corriente de ideas que pareció empalmar con las características antipolíticas de jornadas como las de 2001 en la Argentina, por lo que rápidamente se difundió con un éxito significativo en la militancia popular” (BOSIA, 2015, p.2).

⁴⁵ “[...] el poder popular debe expresarse también en el Estado, como parte fundamental de la construcción de una hegemonía social de las clases subalternas que se proponen direccionar la vida del conjunto de la sociedad (BOSIA, 2015, p. 6).

⁴⁶ “la Revolución Bolivariana, particularmente, es para Patria Grande no sólo bandera, es enseñanza, laboratorio político, es reapertura del debate sobre el socialismo y la revolución” (PATRIA GRANDE, 2016, p. 3).

disputar a institucionalidade estatal, asentada na mobilização popular, no poder das e dos trabalhadores e em um programa de transformações com objetivos anticapitalistas, como com diversos signos e características expressaram Chávez ou Evo (PATRIA GRANDE, 2016, p. 24-25, tradução nossa)⁴⁷.

Outros acontecimentos importantes que impactaram a “esquerda popular” foram aquelas medidas progressistas do governo Kirchner a partir de 2008, como a “Ley de Medios” e a nacionalização da petroleira YPF. Ao contrário da esquerda partidária (majoritariamente formada por correntes trotskistas, que chegaram a participar de mobilizações convocadas pelas elites dominantes contra o governo), os coletivos da esquerda popular decidiram apoiar tais medidas por as considerarem justas e de interesse das maiorias sociais (KATZ, 2013). É o que aponta o manifesto do Patria Grande (2016) no seguinte trecho:

Nos impactou también, sem dúvidas, um novo ciclo político que alcançou seu clímax com o chamado 'conflicto do campo' em 2008. O que naquele momento assumiu a denominação de esquerda independente foi se agrupando em razão de uma posição comum frente à polarização do campo político argentino entre o 'kirchnerismo' e o 'anti-kirchnerismo'. Buscamos, não sem dificuldades, transcender tal dicotomia. Sinalizamos o caráter limitado dos elementos progressistas da política governamental, confrontamos com o possibilismo e a ausência de transformação de fundo, ao mesmo tempo em que mantivemos autonomia plena e descartamos qualquer disputa 'por dentro'. No entanto, também sustentamos a convicção de jamais misturar nossas bandeiras com o que há de mais atrasado da política e do poder econômico identificados na 'oposição', e de apoiar e defender medidas progressivas (PATRIA GRANDE, 2016, p. 2-3, tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁷ “En función de las experiencias recientes y las características de nuestro país, nuestra hipótesis es que el momento de acumulación electoral será central para una modificación sustancial de la correlación de fuerzas, e imprescindible para el acceso al gobierno del Estado de una fuerza popular y transformadora, como se ha dado en Bolivia, en Venezuela [...] Por supuesto que esto supone un episodio en un largo proceso de transformaciones y disputa por la hegemonía que seguramente no se definirá ni exclusiva ni principalmente en el terreno electoral. [...] Sin embargo, nuestra hipótesis supone que la vía electoral de agudización de las contradicciones sociales tiene mayor probabilidad de desarrollarse en la Argentina actual que otras estrategias de poder, puestas en juego en otros momentos históricos. Por eso Patria Grande inscribe en sus objetivos la lucha por una fuerza electoral de carácter nacional capaz de disputar la institucionalidad estatal, asentada en la movilización popular, en el poder de las y los trabajadores y en un programa de transformaciones con objetivos anticapitalistas, como con diversos signo y características expresaron Chávez o Evo” (PATRIA GRANDE, 2016, p. 24-25).

⁴⁸ “Nos fogueó también, indudablemente, un nuevo ciclo político que alcanzó su clímax luego del llamado “conflicto del campo” allá por el 2008. Lo que en aquel momento asumí la denominación de izquierda independiente se fue agrupando en razón de una posición común frente a la polarización del campo político argentino entre el “kirchnerismo” y el “anti-kirchnerismo”. Buscamos, no sin dificultades, trascender dicha dicotomía. Señalamos el carácter limitado de los elementos progresistas de la política gubernamental, confrontamos con el posibilismo y la ausencia de transformaciones de fondo, al tiempo que, en consecuencia, mantuvimos autonomía plena y descartamos cualquier disputa “desde adentro”. Sin embargo, también sostuvimos la convicción de jamás mezclar nuestras banderas con lo más retardatario de la política y el poder económico embanderados en la “oposición”, y de apoyar y defender medidas progresivas” (PATRIA GRANDE, 2016, p. 2-3).

São os debates centrais que fizeram com que, após longo processo de aproximações, Marea Popular e Frente Popular Darío Santillán – Corriente Nacional (FPDS-CN), entre outras iniciativas, se fundissem em abril de 2014 no Patria Grande, “um movimento político e social nascido da unidade de múltiplas e variadas experiências de militância territorial, estudantil, sindical, feminista e cultural que floresceram em nosso país nos últimos 20 anos”, como afirma o manifesto (PATRIA GRANDE, 2016, p. 1, tradução nossa)⁴⁹.

Marea Popular surgiu em 2012, em uma confluência impulsionada pela Corrente Universitária Julio Antonio Mella (La Mella), que por sua vez, foi uma fusão de diversos coletivos estudantis durante jornada de lutas pela democratização da Universidad de Buenos Aires (UBA) em 2006. La Mella continua existindo como o braço estudantil do Patria Grande e integra a presidência da Federação Universitária da UBA.

A FPDS-CN é uma dissidência da Frente Popular Darío Santillán (FPDS), que para preservar o capital político manteve o nome e acrescentou “Corriente Nacional”. A FPDS foi fundada em 2004 como uma frente de movimentos populares e de desempregados que haviam se destacado nas lutas contra o neoliberalismo. Seu nome homenageia o militante piquetero assassinado pela polícia argentina em junho de 2002, sob governo de Eduardo Duhalde. Tanto a FPDS quanto a FPDS-CN seguem existindo atualmente, esta última devido a um setor que, após a fusão do Patria Grande, decidiu voltar atrás e retomou a organização.

Atualmente, o Patria Grande conta com aproximadamente 2 mil militantes distribuídos em 14 das 24 províncias argentinas, além da capital Ciudad Autónoma de Buenos Aires. O trabalho de base está dividido em setores como: a) movimento estudantil, com presença nas principais universidades do país através da corrente universitária La Mella; b) economia popular (informal ou cooperativista), organizando principalmente catadores de materiais recicláveis e produtores rurais (em geral, migrantes bolivianos) reunidos no Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE), que por sua vez faz parte da Confederación de Trabajadores da Economía Popular (CTEP); c) movimento feminista, a partir do coletivo Mala Junta, com inserção em trabalhos territoriais e organização de encontros e mobilizações nacionais; d) movimento sindical, com presença em associações de professores universitários e de escola básica, bancários e funcionários públicos; é um

⁴⁹ “un movimiento político y social nacido de la unidad de múltiples y variadas experiencias de militancia territorial, estudiantil, sindical, feminista y cultural que florecieron en nuestro país en los últimos 20 años” (PATRIA GRANDE, 2016, p. 1).

dos setores de menor inserção, apesar de considera-lo uma aposta central; e) direitos humanos, trabalhando com detentos e egressos do sistema prisional, além de ações com advocacia popular; destaca-se, neste sentido, a defesa jurídica da presa política Milagro Sala; f) e organização territorial, em distintos bairros de grandes cidades, como em Mar del Plata, na qual foi construída a ocupação urbana “15 de enero”. Além destes, há os setores de ecologia política, cultura e meios populares, este último no qual se insere o projeto do *Notas* (MAYOR, 2018). Em 2017, o Patria Grande participou das eleições legislativas em quatro províncias e na capital Buenos Aires, através de distintas articulações. No entanto, nenhum militante foi eleito.

Se a história recente da Argentina é importante, neste trabalho, para definir o campo da “esquerda popular” e o Patria Grande, a exposição desses últimos pormenores servirá para contextualizar o surgimento do portal *Notas – Periodismo Popular*, determinado pelas idas e vindas (fusões e rachas) da “esquerda popular” argentina.

3.3 O lançamento do portal *Notas – Periodismo Popular*

A jornalista (hoje psicanalista) Dafne Melo (2017) é a única pessoa que trabalhou tanto no *Brasil de Fato* quanto no *Notas* e militou tanto na Consulta Popular quanto no Patria Grande. Começou como estagiária no *Brasil de Fato* em 2004 e por lá ficou os sete anos seguintes, até se mudar para a Argentina, onde começou a militar na Frente Popular Darío Santillán (FPDS). “Como eu era do *Brasil de Fato*, as pessoas vinham muito conversar comigo: ‘o que você acha da nossa comunicação?’”, conta, em entrevista. Naquela época, havia o portal *Prensa de Frente*, criado em 2004 e visivelmente vinculado à organização. “Eu dizia que era legal, mas que não comunicava com a sociedade. Era hiper militante, entrava e já estava a cara do Darío. A gente adora, mas tinha que pensar um veículo que pudesse disputar, não ‘pregar para convertido’, aquela coisa que a gente fala tanto e é tão difícil”, lembra Dafne Melo (2017).

Aos poucos foi se desenhando um projeto de comunicação para ir além do ‘jornal de partido’. Com o objetivo de ser amplo, a FPDS se juntou a outros coletivos (que pouco tempo depois formariam Marea Popular) e, assim, em 2011, nasce o portal jornalístico *Marcha - Una mirada popular de la Argentina y el mundo*, com explícita inspiração no *Brasil de Fato* (“Uma visão Popular do Brasil e do Mundo”) e na revista uruguaia dos anos 1960 de mesmo nome (MELO, 2017). Entretanto, menos de dois anos após o lançamento, as tensões entre as organizações políticas começaram a afetar o funcionamento do portal. Em janeiro de 2013 ocorre a cisão da FPDS: um setor apostava

na confluência com Marea Popular para criar uma nova organização (que seria o Patria Grande) e outro rechaçava a ideia. Pouco tempo depois, o racha chegaria até o projeto jornalístico. Aqueles que formariam o Patria Grande deixam o projeto (não sem antes brigar pelo domínio *marcha.org.ar*) e, em março de 2014, lançam *Notas – periodismo popular*, alguns meses antes da formalização da nova organização (MELO, 2017; MAYOR, 2017).

A apresentação editorial do projeto, na seção do site “¿Por qué *Notas*?”, parte da leitura da centralidade dos meios de comunicação na política atual.

O papel que jogaram e jogam os meios de comunicação nas relações de poder é indiscutível. Seja apoiando golpes de Estado, governos de direitas, de esquerda, progressistas, são uma perna fundamental de qualquer projeto político que busque se constituir como hegemônico. Isso os povos de nosso continente aprenderam e por isso a 'Batalha de ideias' se deslocou também à disputa midiática (NOTAS, 2017, tradução nossa)⁵⁰.

Santiago Mayor (2017) esteve no grupo que criou o *Marcha.org.ar* e hoje é um dos editores do *Notas*. Ele conta, em entrevista, que ambas as experiências nasceram em contexto de forte polarização midiática entre os jornais kirchneristas (*Página 12*, *Tiempo Argentino*) e os comerciais (*La Nación*, *Clarín*).

No contexto político argentino, sobretudo do segundo governo kirchnerista, o primeiro de Cristina, começou a haver uma disputa muito mais marcada com os grandes meios de comunicação (Grupo Clarín como paradigma), e a gerar uma polarização midiática [...]. Nós víamos que neste contexto havia a possibilidade de criar outro tipo de jornalismo que rompesse a polarização e pudesse recuperar o jornalismo como profissão, em termos do rigor, da checagem das fontes. Porque o que aconteceu muito nesses anos, e segue acontecendo hoje, é que a contraface que se criou dos grupos midiáticos mais poderosos era igual de grosseira, de carente de rigor. Não importava se a notícia era verdadeira ou mais ou menos, importante era contra-atacar o discurso do outro, defender ou atacar o governo em função de interesses e não garantir o direito à informação. Esse é o contexto em que surge esta iniciativa, esse caminho que fizemos como organizações para criar meios de comunicação e por isso teve muito peso o profissionalismo do jornalismo (MAYOR, 2017, tradução nossa)⁵¹.

⁵⁰ El rol que jugaron y juegan los medios de comunicación en las relaciones de poder es indiscutible. Ya sea apoyando golpes de Estado, gobiernos de derecha, de izquierda, progresistas, son una pata fundamental de cualquier proyecto político que busque constituirse como hegemónico. Esto lo han aprendido los pueblos de nuestro continente y por eso la “Batalla de ideas” se ha trasladado a también a la disputa mediática (NOTAS, 2017).

⁵¹ “En el contexto político de Argentina, sobretudo del segundo gobierno kirchnerista, que fue el primer de Cristina, empezó a haber una disputa mucho más marcada con los grandes medios de comunicación (Grupo Clarín como paradigma de eso), y a generar una polarización mediática (...). Nosotros veíamos que, en ese contexto, había la posibilidad de crear otro tipo de periodismo que rompiera esa polarización y que tenía que ver incluso con recuperar el periodismo como profesión en términos de la rigurosidad, chequeo de las fuentes. Porque lo que pasó mucho en esos años, y sigue pasando hoy, es que la contracara que se creó de los grupos mediáticos más poderosos era igual de burda de carente de rigurosidad. No importaba si la noticia era verdadera o más o menos, importante era contrarrestar el discurso del otro, defender o atacar el gobierno en función de los intereses y no de garantizar el acceso a la información, el derecho a información de población. Ese es el contexto en el cual surge esta iniciativa, este recorrido que hemos hecho como

Entre as inspirações, a seção “¿Por qué *Notas*?” se remete às experiências de resistência às ditaduras argentinas, reivindicando jornais como *Noticias*, dirigido pela agrupação clandestina Montoneros, e *El Mundo*, pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), ao longo da década de 1970, além da primeira fase do diário *Página/12* nos anos 1980 e 1990 (NOTAS, 2017). Em documento interno de apresentação da iniciativa para colaboradores e jornalistas de finais de 2015, aparece também a inspiração no próprio *Brasil de Fato*.

Tínhamos diferentes exemplos atuais. O caso do *Brasil de Fato* para nós é uma experiência. Não a conhecíamos tanto, mas sabíamos que o MST impulsionava um meio de comunicação que não era necessariamente sua imprensa partidária, que tinha outra visão. Mas também na Argentina existem experiências históricas. Nos anos 1970, Montoneros, grupo político-militar, lançou o diário *Noticias*, que saía todos os dias, financiado pela organização, mas que tinha objetivo de disputar o espaço midiático. Contrataram, por exemplo, os jornalistas Rodolfo Walsh e Horacio Verbistky, que hoje escreve no *Página 12*. Haviam contratado jornalistas profissionais para fazer esse diário que chegou a ter uma tiragem de 100 mil exemplares, número muito importante para a Argentina daqueles anos (MAYOR, 2017, tradução nossa)⁵².

O profissionalismo e o rigor jornalístico estão presentes nos discursos dos documentos internos (NOTAS, 2015; MAYOR, TITTO, 2014), no editorial de apresentação (NOTAS, 2017) e também nas entrevistas realizadas para este trabalho (MAYOR, 2017; VICENTE, 2017; RYAN, 2017). Curiosamente, nenhum dos quatro possuem graduação em Comunicação ou Jornalismo. Ainda assim, em entrevista à revista *Cambio*, publicação institucional do Patria Grande, os editores Santiago Mayor e Julia de Titto afirmam que o projeto *Notas* surgiu no intuito de “recuperar o melhor do jornalismo como profissão”. Para isso, conforme Mayor (MAYOR, TITTO, 2014), deve-se “[...] contar o que não sai nos grandes meios assim como também disputar o sentido do que é difundido massivamente”⁵³. Julia de Titto reforça que seu trabalho não é fazer panfletos,

organizaciones para crear medios de comunicación y por eso hubo mucho peso la profesionalidad del periodismo” (MAYOR, 2017).

⁵² “Teníamos distintos ejemplos actuales, el caso de Brasil de Fato para nosotros es una experiencia. No la conocíamos tanto, pero sabíamos que el MST impulsaba un medio de comunicación que no era necesariamente su prensa partidaria, que tenía otra mirada. Pero también en Argentina existen experiencias históricas. En los años 1970, Montoneros, que fue el grupo político-militar que hubo en Argentina, lanzó el diario Noticias, que salía todos los días, financiado por la organización, pero que tenía como objetivo disputar el espacio mediático. Contrataron, por ejemplo, los periodistas Rodolfo Walsh y Horacio Verbistky, que hoy escribe en Página 12. Habían contratado periodistas profesionales para hacer ese diário que llegó a tener una tirada de 100 mil ejemplares, sino me equivoco, número muy importante para Argentina en aquellos años” (MAYOR, 2017).

⁵³ “[...] contar lo que no sale en los grandes medios así como también disputar el sentido de lo que sí se difunde masivamente. No creemos en la dicotomía entre la agenda popular versus la agenda hegemónica” (CAMBIO, 2014, p. 14).

mas jornalismo. Quando perguntado, Mayor rejeita a definição de “jornalismo militante”, por estar atrelado a um sentido de defesa a qualquer custo de governos ou partidos.

Ao mesmo tempo, de acordo com documento interno, o portal é visto como uma “instância de base” do Patria Grande (NOTAS, 2015).

O portal de notícias Notas é um projeto impulsionado pelo Espaço de Comunicação do Movimento Popular Patria Grande e como tal se constitui como uma instância de base de seus militantes na qual se debate e pensa o projeto particular mas também se discutem e desenvolvem as propostas e iniciativas da organização em seu conjunto.

O objetivo que apontamos é o de construir efetivamente uma ferramenta de comunicação massiva. Isso supõe que Notas não seja um reflexo fiel das posições orgânicas do Patria Grande (para isso existe o jornal próprio da organização, "Cambio") mas um espaço de difusão mais amplo. Onde a direção política e jornalística do projeto seja indiscutivelmente a de nossa organização mas que se permita uma maior amplitude dos olhares e coberturas dos temas (NOTAS, 2015, p. 1, tradução nossa)⁵⁴.

Assim como o *Brasil de Fato*, o portal *Notas* tenta operar na intersecção entre jornalismo profissional e militância política. Fernando Vicente Prieto (2017), que passou pelas experiências do *Prensa de Frente* e *Marcha* e agora é colaborador do *Notas* tenta sintetizar, em depoimento, a formulação que está por trás de apostas como estas.

Nós partimos do pressuposto de que o sistema nos dá a batalha em um monte de lados e não podemos combatê-lo com uma mesma ferramenta. Porque um martelo serve para o prego, mas depois precisa outras coisas, o serrote... e, nessa amplitude de dispositivos, projetos como *Notas* cumprem o papel de dar informação com a aparência de objetividade que caracteriza o jornalismo – cada vez menos, digamos, mas que segue caracterizando o jornalismo, pelo menos marginalmente – e é uma ferramenta importante (VICENTE, 2017, tradução nossa)⁵⁵.

Por se tratar de uma organização significativamente menor e mais jovem que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Consulta Popular, a questão financeira é o principal entrave para manter uma estrutura mínima. Ainda assim, os

⁵⁴ “El portal de noticias Notas es un proyecto impulsado desde el Espacio de Comunicación del Movimiento Popular Patria Grande y como tal se constituye como una instancia de base de sus militantes donde se debate y piensa el proyecto particular pero también se discuten y desarrollan las propuestas e iniciativas de la organización en su conjunto. El objetivo al que apuntamos es el de construir efectivamente una herramienta de comunicación masiva. Esto supone que Notas no sea un fiel reflejo de las posiciones orgánicas de Patria Grande (para eso existe el periódico propio de la organización, “Cambio”) sino un espacio de difusión más amplio. Donde la dirección política y periodística del proyecto sea indiscutiblemente la de nuestra organización pero que se permita una mayor amplitud en las miradas y coberturas de los temas” (NOTAS, 2015, p. 1).

⁵⁵ “Nosotros partimos de que el sistema nos da la batalla en un montón de lados y nosotros no le podemos a combatir con una misma herramienta. Porque un martillo te sirve para el clavo pero después necesita un montón de otras cosas, necesita el serrucho... y, en esa amplitud de dispositivos, proyectos como Notas cumplen un rol que es dar información con esa apariencia de objetividad que caracteriza el periodismo – cada vez menos, digamos, pero que por lo menos marginalmente sigue caracterizando el periodismo – y es una herramienta importante” (VICENTE, 2017).

problemas, desafios e debates enfrentados são comuns às experiências de jornalismo alternativo dirigidas por organizações políticas.

3.3.1 Altos e baixos

Se o *Brasil de Fato* surgiu pela iniciativa de dirigentes do MST e da Consulta Popular, o *Notas* foi construído por militantes que já atuavam com comunicação em experiências anteriores. “Honestamente, não foi algo que a organização tenha discutido com profundidade. Foi iniciativa de um grupo de companheiros e companheiras e a organização disse 'bom, perfeito, façam', mas não houve debate profundo”, reconhece Santiago Mayor (2017)⁵⁶. Isso implica duas consequências principais: uma tem a ver com a compreensão do resto da organizações sobre o portal, que se pretende jornalístico; a outra, mais grave, é a dificuldade de sustentação financeira.

Santiago relata que, nos primeiros meses de funcionamento, a equipe do *Notas* recebia comunicados e declarações de setores do Patria Grande para subir no portal. Santiago Mayor (2017) ilustra a situação: “dizíamos ‘não, companheiro, não é assim’. ‘Mas como não se é do Patria Grande?’”⁵⁷. Fernando Vicente (2017) destaca dois temas que atravessaram a dinâmica do primeiro momento do *Notas*, neste sentido: um é o localismo (“eu quero que a minha atividade apareça em nosso jornal”) e o outro diz respeito às vozes que aparecem, sobretudo em temas polêmicos da conjuntura nacional. No entanto, acredita que foi amadurecida a compreensão do papel jornalístico do *Notas*. “Já não há grandes debates sobre isso. Ninguém pretende que o *Notas* seja o jornal *Cambio*, nem se escandaliza que se entreviste uma liderança de outra organização que diga coisas que não concordamos. É um salto interessante que demos como campo político”, expõe Vicente (2017)⁵⁸.

Pior que fazer esses debates, no entanto, eram as condições de trabalho de Santiago, que trabalhou diariamente (e o dia todo) sem receber nada por nove meses, até conseguirem uma ajuda de custo de 3 mil pesos, cerca de 900 reais na época. Foi assim até maio de 2016, quando após uma série de discussões internas, foram definidos dois

⁵⁶ “Siendo honesto, no fue algo que la organización hubiera discutido con profundidad. Sino que tuvo que ver con la iniciativa de un grupo de compañeros y compañeras y la organización dijo ‘bien, perfecto, hagalo’, pero no hubo un debate profundo a respecto (MAYOR, 2017)”.

⁵⁷ “Lo decíamos ‘no, compañero, esto no es...’, ‘¿pero cómo que no, si es de Patria Grande? (MAYOR, 2017).”

⁵⁸ “Ya no hay grandes debates frente a esto, me parece. Nadie pretende que *Notas* sea el periódico *Cambio*, ni se escandaliza que se entreviste a un referente de otra organización que diga cosas con la que no estamos de acuerdo. Creo que es un salto interesante que hemos dado como campo político” (VICENTE, 2017).

mecanismos de financiamento: aporte mensal do caixa nacional do Patria Grande mais as contribuições dos militantes do “setor de meios populares” da organização, que envolve atuação em rádios comunitárias, além do *Notas*. Esse dinheiro, em vez de ser repassado ao caixa geral, é destinado direto para o funcionamento do portal jornalístico.

O orçamento permitiu pagar um salário à editora-geral Julia de Titto, por oito horas diárias de expediente, e mais um salário dividido entre outras duas militantes que trabalhavam meio período. No mesmo período, em março de 2016, o *Notas* passou a ter uma redação em sala cedida pelo Centro Cultural Circuito 5, mantido pelo setor de cultura do Patria Grande em região central de Buenos Aires. A equipe, contando militantes não remunerados, chegou a 12 pessoas. Por ser ao mesmo tempo redação jornalística e espaço de base, as reuniões do *Notas* tratavam tanto pautas jornalísticas quanto políticas, da organização.

O funcionamento do *Notas* historicamente foi com reuniões semanais aos sábados. Nos reuníamos e fazíamos balanço sobre como havíamos produzido na semana e planejávamos na medida do possível a cobertura da semana seguinte. Além disso, na reunião semanal tínhamos alguma oficina de formação ou discutíamos política quando havia agenda ou inclusive questões do Patria Grande, da organização em si. É nosso espaço de base. No Patria Grande, os companheiros que estão em algum bairro discutem as tarefas que fazem no bairro e também as mais gerais. No caso do *Notas* funcionava igual (MAYOR, 2017, tradução nossa)⁵⁹.

Essa configuração durou pouco mais de um ano, quando, com divergências internas, um grupo integrante do *Notas* decidiu deixar o projeto no começo de 2017. Uma das discordâncias era sobre a condução do portal, se deveria deixar de ser exclusiva do Patria Grande.

Não concordávamos. Achamos que o portal tem uma linha plural, ampla, não é reprodutor da linha do Patria Grande, isso qualquer um pode notar. Mas justamente a garantia de continuasse assim era que o Patria Grande fosse quem tomasse as decisões. Até porque existe toda a questão financeira, da onde veio dinheiro, e não nos parecia que tivesse que abrir para pessoas que não tivessem compromisso com a organização. Isso não impedia que houvesse pessoas que participassem do portal, como fazem hoje, como colaboradores, que não parte da equipe central, mas que escrevem e contribuem ao projeto jornalístico (MAYOR, 2017)⁶⁰.

⁵⁹ “El funcionamiento de *Notas* fue históricamente con reuniones semanales a los sábados. Reuníamos y hacíamos balance sobre como habíamos producido en la semana y planeábamos, dentro del posible, la cobertura de la semana siguiente. Además en la reunión semanal teníamos algún taller de formación o discutíamos política cuando había tema en la agenda o incluso cuestiones de Patria Grande, que tiene que ver con la organización en sí. Es nuestro espacio de base. Patria Grande los compañeros que están en algún barrio discuten las tareas que hacen en el barrio y también las más generales. En el caso de *Notas* funcionaba igual” (MAYOR, 2017).

⁶⁰ “No estábamos de acuerdo. Creíamos que el portal tiene una línea plural, amplia, no es reprodutor de línea de Patria Grande, eso cualquiera que lo lee lo puede ver. Pero justamente la garantía que eso siguiera así era que Patria Grande fuera quien tomara las decisiones. Además porque, incluso, existe toda una cuestión financiera, de donde viene el dinero y no nos parecía que hubiera que abrir eso para gente que no

As discussões também estavam relacionadas com as tarefas eleitorais que o Patria Grande começava a assumir frente ao pleito legislativo de agosto (primárias) e outubro de 2017. Santiago Mayor (2017) explica que, além de cobrir jornalisticamente a campanha eleitoral, os militantes do *Notas*, por serem do Patria Grande, deveriam também militar no processo eleitoral, o que gerou resistência no grupo, especialmente daqueles que não tinham trajetória em movimentos sociais.

Isso implicava sair à rua, botar uma mesinha, distribuir panfletos, colar adesivos, e os companheiros acabaram propondo que seu único aporte ao Patria Grande fosse escrever e trabalhar no portal e não militar na organização nos termos que se demanda, o que é um problema que nos excede. Patria Grande tem um estatuto interno e se quiseres ser militante da organização implica ter uma série de compromissos e tarefas. Por exemplo, os companheiros nas universidades, bairros ou lugares de trabalho, na hora de realizar atividades gerais, como campanha eleitoral, todos vão militar na campanha eleitoral. Alguns sustentavam a incompatibilidade entre militar e se desenvolver em termos técnicos, de se profissionalizar mais. Alguns sustentavam que havia uma contradição. É obviamente um debate válido, não nos parecia um delírio, mas no contexto em que estávamos não parecia o melhor, sobretudo porque justamente estávamos para enfrentar uma campanha eleitoral. [...] Nós sempre defendemos o profissionalismo no trabalho do *Notas*, mas ao mesmo tempo ele não está cindido. Também pela nossa trajetória... não éramos jornalistas e fomos trabalhar em um meio de comunicação; mas, a partir da nossa militância, desenvolvemos a perspectiva jornalística. Então há uma tensão que é real (MAYOR, 2017)⁶¹.

Para Micaela Ryan (2017), que também passou pelas experiências do *Prensa de Frente e Marcha* antes de iniciar no *Notas*, tais tensões e desacordos tem a ver com o estado geral de ânimo da militância argentina frente a uma conjuntura de avanço neoliberal e incertezas no campo popular, que impacta diretamente o Patria Grande. Além disso, ela chama a atenção que, ao contrário de experiências como o CPMídias e o *Brasil de Fato*, as quais foram pensadas e tem suas estruturas e funcionamento garantidos pelas

tuviera un compromiso con la organización. Eso no impedía que hubiera personas que participaran del portal, como lo hacen hoy, como colaboradores, gente que no son parte del equipo central, pero que escribe, produce y aporta a su forma al proyecto periodístico” (MAYOR, 2017).

⁶¹ Eso implicaba salir a la calle, poner una mesita, repartir volantes, pegar afiches, y los compañeros terminaron planteando que su único aporte a Patria Grande fuera escribir y trabajar en el portal y no militar en la organización en estos términos de lo que demanda la organización, a lo cual ya es un problema que tiene que ver con algo que nos excede, que es que Patria Grande tiene un estatuto interno y si vos quieres ser militante de la organización implica tener una serie de compromisos y de tareas. Por ejemplo, los compañeros en las universidades, barrios o lugares de trabajo, a la hora de hacer actividades generales, como campaña electoral, todos ellos van a militar en la campaña electoral. Algunos planteaban la incompatibilidad entre militar y desarrollarse en términos de cuadro técnico, de profesionalizarse más, mejor. Algunos planteaban que había una contradicción. Lo que es obviamente un debate válido, no es que nos pareciera un delirio, pero en el contexto en el que estábamos no nos pareció que fuera lo mejor, sobretudo porque justamente estábamos para afrontar una campaña electoral. (...) Nosotros igual siempre defendíamos la profesionalidad en el trabajo en *Notas* pero al mismo tiempo no está escindida. También por el recorrido nuestro, no es que fuéramos periodistas y luego nos pusimos a trabajar en un medio de comunicación, sino que a partir de nuestra militancia desarrollamos esta perspectiva periodística. Entonces hay una tensión que es real (MAYOR, 2017).

organizações políticas, no *Notas* toda a parte burocrática e financeira é feita pelos próprios jornalistas.

A saída de parte do coletivo editorial do *Notas* implicou, além de menos mão de obra (de 12 para 5), queda nas receitas de financiamento do portal, que dependem das contribuições militantes mensais. Com isso, Julia de Titto passou a ser única pessoa remunerada do projeto. Outra perda foi a sede no centro cultural. Com a saída de metade da equipe, a presença no espaço foi ficando escassa. “Os companheiros do centro cultural nos disseram ‘vão usar ou não? Senão podemos dar-lhe utilidade’; [respondemos] ‘bom, vão em frente, usem’”. Em algum momento buscaremos de volta um espaço para o *Notas*”, afirma Santiago Mayor (2017)⁶². Por enquanto as atividades têm de ser feitas em casa.

A dinâmica de atualização do portal é peculiar. Funciona como um fechamento de diário impresso, com publicações noturnas em série. Antes da diminuição da equipe, eram postadas seis notas a noite com o que aconteceu no dia ou vai acontecer no dia seguinte. Pela manhã e tarde eram publicadas outras quatro ou cinco matérias de assuntos que apareciam. Agora é uma atualização exclusivamente noturna, feita por Julia de Titto, que costuma ter expediente das 16h à meia noite. Santiago Mayor, que passou a trabalhar (em casa) como repórter correspondente da *Russian Today (RT)*, fica a postos para qualquer emergência diurna. “Você nos pegou justamente em um momento de pequeno retrocesso, digamos, mas o projeto segue vigente e a ideia é, agora que passaram as eleições, ver como impulsioná-lo novamente, convocar novas pessoas que se somem para escrever”, explica, em entrevista de agosto de 2017, Santiago Mayor (2017)⁶³.

Tal retrocesso se nota nos indicadores. Em 2017 o portal registrou 1,3 milhões de visitas, menos da metade do registro em 2016 (3 milhões). A queda é atribuída principalmente à saída de militantes do projeto.

O principal acesso ao portal se dá via redes sociais e as matérias mais lidas em 2017 foram “El gobierno eliminó la Secretaría de Agricultura Familiar”, de 3 de maio; “Cristina [Kirchner] piensa al feminismo (y viceversa)”, de 15 de maio; “Carta abierta a Indio Solari [cantor]”, de 14 de março, logo após incidente que deixou dois mortos em show do artista (com 350 mil pessoas); e “El milagro rengo”, de 27 de agosto, que conta

⁶² “Los compañeros del centro cultural nos dijeron ‘¿Van usar o no? Sino nosotros le podemos dar una utilidad’, ‘bueno, dale úsenlo’. En algún momento buscaremos de vuelta un espacio para Notas” (MAYOR, 2017).

⁶³ “Justo nos agarrás en un momento de pequeño retroceso, digamos, pero el proyecto sigue vigente y la idea es, ahora que ya pasaron las elecciones ver como reimpulsarlo, salir a convocar nueva gente que se sume para escribir” (MAYOR, 2017).

a história de uma jovem pobre que conseguiu ir ao show da banda La Renga graças à ajuda dos produtores do espetáculo (MAYOR, 2018).

O horizonte do projeto é alcançar uma estrutura similar à do *Brasil de Fato*, como relata Mayor (2017), que inclui voltar ter uma sede, ampliar a equipe de profissionais remunerados e formalizar o *Notas* como uma cooperativa de trabalho. São objetivos que avançaram em 2016, mas retrocederam em 2017.

Ainda assim, o portal mantém atualização diária de segunda a sexta-feira, cobrindo os acontecimentos da conjuntura argentina e latino-americana. Os principais temas, gêneros e formatos foram analisados no período de 08/05/2017 a 06/06/2017. Os resultados compilados, bem como as características do portal de notícias, serão apresentados a seguir.

3.4 Análise editorial do *Notas*

O portal *Notas – Periodismo Popular* foi lançado em 19 de março de 2014 com o endereço notas.org.ar. Como na Argentina os domínios ‘org.ar’ exigem pessoa jurídica, o registro formal foi feito por uma rádio comunitária (Radio Sur) em que o Patria Grande mantém um programa semanal. No começo de 2017, entretanto, o endereço teve de ser alterado para notasperiodismopopular.com.ar, devido ao falecimento do responsável jurídico pela rádio. “Toda uma questão burocrática e o domínio caiu. Tivemos que buscar um novo rapidamente. Agora que formalizamos os papéis não querem dar-nos de volta o ‘notas.org.ar’, porque nos dizem ser um nome muito genérico. Em uma palavra: porque é bom”, lamenta Santiago Mayor (2017, tradução nossa)⁶⁴. Como o *Notas* não possui registro jurídico, o trâmite fica ainda mais difícil.

A interface do site compreende um cabeçalho com links para textos institucionais (apresentação, contato, expediente e colaboração) seguido de menu com as editorias: Nacionales, El Mundo, Ciencia y Tecnología, Deportes, Cultura, Análisis e Opinión. A editoria Nacionales se desdobra em Economía, Géneros, Laborales, Derechos Humanos, Educación, Policiales e Salud. “El Mundo” se divide em regiões geográficas, “Deportes” em modalidades esportivas e “Cultura” nas diferentes áreas de produção cultural.

São destacadas na página inicial duas matérias, como manchetes, que costumam ficar o dia todo fixadas. Em seguida estão dispostas as últimas postagens, gerais e por

⁶⁴ “Toda una cuestión burocrática y se cayó el dominio. Tocó salir a conseguir un nuevo rápidamente. Ahora que ya formalizamos los papeles no nos quieren dar de vuelta el notas.org.ar porque nos dicen que es nombre muy genérico. En una palabra: porque está bueno” (MAYOR, 2017).

editoria. Por fim está a seção de vídeos, atualmente pouco atualizada. Na coluna da direita, há dois banners para conteúdo especial: 100 anos da Revolução Russa e “violência institucional”.

A análise editorial do *Notas* segue as mesmas coordenadas daquela realizada sobre o site do *Brasil de Fato*. O período considerado (08/05 a 06/06/2017) e as categorias utilizadas são basicamente as mesmas. A diferença é que na análise do *Notas* não foram categorizadas as editorias, por dificuldades técnicas apresentadas pelo portal. Também foram realizadas duas amostras: a geral corresponde a 221 textos e a hierarquizada compreende 42. Assim como no caso do *Brasil de Fato*, a amostra hierarquizada é resultado de duas capturas de tela por dia da página inicial do *Notas*, uma pela manhã (entre 8h30 e 10h) e outra pela tarde (entre 16h30 e 18h), catalogando as duas matérias de destaque no site⁶⁵. Como o *Notas* costuma atualizar suas manchetes apenas uma vez por dia, a quantidade de matérias ficou reduzida.

Em síntese, o jornalismo do *Notas* cobre temas de amplitude nacional, com destaque para conflitos sociais e disputas políticas, além da conjuntura latino-americana. Ainda assim, não são desprezíveis as matérias regionais, em geral escritas por colaboradores. Predominam os textos informativos e factuais, mas as análises e artigos de opinião ganham maior destaque na página inicial do portal. Nota-se dificuldade em realizar apurações e entrevistas próprias, restando repercutir informações de terceiros. As referências à organização Patria Grande são discretas. Tais características podem ser visualizadas na exposição por categoria de análise (autoria, gêneros, abrangência, temas e fontes), que se segue.

3.4.1 Autoria

Mais da metade dos textos publicado pelo *Notas* no período de análise não identificam autoria (112 de 221), indicando matérias escritas pela editora Julia de Titto, em geral a partir da leitura de outros meios. Entre as 109 matérias assinadas, chama a atenção a quantidade de autores diferentes (58), o que dá a dimensão da importância da rede de colaboradores, em geral militantes⁶⁶ ou apoiadores do Patria Grande. Na amostra hierarquizada, são 18 textos sem assinatura de um total de 42.

⁶⁵ Por problemas técnicos, não foi realizada captura no dia 22 de maio.

⁶⁶ É interessante notar que, mesmo em período pré-eleitoral, não são encontrados textos assinados pelas principais referências públicas e candidatos do Patria Grande, como Itai Hagman, que, por outro lado, tem publicado uma série de artigos no jornal *Página 12*.

Não há registro de matérias ‘clipadas’ na íntegra. O que, sim, é comum são as matérias ‘reaproveitadas’ ou ‘repercutidas’ de outros veículos, especialmente no caso de declarações e entrevistas. Um exemplo é o caso da Radio Sur, emissora na qual o Patria Grande é responsável por um programa semanal. A análise geral contabilizou 21 textos que reproduzem entrevistas realizadas pela rádio. As fontes entrevistadas pela Radio Sur podem aparecer tanto em notícias quanto em entrevistas diretas, como em “LATAM cierra su call center y despide a 40 personas”, de 23 de maio; e “Atilio Borón: ‘En Venezuela están preparando el clima para una invasión’”, de 31 de maio.

Em síntese, considerando a estrutura de trabalho do *Notas*, os indicadores da categoria autoria apontam para uma dupla dependência: de colaboradores do portal e de informações e entrevistas publicadas em outros veículos (privilegiando aqueles mais próximos).

3.4.2 Variações de gêneros jornalísticos

Assim como no caso do site do *Brasil de Fato*, os textos do *Notas* são em sua maioria informativos. A soma de notícias e reportagens representam mais de 65% dos textos publicados pelo jornal no período da análise, contra 14,5% das análises e artigos de opinião. No entanto, levando em conta apenas as matérias destacadas, a diferença cai drasticamente: 47,6% para notícias e reportagens e 28,6% para textos analíticos e opinativos. Também aumenta a ocorrência das entrevistas diretas e fotorreportagens.

TABELA 16.1 – Gêneros jornalísticos – Amostra geral *Notas*

GÊNERO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Notícia	112	50,7%
Reportagem	35	15,8%
Artigo de opinião / Análise	32	14,5%
Entrevista direta	28	12,7%
Crítica cultural	10	4,5%
Fotorreportagem	3	1,4%
Crônica	1	0,5%

Fonte: O autor.

TABELA 16.2 – Gêneros jornalísticos – Amostra hierarquizada *Notas*

GÊNERO	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Artigo de opinião / Análise	12	28,6%

Notícia	11	26,2%
Reportagem	9	21,4%
Entrevista direta	8	19%
Fotorreportagem	2	4,8%

Fonte: O autor.

Tal cenário pode ser explicado, em parte, pela dinâmica de atualização do portal, com seu “fechamento de jornal impresso” (publicação de matérias em série à noite e manchetes atualizadas uma vez ao dia). A dinâmica exige que os textos destacados sejam perenes, portanto, mais analíticos que factuais. Além disso, por não conseguir fazer uma cobertura ‘a quente’ ao longo do dia, o *Notas* acaba por apostar em um “[...] tipo de jornalismo que implica contextualizar e historicizar os fatos, [...] com uma olhar à realidade não tão imediatista, sobretudo em matérias internacionais, em que há que explicar muita coisa”, nas palavras de Santiago Mayor (2017, tradução nossa)⁶⁷.

Com relação ao suporte midiático, não há matérias com áudio, apesar dos conteúdos aproveitados por rádios parcerias (que são transcritos). Já o vídeo aparece em apenas 12 das 221 matérias.

3.4.3 Abrangência

No quesito abrangência, maioria para coberturas nacionais. Os textos internacionais se destacam com 1/4 da amostra geral (no *Brasil de Fato* este índice foi de menos de 10%). A amostra hierarquizada reforça o quadro, com 35% de conteúdo internacional. Os textos regionais ou municipais (20% na amostra geral) tratam principalmente de ações de movimentos sindical e social, sendo boa parte de colaboradores do *Notas*.

TABELA 17.1 – Abrangência geográfica – Amostra geral *Notas*

ABRANGÊNCIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Nacional	120	54,3%
Internacional	55	24,9%
Regional/Municipal	46	20,8%

Fonte: O autor.

⁶⁷ “[...] tipo de periodismo que implica contextualizar y historizar los hechos, [...] con una mirada a realidad no tan imediatista o impresionista ante los hechos, sobretudo internacionales que hay que explicar un montón” (MAYOR, 2017).

TABELA 17.2 – Abrangência geográfica – Amostra hierarquizada *Notas*

ABRANGÊNCIA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Nacional	24	57,1%
Internacional	15	35,7%
Regional/Municipal	3	7,1%

Fonte: O autor.

3.4.4 Os temas do *Notas*

Os principais acontecimentos no período de análise foram: sentença da Suprema Corte que reduzia pena de agentes repressivos e torturadores da ditadura civil-militar argentina, seguida de intensas mobilizações sociais que derrubaram a medida; e movimentações políticas para as eleições legislativas. Destacam-se ainda grande número de enfrentamentos e negociações sindicais (de diversas categorias e regiões) e as agitadas conjunturas de Brasil (vazamento de áudio de Michel Temer) e Venezuela (Assembleia Constituinte).

Na amostra geral, as dez categorias temáticas que mais se destacaram foram: sindical, América Latina, Internacional (outros continentes), cultura, ditadura militar argentina, gênero, eleições legislativas de 2017, violência institucional, agenda do governo Macri e esporte. Por outro lado, considerando apenas os textos destacados, as categorias de maior ocorrência foram: América Latina, eleições legislativas e ditadura. Seguem abaixo as tabelas completas:

TABELA 18.1 – Temas – Amostra geral *Notas*

TEMAS	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Sindical	37	16,7%
América Latina	27	12,2%
Internacional (Outro)	19	8,6%
Cultura	19	8,6%
Ditadura	18	8,1%
Gênero	17	7,7%
Eleições legislativas	16	7,2%
Violência institucional	14	6,3%
Agenda governo Macri	13	5,9%
Esporte	12	5,4%
Educação	6	2,7%

Agrotóxicos	3	1,4%
Mov. Popular	3	1,4%
Comunicação	3	1,4%
Movimento estudantil	2	0,9%
Drogas	2	0,9%
Outros	10	4,5%

Fonte: O autor.

TABELA 18.2 – Temas – Amostra hierarquizada *Notas*

TEMA	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
América Latina	10	23,8%
Eleições legislativas	8	19,0%
Ditadura	6	14,3%
Sindical	5	11,9%
Internacional (Outro)	5	11,9%
Gênero	4	9,5%
Outros	4	9,5%

Fonte: O autor.

À primeira vista, considerando a baixa inserção do Patria Grande, surpreende a predominância da cobertura sindical no *Notas*, que inclui textos como “Los docentes universitarios convocan a su Marcha Federal”, de 16 de maio; “Se confirmó el cierre de la planta Brinkmann de SanCor”, de 24 de maio; “Gastronómicos cerró paritaria de 24% sin cláusula gatillo”, 26 de maio. O cenário pode ser explicado pelos impactos da agenda neoliberal do presidente Macri no setor produtivo da economia e no mundo do trabalho, o que, de alguma maneira, reativou o sindicalismo e a agenda trabalhista em todo o país. Os três exemplos elencados acima ilustram as diferentes abordagens na cobertura sindical do *Notas*: mobilização nacional de professor universitários, fechamento de unidade industrial do ramo alimentício e resultado de negociações salariais dos trabalhadores de restaurantes e hotéis. Cabe ressaltar que, apesar de ter a maior ocorrência na amostra geral, a categoria “sindical” cai para a quarta posição na análise hierarquizada (16,7% para 11,9%), o que indica presença de textos sobre questões locais e/ou pontuais.

Em “América Latina”, na amostra geral, são 11 textos sobre Venezuela e 8 sobre Brasil. Na análise hierarquizada, as posições se alteram: das 10 matérias, 4 são sobre Brasil e 3 sobre Venezuela. Uma delas, inclusive, é reprodução de uma entrevista da Radio Sur com a editora do *Brasil de Fato* Vivian Fernandes de São Paulo, que fala sobre

a conjuntura brasileira. A vocação ‘latino-americanista’ do Patria Grande (inscrito em seu próprio nome) se desenvolve na condução ativa da seção argentina da *Articulación de Movimientos Sociales hacia el ALBA*, espaço que reúne organizações de diversos países alinhadas ao projeto bolivariano, e no sistema de brigadas de solidariedade internacional. Os membros do *Notas* Fernando Vicente Prieto e Micaela Ryan, por exemplo, viveram mais de dois anos na Venezuela militando com comunicação popular. No caso brasileiro, o Patria Grande também mantém relações de proximidade política com a Consulta Popular e o MST.

A alta ocorrência de textos sobre a ditadura argentina corresponde principalmente à repercussão de sentença da Suprema Corte que amenizava penas de torturadores e agentes repressivos. Convocados pelos movimentos das mães e avós da Praça de Maio, entre outros, milhares de argentinos rechaçaram nas ruas a redução de pena dos torturadores, o que permitiu a anulação da medida no Congresso. Dos 18 textos da categoria ‘ditadura’, 11 foram sobre a sentença que ficou conhecida como “2x1”, entre análises, reportagens, entrevista direta e fotorreportagem.

A categoria “Eleições legislativas” aparece na sétima posição na amostra geral (7,2%), mas sobe para segunda na análise de matérias destacadas no portal (19%). A diferença pode ser explicada pela nacionalização da cobertura do *Notas*, resultado da própria dinâmica instaurada pelo processo eleitoral. A polarização entre kirchnerismo e macrismo foi o dado fundamental do pleito, a despeito da escolha ter sido entre listas de deputados e senadores por província. São exemplos as análises “Polarizar o fragmentar: cálculos para unas elecciones cruciales” e “¿Las elecciones locales presagian el resultado nacional?”, de 30 maio e 5 de junho, respectivamente. Vale destacar que o Patria Grande apoiou a candidatura de Cristina Fernández de Kirchner para o senado pela província de Buenos Aires. Outro dado relevante é que, no período da análise, apenas uma matéria (não destacada) tratou diretamente de articulações eleitorais dirigidas pelo Patria Grande: “Se lanzó VAMOS, un nuevo espacio político para la provincia de Buenos Aires”, de 23 de maio. Santiago Mayor, editor do *Notas*, explica que o portal buscou refletir a relevância das candidaturas, sem ‘forçar a barra’ com notícias sobre o Patria Grande. “Publicamos (...) muito mais sobre Cristina, Macri, porque também há um critério jornalístico que tem

a ver com reconhecer as principais figuras da eleição e dar a relevância de cada espaço”, justifica Mayor (2017, tradução nossa)⁶⁸.

A categoria “Gênero” é especialmente importante para o *Notas*. Em 2015, o portal recebeu o prêmio Lola Mora, do Poder Legislativo da Ciudad Autónoma de Buenos Aires, na categoria de meios alternativos. A premiação foi criada em 2000 e destaca produções e projetos de comunicação que rompem com estereótipos de gênero e promova o direito das mulheres. As matérias coletadas no período da análise abarcam uma ampla gama de abordagens, sendo muitas transversais a outros temas. São exemplos significativos: “Cristina piensa al feminismo (y viceversa)” e “Comenzaron los preparativos para el tercer Ni Una Menos”, de 15 de maio; “Quiénes son las mujeres que inspiran al PRO [partido de Macri]”; de 1º de junho; “Las cosas por su nombre: la violencia sexual como crimen de lesa humanidad”, de 17 de maio.

Os textos sobre as políticas do governo Macri aparecem na nona posição da amostra geral (5,9%), surpreendentemente (a categoria análoga no caso do *Brasil de Fato* ocupou o primeiro posto na análise). É claro que matérias de outras categorias, no entanto, fazem referência ao atual presidente, em especial daquelas sobre as eleições legislativas e negociações salariais de trabalhadores do serviço público. Na oitava posição, a categoria “violência institucional” reúne 14 textos, sendo 4 sobre o caso da líder social Milagro Sala, presa desde janeiro de 2016. Outras matérias tratam de sistema prisional e ações policiais. A categoria foi nomeada “violência institucional” pois o próprio portal *Notas* mantém um banner de destaque em sua página inicial com tal inscrição.

Por fim, é preciso ressaltar o peso dos temas culturais no *Notas*, na quarta posição (8,6%) da amostra geral. Entre os textos destaca-se o gênero da crítica cultural, que abarca desde teatro até séries televisivas. Na mesma linha, a categoria “esporte” aparece na décima posição com 5,4%, com 4 textos sobre a participação argentina no mundial de futebol sub-20. Em 2014, ano de estreia do *Notas*, foi realizada cobertura especial da Copa do Mundo no Brasil. O portal registra também a editoria “cocina”, que, no entanto, não é atualizada desde janeiro de 2017.

Um olhar geral sobre os principais temas tratados pelo *Notas* no período da análise indica uma cobertura que privilegia conflitos sociais (trabalho, direitos humanos, gênero),

⁶⁸ “Publicamos (...) mucho más sobre Cristina, Macri, porque también hay un criterio periodístico que tiene que ver con reconocer las principales figuras de la elección y darle la relevancia de cada espacio” (MAYOR, 2017).

disputas políticas (eleições legislativas) e a conjuntura latino-americana. As principais áreas de atuação do Patria Grande, movimentos popular e estudantil, não ganham destaque no portal. Ao mesmo tempo, a tematização das lutas sociais e mesmo das eleições se insere em um quadro geral de oposição ao governo Macri.

Ao comparar, rapidamente, as matérias do *Notas* no intervalo da análise (08/05 a 06/06/2017) com o jornal *Cambio*, do Patria Grande, no mesmo período (edições 61, de 10/05 a 23/05 de maio; e 62, de 24/05 a 06/06), notam-se temas correlatos: mobilizações contra impunidade aos torturadores, organização da marcha Ni Una Menos, movimentações sindicais, eleições legislativas e América Latina. A diferença está na abordagem e nos gêneros jornalísticos. Enquanto no *Notas* sobressaem textos factuais, notícias e reportagens, o periódico *Cambio* é editado basicamente com artigos, em que a visão e/ou a presença do Patria Grande estão demarcadas sempre que possível.

3.4.5 Fontes jornalísticas

A análise de fontes entrevistadas contempla apenas a amostra hierarquizada, que corresponde a 42 matérias, sendo 20 as notícias e reportagens. Destas 20, a análise indica que somente cinco textos registram fontes entrevistadas por repórteres do *Notas*, em sua maioria com apenas uma fonte. Por outro lado, 17 dos 20 textos apresentam fontes consultadas ou citadas. O principal indicativo, aqui, é a dificuldade em realizar entrevistas próprias, elemento já sinalizado na análise sobre autoria de textos.

De forma geral, o balanço da análise editorial do *Notas* indica uma série de limitações no fazer jornalístico, que, certamente, estão determinadas pela estrutura modesta de pessoal. Ainda assim, é preciso registrar que mantém publicações de segunda a sexta-feira, com uma média de dez matérias por dia, sendo a maioria informativas. Destaca-se a cobertura do mundo sindical e do trabalho, da política nacional argentina e da América Latina, mas também encontram-se críticas culturais, notícias esportivas e textos de realidades regionais. Um dos trunfos do portal é sua rede de colaboradores, essencial para a atualização diária e diversificação de temas e regiões cobertas. Como a apuração em campo é praticamente impossível, o *Notas* tem de aproveitar entrevistas realizadas em outros veículos, como a Radio Sur. Nesse sentido, o portal poderia aproveitar para veicular conteúdos em áudio. A produção audiovisual, da mesma forma e apesar das tentativas, não conseguiu se consolidar – déficit importante em um cenário de circulação por redes sociais. Por fim, cabe registrar que, apesar de o *Notas* ser um projeto

dirigido diretamente por uma estrutura de base da organização política Patria Grande, é visível a busca por se tornar um portal jornalístico de cobertura ampla e noticiosa.

4. APONTAMENTOS SOBRE ARTICULAÇÕES ESTRATÉGICAS ENTRE JORNALISMO E ORGANIZAÇÕES POPULARES

Do ponto de vista da organização política, o jornal alternativo, de caráter profissional e informativo, é apenas um dos possíveis aparelhos privados de hegemonia a ser impulsionado. Está localizado na sociedade civil (assim como uma pluralidade de instituições religiosas, escolares, culturais, partidárias, familiares etc.) e objetiva gerar fissuras nos consensos que legitimam a ordem dominante e propor transformações estruturais. Trata-se da batalha pelo senso comum de uma época, a “filosofia dos não-filósofos” (GRAMSCI, 1999, p. 114), o que envolve atribuir significados políticos aos fatos sociais correntes. Em outras palavras, é a luta por definir quem são os afetados e os culpados dos problemas cotidianos, para tecer articulações e antagonismos. Isso porque tais definições não estão dadas, pelo contrário, são construídas como objeto fundamental da luta política.

Cada aparelho de hegemonia, no entanto, opera dentro de códigos e normas específicas, que correspondem a seu lugar institucional. Um jornal alternativo, que se pretende profissional e informativo, está determinado pelo jogo de forças do campo social do jornalismo. Está envolvido por uma trama de relações objetivas que determina condutas e esquemas legítimos de pensamento, a partir de regras estabelecidas e naturalizadas (através de lutas simbólicas) pelo campo jornalístico. Os agentes de um campo são condicionados pela estrutura e pelas posições relativas em que nele ocupam. Tais posições dependem do volume e do tipo de capital acumulado (BOURDIEU, 2004; MIGUEL, 2002), o que impele, como uma força centrífuga, os jornais alternativos às margens do campo social. Na prática, significa menor autoridade e poder simbólico (BOURDIEU, 2004) para incidir na construção social da realidade.

A característica fundamental deste campo social é a produção de conhecimento pela “[...] apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 2012, p. 58). Como singular entende-se o fenômeno único e irrepetível, a forma do novo. Ao contrário da ciência, o jornalismo não dissolve as singularidades em esquemas teóricos gerais. Também se diferencia da produção artística, na qual a dimensão singular é projetada arbitrariamente pelo autor. O que o jornalismo faz é reconstituir a singularidade simbolicamente (GENRO FILHO, 2012, p. 65) e, na articulação dialética com aspectos particulares e universais, se apresenta como forma de conhecimento social. Sua potência política está na possibilidade

de apresentar determinantes estruturais do fato social e, ao mesmo tempo, disputar seus sentidos (PONTES, 2016).

Considerando tais pressupostos conceituais, este último capítulo se diferencia dos demais por tentar delinear esquemas (a partir dos casos estudados e de leituras sobre outras experiências alternativas) que vão além de *Brasil de Fato* e *Notas*. Trata-se de um esforço por generalização das características, impasses e potencialidades que atravessam as experiências de jornalismo alternativo dirigidas por organização populares na conjuntura atual. O desafio, em suma, é discutir nuances de um aparelho privado de hegemonia específico: o jornalismo profissional alternativo.

4.1 ‘Anatomia’ do jornal alternativo

Ao analisar jornais e revistas italianos da década de 1930, Antonio Gramsci (2001, p. 35) fala de certas redações que funcionam paralelamente como ‘círculo de cultura’, em uma articulação frutífera de formação política e intelectual. A descrição feita pelo comunista italiano se assemelha com a dinâmica dos objetos de pesquisa, na medida em que repórteres, editores e conselho têm de se articular em busca de coesão editorial e política.

O círculo critica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não apenas isso, mas criam-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade “editorial” regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto) (GRAMSCI, 2001, p. 35).

O cenário do *Notas* se assemelha diretamente ao descrito, a partir do paralelo entre ‘círculo de cultura’ e ‘estrutura de base’, na qual são discutidas não apenas as pautas do portal jornalístico mas também questões gerais da política e da organização Patria Grande. O funcionamento do *Brasil de Fato* também guarda relações análogas, entretanto, com diferentes camadas profissionais e políticas, sua dinâmica é mais complexa.

Curiosamente, a formulação de Gramsci (2011, p. 305) sobre a composição do partido político oferece ferramentas mais consistentes para análise do próprio jornal. Para o autor, um partido é formado pela confluência de três elementos fundamentais: uma base

ampla de militantes, um nível de dirigentes formuladores e outro de dirigentes médios que os articule.

1) Um elemento difuso, de homens comuns médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “somente” com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina; mas, na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam numa poeira impotente [...] 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. Na realidade, existem para cada partido “proporções definidas” entre este três elementos e se alcança o máximo de eficiência quando tais “proporções definidas” são realizadas (GRAMSCI, 2011, p. 305).

Seguindo tais pistas, e reservando as especificidades, quais são os elementos que confluem para a organização e sustentação de um jornal alternativo, como os exemplos de *Notas e Brasil de Fato*? Assumindo o risco de ser excessivamente esquemático, podem ser definidos: 1) uma base de repórteres e redatores (incluindo colaboradores eventuais, ilustradores, diagramadores etc.); 2) um setor intermediário de editores e coordenadores; e 3) um núcleo de dirigentes políticos (não necessariamente jornalistas), em geral reunidos em torno de um conselho editorial. A estes três elementos pode se somar, dependendo do caso, um quarto: intelectuais (acadêmicos ou não) e dirigentes de outras organizações (relativamente próximas), agrupados em torno de um conselho ampliado. Como alerta Gramsci em relação ao partido, o tipo de arranjo entre os estratos varia conforme a experiência, seus objetivos e recursos disponíveis. A descrição a seguir está balizada por critérios como a) tipo de tarefas, b) perfil e posição e c) tipo de adesão ao projeto, tendo como objetivo apontar as principais problemáticas em que cada setor está envolvido.

- 1) Repórteres e redatores. Como em qualquer jornal, são responsáveis pelo ‘grosso’ da produção e pelo trabalho tipicamente jornalístico de observação, investigação e apresentação da realidade. Trata-se de um estrato que apresenta também distinções e hierarquias internas. Conforme Pontes (2015, p. 81), na base estão os redatores de notícia; nas posições intermediárias, os profissionais que executam pautas mais elaboradas e têm melhores condições para apuração e entrevistas; no topo estão aqueles que recebem tarefas de destaque no jornal, como grandes reportagens, matérias investigativas, entrevistas de

personalidades, sendo responsáveis pelos temas de maior apelo político. Tais hierarquias (ou divisão de tarefas) são apresentadas por Pontes (2015a) como estruturantes da empresa jornalística, no entanto, em maior ou menor grau, também se reproduzem em experiências profissionalizadas de jornalismo alternativo.

Dependendo do caso, esta base de repórteres e redatores pode ser toda ela de militantes da organização que dirige o jornal. Mas este é um cenário improvável, não apenas pela dificuldade em ter disponível o contingente necessário, mas também porque a abertura a profissionais independentes é uma tática importante de ampliação da área de influência do jornal e da própria organização.

A despeito das distintas motivações pessoais e profissionais para atuar no *Brasil de Fato*, a presença regular de repórteres ‘independentes’ (não orgânicos a uma organização) só pode ser garantida por um regime de trabalho assalariado; e isso faz com que os militantes repórteres se enquadrem no mesmo regime, fazendo coincidir militância e trabalho.

O fundamental é que este sujeito está militando, querendo ou não, direta ou indiretamente, para um projeto político determinado. É verdade que isso também acontece, de alguma forma, na imprensa comercial, mas há uma diferença de qualidade, pois o funcionamento ‘normal’ da grande mídia tem no primeiro plano a lucratividade econômica. De qualquer forma, a ‘militância’ para um projeto político, via jornalismo alternativo, está mediada pelo grau de autonomia dos repórteres, que varia conforme a amplitude da linha editorial, o estilo de atuação dos editores e sua própria força e coesão interna.

- 2) Editores e coordenadores⁶⁹. Na empresa jornalística, “essa carreira é mais controlada pela hierarquia administrativa e as pressões e negociações fazem dessa figura ambígua o elo entre os demais setores dos jornais (publicidade, jurídico, arte, administração, gráfica) e a redação” (PONTES, 2015, p. 81-82). Sua marca são as tarefas de gestão, mais que jornalísticas.

⁶⁹ É importante ressaltar que o editor, aqui, é aquele que exerce cargo de chefia, como tradicionalmente se encontra em grandes jornais. No *Brasil de Fato*, particularmente, parte dos editores se enquadra no mesmo estrato de repórteres e redatores, pois não têm autoridade política para coordenar o jornal. Suas tarefas se concentram à revisão e edição de textos já redigidos.

Em um projeto de jornalismo alternativo, é o elemento encarregado de gerar coesão político-editorial entre a base de repórteres e redatores e as linhas gerais da organização cristalizadas pelo conselho. Mais do que gerir, a responsabilidade é coordenar. Na prática, significa induzir a produção jornalística a determinada direção (pautas, hierarquias, enquadramentos, fontes) e, quando for o caso, adequá-la. Por isso tendem a ser militantes orgânicos ou dirigentes (identificados abertamente ou não). Também podem ser profissionais de prestígio do campo, escolhidos estrategicamente para angariar reconhecimento ao jornal. Seja como for, a autoridade do cargo do editor (ainda que exista formalmente) só é exercida de fato quando há reconhecimento (político e jornalístico) dos pares e da redação como um todo. Aderem ao projeto como tarefa militante, mas quando há recursos são profissionalizados. No caso dos sujeitos ‘independentes’ de prestígio (por exemplo, José Arbex, primeiro editor do *Brasil de Fato* nacional), a adesão também é política, mas não orgânica ao projeto da organização, o que pode gerar tensões, como foi o caso do próprio Arbex.

Se reconhecermos o jornal alternativo como um espaço de base (como fazem os militantes do *Notas*), o editor é o dirigente de base, o que exige disciplina e habilidade para fazer as pontes, no cotidiano de produção e relações pessoais, entre a política e o jornalismo. Por outro lado, um editor que não é militante da organização que sustenta o projeto, tende a ser acompanhado mais de perto por instâncias superiores.

- 3) Conselho editorial. Formula, a partir de análises e definições estratégicas da organização, a linha editorial do jornal, ou seja, os temas prioritários, os tipos de abordagens etc. Sua efetividade depende da habilidade dos editores em traduzi-la e aplicá-la, em contato com os repórteres na produção cotidiana. Um conselho ‘intervencionista’ pode gerar atritos com a base do jornal e com os próprios editores. Ouvir e aprender com os jornalistas sobre o saber específico da área é um desafio constante. Outro tipo de tarefa possível do conselho é a formação política e realização de análises de conjuntura com repórteres e editores. Por outro lado, também é possível que se trate de um conselho oculto, que mantenha relações ‘clandestinas’ com o jornal, ou mesmo que nem exista um conselho como tal. A chave é a direção política e intelectual.

O perfil é basicamente de dirigentes políticos e sociais, jornalistas ou não. Nas organizações com base social expressiva, como o MST, os membros do conselho também transmitem aos editores as situações e demandas dos movimentos. O tipo de adesão é político, dificilmente são remunerados pela tarefa específica.

O problema central deste elemento é a capacidade de dirigir um aparelho relativamente autônomo e profissionalizado, com diversas camadas organizacionais e lógicas próprias.

- 4) Conselho ampliado. Funciona em experiências na qual a força dirigente busca ampliar o raio de penetração do jornal junto a outros setores sociais e/ou políticos. O risco de ser meramente figurativo está sempre presente. Cabe ao conselho editorial manter canais abertos e organizar espaços que deem vida a este organismo.

A combinação e a dinâmica interna dos elementos apresentados não se realizam por vontade própria: estão determinadas pelos recursos disponíveis da organização e do jornal em uma conjuntura específica. Tais recursos remetem direta ou indiretamente à força política e poder financeiro, que estão entrelaçados. Sob esse prisma, e considerando as trajetórias do MST e do Patria Grande, as diferenças entre *Brasil de Fato* e *Notas*, em termos de estrutura e funcionamento, podem ser melhor compreendidas.

O *Brasil de Fato* consegue manter densidade e níveis de articulação relevantes entre os elementos que compõem o jornal: base de repórteres (e outros profissionais) remunerada, combinando militantes e independentes; editores em geral militantes; conselho editorial restrito e – dependendo do momento ou da configuração regional – conselho ampliado. Coordenador do CPMídias, Luiz Felipe Albuquerque explica como se dá a relação entre profissionais ‘independentes’ e militantes no projeto:

Aí a gente tem uma mescla, sempre teve essa preocupação. A gente era um espaço que tinha que profissionalizar para conseguir resultados na questão da linguagem, sair do militantes... É diferente, comunicadores do movimento têm especialidade muito grande, mas às vezes, nesses outros objetivos que a gente tem, estão engessadas porque estão acostumados a determinado espaço. Então outras pessoas dão oxigenada. A gente trabalha com dois perfis, tanto com militante quanto pessoa que nunca foi organizada em nenhum espaço. Só que tem processo formativo para esse jornalista entender cada vez mais o processo como militância. Toda hora tem análise de conjuntura, justamente para ajudar a equipe a entender, ter clareza da linha política. Participa de espaços formativos. Esse semestre praticamente toda a equipe vai participar de cursos formação na [Escola] Florestan Fernandes. É um processo. [...] É projeto em construção, vai ter tensão aqui e outras lá, falta de entendimento, mas são coisas que vamos construindo em um trajetória de médio e longo prazo (ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse sentido, Ronaldo Pagotto, da Consulta Popular, reforça o papel de mediação e a responsabilidade política dos editores e coordenadores.

O centro é ter um conselho editorial e político e também sempre ter figuras na responsabilidade da edição, os editores, com muita sintonia. Deles tem que se cobrar mais: mais sintonia, mais acompanhamento político, mais presença nas reuniões gerais, mais escuta com os movimentos, para conseguir levar para dentro da redação. Não dá para tratar tudo igual (PAGOTTO, 2017).

Quanto aos recursos que viabilizam a estrutura, a maioria é proveniente tanto de captação direta do MST junto a entidades parceiras (nacionais e internacionais) quanto de articulações políticas com outras organizações, em especial sindicais. Em ambos casos ocorre uma espécie de conversão de capital político em recursos financeiros.

No portal *Notas*, os elementos são mais frágeis. A presença de profissionais ‘independentes’ está restrita a colaboradores eventuais. Tal restrição, inclusive, foi um dos motivos para a saída de membros insatisfeitos. Além disso, não há um conselho editorial que extrapole a própria equipe do portal, e muito menos um conselho político ampliado. O projeto, que atualmente consegue remunerar apenas uma profissional (que cumpre funções de edição e redação), é sustentado diretamente pelo caixa da organização Patria Grande. Ao mesmo tempo, esse estágio do *Notas* parece não decorrer de uma suposta postura autocentrada da organização política; ao contrário, reflete basicamente a dificuldade de atuação unitária no marco da esquerda popular argentina e também de ampliação junto a outros setores, basicamente sindicais, que poderiam investir em iniciativas desse tipo. Ou seja, não sendo uma força hegemônica no movimento popular (como era o MST na ocasião do lançamento do *Brasil de Fato*) e não tendo como profissionalizar a redação, há a leitura de que a abertura do projeto poderia comprometer sua direção (MAYOR, 2017). Outros dois aspectos devem ser considerados: ao contrário do *Brasil de Fato*, o *Notas* não surgiu de estratégia da organização e aí foi desenvolvido; ao contrário, foi construído a partir da iniciativa de militantes de base, que a direção apenas apoiou. Além disso, *Notas* surgiu da cisão do portal *Marcha*, criado por uma coalizão de organizações que posteriormente se dissolveu; os militantes já passaram, portanto, por um período desgastante de disputa política pelo controle de um “aparelho jornalístico”. Para finalizar, a estrutura e a dinâmica do *Brasil de Fato* são tidas como horizonte para a equipe do *Notas* (MAYOR, 2017).

Delinear os elementos e estratos que dão unidade a um jornal alternativo dirigido por organização política pode ajudar a captar os canais concretos por onde passam as relações entre jornalismo e política. No presente trabalho, o esboço de ‘anatomia’ aparece

como ponto de chegada da investigação. Entretanto, pode ser particularmente útil torná-lo ponto de partida para pesquisas que tenham foco em rotinas de produção e sistema de gestão no jornalismo alternativo.

4.2 Linha editorial como concepção estratégica

Seis anos antes de publicar *O Segredo da Pirâmide*, Adelmo Genro Filho lançou, com Marcos Rolim e Sérgio Weigert, um pequeno livro chamado *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo* (1981). A crítica voraz era destinada ao jornal sensacionalista editado pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8)¹ e que existe até hoje. A partir da análise de conteúdo e editorial de diversas edições do *Hora do Povo*, a conclusão dos autores é de que o periódico, na sua tentativa de “democratizar a informação, levando-a até o *povão*, da forma como, presumivelmente, ele gosta”, na verdade reforçava aspectos ideológicos atrasados e conservadores, que poderiam ser manipulados por forças fascistas em algum momento (GENRO FILHO; ROLIM; WEIGERT, 1981, p. 8).

Para além da análise em si, interessa a reflexão dos autores sobre o estilo sensacionalista do jornal, e do movimento que o edita, enquanto *tática*. “Certamente os aspectos da proposta do *HP* discutidos até aqui seriam refutados, por seus adeptos, com a altivez dos simplórios: tratar-se ia ‘apenas’ de questões táticas” (GENRO FILHO; ROLIM; WEIGERT, 1981, p. 13). Em seguida os autores desenvolvem os conceitos, a partir de uma perspectiva marxista.

Por ser intervenção política imediata, a tática é a maneira presente e efetiva da manifestação dos princípios. Por isso, não há nada taticamente eficaz que não aponte o sentido da verdade. É evidente, mas vale frisar, que, dos princípios não se podem deduzir a intervenção política, pois eles não se constituem em regras formais e sim no conteúdo da prática que visa a transformação. A mediação entre os princípios e a intervenção tática é a estratégia, que sempre deve estar alicerçada na concreticidade particular de cada sociedade. Os princípios coincidem com o objetivo final, no caso, a conquista do socialismo e a supressão da sociedade de classes. Entretanto, o caráter de uma determinada sociedade implica, muitas vezes, como no caso do Brasil, numa estratégia que não seja explicitamente socialista. A tática, por sua vez, obedece à conjuntura. É a inserção prática da classe operária e sua vanguarda em cada momento determinado.

Assim, entre esses níveis reais de luta de classes que a teoria é obrigada a distinguir, deve existir uma articulação orgânica, isto é, uma harmonia que forneça, constantemente, os elementos autocríticos da intervenção política. Se isso não ocorrer, há um desvio no sentido do taticismo oportunista ou doutrinário abstrato. Noutras palavras, a vanguarda submerge no imediatismo, perdendo o rumo, ou fica a repetir verdades gerais sem intervir efetivamente no processo objetivamente em curso (GENRO FILHO; ROLIM; WEIGERT, 1981, p. 13-14).

Para finalizar a explicação de tática, estratégia e princípio, os autores recorrem a um exemplo simples: um sujeito faminto, portando uma arma, perdido em uma floresta.

O “princípio” que passa a dirigir seus passos é a necessidade de encontrar alimentação. Já que porta uma arma, a “estratégia” que lhe convém é caçar. A “tática” vai depender, sobretudo, de circunstâncias muito específicas: do tipo de arma que possui, da quantidade de munição, da fauna existente na região etc. Ele deverá, certamente, no decorrer das tentativas modificar sua tática, seja porque ela se mostra ineficaz, seja pela modificação das circunstâncias. Mas, o princípio que move sua ação, ou seja, obter alimentos, deverá estar sempre presente indicando o sentido geral de seu comportamento, sob pena de desviar-se de seu objeto vital. E não sob uma forma abstrata, mas como decisão permanente em torno do fim almejado, como orientação que se manifesta em todos os seus atos. Se o indivíduo suposto esquecer seu “princípio” ou desligá-lo de seus atos, certamente vai distrair-se nadando no rio, ouvindo o canto dos pássaros ou apenas meditando. Enfim, vai realizar atividades que, por mais variadas ou interessantes que possam ser, não haverão de saciar sua fome. Mas se a decisão de buscar alimentos não for mediada pela definição segura de uma estratégia, o esforço tático dispendido aleatoriamente não poderá tampouco resultar um êxito. Ele vai reagir imediatamente diante de cada surpresa, adotando um procedimento diferente diante de cada fato novo. E esse “taticismo”, por certo, acabará por submetê-lo ao caos aparente da floresta (GENRO FILHO; ROLIM; WEIGERT, 1981, p. 14-15).

Nestes termos, a crítica em relação ao *Hora do Povo* é de que o MR8 caíra, na prática, em um “taticismo oportunista”. Desvinculou suas intervenções táticas (o trabalho de cada edição) de seus princípios fundamentais (a construção do socialismo) e comprometeu o jornal enquanto um possível projeto estratégico mediador.

Elias Machado e Rozinaldo Miani travam diálogo parecido na análise do jornal *Brasil Agora*, editado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1991 e 1996. A discussão gira em torno da distância entre o prometido e o realizado. Ainda que se posicionasse politicamente em seu primeiro editorial, o *Brasil Agora* se anunciava como um jornal aberto e plural, que teria diálogo com amplos setores da sociedade, ou seja, não seria um veículo institucional do partido. Mas com o passar das edições, como aponta Miani (2007, p.5), houve um “deslocamento para uma proposta editorial baseada na predominância de um jornalismo opinativo, de interpretação, enfim um jornal de defesa intransigente dos ideais e convicções do Partido dos Trabalhadores, o que contrastava com suas disposições iniciais”. Machado encara essa mudança editorial como uma “volta ao passado” que teria precipitado o fechamento do jornal:

Um jornal, enquanto órgão público, necessita conviver com o pluralismo, garantindo igualdade de direitos a todos os segmentos da sociedade civil. Todo o veículo tem até a obrigação de assumir determinadas posturas editoriais, de acordo com seus colaboradores ou simpatizantes, mas não pode confundir o dever sagrado da tomada de partido, com um jornal de partido. *Brasil Agora* não apenas toma partido porque configura um jornal de partido, no caso o PT. O centro irradiador das pautas do periódico não são os fenômenos na totalidade da conjuntura nacional ou internacional, mas a posição do PT frente a

complexidade dos fatos do real/mundo (MACHADO, 1994 apud MIANI, 2007, p.5).

Miani (2007, p.8), ainda que concorde em partes com Machado, defende que mudanças *conjunturais* impuseram a necessidade de se alterar a linha editorial. O cenário era de um governo Collor em decadência e de aglutinação para as eleições presidenciais de 1994, com Lula como candidato do partido.

A disposição do jornal Brasil Agora de se estabelecer como um jornal ‘pluralista’, voltado para a população em geral, sucumbiu diante de uma realidade que demandava demarcação político-ideológica vigorosa. Uma sociedade que se ‘despolitizava’ na mesma proporção e no mesmo compasso em que assumiu uma inserção marginal na lógica da globalização e do neoliberalismo, exigia ações (comunicativas) propositivas no sentido da afirmação de projetos políticos antagônicos. E esse foi o objetivo concreto assumido pelo *Brasil Agora* (MIANI, 2007, p.8).

Por mais que as análises não se concentrem nesses termos, fica clara a divergência entre os autores sobre o papel estratégico que o jornal deveria cumprir naquele período. Para Miani, a transformação do *Brasil Agora* (que dispunha de certo alcance e legitimidade devido à forma “clássica” de jornal) em publicação explícita de partido foi um acerto tático do PT. Seria um ajuste conjuntural necessário, dentro da estratégia de uma publicação que organiza e agita a base do partido para uma campanha eleitoral. Já para Machado, o giro foi um erro que significou abrir mão da legitimidade jornalística e da necessidade estratégica de se disputar a produção de conhecimento e a sociedade de maneira mais ampla. Evidentemente, apenas uma análise exaustiva poderia chegar a resultados mais ricos e conclusivos sobre a questão. Vale frisar que não há polarização essencial entre jornal de partido ou “tradicional”; ao contrário, cada opção editorial traz características específicas e se insere em formulações táticas e estratégicas que devem variar conforme a conjuntura e podem obviamente coexistir. Outros casos de impasses estratégicos, divergências táticas e disputas dentro da imprensa alternativa podem ser encontrados na obra *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski (2001). São especialmente relevantes à análise encadeada dos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, que destaca as relações conturbadas que mantinham com Ação Popular, PCdoB, Democracia Socialista e outras organizações de resistências ao regime militar, além de figuras independentes.

Uma linha político-editorial de um jornal, portanto, se enquadra no nível estratégico. Deve articular princípio e tática. No caso do *Brasil de Fato*, por exemplo, o

Projeto Popular para o Brasil ocupa o lugar do princípio⁷⁰, o objetivo a que se serve o jornal. As táticas se desenvolvem no cotidiano da produção jornalística, ao definir as pautas da semana, a cobertura especial de determinado tema etc. A linha editorial articula o Projeto com a produção na medida em que estabelece normas e critérios jornalísticos aos quais a redação têm como referência concreta. Essa normatização, ao mesmo tempo, ocorre em camadas sobrepostas, que vai desde os códigos profissionais do campo jornalístico até o estilo de linguagem próprio do jornal.

Uma primeira definição ao nível de linha editorial (estratégia) é o chamado público-alvo. Sua delimitação determina não só forma e conteúdo do projeto jornalístico, mas sua própria viabilidade. E, pois, para defini-lo é preciso reconhecer a posição periférica do jornalismo alternativo no campo midiático e o caráter multifacetado dos públicos. Significa assumir que a incidência e a eficácia dos atores midiáticos variam conforme o público e a situação.

O campo da mídia tem centros e margens. Nele, há hierarquias entre os veículos informativos. Eles abrangem públicos menos ou mais amplos, correspondem em graus diversos aos critérios vigentes da qualidade jornalística e obtêm menor ou maior credibilidade diante de públicos que estão, também eles, em posições desiguais. Mas o fato de que podem corresponder a diferentes públicos, e influenciar públicos também específicos, faz com que seja preciso matizar a relação entre centro e periferia, ou ao menos observar que ela não é estanque. Blogs de internet ou formas de comunicação alternativas à empresarial (a comunicação governamental é o principal exemplo) não detêm, no campo da mídia, a mesma posição de um telejornal como o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, líder de público no horário "nobre", ou de um jornal como a *Folha de S. Paulo*, mas podem ter impacto maior ou mais efetivo sobre determinados públicos (BIROLI, MIGUEL, 2013, p. 88).

Tais hierarquias, continuam Biroli e Miguel (2013, p. 91), “não dizem respeito apenas ao acesso aos recursos materiais, mas também ao fato de que a legitimidade social das informações não é sempre idêntica – os públicos reconhecem diferentemente a competência discursiva e a ‘isenção’ dos agentes na produção das informações”. Ainda assim, os autores reforçam que uma baixa posição hierárquica no campo não significa apagamento e é possível que as experiências “tomem a forma de interesses que colocam em questão os discursos hegemônicos”.

Em outros termos, a legitimidade social de um projeto como o *Brasil de Fato* é ameaçada, de saída, pelos próprios princípios que orientam o jornal. Como apontam Biroli e Miguel (2013), o engajamento aberto de jornalistas com valores *hegemônicos* não

⁷⁰ Evidentemente, tal identificação pode ser feita apenas se assumido o caráter relacional da articulação entre tática, estratégia e princípio. Alterando a ‘lente’ ou grau de abstração, o princípio pode ser identificado como a construção do socialismo, o Projeto Popular como estratégia e o Brasil de Fato como ferramenta tática.

necessariamente afeta sua legitimidade, pois tais valores são tidos como universais e, como tais, acima de interesses específicos. Por isso, ao assumir valores destoantes (e aqui a referência não é à opinião explícita, mas aos critérios de fundo que orientam a própria seleção de fatos e construção de notícias), o projeto alternativo é tido como ‘interessado’, ‘parcial’ ou ‘político’. Isso porque a ‘objetividade’, que legitima o jornalismo ao distingui-lo de outros discursos interessados, se confunde com a universalidade dos valores hegemônicos. Além disso, há um sistema de reforço mútuo de credibilidade entre os próprios veículos centrais do campo jornalístico – tanto diretamente, ao referenciarem “furos” ou informações exclusivas, quanto indiretamente, pela coincidência da agenda editorial.

Estar longe da ‘grande’ esfera pública é, por certo, angustiante para os jornalistas do alternativo. Mas, como aponta Fraser (1992), não há uma esfera pública unificada na sociedade – esta é uma fantasia que responde a interesses dominantes. A autora aponta que, historicamente, membros de grupos subalternos (mulheres, trabalhadores, negros, homossexuais) investiram na criação de públicos alternativos e encontraram sucesso para disputar hegemonia a partir desses lugares (jornais, revistas, redes de produção cultural, festivais, grupos de pesquisa, conferências, locais de encontro). Nestes “contrapúblicos subalternos”, os grupos sociais formulam e circulam discursos para dar corpo às demandas e interesses próprios, sem a tutela ou supervisão de setores dominantes⁷¹. No entanto, o que é fundamental, os contrapúblicos não se restringem a uma dinâmica interna, um simples ‘gueto’ particular. Precisamente por serem ‘públicos’, atuam sob uma orientação publicista. Para Fraser (1992), há um caráter dual: por um lado são espaços de retirada e reagrupamento; por outro funcionam como bases de partida para atividades de intervenção dirigidas a públicos mais amplos. Ou seja, tática defensiva, de acúmulo de força própria, mas que busca momentos de ofensiva.

Assim, considerando a estrutura vertical e excludente do campo midiático, o fortalecimento e a expansão dos contrapúblicos são a própria condição para acessar e disputar o público geral – tanto pelo convencimento quanto pelo enfrentamento. A atuação em contrapúblicos dá sentido à exclusão de setores subalternos da esfera pública e busca atraí-los a espaços de dissidência. Além disso, ao incorporar o conceito de contrapúblico, a noção de aparelhos privados de hegemonia pode ganhar densidade, pois

⁷¹ A formulação faz paralelo com a afirmação de Kucinski (2001, p. 10) de que imprensa alternativa de resistência à ditadura criou um “espaço público alternativo”.

explicita que a luta política pelos ‘sentidos comuns’ está no nível dos grupos sociais e não de indivíduos isolados.

Frente a tamanho desafio (o das hierarquias do campo midiático, que reforça o caráter excludente da esfera pública e coloca a necessidade de construção de contrapúblicos subalternos), a questão prática passa por identificar os grupos sociais estratégicos para o jornal e quais os meios de chegar até eles. Os próprios responsáveis pelo lançamento do *Brasil de Fato*, por exemplo, faziam essa análise, na medida em que enquadravam os eleitores de Lula como os leitores em potencial do jornal nas bancas. Considerando a particularidade do jornalismo alternativo dirigido por organizações políticas, o público-alvo pode ser entendido por camadas ou círculos concêntricos que envolvem militância, base social, campo popular (ou de esquerda) e povo não organizado. Em interação, tanto interna quanto transversais, há uma infinidade de clivagens de classe, raça, gênero, escolaridade, regionais e geracionais. Em todos os casos, apesar dos objetivos políticos, o ponto de partida do jornalismo é a correspondência à necessidade social de notícia no cotidiano dos grupos sociais.

Um projeto jornalístico que tenha como público-alvo prioritário sua própria militância provavelmente não tem caráter profissionalizado. No entanto, ignorar a base de ativistas também não parece uma opção real. A base social da organização (ou de um conjunto de organizações), de outra parte, tende a ter tratamento especial. É o público no qual o jornal pode ter maior incidência, devido às relações de confiança e identificação estabelecidas. As pautas e linguagens prioritárias variam conforme as características internas do grupo. No caso de um jornal ou portal que abranja uma diversidade de bases sociais organizadas, a tendência é encontrar maneiras de articulação entre as demandas e identidades específicas, expressas no conteúdo jornalístico. Levando em conta o cenário caótico de circulação de informação na atualidade, a postura ativa do jornal em direção à base social é determinante. Para isso os militantes são ponte fundamental para entrega de conteúdo, seja ele impresso ou digital, em locais de trabalho e moradia ou via canais de comunicação online. Obviamente, quanto maior a base social dos movimentos maior a penetração e generalização do jornal.

Outro aspecto do público-alvo para um jornal alternativo é o campo popular ou de esquerda, entendido mais por suas identidades políticas que sociais. Diferentemente das bases sociais organizadas, é disperso e atravessado por um amplo espectro de posições políticas ‘progressistas’. É comum se ouvir falar da necessidade da imprensa alternativa ‘não pregar para convertidos’, o que é sem dúvida um problema real. Ao mesmo tempo,

essa ‘conversão’ do público não é estável e homogênea; e também está atravessada pelas representações da mídia comercial. Por fim, há também disputas de sentido e caminhos entre as próprias organizações e movimentos populares. Um exemplo: da perspectiva dos setores populares e progressistas, a postura a ser adotada frente a perseguição do ex-presidente Lula não foi definição automática. A defesa de sua pré-candidatura, entendida como defesa à democracia, foi construída pela interação de discursos em canais próprios desses setores – muito mais do que na grande mídia.

É preciso reforçar que a definição estratégica do público-alvo é complexa e envolve combinações conforme os recursos disponíveis pelo projeto jornalístico (desde os suportes midiáticos até as equipes profissionais necessárias). Também sofrem variações táticas, conforme a conjuntura e os objetivos: em determinado momento, o alcance a alguns grupos será priorizado em detrimento de outros. O importante, em todo o caso, é a consciência das assimetrias e heterogeneidades dos públicos em relação ao jornal para torna-lo mais efetivo.

Dito isso, somente militância, base social ou campo político devem ser levados em conta ao desenhar público-alvo? Um projeto jornalístico alternativo não pode se voltar ao público em geral, ou mais concretamente, ao povo não organizado? Evidentemente que pode; e, caso tenha recursos materiais e simbólicos, certamente deve. Ainda assim, como o público geral é uma abstração, haverá definições que priorizam alguns setores e não outros. Quando o *Brasil de Fato* decide apostar em tabloides estaduais gratuitos, tenta chegar ao público geral, mas esse público geral tem nuances: classes populares de grandes centros urbanos. Isso está expresso não somente nas estratégias de distribuição mas no próprio estilo do jornal. No entanto, uma cota importante do jornal é destinada às bases sindicais e dos movimentos, nas quais muito possivelmente o índice de leitura e incidência política é maior.

Além disso, deve ser considerado que a priorização de determinados setores sociais não os tornam consumidores exclusivos de determinado projeto. Não se perde de vista a possibilidade de massificação, mas a coloca dentro de um marco de possibilidades. Outro ponto é que, a não ser em casos de publicações marcadamente segmentadas, o portal ou jornal refletirá a combinação de distintos setores sociais e posições de sujeito como público-alvo, tendendo, portanto, à generalidade. Por fim, a ação mencionada da entrega de jornais gratuitos à população, no caso do *Brasil de Fato*, pode ser interpretada como uma ação que parte de um contrapúblico subalterno, conforme a concepção dialética de Fraser (1992), para assim chegar a outros setores.

O fundamental é que há escolhas a serem tomadas. O *Brasil de Fato* e suas transformações, tratadas neste trabalho, é um exemplo ilustrativo. Após dez anos de publicação, a avaliação foi de que o jornal acabou se voltando quase que exclusivamente à militância, com baixa penetração nas bases sociais e restrito a setores específicos do campo da esquerda. O gargalo principal estava no próprio modelo de jornal impresso, comercializado em bancas ou por assinaturas e com escassos recursos. O giro estratégico, já exposto, foi ampliar o leque de suportes de mídia e reforça-los, com a criação do CPMídias, dos tabloides impressos estaduais e do investimento em rádio. Com táticas específicas, o resultado, como um todo, é o aumento da incidência do projeto nas diferentes dimensões analisadas, com suas respectivas clivagens sociais.

Para fechar o presente tópico sobre linha político-editorial serão abordados os ‘temas’ como objeto do nível tático, na mediação jornalística entre fatos sociais singulares e projetos de universalidade. Em cada conjuntura, o grupo dirigente de uma iniciativa jornalística deve se perguntar: quais nossos temas prioritários e como podemos difundir-los? Quais os temas pautados pelos antagonistas e como defender-nos? Quais os temas sobrepostos e como disputamos seus sentidos? Tais perguntas devem servir para formular táticas específicas para cada tema e situação. Há ainda toda a zona cinzenta composta por uma infinidade de temas que podem servir para atrair leitores e legitimidade ao jornal. Por outro lado, há temas de baixíssima importância estratégica, mas que são cobertos na lógica da rotina de produção ou mesmo pela iniciativa autônoma de repórteres. Estes, de todo modo, tendem a ser menos salientes no contexto editorial do jornal. Internamente, a saliência de um determinado tema dependerá da quantidade de produção de notícias, reportagens e artigos, assim como dos mecanismos editoriais de hierarquização da produção (especialmente através das capas, no caso dos impressos, e da *home*, nos portais).

É possível afirmar que os temas prioritários da lógica política dos movimentos serão transpostos para o jornal? Questionado sobre os temas mais salientes do *Brasil de Fato* no período da análise editorial realizada nesta pesquisa (08/05 a 06/06/2017), o coordenador do CPMídias Luiz Felipe Albuquerque indica que, de alguma maneira, sim.

É muito de acordo com a linha política das organizações. No período anterior, se fosse pesquisar, seria mais Reforma da Previdência, porque a linha política tirada foi que a pauta principal era Reforma da Previdência. Além da gravidade em si, ela era a principal pauta que talvez pudesse mobilizar população para lutar contra. Tinha isso como linha central, a gente pega e começa a falar sobre Reforma da Previdência.

Aí tem toda a confusão, se o Temer cai e tal... Qual é nossa linha? Nossa linha é ‘Diretas Já’, não importa só o Temer cair, nossa linha é ‘Diretas Já’ para

chamar eleições antecipadas. Então começa a fazer matérias sobre ‘Diretas Já’. A Lava Jato, cara, nossa linha política é bater na Lava Jato, porque é uma operação ilegal, completamente inconstitucional, todos os problemas na parte jurídica que ela traz. Então é o tempo inteiro falando da Lava Jato no sentido de desmoralizar. Todas essas pautas representam muito a linha política que a gente tira e que não sai da nossa cabeça, mas das organizações que a gente tem como referência, que nos auxiliam, MST, Frente Brasil Popular, centrais [sindicais] (ALBUQUERQUE, 2017).

Os temas citados (Reforma da Previdência, ‘Diretas Já’ e Lava Jato) correspondem àqueles sobrepostos, nos quais há conflitos sociais e políticos em diversos cenários, do parlamento às ruas, passando pelo campo midiático. A análise editorial realizada neste trabalho destacou que, mais do que visibilizar temas socialmente ‘invisíveis’, o *Brasil de Fato* buscou incidir nos temas de conhecimento geral. Esse quadro guarda relação com uma conjuntura polarizada, que faz com que os temas estratégicos para a organização sejam exatamente os sobrepostos.

Considerando o déficit estrutural da mídia alternativa (tanto os veículos isolados, mas principalmente sua combinação) para dar a primeira versão dos acontecimentos (tanto pelo tamanho das equipes profissionais quanto pelas relações não privilegiadas com as fontes do poder), qual pode ser a estratégia do jornalismo alternativo para se inserir na espiral de significação dos fatos sociais, através de notícias, reportagens e artigos? Seguindo pistas da tese de Felipe Pontes (2015a), que avança criticamente na teoria do jornalismo de Genro Filho (2012), um caminho importante pode ser o da “contínua qualificação da singularidade”, como forma de aprofundar o conhecimento social sobre determinado fato (com seus desdobramentos) e criar um “regime discursivo cada vez mais integrado” sobre ele.

[...] a cada nova aproximação [ao singular] é possível realizar correções, estabelecer mediações mais qualificadas, compreender novas causalidades e, desta forma, qualificar a singularidade, exigindo cada vez mais novas formas de particularizações e, por conseguinte, um movimento contínuo de entendimento à totalidade. Nessa fórmula é possível compreender, por exemplo, o exercício do jornalismo ao noticiar um dado fato novo, um acontecimento inesperado, e não haver muito a dizer inicialmente para além da detecção do fato. Em seguida, com apurações, novas questões e informações, os jornalistas avançam para novas notícias, singularidades que vão complexificando e tornando cada vez mais único aquele fato. O que se desdobra em novas notícias, reportagens, comentários, opiniões de especialistas, charges, gerando um regime discursivo cada vez mais integrado para responder à necessária explicação desse acontecimento. Quanto mais superior for a singularidade, ou seja, quanto mais ela envolver e impactar sobre a totalidade das relações sociais, maior o valor notícia que adquire. Notemos, não estamos mais falando apenas de uma notícia, mas como o valor notícia, o processo de aproximação constante dessa singularidade posta e superior mobiliza vários gêneros e várias notícias (PONTES, 2015a, p. 378).

Esse caminho, apontado por Pontes (2015a), é o da aposta no jornalismo como forma social de conhecimento, como meio de apropriação e revelação simbólica da realidade. É, portanto, o jornalismo em sua potencialidade, e não em sua manifestação corrente. Mas, em tempos de crise de legitimidade do campo e da profissão, assumir tal projeto não seria, além de tudo, uma possibilidade de a mídia alternativa, dentro de seus recursos, buscar legitimação intelectual e posições menos marginais no campo?

Desdobrando a formulação como estratégia (e considerando as limitações estruturais do jornalismo alternativo), as consequências gerais seriam: a) *não* assumir como prioridade noticiar fatos novos indiscriminadamente, no momento em que sucedem; ao mesmo tempo, investir no primeiro relato quando for possível se antecipar à mídia comercial; e b) priorizar a complexificação dos fatos, não restrita à análise, mas pela combinação de gêneros jornalísticos e produção de novos fatos relacionados.

O primeiro ponto é uma relação de custo-benefício pragmática. Não faz sentido assumir a vocação de portal de ‘últimas notícias’, como é *GI* ou *UOL*, por exemplo, se com os recursos disponíveis, o alternativo estiver sempre correndo atrás, à reboque dos veículos centrais. Há prejuízos, não há dúvida, pois mesmo a notícia de um “fato novo de que não há muito a dizer inicialmente para além da detecção do fato” é capaz de dar uma primeira camada de sentido que repercutirá em seus desdobramentos.

Assim, poderia ser produtivo, a partir da definição dos temas estratégicos, focar nas notícias factuais que não seriam repercutidas pela grande mídia – ou que seriam, mas que por algum motivo a relação do alternativo com as fontes é privilegiada. Nesse sentido, é preciso uma posição decidida também do ‘lado de lá’, ou seja, que as fontes mais próximas (especialmente do campo político) priorizem a divulgação de informações pelos canais alternativos à grande mídia. Tratando-se de veículo alternativo sustentado por movimentos populares, como *Brasil de Fato* e *Notas*, é de primeira ordem que a produção de notícias sobre os próprios movimentos, em especial a partir de suas demandas cotidianas, seja compreendida como uma ação combinada. É o que propõe Pontes (2015b).

Portanto, os movimentos sociais são potencializados quando considerados atores concretos no processo de produção dos significados jornalísticos a eles atribuídos. E essas considerações lançam para ambas as partes (jornalismo e movimentos sociais) a tarefa de compreender melhor essa produção de sentidos, buscando constituições que permitam novos olhares sobre a singularidade e o cotidiano e, conseqüentemente, para o fortalecimento das pautas comuns dos movimentos (PONTES, 2015b p. 157).

A iniciativa pode partir tanto dos movimentos (quando criam um acontecimento noticiável, como um ato de rua) quanto dos próprios jornalistas, quando investigam um tema e produzem uma denúncia que pode servir de faísca para uma ação de cobrança política dos movimentos em relação aos responsáveis. A ideia de fundo é a de que “[...] o jornalismo pode ser a conexão entre demandas por universalidade e pautas do cotidiano, alavancando de maneira descontínua (pela produção de singularidades) o processo de ruptura e de transformação desse mesmo cotidiano” (PONTES, 2015b, p. 159).

O segundo ponto, referente à complexificação do fato, não significa transformar um veículo alternativo em uma “revista semanal de atualidades”, que repercute uma ampla gama de fatos com reportagens e artigos. Conforme linha formulada por Pontes (2015b), já exposta, o trabalho contínuo de aprofundamento do singular não significa abrir mão da factualidade, pelo contrário. Deve perpassar os diversos gêneros jornalísticos – e a notícia continua sendo a mais estratégica no cotidiano dos sujeitos e grupos sociais. Novamente, cabe a definição dos temas prioritários e a disponibilidade de estrutura para realizar o trabalho. No caso do *Brasil de Fato*, por exemplo, em 2017 a opção foi pela Operação Lava Jato, tendo destacado um repórter para cobertura especial. Foram produzidos conteúdos para os tabloides impressos, Radioagência e portal com pluralidade de gêneros jornalísticos: notícias, reportagens, entrevistas diretas, artigos de opinião e, com a condenação de Lula em segunda instância, uma grande reportagem⁷². O quanto de conhecimento foi de fato produzido e a incidência política real (que depende de inúmeros outros fatores) não podem ser analisadas pela presente pesquisa, sendo apenas um possível exemplo da tática de se debruçar sobre um tema com produção contínua de conteúdo. De qualquer forma, a chave para avaliar o valor do conhecimento, segundo Pontes (2015b, p. 156) estaria na capacidade do trabalho jornalístico de, “[...] sob a égide do acontecimento, materializar aspectos universais e particulares como singularidade”. Segue o autor:

Quando consegue estruturar situações complexas em uma singularidade, atinge o clímax de sua produção. Assim, o jornalismo tem uma maior capacidade de ruptura no contexto em que atua quando consegue convergir uma maior carga estrutural e universal à sua produção singularizada. E isso ganha sem dúvida maior evidência quando estruturado em uma notícia ou várias notícias cotidianas (PONTES, 2015b, p. 156).

⁷² A página que condensa a produção especial do *Brasil de Fato* sobre a Lava Jato pode ser acessada em <https://www.brasiledefato.com.br/especiais/especial-cobertura-da-operacao-lava-jato/>. A grande reportagem sobre a condenação em segunda instância do ex-presidente Lula está disponível em <https://www.brasiledefato.com.br/2018/01/29/especial-or-a-condenacao-de-lula-no-trf4-e-os-esqueletos-no-armario-da-lava-jato/>.

Ao aliar os dois pontos – produção de singularidades táticas para os movimentos e complexificação de fatos estratégicos – e somando-os à zona cinzenta (ou multicolorida) de temas factual ou politicamente mornos, que não serão explorados neste intento, o jornalismo alternativo não fica nem restrito à agenda midiática dominante e nem à agenda dos movimentos populares. A hipótese é de que um jornal ou portal que operacionalize esse arranjo pode oferecer uma cobertura relativamente ampla do cotidiano, mas com incidência política potencializada.

Por fim, para além do conhecimento produzido, Pontes (2015b) destaca que o desdobramento da cobertura sobre um fato em diversos gêneros jornalísticos gera “[...] um regime discursivo cada vez mais integrado para responder à necessária explicação desse acontecimento”. Aqui, pode-se afirmar que quanto maior a integração entre gêneros, linguagens, suportes midiáticos e, inclusive, veículos informativos, maior a densidade social do discurso.

Essa combinação multifacetada remete às análises de Gramsci (2001) sobre jornalismo e intelectuais, na qual é possível traçar uma analogia entre o “intelectual profissional” e o jornalista militante de um projeto popular. Ao tratar das diferenças culturais e cognitivas das camadas sociais, há um paralelo com a discussão dos públicos-alvo e contrapúblicos subalternos. Ao reconhecer a importância da repetição, mas uma repetição não mecânica, corrobora a estratégia de decidir por temas prioritários e trabalhá-los a partir de diferentes gêneros e abordagens. E, ao apontar o “erro iluminista” e indicar que o trabalho não deve ser abstrato, “[...] e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva”, está traçada a aproximação com o jornalismo como forma de conhecimento.

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. O intelectual é um “profissional” (*skilled*) que conhece o funcionamento de suas próprias “máquinas” especializadas; tem um seu “tirocínio” e um seu “sistema Taylor” próprios. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como seria pueril supor que todo operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. É pueril pensar que um “conceito claro”, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de clareza difusa: este é um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., constitui uma “especialidade”, uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar. É por isso, portanto, que não basta a premissa da “difusão orgânica, por um

centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares.

A “repetição” paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não mecânica, “obsessiva”, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, situando sempre cada aspecto parcial na totalidade. [...] O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida) sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, este trabalho não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método: esta seria uma mera ação própria de “filósofos” do século XVIII. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva (GRAMSCI, 2001, p. 205-206).

Este trecho dos *Cadernos do Cárcere* renderia páginas e páginas de análise. O objetivo específico aqui foi destacar a necessidade, apontada pelo comunista italiano, da combinação entre diversas táticas e ferramentas na luta cultural e, ao mesmo tempo, indicar que é possível aproximar tal perspectiva com a teoria do jornalismo como forma de conhecimento (tarefa que não será aprofundada neste trabalho). Haveria duas ressalvas principais a este intento. As condições de trabalho e a lógica de produção do jornalismo informativo e noticioso, sob o imperativo constante do tempo, podem ser conciliadas com a atividade propriamente intelectual? Ou tal possibilidade está restrita a publicações de periodicidade esparsa? E, da mesma forma, é possível realizar este trabalho “educativo-formativo”, de “difusão de um modo de agir e pensar” por meio da notícia e respeitando a deontologia da profissão? Ou apenas em “jornais de partido”? São perguntas que de certa forma atravessam esta pesquisa, mas poderiam render novos flancos de investigação específicos.

Vale reforçar, de todo modo, que não é objetivo deste trabalho reivindicar o jornalismo realizado por Gramsci em *L'Ordine Nuovo* ou outras experiências levadas a cabo pelo Partido Comunista Italiano (PCI) em décadas distantes – mas sim suas formulações gerais. De forma geral, a pesquisa está norteadas pelas potencialidades do jornalismo informativo, centrado na notícia, e não na lógica dos jornais interpretativos, analíticos ou de formação política (em geral de periodicidades mais longas). Isso se mantém mesmo quando é discutido o caminho da “complexificação do singular”, pois, como exposto, tal estratégia não significa abrir mão da factualidade e da notícia. O próprio *Brasil de Fato* serve de exemplo: concilia uma produção fundamentalmente noticiosa (foram mais de 60% as notícias da amostra desta pesquisa) com coberturas especiais

dedicadas ao aprofundamento de determinados temas como no caso da Operação Lava Jato.

Assim, depois de debatidas a anatomia do jornal alternativo e a linha editorial como concepção estratégica (com destaque para público-alvo e tematização), resta um último tópico para encerrar este capítulo: a questão da autonomia/heteronomia entre redação jornalística e dirigentes políticos. Isso porque as formulações estratégicas para um projeto jornalístico só serão materializadas na medida em que a redação as execute. E este processo não está imune a tensões e conflitos entre os atores, que respondem a códigos éticos, técnicos e profissionais distintos.

4.3 Autonomia, riscos e tensões

A discussão da autonomia, neste intento, pretende refletir sobre a capacidade de os jornalistas exercerem seu trabalho conforme os códigos compartilhados pela profissão; ou, dito de outro modo, sobre o quanto a lógica política constrange o exercício profissional.

Antes de tudo, é preciso situar as diferentes dimensões que comportam tal problemática. A mais ampla se refere à autonomia do *campo jornalístico*, como um todo, em relação a outros campos, em especial o político e o econômico. Como há matizes, também se pode pensar em graus de autonomia de veículos específicos em relação a outros campos como um todo, ou a outros atores específicos (*Brasil de Fato* e MST, por exemplo). Por fim, há também os diferentes graus de autonomia dos sujeitos dentro do mesmo veículo.

Em *Bourdieu and the Journalistic Field*, Patrick Champagne, Eric Darras e Michael Schudson propõem diferentes esquemas de interpretação para a questão da autonomia do campo jornalístico. Para Champagne (2005), o jornalismo vive sob uma “dupla dependência estrutural” resultante dos mecanismos de legitimação próprios do campo: o intelectual e o da economia política, que se enfrentam na definição da profissão ideal. O primeiro está relacionado ao rigor propriamente jornalístico e à autonomia frente às forças econômicas e político-partidárias⁷³. Já o princípio da economia política (personificado nos âncoras dos telejornais do horário nobre) está assentado não na

⁷³ O autor cita como exemplo o editor-chefe do jornal francês *Le Monde*, que rejeitava os “furos” e tinha como questão de honra a exatidão de cada informação factual. Este rigor moral e intelectual rendeu ao jornal grandes lucros simbólicos que o tornaram rapidamente a publicação dos círculos de alta influência, mesmo que devido às relativamente baixas circulação e receitas publicitárias, o jornal tenha dificuldade na busca de modelos alternativos de gestão financeira (CHAMPAGNE, 2005, p. 59).

qualidade jornalística, mas na capacidade de influência da opinião pública e de retorno financeiro à empresa devido às grandes audiências diárias.

Ainda que os dois princípios respondam a critérios específicos, estão entrelaçados e não podem se anular. Nem o âncora do telejornal passa isento do julgamento profissional, nem o editor-chefe de um jornal reconhecido pode ignorar os imperativos da circulação e financiamento. “Uma empresa jornalística de sucesso econômico também procura sempre sucesso jornalístico, ou seja, intelectual. E se alta circulação não faz um grande jornal, baixa circulação é sempre percebida como fracasso” (CHAMPAGNE, 2005, p. 57, tradução nossa)⁷⁴. Essa dualidade é fruto da tensão entre autonomia e heteronomia que atravessa o campo jornalístico. Champagne (2005) considera que os jornalistas estão condenados a produzir sob constrangimentos políticos e/ou econômicos, ou seja, o grau de autonomia, ainda que reivindicado, será sempre reduzido. A questão passa pelo seguinte problema: o jornalismo autônomo não se paga; logo, para ser viabilizado termina por recorrer ou ao mercado e à lógica do campo econômico, ou ao Estado e à lógica do campo político, perdendo em ambos os casos a autonomia inicial desejada. Considerando o contexto contemporâneo, o autor acredita que o campo econômico seja o mais determinante, pelo fato de que “[...] os jornais eles mesmos são companhias econômicas e assim diretamente objeto das leis da economia que frequentemente entram em conflito com os imperativos da produção intelectual”⁷⁵ (CHAMPAGNE, 2005, p. 52, tradução nossa).

Eric Darras (2005) coloca a questão em outros termos. Não há autonomia do jornalismo porque ele está mesmo contido dentro do campo político. Darras (2005) analisa a lógica de convite em programas de entrevista política na França e nos Estados Unidos e conclui, ao contrário de Champagne (2005), que há “uma subordinação estrutural” do campo jornalístico ao campo político (e não econômico). O autor mostra que, ainda que interfiram, os critérios jornalísticos são completamente insuficientes para evitar que os convidados (e os ausentes) sejam escolhidos, na verdade, pelo próprio campo político a partir das posições em que nele ocupam. A subordinação estrutural ao campo consiste então na “[...] imposição de fronteiras políticas, hierarquias, nomeações

⁷⁴ “An economically successful journalistic enterprise always also seeks properly journalistic, which is to say intellectual, success. And if large circulation does not always make a great newspaper, poor circulation is always perceived as failure” (CHAMPAGNE, 2005, p. 57).

⁷⁵ “Newspapers themselves are economic enterprises and are thus directly subject to economic laws which often come into conflict with the imperatives of intellectual production” (CHAMPAGNE, 2005, p. 52)

e estados de ânimo na mídia”⁷⁶ (DARRAS, 2005, p. 169, tradução nossa). A persistência dessa heteronomia total, segundo Darras (2005), se deve à internalização prática dos valores das classes dominantes nos jornalistas, um *habitus* expresso pela “ideologia da objetividade”.

A análise de Eric Darras (2005), talvez por estar centrada em programas de entrevistas, não parece dar conta da complexidade que caracteriza a relação entre política e jornalismo. Conforme Luis Felipe Miguel (2002, p. 181), o esforço de compreender tais vínculos “[...] exige o reconhecimento das tensões latentes (e por vezes até expressas) que marcam a complexa conjugação entre as influências mútuas, resistências, composições, ajustes delicados e anseios por autonomia que animam os diversos agentes de cada campo”.

Ao trazer o debate aos propósitos da pesquisa, é necessário adequá-lo às realidades do jornalismo alternativo dirigido por organizações políticas. Os atores envolvidos, tanto do campo jornalístico quanto político, via de regra, ocupam posições marginais e, por isso, não representam o funcionamento habitual e hegemônico de seus respectivos campos sociais. Por exemplo, que tipo de heteronomia o campo econômico exerce sobre projetos como *Brasil de Fato* e *Notas?* De saída, não se tratam de empresas com fins lucrativos; e também não dependem de anúncios publicitários de grandes corporações para seu sustento. Mesmo se pensarmos os públicos como agentes econômicos, como propõe Schudson (2005), os efeitos seriam reduzidos, já que a relação entre audiência e recursos financeiros não é tão direta. A análise, portanto, remete ao campo político, que é onde estão os agentes que efetivamente financiam iniciativas do tipo, incluindo aí o próprio poder público.

A relação com o campo político comporta duas dimensões de análise em interação: a propriamente jornalística, no sentido da produção noticiosa, e a econômica, no sentido do financiamento.

Quanto à primeira dimensão, Darras (2005) afirma que, de modo geral, jornalistas assumem para si as representações de importância dadas às instituições políticas pelo próprio campo político. Biroli (2013, p. 135), no mesmo sentido, argumenta que há sustentação recíproca das hierarquias e “[...] compartilhamento de visões sobre os aspectos estruturantes da política e sobre os atores, espaços e temas que são politicamente

⁷⁶ “The imposition of political frontiers, hierarchies, nominations, and moods on the media” (DARRAS, 2005, p. 169)

relevantes”. Ao pensar o jornalismo alternativo a luz desse quadro, é preciso considerar que o *habitus* do campo social, em algum grau, também influencia os agentes do alternativo. A situação apontada por Biroli (2013, p. 134), de que “[...] a exclusão de determinadas temáticas dos debates no Congresso, por exemplo, tem como uma de suas conseqüências uma menor chance de que façam parte da agenda jornalística, sobretudo da cobertura política”, certamente resvala na produção alternativa. Outro exemplo consiste na “[...] divisão entre políticos e ‘cidadãos comuns’, desdobrada na divisão entre fontes sabidas, competentes para explicar o que ocorre na política, e eleitores indignados, aos quais se dá no máximo a possibilidade de vocalizar sua indignação” (BIROLI, 2013, p. 135).

Apesar disso, é possível afirmar que, estruturalmente, o jornalismo alternativo busca desconstruir as hierarquias impostas pelo campo político hegemônico, pois tanto os valores dos jornalistas quanto dos agentes do campo político com os quais se relaciona prioritariamente correspondem a tal postura crítica. O quanto conseguem transformar tais valores em materiais jornalísticos questionadores depende de caso a caso.

De outra parte, a dependência econômica do campo político pode provir das relações com governos, especialmente via verbas publicitárias, mas também de partidos políticos, parlamentares, fundações e outras entidades interessadas em apoiar os projetos. O *Brasil de Fato*, por exemplo, veicula anúncios da prefeitura de Maricá-RJ e do governo de Minas Gerais. No entanto, a dependência financeira do *Brasil de Fato* não é exatamente de agentes do campo político, pois nacionalmente seus recursos provém majoritariamente das articulações do MST (que ainda que ocupe certa posição no campo, guarda especificidades devido à relação que mantém com a institucionalidade) e, regionalmente, de entidades sindicais (que podem até ser consideradas como parte de um campo propriamente sindical, ainda que permeado pela política).

É por isso que a análise teórica de autonomia de iniciativas do tipo do *Brasil de Fato* rende mais na sua dimensão restrita, ou seja, do jornal com suas organizações dirigentes – o que se aplica também ao argentino *Notas*, financiado exclusivamente pelo Patria Grande.

A síntese da relação de autonomia e heteronomia, nesses casos, pode ser traduzida pela tensão entre dois polos extremos representados por “jornal de jornalistas” e “panfleto doutrinário”. Dirigente da Consulta Popular, tendo participado do conselho editorial do *Brasil de Fato*, Ronaldo Pagotto encara a questão da seguinte maneira:

Eu acho que o conflito aí é de duas origens. É das organizações, com expectativa exagerada, para que seja uma linha sem margem de erro, e aí tira margem de apuração, margem de gente que pode ser ouvida, vai restringindo... Tem pauta que acho que tem que ser assim. Não tem como ser amplo porque é pauta de incidência na conjuntura muito imediata. Agora tem pauta que acho que vale ter maior amplitude. Isso é problema das organizações quando lidam com uma ferramenta dessa. Muitas vezes fica excessiva essa necessidade. Mas, por outro lado, a autonomia do coletivo que produz, a despeito de ter uma série de questões técnicas, ela tem que ter um limite. Porque não é só um jornal que tem que ter lado, ele também tem que ter uma opinião mais fina na conjuntura. [...] É um desafio de educação mútua, das organizações entenderem que a luta ideológica não pode ser um panfleto e, portanto, tem que ter o trabalho técnico, trabalho que os jornalistas fazem, de apuração, de ouvir opiniões, construir matérias. É importante, enriquece e é o que dá credibilidade ao jornal. Por outro lado, também os jornalistas precisam entender – a maioria hoje entende – que eles não estão em um veículo independente e pronto. Ele [*Brasil de Fato*] tem um lado, tem opinião, tem várias coisas que tem opinião pré-concebida sobre a realidade. Tem uma linha geral que acho que todo mundo sempre entendeu mas ele também tem sua linha fina. Então tensão mútua eu acho que permanece (PAGOTTO, 2017).

Fica claro, na fala de Pagotto, que a autonomia dos jornalistas vai até certo ponto. Mas estranho seria o contrário. Se o jornal foi criado por movimentos populares para visibilizar suas demandas e perspectivas, sua condução não poderia ser exclusiva de profissionais contratados. Ao mesmo tempo, defender que certas pautas tenham abordagens restritas às posições do conselho editorial pode significar um empobrecimento jornalístico.

Esse problema remete à provocação de Schudson (2005) sobre os riscos da autonomia total do campo jornalístico para um regime democrático. Traçando um paralelo, realizar um jornalismo popular (no sentido dos movimentos) exige que a produção cotidiana seja permeável às influências dos movimentos populares, ou seja, tenha graus de heteronomia. Isso porque, por mais que os jornalistas tenham acordo com o princípio do jornal (Projeto Popular, por exemplo), a produção noticiosa está atrelada à conjuntura, que exige reformulações constantes nas táticas dos movimentos. Além do mais, o lugar social que o jornalista profissional ocupa não é o mesmo dos trabalhadores sem-terra ou sem-teto, para dar dois exemplos. Então, para garantir que as perspectivas dos movimentos populares estejam presentes é que existem os conselhos editoriais e as coordenações políticas.

Pedro Carrano (2017), dirigente da Consulta Popular e coordenador político do *Brasil de Fato Paraná*, acredita que a questão da autonomia tem ligação direta com o projeto de sociedade, que inevitavelmente qualquer jornal adere.

Tem um jornalismo que direta ou indiretamente responde a uma questão de classe. A minha pergunta é como entender esse espaço de autonomia, da produção, do trabalho jornalístico – mas uma autonomia relativa, na medida

em que tanto veículos mais comerciais quanto dos movimentos sociais, em alguma medida, refletem alguma visão de mundo... O que sempre tive comigo é o rigor. A gente não vai, como fazem outras experiências, forçar a realidade a se adequar à nossa linha política. É preciso rigor, pesquisa, investigação. Não é nossa linha política que vai prevalecer sobre um movimento da realidade (CARRANO, 2017).

Neste ponto, é possível esquadrihar melhor a problemática da autonomia. Está claro que não existe, em nenhum lugar, um jornal absolutamente autônomo. O campo jornalístico tem como uma de suas características a relação com outros campos, por diversas formas, desde o financiamento até a interação com as fontes; sobretudo, trabalha diariamente com representações do mundo social fabricadas em outras instâncias que lhe fogem ao controle.

Isso não significa que se deva adotar uma postura relativista. Como indica Carrano (2017) em sua fala, o cerne da questão não está na existência ou não de um conselho editorial composto por agentes políticos, mas no “rigor jornalístico”. Em outras palavras, trata-se de avaliar se a heteronomia estabelecida enriquece a compreensão e produção de conhecimento sobre a realidade; ou se, ao contrário, é perversa e colonizadora, com interesses privados que sufocam as potencialidades do jornalismo. Conforme Carrano (2017), justamente o problema estaria em “[...] forçar a realidade a se adequar à nossa linha política”.

Daniel Giovanaz é repórter do *Brasil de Fato Paraná* e foi destacado para cobertura especial da Operação Lava Jato ao longo de 2017. Como tantos outros jornalistas do veículo, não é militante dos movimentos do Projeto Popular. No entanto, em seu ponto de vista, “o vínculo com movimentos populares só facilita a produção de matérias de interesse público; [pois] é diferente de um jornal patrocinado por um banco privado ou grande empresa automobilística, quando o interesse público diverge do interesse dos patrocinadores”. A questão, para ele, está no que chama de “compatibilidade de pensamento”.

Não somos uma massa homogênea que pensa igual sobre todos os temas da conjuntura; pelo contrário, temos divergências políticas e isso aparece no dia a dia, mas existe compatibilidade de pensamento, de visão política; nesses momentos chave de polarização isso fica fácil de perceber. Acho que seria bacana colocar dessa forma, como compatibilidade de pensamento e isso complexifica todo o debate sobre autonomia também. É diferente de eu ser pautado para fazer matéria que se opõe frontalmente ao que eu penso. Isso nunca vai acontecer no *Brasil de Fato*, eu imagino e aconteceria em outros jornais como se percebe na leitura diária (GIOVANAZ, 2018).

Camila Rodrigues foi editora do portal do *Brasil de Fato* entre 2015 e 2017, não em cargo de chefia, mas na tarefa de editar e publicar textos produzidos. Ela considera

que o trabalho foi “experiência riquíssima”, mas vê de outra forma: não há autonomia dos jornalistas, e isso não é um grande problema.

Chegou a ter discussão interna sobre questão da autonomia e existia consciência de que não existia autonomia. E tudo bem. A partir do momento que você entra lá, você aceita que não tem autonomia ou você sai do projeto. A linha política é dada pelo MST. Tem alguns membros internos que garantem que ela seja cumprida. E isso em geral o que mais atrapalha, na velocidade em que está conjuntura política, é a gente noticiar algumas coisas básicas. Às vezes o que é factual é tratado como político. Às vezes deixa de dar factual, sendo que a gente não conseguiu se posicionar ainda como veículo analítico. Existe crise de identidade, na minha avaliação. Ou seja, não somos nem *hard news* nem veículo analítico, mas queremos ser os dois e ao final não somos nenhum dos dois direito. Problema de identidade mesmo (RODRIGUES C, 2017).

Por mais que pareçam opostos, no fundo, ambos discursos favorecem a ideia de que é possível estabelecer relações de heteronomia que não colonizem o jornalismo, ainda que certamente ocasionem ruídos e tensões no cotidiano, como destaca Camila Rodrigues. Quer dizer, se o que mais atrapalha é o *timing* da notícia, o problema não é tão grande assim. Com isso, não se avalia a qualidade do conhecimento produzido pelo *Brasil de Fato*, apenas registra que tal arranjo é possível. Já no caso do *Notas*, a questão é bem menos complexa, pois todos os membros de dedicação regular do portal são militantes do Patria Grande. Ao mesmo tempo, tais debates não deixam de existir. Como relata o editor Santiago Mayor (2017), apareceram sob a forma da necessidade de conciliar projeto jornalístico com tarefas militantes que vão além do jornalismo, o que provocou a saída de membros do portal que não aceitavam tal combinação.

Enfim, o desafio parece ser identificar que tipos de intervenções políticas podem ser consideradas frutíferas ou prejudiciais para o jornalismo dirigido por movimentos populares. De maneira geral, podem ser pensadas em dois eixos: a) seleção e hierarquização de pautas e b) construção da notícia.

Definir pautas estratégicas que receberão maior cobertura não é um problema *a priori*, pelo contrário, é uma necessidade para buscar incidência. Por outro lado, restringir a cobertura de movimentos sociais e lideranças políticas que não compõem os mesmos espaços de articulação pode indicar um efeito negativo (ou excessivo) da heteronomia estabelecida. Situação semelhante pode ser visualizada nas diferenças de cobertura de políticas públicas de governos aliados ou adversários. Enfim, é preciso que haja certa correspondência ao peso de determinado fato social na conjuntura ou em um período histórico. Conforme Genro Filho (2012, p. 79), há notícias que contêm mais universalidade e estão mais ligadas às contradições fundamentais de nossa época do que outras. “A prioridade, neste caso, tem sua justificativa na questão da totalidade histórico-

social como um todo estruturado, envolvendo uma determinada hierarquia dos seus processos” (GENRO FILHO, 2012, p. 82). Tal seleção e hierarquização de pautas estará expressa não somente na quantidade de matérias produzidas, mas principalmente pelos destaques nas capas do jornais impressos e nas *homepages* dos portais online.

Outra tensão clássica que atravessa este tipo de experiência está na construção textual da notícia. Editora do *Brasil de Fato*, Vivian Fernandes conta que alguns militantes ainda esperam um estilo de texto partidário. Nesse caso, segundo ela, os jornalistas do *Brasil de Fato* acumularam autonomia suficiente para não ceder.

[Há militantes que] acham que o *Brasil de Fato* podia ser mais explícito, mais politizado, mais militântês. A gente diz ‘não, não vai rolar, a gente vai precisar ouvir o outro lado sim’. Óbvio que no jornal do partido faria todo sentido, mas a gente não é jornal do partido. Tem esse nível de compreensão dentro do jornalismo, por amadurecimento, são 15 anos de construção, erros e aprendizados (FERNANDES, 2017).

O estilo “militântês” costuma ser rechaçado pelo risco de o jornal perder credibilidade. Entretanto, conforme Genro Filho (2012, p. 191), há um problema teórico de fundo, que é a diluição do singular por esquemas normativos, em geral abstratos. Isso faz com que assertivas como “a burguesia procura reprimir as greves porque elas ameaçam a reprodução ampliada do capital”, exemplo dado pelo próprio Genro Filho, não caibam no jornalismo informativo.

Por um lado, os conceitos científicos ou teóricos tendem a diluir a força da experiência imediata — o singular — no interior de uma abstração ou mesmo de uma concretidade intangível à percepção dos indivíduos. Por outro lado, a adjetivação excessiva tende ao formalismo do universal-abstrato ou a uma ética puramente normativa. Se afirmo, por exemplo, que um determinado homem que espancou sua mulher praticou “um ato de crueldade”, estou qualificando universalmente o fato, isto é, tornando-o simplesmente um exemplar do gênero de “atos cruéis” já sobejamente conhecidos. Assim, não permito que o próprio evento contribua com sua singularidade para complexificar, acrescentar ou negar, com sua determinação irrepitível, a compreensão particular e universal que o público tem da crueldade. Perde-se a fecundidade do singular como dimensão legítima e criadora da realidade e do conhecimento (GENRO FILHO, 2012, p. 191).

Uma heteronomia negativa pode produzir também efeitos mais sutis na construção da notícia, que vão além do texto “adjetivado”, como na escolha das fontes entrevistadas, que pode silenciar discursos e perspectivas relevantes para produção de conhecimento sobre a realidade. Outro exemplo é a construção de títulos, manchetes e capas, quando os aspectos que interessam ao jornal se sobrepõem arbitrariamente ao acontecimento.

É claro que todos esses traços podem ser encontrados tanto no *Brasil de Fato* como no *Notas*. Afinal, as relações entre jornalismo e política, autonomia e heteronomia, não são estáveis e nem uniformes. O fundamental é a capacidade de avaliação e autocrítica.

Partindo do reconhecimento de que a adesão ou intervenção política *pode* empobrecer, rotineira ou eventualmente, o resultado jornalístico, é possível criar mecanismos de avaliação que possibilitem perceber, na produção cotidiana, os efeitos negativos da heteronomia.

Por isso, um caminho irremediável para estabelecer relações heterônomas saudáveis entre jornalismo e organização política é a teoria do jornalismo, ou seja, o conhecimento sobre esta forma de conhecimento. Como demonstram Genro Filho (2012) e Pontes (2015a), o jornalismo não se resume a uma técnica; pelo contrário, é uma forma específica de produção de conhecimento, caracterizada pela reconstituição mediada dos fenômenos singulares e que atende à necessidade social de conexão dos sujeitos com a conjuntura e o período sócio-histórico em que vivem. Assumir tal dimensão acarreta dar importância aos códigos éticos da profissão e refletir sobre eles, o que não significa aceitá-los acriticamente. O fundamental é a conexão entre prática e teoria, portanto formação profissional, assim como condições de trabalho que permitam o exercício da prática intelectual e organização coletiva para resistir às heteronomias colonizadoras.

A partir daí, é tarefa do jornalismo alternativo e das organizações populares formular aportes tanto à teoria quanto à deontologia da profissão. Não apenas para melhorarem suas experiências particulares, mas para disputarem o próprio campo jornalístico, os valores compartilhados pelos profissionais (senso comum, ideologia; doxa, habitus) e almejem posições menos periféricas.

Está claro que o jornalismo-empresa está em crise, mas isso não significa que o jornalismo alternativo vá tomar seu lugar de assalto. O jornalismo de novo tipo está para ser construído. Há sinais que apontam para o fortalecimento de experiências não comerciais. No entanto, um jornalismo realmente voltado aos interesses das maiorias sociais não pode prescindir da relação com os movimentos populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objeto de análise as relações estratégicas entre organização política e jornalismo profissional, a partir das experiências de *Brasil de Fato* e *Notas – Periodismo Popular*, da Argentina. Está implícita, portanto, a ideia de que é possível produzir (bom) jornalismo profissional em meios desse tipo. Tal prática não está livre de tensões, que resultam de lógicas distintas relativas aos objetivos de dois campos sociais específicos: jornalístico e político. Ao mesmo tempo, o olhar sobre essas tensões deve considerar que são também reflexos da marginalização estrutural dos movimentos populares e do jornalismo alternativo. É preciso, realmente, dois pesos e duas medidas. Quando se diz que os meios empresariais são *hegemônicos*, suas consequências tem que extraídas. Ou seja, ao ocuparem esses postos centrais, são reconhecidos como *universais*, desinteressados, acima de conflitos sociais e particularismos. Ainda que necessariamente sejam instáveis e apresentem fissuras, pela própria dinâmica da hegemonia e especialmente quando atravessam crises de credibilidade como a atual, os meios hegemônicos estão alinhados com todo um sistema simbólico (e econômico) que retroalimenta sua legitimidade.

A mídia alternativa, dessa forma, especialmente a que mantém relações com movimentos populares, é estruturalmente desfavorecida justamente por não ser hegemônica. Por adotar posturas editoriais críticas ao estado das coisas, tem de ser identificada como “política” e, com isso, suas possibilidades de reconhecimento simbólico são minadas de saída. Isso não significa que a pesquisa acadêmica deva ser condescendente com suas produções. Ao mesmo tempo em que deve considerar a particularidade de objetos que são impelidos à periferia do campo jornalístico, enfrenta o desafio de leva-las a sério, com espírito crítico. Foi o que fizeram Ana Maria Straube (2009) e Daniel Cassol (2010), que analisaram o *Brasil de Fato* em sua fase de semanário nacional impresso e apontaram claramente suas virtudes e limitações.

A presente dissertação, por outro lado, pôde se debruçar justamente sobre as autocríticas do coletivo dirigente do jornal e seus desdobramentos no que foi chamado de “virada estratégica”, a partir de 2013, que responde a muitos dos apontamentos dos referidos pesquisadores. O *Brasil de Fato* deixou de ser um jornal nacional impresso, com 3 mil assinantes, para se consolidar (não sem dificuldades) como um grupo editorial que produz jornalismo impresso, estadualizado e de distribuição gratuita; digital, com boa presenças nas redes sociais; e radiofônico, um diferencial no meio alternativo.

Nesse intervalo de tempo, a conjuntura brasileira também se alterou. Se antes a relação do jornal com os governos Lula aparecia como questão de primeira ordem, o golpe de Estado que interrompe os governos petistas, coloca essa vinculação em segundo plano. Da mesma forma, a crise do jornalismo segue se aprofundando e tem agora o agravante do contínuo estreitamento das possibilidades democratizantes da internet para o jornalismo, que se expressam tanto pelas próprias ações dos conglomerados, que alteram seus algoritmos arbitrariamente, quanto por projetos de governo que colocam em risco a neutralidade da rede. Isso sem falar nas notícias falsas e no uso de robôs para influenciar o debate público, principalmente, nas eleições.

Já a pesquisa sobre o argentino *Notas*, mais do que oferecer comparações entre realidades nacionais, teve o objetivo de procurar traços comuns em experiências análogas. Em termos de estrutura de trabalho, as diferenças são marcantes, ainda que o *Brasil de Fato* também funcione em condições modestas, especialmente nos estados. Por outro lado, no que se refere a lógica de funcionamento e concepção estratégica, as duas iniciativas guardam muitas semelhanças. Surgem da mesma necessidade de contrapor a produção de informações dominantes com perspectivas de setores populares e operam na intersecção entre profissionalismo e militância, com todos os riscos que isso acarreta.

Outro traço fundamental é que ambos revelam pretensões de disputa e expansão hegemônica das organizações. Os momentos de lançamento das iniciativas, guardadas as diferenças de contexto e proporcionalidade, coincidem com processos de cristalização de estratégias de disputa do poder político. O caso do *Brasil de Fato* remonta a síntese do Projeto Popular para o Brasil e a criação da Consulta Popular, em 1997. Sua formulação ocorre paralelamente a instrumentos análogos como a Expressão Popular (1999) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (2000). Já o *Notas*, concebido no mesmo contexto de fundação do Patria Grande, faz parte do esforço do movimento popular argentino de combinar lutas sociais e políticas dentro e fora da institucionalidade. Isso implica deslocamentos discursivos, em um esforço de abertura contra a postura de autoafirmação característica de organizações de esquerda. O jornalismo profissional, amplo e plural na cobertura, com objetivo de disputa de hegemonia na sociedade, aparece como uma trincheira que se encaixa com o novo momento.

Além de trazer as trajetórias de *Brasil de Fato* e *Notas*, especialmente através de entrevistas e buscando traçar os respectivos contextos políticos, esta pesquisa inclui análises editoriais, de base quantitativa, dos dois veículos. São uma tentativa de compreendê-las a sério, não só política, mas também jornalisticamente. Ainda que

certamente sejam superficiais, os resultados indicam características de produção e dão um quadro geral que pode ser desdobrado tanto pelos próprios sujeitos envolvidos nos projetos quanto por pesquisas acadêmicas focalizadas a determinados aspectos.

A análise editorial do *Brasil de Fato* indica produção própria consistente, proximidade editorial com veículos como *Rede Brasil Atual*, importância dos repórteres dos tabloides estaduais na diversificação do conteúdo e predominância de mulheres na redação. Aponta ainda para o predomínio de cobertura sobre a política nacional, com caráter informativo e factual. A análise específica das temáticas permite concluir que, mais do que visibilizar temas pouco representados pela mídia comercial, o *Brasil de Fato* busca incidir nas disputas de sentido de temas de conhecimento geral, especialmente os de abrangência nacional. E, com os indicadores das fontes jornalísticas, fica claro que tal disputa se dá a partir das vozes e perspectivas dos movimentos sociais. Por fim, a análise específica dos tabloides gratuitos do *Brasil de Fato* indica produção significativa de pautas locais, ainda que, naturalmente, dividam espaço com os temas da conjuntura nacional.

O portal *Notas* também apresenta predominância dos temas de amplitude nacional, com destaque para conflitos sociais e disputas da política institucional, além da conjuntura latino-americana. Ainda assim, não são desprezíveis as matérias regionais, em geral escritas por colaboradores. Predominam os textos informativos e factuais, mas as análises e artigos de opinião ganham maior proeminências nos mecanismos de destaque do portal. Com estrutura reduzida, a análise editorial deixa evidente a dificuldade em realizar apurações e entrevistas próprias, restando repercutir informações de terceiros.

Uma constatação interessante é o reflexo da política no conteúdo. Ainda que o trabalho do *Notas* seja restrito praticamente a militância do Patria Grande, seu conteúdo dificilmente trata de assuntos restritos à organização. A cobertura sistemática de conflitos sindicais, do mundo do trabalho e da política nacional, com destaque para os principais partidos do país, deixa isso claro.

Da mesma forma, a “virada estratégica” do *Brasil de Fato* significou uma proximidade ainda maior das organizações com a redação – tanto pela criação do Centro Popular de Mídias, que passa a engloba-lo e faz mesclar no mesmo espaço tarefas institucionais e jornalísticas, quanto pelo modelo de sustentação econômica dos tabloides estaduais, basicamente via sindicatos. Isso não se reverteu em um conteúdo mais voltado à militância, pelo contrário. Tais caminhos foram definidos, pelas próprias organizações, justamente para o jornal deixar de falar somente com a esquerda organizada. O esforço é

especialmente visível nos tabloides estaduais, com seus textos curtos e editoriais como esporte e cultura.

O último capítulo da presente dissertação destoa dos demais por ser fruto da tentativa de apontar esquemas teóricos (a partir dos casos estudados e de leituras sobre outras experiências alternativas) que tentam ir além de *Brasil de Fato* e *Notas*, em um esforço de generalização.

A parte sobre a “anatomia” de experiências do tipo tenta tratar das relações internas (com diferentes tarefas, lógicas e objetivos) que tem de ser mobilizadas para um fim comum. São dinâmicas concretas e cotidianas da interação entre política e jornalismo que atravessam cada cargo de um veículo jornalístico dirigido por organizações populares, desde o membro do conselho editorial dirigente de um movimento até um redator recém-chegado sem trajetória militante.

A discussão dos públicos (e do contrapúblico) busca dar bases para a amarração de estratégias que busquem maior incidência possível, entendendo o caráter excludente da esfera pública e assumindo que os efeitos do jornal serão diversos conforme as características do público. As divisões dos públicos acontecem em dois níveis. O primeiro é relacional à própria organização que dirige o veículo: militância, base social, setores progressistas e população não organizada. O segundo são as clivagens internas de classe, raça, gênero, escolaridade, geracionais e geográficas, que também devem ser levadas em consideração. Outra definição estratégica, que se relaciona diretamente com os públicos-alvo, está na escolha de coberturas prioritárias que combinem factualidade e produção de conhecimento aprofundada ou sistemática de determinado tema, a partir da articulação da produção noticiosa com as demandas dos movimentos populares.

Por fim, o tópico sobre a tensão autonomia/heteronomia tenta indicar coordenadas para avaliar como as interações com a política dos movimentos influencia, positiva ou negativamente, a produção jornalística cotidiana. São salientados dois eixos nos quais se expressam tais relações: seleção e hierarquização de pautas e construção da notícia. O desafio está na formulação das condições para uma “heteronomia saudável”, que permita a porosidade dos veículos às demandas e perspectivas dos setores populares organizados sem se deixar colonizar por lógicas que restrinjam a produção de conhecimento jornalístico e seus parâmetros deontológicos. Nesse sentido, tal formulação, que deve partir dos próprios veículos e movimentos, não pode negligenciar os acúmulos históricos da teoria do jornalismo.

Certamente o jornalismo alternativo estudado não corresponde a um tipo ideal e nem dá todas as bases para a construção de um jornalismo que supere a forma-empresa. Sua vitalidade vem da força política e do grau de convicção jornalística dos movimentos que o sustentam e, por isso, estão fortemente sujeitos a oscilações conforme a conjuntura.

Há muito para avançar: na capacidade maior de financiamento, que passa pelo convencimento de um leque maior de entidades apoiadoras, mas também por estratégias de relação com os públicos; na garantia de condições de trabalho adequadas para exercício da profissão, independentemente de estar atravessado pela militância; na eficiência das rotinas produtivas; nos desafios de linguagens e formatos. Também é preciso avançar, certamente, na própria qualidade jornalística, que é rotineiramente ameaçada por interesses políticos imediatos, muitas vezes vícios de certo *habitus*, que não se justificam estrategicamente, mas aparecem na seleção de pautas, hierarquização dos acontecimentos, pluralidade de fontes, critérios de edição.

Ainda assim não se pode negar que são experiências que se contrapõem às hierarquias e respondem às crises do sistema jornalístico vigente a partir da própria prática profissional, ao mesmo tempo em que contribuem para um ambiente midiático um pouco mais plural e forçam o debate sobre democratização da comunicação.

O problema é que, na atual conjuntura, tanto de Brasil quanto Argentina, marcada por redução de direitos sociais, perda de soberania nacional e restrições democráticas, a regulação dos meios de comunicação soa como uma distante utopia. Enquanto não se alteram a correlação de forças, de todo modo, é preciso disputar as posições que forem possíveis. Do ponto de vista do jornalismo alternativo, há um duplo desafio: a atuação transversal nas resistências populares cotidianas; e o acúmulo de capital simbólico para ser mais incisivo nas batalhas políticas decisivas que estão por vir, aquelas que poderão aprofundar ou reverter o golpe e o projeto neoliberal em nossos países.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luiz Felipe. Entrevista gravada. 01/08/2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, v. 80, 2010, p. 71-96.
- ARBEX JR., José. José Arbex Jr. renuncia a conselho do Brasil de Fato. 19/10/2010. **Luciana Genro**. Disponível em <https://lucianagenro.com.br/2010/10/jose-arbex-jr-renuncia-ao-conselho-editorial-do-brasil-de-fato/>. Acesso 12 Fev. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2002.
- BECKER, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções. In: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 87-108.
- BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, v. 17, p. 233-269, 2011.
- BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6. 2013.
- BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81. São Paulo: 2013.
- BOGO, Ademar. Introdução. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política – III**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BORÓN, Atilio. **Legados históricos, problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda en Argentina**. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.
- BORÓN, Atilio. **Socialismo siglo XXI ¿Hay vida después del neoliberalismo?** Buenos Aires: Luxemburg, 2008.
- BORÓN, Atilio. Macrismo recargado, y las tareas que nos esperan. 25/10/2017. **Atilio Borón**. Disponível em <http://www.atilioboron.com.ar/2017/10/macrisimo-recargado.html> Acesso 14 Fev. 2018.
- BOSIA, Ulises. El arriba y el abajo: de la antinomia a la complementariedad. **XI Jornadas de Sociología**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias. Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015. Disponível em http://jornadasdesociologia2015.sociales.uba.ar/altaponencia/?acciones2=ver&id_mesa=50&id_ponencia=1812. Acesso 14 Fev. 2108.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. (Orgs.) **Bourdieu and the Journalistic**

Field. Cambridge: Polity Press, 2005, p. 29-47.

BRASIL DE FATO. Dez anos de teimosia. 23/01/2013. **Brasil de Fato**. 2013. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/11715/>. Acesso 12 Fev. 2018.

BRASIL DE FATO. **Indicadores Brasil de Fato** (documento interno). 2017.

BRASIL DE FATO. **Publicidade** – Perfil site Brasil de Fato. 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/publicidade/>. Acesso 14 Fev. 2018.

BURGOS, Raúl. Los avatares de una herencia incómoda: El complicado diálogo entre Gramsci y la izquierda en América Latina. **Controversias y Concurrencias Lationamericanas**, v. 3, 2012, p. 237-262.

CARRANO, Pedro. Entrevista gravada. 30/05/2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. Curitiba: 2017.

CASSOL, Daniel. **Brasil de Fato**: a imprensa popular alternativa em tempos de crise. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio do Sinos, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: Economia, sociedade e cultura - vol II. O poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. The “double dependency”: the journalistic field between politics and markets. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 48-63.

CONSULTA POPULAR. **Documentos Básicos** – Cartilha nº 16. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2005.

CONSULTA POPULAR. **Resoluções da 3ª Assembléia Nacional** – Cartilha nº 19. São Paulo: Consulta Popular, 2007.

CONSULTA POPULAR. **Saída para o Brasil** – Cartilha nº 23. São Paulo: Consulta Popular, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

DARRAS, Eric. Media consecration of the political order. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 156-173.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. **E-compós**. V. 9, 2007.

FERNANDES, Vivian Neves. **A América Latina na Mídia Alternativa** – A Produção de Notícias na Radioagência NP e na Agência Pulsar Brasil. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, 2014

FERNANDES, Vivian Neves. Entrevista gravada. 02 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

FUSER, Igor. Os diários gratuitos de São Paulo e a pluralidade política nos meios de comunicação: o caso Destak. **Comunicare**: Revista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa – Faculdade Casper Líbero, v. 10, ed. 1, 2010, p 31 - 44.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados**: a produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

GADINI, Sérgio Luiz. Inversões funcionais do jornalismo comercial hegemônico em tempos de crise de legitimidade política no Brasil. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2016, Curitiba. **Anais Intercom Sul 2016**. Curitiba: PUCPr Intercom, 2016, v. XVII. p. 1-12.

GAMBINA, Julio. A 7 años de la pueblada del 2001 – Algunas reflexiones sobre el movimiento popular argentino. **Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas**. Buenos Aires: 2008. Disponível em <https://fisyp.org.ar/media/uploads/movsoc.doc>. Acesso 14 Fev. 2018.

GARCIA, José Luis. Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses. Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In: GARCIA, José Luis (Org). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: ICS, 2009, p. 23-46.

GARCÍA LINERA, Alvaro. ¿Fin de ciclo progresista o proceso por oleadas revolucionarias? **Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia**. 2017. Disponível em https://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/fin_de_ciclo-2.pdf. Acesso 17 Fev. 2018.

GEBRIM, Ricardo. Entrevista gravada. 03 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos; WEIGERT, Sérgio. **Hora do Povo**: uma vertente para o fascismo. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GHISI, Ednubia. Entrevista gravada. 29 Mai. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. Curitiba: 2017.

GIOVANAZ, Daniel. Entrevista gravada em chamada telefônica. 05 Fev. 2018. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro:

Editôra Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HAGMAN, Itai. **La Argentina kirchnerista en tres etapas: una mirada crítica desde la izquierda popular**. Buenos Aires: Patria Grande, 2014.

HARTLEY, John. Journalism and Popular Culture. In: WAHL-JORGENSEN, K; HANITZSCH, T. (orgs.). **The Handbook of Journalism Studies**. Nova York: Routledge, 2009.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma Política Democrática Radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LIEDTKE, Paulo Fernando; AGUIAR, Itamar. Políticas públicas de comunicação no Governo Lula (2003-2010): avanços e retrocessos rumo à democratização do setor. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2011, Recife. **Anais do Intercom 2011**. São Paulo: Intercom, 2011.

HEINONEN, Ari; LUOSTARINEN, Heikki. Re-Considering "Journalism" for Journalism Research. LÖFFELHOLZ, M; WEAVER, D. **Global Journalism Research: Theories, Methods, Findings, Future**. Wiley-Blackwell, 2009, p. 227-239.

KATZ, Claudio. Anatomía del kirchnerismo. 11/01/2013. **Claudio Katz**. 2013. Disponível em <https://katz.lahaine.org/anatomia-del-kirchnerismo/>. Acesso 14 Fev. 2018.

KATZ, Claudio. La economia de Macri. 05/07/2016. **Claudio Katz**. 2016a. Disponível em <http://katz.lahaine.org/b2-img/LAECONOMADEMACRI.pdf>. Acesso 14 Fev. 2018.

KATZ, Claudio. Macri sube la apuesta neoliberal. 30/10/2016. **Claudio Katz**. 2016b. Disponível em <http://katz.lahaine.org/b2-img/MACRISUBELAAPUESTANEOLIBERAL.pdf>. Acesso 14. Fev. 2018.

KATZ, Claudio. Más límites que hegemonía y más derecha que renovación. 31/08/2017. **Claudio Katz**. 2017. Disponível em <http://katz.lahaine.org/b2-img/MSLMITESQUEHEGEMONAYMSDERECHAQUERENOVACI.pdf>. Acesso 14 Fev. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. Comunicação, o desafio da esquerda. **Revista do Brasil**, número 19, Dez. 2007. Disponível em

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/19/comunicacao-o-desafio-da-esquerda>. Acesso 10 Fev. 2018.

LIMA, Venício. Comunicação e Política. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 84-94.

MACHADO, Juliano Ribeiro de Lima. **Diários gratuitos Destak e Metro no Brasil**: o aprofundamento do discurso publjournalístico. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. 2011.

MADIANOU, Mirca. Audience Reception and News in Every Day Life. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T.. **The Handbook of Journalism Studies**. Nova York: Routledge, 2009, p. 325-337.

MASSETTI, Astor. Limitaciones de los movimientos sociales en la construcción de un estado progressista en Argentina. **Argumentos** – Revista de crítica social, n. 12, 2010.

MAYOR, Santiago; TITTO, Julia de. Notas: periodismo popular. **Cambio** – Publicación quincenal de izquierda popular, n. 7, Out. 2014. Buenos Aires: 2014, p. 14.

MAYOR, Santiago. Entrevista gravada. 16 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. Buenos Aires: 2017.

MAYOR, Santiago. **Datos Patria Grande y Notas** (documento interno). 2018.

McCHESNEY, Robert. **Digital Disconnect** – How capitalism is turning the internet against the democracy. New York: New Press, 2013.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2018. Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso 17 Fev. 2018. 2018.

MELO, Dafne. Entrevista gravada. 04 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

MESA SUÁREZ, Paula. **RNMA**. La conformación de una red de medios alternativos en Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2014.

MIANI, Rozinaldo. A importância do jornal Brasil Agora no contexto de luta pela hegemonia. V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. **Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo: Intercom, Rede Alcar, 2007.

MICK, Jacques; TAVARES, Luísa. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. **Brazilian Journalism Reseach (BJR)**, v. 13, n.1, 2017, p. 120-145.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição

Teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v.4, n.1, jan.-jun. 2010, p. 54-77.

MORAES, Dênis de. O jornalista Antonio Gramsci. 27/11/2013. **Blog da Boitempo**. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/27/o-jornalista-antonio-gramsci/>. Acesso 14 mar. 2017.

MORETSZOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOTAS. **Notas – Periodismo Popular, un medio de comunicación masivo y popular** (documento interno), 2015.

NOTAS. **¿Por qué Notas?** Disponível em <http://notas.org.ar/por-que-notas/>. Acesso 14 mar. 2017.

NETTO, José Paulo. Universidade, Caldo de Cultura Pós-Moderna e a Categoria de Hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 119-143.

PAGOTTO, Ronaldo. Entrevista gravada em chamada telefônica. 13 Nov. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. 2017.

PATRIA GRANDE. **Manifiesto Fundacional**, 2ª ed., Buenos Aires: Mesa Ejecutiva Nacional de Patria Grande, 2016.

PERUZZO, Cicilia. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. **Anais do Intercom**. Brasília: UnB Intercom, 2006.

PERUZZO, Cicilia. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 17, jun. 2009, p. 131-146.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). **MATRIZES**. São Paulo, ano 7, n. 2, p. 73-93, jul.-dez. 2013.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015a.

PONTES, Felipe Simão. Aproximações da Teoria do Jornalismo às práticas dos movimentos sociais: singularidade, particularidade e universalidade em Adelmo Genro Filho e Ernesto Laclau. In: XAVIER, Cintia; PONTES, Felipe Simão; MORAIS, Carlos Willians. **Perspectivas da Pesquisa em Jornalismo: Agenda, processos produtivos e atores sociais**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015b, p. 145-161.

PONTES, Felipe Simão. O conceito de ideologia na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho. **Galáxia**. São Paulo, n. 32, p. 151-162, ago. 2016.

PRUDENCIO, Kelly. Jornativismo: CMI e o ativismo online. **Aurora** (PUCSP. Online), v. 1, p. 21-31, 2008.

RAVENA, Monyse. Entrevista gravada por videoconferência. 26/09/2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. 2017.

RICK, Frederico Santana. “A centralidade da luta deve ser a conquista do Estado”, diz membro da Consulta Popular. 08/11/2017. **Brasil de Fato**. Entrevista concedida a Joana Tavares e Pedro Carrano. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/08/a-centralidade-da-luta-deve-ser-a-conquista-do-estado-diz-membro-da-consulta-popular/>. Acesso 10 Fev. 2018.

RODRIGUES, Camila. Entrevista gravada. 25 Out. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

RODRIGUES, Fernando. Publicidade federal para mídia alternativa vai a R\$ 9,2 milhões em 2014. 02/07/2015. **Blog do Fernando Rodrigues**. Disponível em <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/07/02/publicidade-federal-para-midia-alternativa-vai-a-r-92-milhoes-em-2014/>. Acesso 12 Fev. 2018.

RODRIGUES, João Paulo. Entrevista gravada. 27 Out. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

ROSSETO, Neuri. Entrevista gravada. 27 Out. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. São Paulo: 2017.

RUELLAN, Dennis. Corte e costura do jornalismo. **Líbero** - Ano IX - nº 18 - Dez 2006, p. 31-40.

RYAN, Micaela. Entrevista gravada. 16 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. Buenos Aires: 2017.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. Autonomy from what? In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 214-223.

SECOM. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016** – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016.

SOUZA, Herbert Glauco de. **Contra-hegemonia**: um conceito de Gramsci?. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

STRAUBE, Ana M. **Brasil de Fato**: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo. São Bernardo do Campo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

TAVARES, Joana Cunha. **De Boletim a Jornal Sem Terra**: história, práticas e papel na constituição do MST. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, 2013.

TAVARES, Joana Cunha. Entrevista gravada por videoconferência. 06 Out. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. 2017.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VICENTE, Fernando. Entrevista gravada. 16 Ago. 2017. Entrevistador: Matheus Lobo Pismel. Buenos Aires: 2017.

WACQUANT, Löic. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos Cebrap**, 96, julho 2013, p. 87-103.

APÊNDICE – Lista de entrevistados (em ordem alfabética)

Camila Rodrigues, ex-editora do portal *Brasil de Fato*.

Dafne Melo, ex-repórter do jornal *Brasil de Fato* e dos portais *Marcha* e *Notas*.

Daniel Giovanaz, repórter do jornal *Brasil de Fato Paraná*.

Ednubia Ghisi, editora do jornal *Brasil de Fato Paraná*.

Fernando Vicente Prieto, colaborador do portal *Notas*.

Joana Tavares, editora do *Brasil de Fato Minas Gerais*.

João Paulo Rodrigues, dirigente nacional do MST.

Luiz Felipe Albuquerque, coordenador do CPMídias.

Micaela Ryan, colaboradora do portal *Notas*.

Monyse Ravena, editora do *Brasil de Fato Pernambuco*.

Neuri Rosseto, dirigente nacional do MST.

Pedro Carrano, coordenador político do *Brasil de Fato Paraná*.

Ricardo Gebrim, militante da Consulta Popular.

Ronaldo Pagotto, militante da Consulta Popular.

Santiago Mayor, fundador e colaborador do portal *Notas*.

Vivian Fernandes, editora do *Brasil de Fato* nacional.